UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

ANSELMO OTAVIO

A ÁFRICA DO SUL PÓS-*APARTHEID*: A INSERÇÃO CONTINENTAL COMO PRIORIDADE DA NOVA GEOPOLÍTICA MUNDIAL

Porto Alegre
2013

ANSELMO OTAVIO

A ÁFRICA DO SUL PÓS-*APARTHEID*: A INSERÇÃO CONTINENTAL COMO PRIORIDADE DA NOVA GEOPOLÍTICA MUNDIAL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais

Orientadora: Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre

2013

CIP - Catalogação na Publicação

Otavio, Anselmo
A África do Sul pós-apartheid: A inserção continental como prioridade da nova geopolítica mundial / Anselmo Otavio. -- 2013.
173 f.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. África. 2. África do Sul. 3. Apartheid. 4. Política Externa Sul-Africana. I. Danilevicz Pereira, Analúcia, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A ÁFRICA DO SUL PÓS-*APARTHEID*: A INSERÇÃO CONTINENTAL COMO PRIORIDADE DA NOVA GEOPOLÍTICA MUNDIAL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de novembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro
UFRGS

Prof. Dr. Paulo. G. Fagundes Visentini
UFRGS

Prof. Dr. Wolfgang Adolf Karl Döpcke
UnB

A minha família: Nelson, Rachel, Núbia, Clóvis, e Alexandre.

A meus amigos: Miguel Benedito Brossa (in memorian) e Fábio Augusto Faria.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente eu gostaria de agradecer a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mais especificamente ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) que, ao aceitar meu projeto de Dissertação, tornou possível a realização desta pesquisa. Nesse sentido, sou eternamente grato aos professores, a Coordenação do curso, a Secretaria, e, principalmente, a Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira, pela orientação, pelo incentivo e o auxílio na compreensão da política externa sul-africana, e pela disponibilidade em conversar e me auxiliar no entendimento de pontos que ao longo deste trabalho foram se tornando presentes. Muito obrigado professora!

A importância da UFRGS também se relaciona a Secretaria do PPGE – cujas funcionárias sempre estiveram atentas as minhas necessidades – à equipe do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) e aos colegas que eu tive o privilégio de conhecer, ambos importantes nesta minha trajetória. Assim, gostaria de agradecer a Flávia Carolina, Diego Trindade, Mamadou Alpha Diallo, Nilton Cardoso, Júlio Rodrigues, Adriano Pires, Sérgio Leusin, Bruno Mariotto, Leo Santos, José Silvestre, Robson Valdez, Nadia Menezes, Marcos Aurélio, Ricardo Ossago, e, em especial, a Leandro Teixeira, cujas conversas e os debates foram importantes para a realização deste meu trabalho. A todos vocês fica a minha eterna gratidão!

Paralelo a UFRGS, eu gostaria de destacar a importância de Maria Suely, Rosa M. Brito, Alessandra A. Luque, Cecília M. Ogata, Ricardo Posi, Gabriel Deb, Hermes Moreira Jr. e Luis A. Paulino. Seja me acompanhando ao longo desta pesquisa, seja por terem me incentivado a continuar no meio acadêmico, vocês apareceram no momento certo e espero que este trabalho tenha correspondido com todas as suas expectativas. Obrigado por fazerem parte da minha vida!

Gostaria também de agradecer ao Consulado Geral da República da África do Sul, principalmente a Cacilda K. Kawagoe, por me auxiliar através de materiais e pela atenção dada aos meus questionamentos acerca da política externa sul-africana. Muito obrigado pela atenção!

Por fim, gostaria de expor a minha eterna gratidão ao apoio financeiro advindo da CAPES, auxilio que me garantiu a possibilidade em participar de Seminários, de Congressos, dentre outros eventos acadêmicos, e a desenvolver esta Dissertação.

Regrets collect like old friends
Here to relive your darkest moments […]
All of his questions, such a mournful sound
Tonight I'm gonna bury that horse in the ground […]
Shake it out, shake it out
(Florence and the Machine, *Shake it out)*

RESUMO

Ao longo destes quase vinte anos após o fim do *apartheid*, é perceptível que a África do Sul se tornou cada vez mais presente no continente africano. Seja na esfera econômica e/ou na política, tanto no âmbito regional quanto continental, é fato que o interesse em atuar na África passou a ser preponderante para a política externa sul-africana. Em contrapartida a tal envolvimento, as respostas por parte de alguns países africanos nem sempre foram às esperadas por Pretoria, uma vez que a inserção sul-africana esteve acompanhada por desconfianças e questionamentos acerca do papel, das oportunidades e dos interesses sul-africanos no continente. Nesse sentido, é baseado nesta complexa interação que o trabalho em referência tem como objetivo central analisar a política externa da África do Sul para o continente africano. Através de revisão bibliográfica de caráter variado, como relatórios, discursos presidenciais, documentos oficiais advindos de Organizações Internacionais e do governo sul-africano, livros e artigos encontrados em Centros de Estudos Africanos e em Revistas acadêmicas especializadas na área, pretende-se defender a hipótese de que a África do Sul pós-*apartheid* abriu mão de uma possível tendência hegemônica e voltou-se a pacificação e ao desenvolvimento do continente.

Palavras-chaves: África. África do Sul. *Apartheid.* Política externa sul-africana.

ABSTRACT

During almost the past 20 years after the end of apartheid, South Africa has affirmed its presence more and more in African continent. In the economic and political sphere, either in regional scope or continental one, we can notice that the interest in acting in Africa has become predominant in South African foreign affairs. On the other hand, the relationships with some African countries and their reactions were not always the expected ones, considering that the South African insertion was attended by distrust and questioning about the South African role, opportunities and interests in the continent. In this sense, it is based on this complex dynamic that the following work presents the main objective of analyzing the foreign policy of South Africa into the post-apartheid and defend that the country gave up on a possible hegemonic approach to focus on the pacification and development of the continent. The methodology was worked through a revision of a variety of bibliography, such as reports, official documents from South African government and related International Organizations, books and articles from Center of Africa Studies and specialized publishers in this mentioned topic.

Keywords: Africa. South Africa. Apartheid. South african foreign policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Entrada de IED da OECD para África, entre 2000 e 2008 em milhões de dólares.....86

Figura 2 - Distribuição do fluxo de IED na África por Região em 2008.....87

Figura 3 - Importações da África do Sul, em US$ bilhões.....111

Figura 4 - Exportações da África do Sul, em US$ bilhões.....112

Figura 5 - Crescimento do PIB, em US$ bilhões.....134

Figura 6 - Volume de Petróleo Exportado, US$ bilhões.....134

Figura 7 - Exportações da África do Sul, em US$ milhões.....135

Figura 8 - Importações da África do Sul, em US$ bilhões.....136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFDL	- Alliance des Forces Democratiques pour la Liberation du Congo
AMIB	- African Union Mission in Burundi
ANC	- African National Congress
ANCYL	- African National Congress Youth League
APRM	- African Peer Review Mechanism
ASF	- African Standby Force
BCP	- Basutoland Congress Party
BDF	- Botswana Defence Force
BEE	- Broad Black Economic Empowerment Act
BNC	- Presidential Bi-National Commission
BNP	- Basotho National Party
CAAU	- Constitutive Act of the African Union
CNA	- African National Congress
CNDD	- National Council for the Defence of Democracy
COMESA	- Common Market for Eastern and Southern Africa
COSATU	- Congress of South African Trade Unions
CSSDCA	- Conference on Security, Stability, Development and Cooperation in Africa
CTA	- Conselho de Transição Nacional
DFA	- Department of Foreign Affairs
DIRCO	- Department of International Relations and Cooperation
DP	- Dominion Party
DTI	- Department Trade and Industry
EAC	- East African Community
ECOWAS	- Economic Community of West African States
ELF	- Estados de Linha de Frente
ESAP	- Economic Structural Programme
EUA	- Estados Unidos
FDN	- Forces Défense Nationale
FNL	- Forces Nationales de Libération
FNLA	- Frente de Libertação de Angola
FRODEBU	- Front pour la Démocratie au Burundi

FROLINA - Front for National Liberation
GEAR - Growth, Employement and Redistribution
GPA - Global Political Agreement
ICISS - International Commission on Intervention and State Soverignty
IED - Investimentos Externos Diretos
IEEPA - International Emergency Economic Powers Act
IGAD - Intergovernmental Authority on Development
LCD - Lesotho Congress for Democracy
LPA - Lagos Plan of Action.
MAP - Millennium Partnership for Africa's Recovery Programme
MDC - Movement for Democratic Change
MIA - Movimento de Independência de Angola
MINA - Movimento pela Independência Nacional de Angola
MLC - Congolese Liberation Movement
MMP - Mixed Member Proportional
MONUC - United Nations Organization Mission in the Democratic Repubic of Congo
MPLA - Movimento Popular de Libertação Nacional
NAI - New African Initiative
NAM - Movimento dos Países Não-Alinhados
NEPAD - New Partnership for Africa's Development
NGP - The New Growth Path: Framework
NP - National Party
NRC - National Republican Convention
NSP - National Strategic Plan on HIV, STIs and TB: 2012-2016
OAU - *Charter* Organization of African Unity Charter
OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development
ONU - Organização das Nações Unidas ONUB
- United Nations Operations in Burundi
OPDS - Organ on Politics, Defence and Security
OUA - Organização da Unidade Africana
PAC - Pan-African Congress
PALIPEHUTU - Party for the Liberation of the Hutu People
PCA - Partido Comunista de Angola

PICI - Presidential Infrastructure Champion Initiative

PIDA - Programme for Infrastructure Development in Africa

PLUA - Partido da Luta dos Africanos de Angola

RCD - Congolese Rally for Democracy

RDC - República Democrática do Congo

RECs - Regional Economic Communitites

RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana

RF - Rhodesia Front

R2P - The Responsibility to Protect

SACP - South African Communist Party

SADC - Southern Africa Development Community

SADCC - Southern African Development Coordination Conference

SADC-FTA - Southern Africa Development Community Free Trade Area

SADF - South African Defence Force

SANDF - South African National Defence Force

SDC - Social Democratic Party

SWAPO - South West Africa People's Organization

UA - União Africana

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

UNECA - United Nations Economic Commission for Africa

UNITA - União Nacional pela Independência Total de Angola

UN-NADAF - United Nations New Agenda for the Development of Africa in the 1990s

UN-PARRE) - Nations Programme of Action for African Economic Recovery and Development

UPRONA - Union pour le Progrès National

URSS - União Soviética

ZANU - Zimbabwe African National Union

ZAPU - Zimbabwe African People's Union

ZCTU - Zimbabwe Congress of Trade Unions

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....14

2 A POLÍTICA EXTERNA DA ÁFRICA DO SUL: O APARTHEID E A DESESTABILIZAÇÃO REGIONAL.....19

2.1 Da chegada ao poder à construção do *cordon sanitaire*: A política externa sul-africana para a África durante as administrações Malan, Strydom e Verwoerd.....20

2.2 Duas faces de uma mesma moeda: da cooptação de Vorster à coerção de Botha.....23

2.3 A *New Diplomacy* como última tentativa: A administração De Klerk e o legado do *apartheid* para a África do Sul e para o continente africano.....29

2.4 Conclusão do Capítulo.....32

3 A ADMINISTRAÇÃO MANDELA (1994-1999) E AS PRIMEIRAS TRANSFORMAÇÕES NA POLÍTICA EXTERNA SUL-AFRICANA.....36

3.1 Transformando a Política Externa sul-africana: A administração Mandela (1994-1999) e a desestruturação da política externa do apartheid.....37

3.2 Da não interferência à busca pelo auxilio externo: A "nova" África do Sul e a relação conflituosa com a Nigéria.....46

3.3 Os limites da inserção política da África do Sul: Zimbábue e a República Democrática do Congo.....50

3.4 A intervenção militar no Lesoto.....55

3.5 Conclusão do Capítulo.....59

4 A ADMINISTRAÇÃO MBEKI (1999-2008): ENTRE A INSERÇÃO GLOBAL E A AGENDA AFRICANA.....64

4.1 Entre a Continuidade e a Transformação: A administração Mbeki (1999-2008) no contexto das mudanças globais.....65

4.2 O Século XXI como o Século Africano: O *African Renaissance* e sua importância para a inserção sul-africana na África.....70

4.3 O Desenvolvimento pela responsabilidade mútua: A *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD) como expressão do *African Renaissance*.....79

4.4 Do Pan-Africanismo ao *African Renaissance:* A África do Sul na transição da Organização da Unidade Africana para União Africana.....88

4.5 A crise no Zimbábue e a *quiet diplomacy*: uma contradição ao *African Renaissance*?.....95
4.6 O avanço sul-africano na África: A construção e a manutenção de uma Agenda Africana.....106
4.7 Conclusão do Capítulo.....119
5 A ADMINISTRAÇÃO ZUMA (2009 -) A ÁFRICA NO TOPO DA AGENDA.....123
5.1 A política externa sul-africana na administração Zuma: Continuidade ou Ruptura?.....125
5.2 Do Afastamento a Aproximação: África do Sul, Angola e a Diplomacia Econômica.....130
5.3 Entre a Líbia e as potências ocidentais: a *Responsibility to Protect* e a atuação sul-africana no Conselho de Segurança.....137
5.4 Conclusão do Capítulo.....145
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....147
REFERÊNCIAS.....152

1 INTRODUÇÃO

Ao longo destes quase vinte anos de pós-*apartheid* na África do Sul, é perceptível que este país se tornou cada vez mais presente no continente africano. Seja na esfera econômica e/ou política, tanto no âmbito regional quanto continental, é fato que o interesse em atuar na África passou a ser preponderante para a política externa sul-africana. Em contrapartida a tal envolvimento, as respostas por parte de alguns países africanos nem sempre foram às esperadas, uma vez que as críticas ao modo como se deu a transição entre o *National Party* (NP) e o *African National Congress* (ANC) - no qual os privilégios econômicos da minoria branca foram mantidos – somaram-se as desconfianças acerca dos interesses sul-africanos para o continete, fazendo com que, em determinados momentos, Pretoria fosse alvo de reprovação e questionamentos.

Em linhas gerais, é possível indicar que tal temor por parte dos países africanos não tem seu início atrelado a esta recente aproximação. Em verdade, este sentimento é fruto das consequências produzidas pelo regime do *apartheid.* Neste caso, é importante destacar que grande parte dos problemas vividos atualmente pela África do Sul, resultam do legado deixado por este regime, que fracionou o poder e a riqueza do país, bem como produziu a instabilidade regional permanente durante a sua vigência. Discutindo acerca deste regime, Bahia (2000, p.114-115) expõe que,

> o *apartheid* é um sistema social, econômico e político constitucional que se baseia em princípios teóricos e em uma legislação *ad hoc.* Neste sistema, a diferenciação corresponde à definição de grupos sociais diversos e ao seu desenvolvimento em separado. Significa a manutenção da supremacia de uma aristocracia branca, baseada numa rígida hierarquia de castas sociais, para as quais existe uma correlação entre a cor de pele e as possibilidades de acesso aos direitos e ao poder social e politico.

Embora a segregação racial e a crença na superioridade da raça branca já fizessem parte da sociedade sul-africana desde os primórdios da colonização holandesa (BRAGA, 2011, RIBEIRO; VISENTINI, 2012), foi com a chegada do NP ao poder em 1948 que o *apartheid* ganhou o status de princípio norteador das políticas desenvolvidas pelo Estado.[1]

[1]De acordo com Ribeiro e Visentini (2012, p.77), "A doutrina de "Separação", ou *Apartheid*, teve inicio formal em 1948, mas a segregação antecede essa data em muito, pois suas raízes remontam ao século XIX. A ideologia da superioridade branca e da discriminação racial era uma exigência do sistema de exploração agrária a que se dedicavam os *asfrikaaners*, pois praticavam uma agricultura atrasada e pouco lucrativa em comparação com a agricultura intensiva que a burguesia inglesa desenvolvia nas províncias do Cabo e Natal. O pragmatismo mercantil dos britânicos considerava a escravidão como um obstáculo à formação de um mercado consumidor, mas não deixava de estabelecer barreiras rígidas para a ascensão social e econômica dos negros."

Em linhas gerais, a estratégia do NP era utilizar do aparato estatal para criar meios que isentassem o regime racista de qualquer transtorno a sua continuidade (PEREIRA, 2007).

No plano interno, estes meios se relacionavam a criação de leis discriminatórias, tais como a *Proibition of Mixed Marriages* (1949), lei que proibia o casamento de brancos e pessoas de outras raças; a *Population Registration Act* (1950), lei que distinguia a população sul-africana entre negros, brancos e mestiços; a *Group Areas Act* (1950), lei que separava os territórios entre brancos e negros, limitando este último grupo de poderem circular em determinadas áreas (BRANCO, 2003); entre outras. Além destas leis, o Estado sul-africano também utilizaria da coerção, como se viu durante o massacre em Sharpeville (1960) e as Revoltas em Soweto (1976), bem como a discriminação de partidos, tais como o *Pan-African Congress* (PAC) e o ANC, ambos que se tornaram ilegais no início da década de 1960, como estratégia para criar um cenário interno favorável à continuidade do *apartheid.*[2]

No plano externo, a estratégia utilizada pelo NP de salvaguardar o regime passava pelo alinhamento com as potências capitalistas e, no âmbito regional, buscava-se utilizar de quaisquer meios que garantissem a manutenção da minoria branca no poder, mesmo que para isso fosse necessário adequar a região aos interesses da África do Sul. De fato, seja pelo interesse em incluir ao território sul-africano a Basutolândia (atual Lesoto), a Bechuanalândia (atual Botsuana) e a Suazilândia (administração Malan 1948-1954), seja pela criação de aliança com países favoráveis ao regime racista (administração Verwoerd 1958-1966), seja via sanções econômicas ou intervenções militares como meios de desestabilizar a região (administração Botha 1978-1989), dentre outras estratégias empregadas que, embora diferentes, possuíam a mesma finalidade.

Em resposta a este interesse, os países africanos passaram a apoiar tanto por meio de treinamento militar como via auxílio financeiro, os grupos contrários ao regime, no caso, o ANC e o PAC. Além disso, também buscaram o isolamento da África do Sul, como, por exemplo, sanções propostas pela Organização da Unidade Africana (OUA), e pela criação da *Southern African Development Coordination Conference* (SADCC) cuja função era diminuir a dependência dos países membros da economia sul-africana (BRANCO, 2003). Em síntese,

[2] Com relação ao Massacre de Sharpeville, tem-se que, "No dia 21 de Março de 1960, na cidade de Sharpeville, ocorreu um protesto contra a lei do passe realizado pelo Pan African Congress (PAC). A polícia sul-africana conteve o protesto com rajadas de metralhadora. Morreram 69 pessoas e cerca de 180 ficaram feridas." (BRAGA, 2011, p.27). Após este acontecimento, tanto o PAC quanto o ANC foram postos na ilegalidade. Referente à Revolta de Soweto, sua motivação inicial se deu através da não aceitação, por parte de estudantes negros, da obrigatoriedade em aprender a língua *afrikaans*. Tal revolta se espalhou por outras partes do país, com a inclusão de outras classes sociais. O resultado de toda esta manifestação foi à morte de 570 pessoas e a prisão de 21.534 (BRAGA, 2011).

ambos os lados foram afetados com a estratégia desenvolvida por Pretória de privilegiar a minoria branca em detrimento de outros grupos sociais.

Se por um lado a busca pela manutenção do regime trouxe como consequência o atraso no desenvolvimento dos países da região, estes que adentravam no pós Guerra Fria com grandes dificuldades no plano interno, principalmente aquelas relacionadas ao subdesenvolvimento e todas as suas mazelas (AHWIRENG-OBENG; MCGOWAN, 1998). Por outro lado, se desenvolveu um cenário nocivo a presença de Pretoria, com uma conjuntura marcada pela desconfiança acerca dos interesses de um país que, diferentemente de seus vizinhos, iniciava a última década do século XX mantendo-se como potência militar e principal economia do continente (AHWIRENG-OBENG; MCGOWAN, 1998).

De modo geral, se acompanharmos as administrações Mandela (1994-1999), Mbeki (1999-2008) e Zuma (2009-2013), é visível a transformação na política externa sul-africana e nos interesses da África do Sul para o continente africano. De fato, questões como o desenvolvimento econômico, a democracia, os direitos humanos, a cooperação regional, a busca pela estabilização do continente, a intenção em participar na pacificação e resolução de conflitos, o interesse em retirar a África de sua condição marginal na globalização econômica, são alguns dos pontos que passaram a ser prioritários ao país.

No âmbito político, o reflexo desta transformação pode ser encontrado na busca de Pretoria em se aproximar dos antigos países aliados do ANC na luta contra o *apartheid* (NGWENYA, 2011), no interesse pela admissão na OUA e na *Southern Africa Development Community* (SADC) (PEREIRA, 2007), como também em exercer um papel atuante nestes blocos, participando ativamente na transformação da OUA em União Africana (UA), e na criação e manutenção de programas como a *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD), e de instituições como o *African Central Bank*, o *African Monetary Fund*, o *African Investment Bank*, a *African Court of Justice*, a *African Court of Human and People's Rights* (LANDSBERG, 2010).

Paralelo à participação no cenário político, esta maior aproximação também se reflete em uma nova fase na inserção econômica do país na África. Diferentemente do período de vigência do *apartheid*, quando se contabilizava apenas 179 investimentos sobre o continente e estes se restringiam a apenas 14 países, em 2004 tais investimentos chegavam ao número de 439 – distribuídos em 35 países (EZEOHA; UCHE, 2005). Além disso, seu comércio com o continente aumentou em 328% entre 1993 a 2003 (LANDSBERG; KONDLO, 2007). Durante o período de 2001 até 2011, é possível indicar o aumento e diversificação dos investimentos

sul-africanos voltados para o continente, variando desde a extração mineral até a indústria de entretenimento, passando por setores relacionados à construção civil, à infraestrutura, às telecomunicações, aos serviços bancários e financeiros, ao setor hoteleiro, dentre outros (ALDEN; SOKO, 2005).

Em suma, é perceptível que a África do Sul, sob as administrações do ANC, não mais atua nos moldes do regime segregacionista, e que as linhas gerais que norteiam a nova política externa não são as mesmas que guiavam o país durante a vigência do NP. No entanto, mesmo havendo tais transformações, Pretoria ainda segue sendo questionada por alguns países africanos acerca de seus interesses. Estaria a "nova" África do Sul utilizando de meios diferentes para alcançar o mesmo fim almejado pela "velha" África do Sul, no caso, tornar-se hegemônica no continente?

De fato, tal questão encontra-se no cerne das pesquisas atuais realizadas acerca da África do Sul e, ao longo destes quase vinte anos pós-*apartheid,* vem sendo marcada pela diversidade de explicações. Nesse sentido, tendo por base tal questionamento, este trabalho tem como objetivo central analisar a política externa sul-africana para o continente africano após o fim do *apartheid*. Como questão norteadora desta pesquisa, afirma-se que a África do Sul pós-*apartheid,* embora não tenha produzido uma ruptura estrutural em termos socioeconômicos, transformou substancialmente seus propósitos políticos em relação ao período anterior. Assim, defende-se a hipótese de que a "nova" África do Sul abriu mão de uma possível tendência hegemônica e voltou-se a pacificação, à cooperação e ao desenvolvimento do continente.[3]

Para alcançarmos tal objetivo, o estudo em referência utilizou de relatórios, discursos presidenciais, documentos oficiais advindos de Organizações Internacionais e do governo sul-africano, e de livros e artigos encontrados em Centros de Estudos Africanos e em Revistas acadêmicas especializadas na área. Além disso, para a melhor explanação do tema, buscamos estruturar esta dissertação em quatro capítulos. O primeiro tem como finalidade realizar um estudo acerca da interação entre a África do Sul e o continente ao longo das seis administrações do NP, no caso, Malan (1948-1954), Strydom (1954-1958), Verwoerd (1958-

[3] Para este trabalho utilizamos a conceituação desenvolvida por Agnew (2005, p.20, tradução nossa), o qual considera que "hegemonia é uma palavra grega que significa dominação ou liderança, particularmente de um estado ou nação dentro de uma liga ou confederação, sem um claro compromisso de que sua existência é resultante de coerção, de consenso, ou do misto de ambos. [...] Ela pode ser difusa e generalizada ou concentrada geograficamente. Normalmente a hegemonia envolve mais do que a simples coerção militar e econômica, ela depende de ativo consentimento e cooperação. "Regras" comuns, instituições e valores formam o núcleo da hegemonia, apoiado pela situação econômica, cultural e militar superior ocupado pelo estado ou grupo social que a exerce."

1966), Vorster (1966-1678), Botha (1978-1989) e De Klerk (1989-1993), demonstrando que, mesmo havendo nuances entre os governos, todos transformaram a política externa em um importante instrumento de manutenção do regime racista.

Já o segundo tem como objetivo compreender e demonstrar as principais transformações ocorridas na política externa sul-africana e no modo como o país buscou se inserir no continente durante a administração Mandela (1994-1999). Em linhas gerais, a partir do estudo de episódios em que a presença sul-africana foi relevante, a proposta deste capítulo é discutir acerca do rompimento que o governo realizou com a política externa que até então vinha norteando a atuação de Pretoria, como também indicar os desafios que marcaram este período no que se refere à tentativa sul-africana em se tornar cada vez mais presente no continente.

Após este dois capítulos, buscaremos analisar a relação entre Pretória e o continente africano durante a administração Mbeki (1999-2008), indicando que a África do Sul continuou a ser guiada tanto pelos mesmos princípios estimados pela administração anterior, como também buscou manter-se atuante na transformação do continente. Neste caso, voltando-se ao estudo de episódios em que a participação sul-africana foi relevante, a proposta do capítulo é demonstrar o relativo sucesso alcançado por esta administração visto que ao longo destes quase dez anos, a presença sul-africana na África tornou-se cada vez mais intensa, apesar das crises internas.

Em seguida, o quarto capítulo buscará analisar a política externa que vem sendo desenvolvida pela administração atual, Zuma (2009-), e, a partir das semelhanças e diferenças entre as administrações anteriores e o governo atual, como também através da análise de dois episódios que a África do Sul foi relevante, indicar que este governo não apenas mantém-se fiel a política externa que já vinha sendo adotada, como também vem buscando intensificar, qualitativamente, os laços econômicos com diversos países africanos. Por fim, após estas análises, buscaremos concluir este trabalho expondo acerca das transformações, dos desafios e das possíveis tendências acerca da relação entre a África do Sul e o continente africano.

2 A POLÍTICA EXTERNA DA ÁFRICA DO SUL: O APARTHEID E A DESESTABILIZAÇÃO REGIONAL

A chegada do *National Party* (NP) ao poder em 1948 eleva o *apartheid* ao status de princípio norteador das políticas desenvolvidas pelo Estado. Embora a segregação racial e a crença na superioridade da raça branca já fizessem parte da sociedade sul-africana desde a chegada dos primeiros colonos holandeses (BRAGA, 2011, RIBEIRO; VISENTINI, 2012),[4] foi durante o período de controle da administração do país pelo NP que tais características passaram a orientar a criação de leis incumbidas de garantir melhores condições para a população branca em detrimento dos não-brancos.

De modo geral, a adequação do Estado era a garantia que a minoria branca possuía em manter-se privilegiada se comparada com outros grupos sociais sul-africanos. Entretanto, para que o regime se perpetuasse, havia a necessidade de isentá-lo de qualquer transtorno à sua manutenção (PEREIRA, 2007) logo, o NP entendeu que, para alcançar tal estabilidade, seria necessário a utilização de quaisquer meios. Neste contexto o continente africano – principalmente a região sul – passou a ser estratégico para Pretória, uma vez que, no transcorrer deste período, acreditou-se na íntima ligação entre a vigência do Estado segregacionista e as transformações que poderiam ocorrer no seu entorno próximo. Para que estas modificações não fossem nocivas ao regime, Pretória buscou adaptar a região a seus interesses (BRANCO, 2003).

Dessa maneira, este capítulo tem como objetivo analisar a política externa sul-africana desenvolvida para a África durante as seis administrações do NP - Malan (1948-1954), Strydom (1954-1958), Verwoerd (1958-1966), Vorster (1966-1678), Botha (1978-1989) e De Klerk (1989-1993) – demonstrando que, mesmo havendo nuances entre os governos, todos transformaram a política externa em um importante instrumento de manutenção do regime. A partir de então, buscaremos concluir que a pretensão em manter o Estado racista distante de cenários instáveis a sua existência, auxiliou na desestabilização da região, tornando a África

[4]De acordo com Braga (2011, p. 60), "Os colonos percebiam-se como uma comunidade distinta, e essa distinção era fundamentada em critério essencialmente racial. Os nativos tiveram seu meio de subsistência depredado e foram incorporados a uma sociedade na qual seus mestres adotavam métodos de controle similares aos aplicados contra escravos." Também discutindo acerca do colonialismo, Pereira (2012, p.39-43), expõe que, "[q]uando a colônia se estabeleceu, já havia, evidentemente, uma atitude de superioridade por parte dos empregados da Companhia em relação aos povos nativos. [...] Primeiramente, criou estruturas políticas e econômicas que permitiram a superioridade dos colonizadores em relação às populações nativas. Em segundo lugar, os colonizadores restringiram o acesso desses grupos à terra, à água e ao gado. Por fim, os diversos grupos nativos e, posteriormente, também estrangeiros, foram transformados em força de trabalho."

do Sul um país isolado no continente e construindo um cenário de desconfiança por parte dos países africanos com relação a Pretória.

2.1 Da chegada ao poder à construção do cordon sanitaire: A política externa sul-africana para a África durante as administrações Malan, Strydom e Verwoerd

A chegada de Malan (1948-1954) inaugura a fase de domínio do NP na administração da África do Sul. De modo geral, baseando-se em um misto de supremacia branca e na crença em uma África do Sul como fonte difusora dos valores cristãos e ocidentais (BRANCO, 2003), seu governo interpreta a África do Sul como "*a centre in the periphery*" (NOLUTSHUNGU, 1997, p. 60), e, por tal condição, o país deveria estar próximo das grandes potências ocidentais, e não do continente, em especial da região sul da África.

Portanto, durante a Era Malan não houve interesse por parte de Pretória em auxiliar os movimentos de libertação nacional dos países africanos; pelo contrário, a sua administração buscou aproximar-se das elites brancas governantes – inclusive considerando importante controlar os territórios da Basutolândia (atual Lesoto), Bechuanalândia (atual Botsuana) e Suazilândia, estes pertencentes à Inglaterra. Analisando sobre a interdependência existente na região sul do continente,[5] Chanaiwa (2010, p. 300) expõe sobre estes três territórios, segundo o autor,

> [do] ponto de vista econômico, a Basutolândia formava um enclave no território sul-africano, onde os raros europeus eram, em sua maioria, funcionários governamentais, comerciantes e missionários, e no qual a agricultura e a criação de animais não dispunham senão de terras empobrecidas pela erosão. A Bechuanalândia era, essencialmente, um vasto deserto economicamente dependente da pecuária bovina e das rendas provenientes da mão-de-obra migrante. A Suazilândia era o mais viável dos três territórios, com um solo fértil, ricas jazidas de ferro, de amianto e de estanho, bem como uma silvicultura e um sistema de irrigação relativamente bem desenvolvidos. Mas, os europeus se haviam atribuído boa parte das mais ricas terras.

Se considerássemos apenas como fator econômico a exploração da Basutolândia, Bechuanalândia e Suazilândia, tendo como parâmetros a fertilidade ou não do solo, ou a busca por matérias-primas, poderíamos cometer o erro de não encontrar motivos que levassem a

[5] Nas palavras de Chanaiwa (2010, p.299), "[no] limiar da Segunda Guerra Mundial, criara-se uma solida relação de interdependência entre a zonas centrais, ocupadas pelos colonos, e as regiões periféricas, a saber, os territórios da Alta Comissão Britânica da Bazutolandia (atual Lesoto), da Bechuanalandia (a atual Botsuana) e da Suazilândia, os protetorados britânicos da Rodesia do Norte (atual Zâmbia) e da Niassalandia (atual Malaui) e as colônias portuguesas de Angola e, com maior ênfase, de Moçambique."

África do Sul de Malan a se interessar por tais colônias inglesas. Entretanto, a importância destes territórios está relacionada ao fornecimento de mão-de-obra barata para trabalhar nas minas sul-africanas (CHANAIWA, 2010).[6] Além do fator mão-de-obra, outros pontos se tornam relevantes e dão significados a busca por parte de Pretória em englobar tais territórios. Discutindo acerca disso, Branco (2003, p.146), indica que o interesse sul-africano ocorria uma vez que,

> Quando em 1910 a União Sul-Africana foi criada, ficou prevista a inclusão dos três protetorados na África do Sul. Tal inclusão fazia sentido em termos geográficos, nomeadamente no caso da Bechuanalândia e Suazilândia. Do ponto de vista econômico, os três territórios estavam muito dependentes da economia sul-africana, tanto mais que eram membros da *Southern African Customs Union* (SACU) e da *Commom Monetary Area* (CMA). Finalmente, do ponto de vista da segurança, era essencial para a África do Sul garantir o controle desses territórios.

Todavia, a possibilidade em aderir os territórios da Basutolândia, Bechuanalândia e Suazilândia à África do Sul não ocorreu durante a administração Malan e foi inviabilizado com o advento da administração Verwoerd (1958-1966), uma vez que durante este governo os atritos existentes entre Pretória e Londres se intensificaram, culminando na saída da África do Sul da *Commonwealth* e, por conseguinte, rompendo com qualquer possibilidade de englobamento territorial.

De certo modo, se durante a administração Malan (1948-1954) encontramos um cenário caracterizado pela colonização européia na África, após sua administração o panorama no continente era diferente, este marcado pela intensificação nos processos de independência e, consequentemente, pelo surgimento de novos países. Logo esse novo contexto indicava que, caso Pretória ainda tivesse como objetivo manter o regime vigente protegido, teria que se relacionar não apenas com as potências ocidentais, mas também com os recém-independentes países do continente. É neste complexo cenário que Strydom (1954-1958) e Verwoerd (1958-1966) assumem a administração da África do Sul. [7]

---

[6] Analisando como se dava a busca por mão-de-obra barata, Chanaiwa (2010, p. 300) expõe que "[n]umerosos agentes de recrutamento atuantes na Bazutolandia, na Bechuanalandia, na Suazilândia, em Moçambique, Angola e Niassalandia enganavam intencionalmente os camponeses analfabetos, concedendo-lhes adiantamentos em dinheiro e em produtos, encantando- os pelo contato com as maravilhas da vida urbana na Africa do Sul e na Rodesia do Sul. Os candidatos aos postos de trabalho eram abrigados e alimentados nos campos transicionais, instalados nos países de imigração; apos uma entrevista e um exame medico, os contratados para o trabalho nas minas, nas propriedades rurais e nas usinas, eram conduzidos. Apos um período de 12 a 18 meses de trabalho, os migrantes eram repatriados pelos mesmos serviços utilizados na ida".

[7] Embora não sendo a finalidade deste trabalho analisar o *apartheid* no âmbito interno a África do Sul, vale ressaltar algumas características da administração Verwoerd (1958-1966). Segundo Pereira (2012, p.63-82), "[a]rticulador da teoria do desenvolvimento separado, Verwoerd agregou novas características ao apartheid. [...] A partir de 1960 [...] Verwoerd e o Partido Nacional puderam impor sua própria visão de sociedade sobre o

Segundo Branco (2003), durante as administrações Strydom e Verwoerd, tornou-se perceptível que a África do Sul passaria a ser cada vez mais questionada pelos novos Estados. De certo modo, ambos os governos encontraram na cooperação técnica – participando na criação da *Commission for Technical Cooperation in Africa South of the Sahara*, do *The Scientific Council for Africa South of the Sahara* e do *The Inter African Bureau of Soil Conservations and Land Utilization* (BRANCO, 2003) - uma possível solução para amenizar os questionamentos acerca do *apartheid*, e, assim, manter o cenário regional favorável ao sistema vigente.

Além desta estratégia de cooperação técnica com os novos países africanos, Pretória buscou construir, durante a administração Verwoerd, uma espécie de "*cordon sanitaire*" (DÖPCKE, 1998, PENNA FILHO, 2008) que pudesse criar condições de isolar e proteger o *apartheid* de possíveis transtornos à sua perpetuação. Para tal realização, o NP buscou se aproximar da Suazilândia (que se tornaria independente em 1969), Lesoto e Botsuana (ambos conquistariam a independência em 1966), manter o controle sobre a Namíbia (cuja independência ocorreria somente em 1990), fortalecer seu apoio à elite branca dominante na Rodésia do Sul (colônia britânica que, em 1980, se torna independente e passa a ser chamada de Zimbábue) e fortalecer as relações com Portugal (país que possuía Angola e Moçambique como colônias) (CHANAIWA, 2010).

Contudo, a busca em construir este *cordon sanitaire* como meio de garantir a manutenção do regime, levou a África do Sul a ser cada vez mais criticada e contestada, principalmente por parte dos países africanos, acerca do seus interesses. Realizando um panorama sobre os acontecimentos que marcaram este período, Branco (2003, p.149-150) expõe acerca das consequências deste modo de atuar sul-africano.[8] Segundo ele,

---

país. O princípio pelo qual trabalhavam era o da negação, para aqueles que não eram brancos, de qualquer participação em uma nacionalidade comum sul-africana. Ao contrário, os nãos brancos deveriam pertencer a um dos seguintes grupos: xhosa, zulu, swazi, tsonga, ndebele, venda, sotho do norte, sotho do sul, tswana, indianos e *coloured* [mestiços]. Cada um desses grupos, exceto os dois últimos, foi considerado como tendo seu próprio país de origem histórica, no qual poderiam se desenvolver de acordo com sua próprias tradições." . De modo geral, a administração Verwoerd construiu o *Bantu Self Government Act*, comumento conhecidos como Bantustões – territórios dentro da África do Sul que se enquadravam dentro da ideologia de "*desenvolvimento separado*" (BRAGA, 2011, p. 73), em que os negros deveriam habitar, como forma de separar a população branca, que era minoria e ficava com os melhores territórios, da grande população de negros, que passavam a viver em pequenos territórios e em precárias condições (CHANAIWA, 2010).

[8] Descrevendo melhor sobre engajamento dos países africanos na luta contra o *apartheid*, Chanaiwa e Kodjo (2010, p. 907) indicam que, em reunião realizada em Addis-Abeba em 1963, "os Estados-membros [...] decidiram não somente romper as suas relações diplomáticas e comerciais com este país [África do Sul], assim como intensificarem o seu combate, pela independência da Namíbia, perante a Corte Internacional de Justiça; apoiar o Comitê Especial das Nações Unidas contra o *apartheid*; lutar pela aplicação de sanções econômicas contra a África do Sul e oferecer aos refugiados sul-africanos bolsas e possibilidades de estudos, além de empregos na função pública dos países africanos"

> Em Junho de 1960 a II Conferência dos Estados Independentes da África, realizada em Addis Abeba, exigiu que os estados africanos se abstivessem de manter relações diplomáticas com a África do Sul. Em 1961, a Conferência da Commonwealth, realizada em Londres, demonstrou como a posição da [África do Sul] era cada vez mais criticada. Verwoerd assistiu a esta reunião da Commonwealth com o intuito de garantir, apesar da proclamação da República, a continuação do seu país na organização. Porém, a onda de críticas dos outros estados membros a Pretória, devido à sua política racial, fez com que Verwoerd decidisse retirar o seu país da Commonwealth. Em 1962 foi a vez da Assembleia Geral da ONU adotar resoluções no sentido de impor sanções diplomáticas à [África do Sul]. Em 1963, a OUA, logo após a sua criação, apelou ao isolamento diplomático da [África do Sul], defendendo que os estados membros se deveriam abster de manter relações diplomáticas com Pretória. Em 1965, a [África do Sul] sofreu um duro golpe quando as organizações técnicas que tinham aderido nos anos 50, a CSA e a BIS, e nas quais apostava para promover o relacionamento com os países africanos, foram absorvidas pela OUA, organização da qual a [África do Sul] estava excluída.

Em suma, no decorrer destas três primeiras administrações do *National Party*, o regime segregacionista passou cada vez mais a ser alvo de críticas. Seja pelo repúdio por parte da Organização da Unidade Africana (OUA), pelas sanções diplomáticas criadas pela ONU ou pelo rompimento com a *Commonwealth,* é fato que a África do Sul passava a ser, principalmente no continente africano, um país isolado, e, nesse sentido, para construir um cenário regional favorável à perpetuação do regime vigente, havia a necessidade de Pretória recorrer a uma nova estratégia.

2.2 Duas faces de uma mesma moeda: da cooptação de Vorster à coerção de Botha

Intitulada de "*outward-looking policy*" (NOLUTSHUNGU, 1997), a estratégia desenvolvida pelo NP durante a administração de Vorster (1966-1978) buscou usar da principal fragilidade econômica existente nos países recém-independentes, no caso, a luta contra a pobreza, como meio de garantir a aceitação do *apartheid*. De modo geral, a África do Sul encontrava-se, economicamente, em melhores condições se comparada com os países da região. Em Kaniki (2010, p.475-476), encontramos alguns fatores que *a priori* auxiliaram na criação desta discrepância. Discutindo acerca dos impactos da indústria mineradora, o autor indica que:

> Igualmente revolucionário foi o impacto das indústrias de extração mineral no domínio da infraestrutura. Dadas as enormes distâncias que separavam as zonas de povoamento e as cidades – Johannesburgo esta a 1540 km do Cabo – e a dispersão da população, ate então havia-se descartado a ideia da construção de ferrovias, pois a operação não seria rentável. A descoberta de ouro e de diamantes, contudo, tornou a instalação de uma rede ferroviária e rodoviária não só necessária, mas também

> viável. Não causou surpresa, pois, que a construção de ferrovias começasse na década de 1870 a partir de vários pontos Cidade do Cabo, Port Elizabeth, East London e Durban –, todas dirigidas em primeiro lugar aos campos diamantíferos e, depois de 1886, ao Transvaal. A extensão das linhas aumentou de 110 km em 1869 para 1700 km em 1889, 3300 km em 1899 e 4190 km em 1905. A malha rodoviária teve evolução paralela: no fim da Primeira Guerra Mundial, o pais possuía 75 mil km de estradas provinciais e muitos quilômetros mais de caminhos que serviam as explorações agrícolas.

Além da infraestrutura sul-africana, Kaniki (2010) indica que o desenvolvimento da indústria mineradora gerou duas outras consequências para o país. O primeiro diz respeito à entrada de investimentos advindos de países como os Estados Unidos e o Reino Unido, fator este que tornou a África do Sul no maior receptor de investimentos externos destinados ao continente. Já o segundo impacto desta indústria foi sua participação no processo de urbanização da África do Sul. Discutindo a respeito, Kaniki (2010, p. 480) expõe que:

> A expansão das indústrias extrativas experimentou, além disso, como corolário, forte surto de urbanização. A migração de trabalhadores para as novas zonas mineiras e industriais trouxe consigo o rápido desenvolvimento de algumas cidades e o aparecimento de aglomerados inteiramente novos. Foi assim que Kimberley, que não existia em 1866, contava 18 mil habitantes em 1877 e que, em 1900, a antiga aldeola de Johannesburgo tornara-se uma grande cidade de 166 mil habitantes. Outras cidades, como a do Cabo e Port Elizabeth, viram a sua população proliferar rapidamente durante o mesmo período. A proporção de brancos que viviam nas cidades passou de 35,8% em 1890-1891 para 65,2% em 1926, e a dos africanos de 13% em 1904 para 17,3% somente em 1936. Dois outros setores da economia sul-africana experimentaram uma fantástica expansão, graças em parte ao desenvolvimento da indústria de mineração: a agricultura e o setor manufatureiro.

Além das transformações indicadas por Kaniki (2010), o setor minerador sul-africano também simbolizou o inicio do processo de desenvolvimento do setor industrial nacional, este que, através da introdução do modelo de industrialização por substituição de importações por parte da administração do *National Party*, tornou-se mais importante que o setor agrário. [9] Em suma, enquanto a grande maioria dos países africanos possuíam economias orientadas pela

[9] Para Habib e Padayachee (2000, p. 247, tradução nossa), "Entre 1948 e final de 1970, o NP defendeu uma visão econômica do estado intervencionista, porém restrito à população branca. Como alguns outros países em desenvolvimento daquele período, a África do Sul prosseguiu uma estratégia econômica de substituição de importações que facilitou a expansão e desenvolvimento do setor manufatureiro do país, e, especialmente, a produção (com trabalho negro relativamente barato) de bens de consumo duráveis". Se por um lado, o modelo de industrialização pela substituição de importação simbolizou a preponderância do setor industrial sobre o setor agrário, por outro lado, segundo Pereira (2010, p.5), a maior participação do Estado neste processo tinha como finalidade garantir aos *africâneres* a maior participação no setor industrial. Segundo a autora, "No plano econômico, esforçaram-se em promover e introduzir o capital *afrikaner* no coração da economia – o setor de mineração – ainda reduto do capital de origem inglesa e dos investidores externos. O Estado passou a ter expressiva participação na economia, permitindo a expansão da indústria de substituição de importações nos setores siderúrgico, químico, de minerais processados, energético e, mais tarde, de armamentos."

indústria extrativista e, principalmente, pela agricultura, exportando produtos primários para o mundo ocidental e importando manufaturas advindas dos países desenvolvidos. (CHINWEIZU, 2010), a África do Sul despontava como uma economia industrializada e diversificada (KIPRÉ, 2010), destino da maior parcela de investimentos externos diretos advindos de diversas potências mundiais voltados para o continente africano (BAHIA, 2000).

Tal condição se revelou um valioso instrumento de política externa da administração Vorster. De acordo com Branco (2003) Pretória aproveitou dessa superioridade para realizar acordos de ajuda financeira (como o auxílio fornecido ao Lesoto, Suazilândia, Madagascar, Malaui, dentre outros) e, como troca, construir e manter relações diplomáticas com tais países.[10] Portanto, diferentemente das administrações anteriores, Vorster buscou na preponderância econômica de seu país um meio de cooptar países a serem coniventes com a existência do *apartheid*, construindo um cenário regional favorável à África do Sul, tirando-a do isolamento (BRANCO, 2003).

De certo modo, Vorster entendia que o isolamento da África do Sul, fruto do modo de atuar das três administrações anteriores, era nocivo à manutenção do *apartheid*[11]; logo, a cooptação dos países africanos era fundamental para romper com esta situação. Entretanto, para obter o resultado esperado, havia a necessidade de alterar algumas das premissas do *apartheid.* É neste contexto que Pretória buscava romper com a imagem da África do Sul de país europeu estabelecido na África (PEREIRA, 2010), passando a ser apresentada como "parte integrante do continente" (BRANCO, 2003, p.152).[12]

Se, por um lado, a administração Vorster rompia com pontos característicos das administrações Malan, Strydom e Verwoerd, por outro, é necessário reiterar que tais transformações não buscavam pôr fim ao sistema vigente, mas sim, garantir a estabilidade necessária à sua manutenção. Conforme Branco (2003, p.152), Pretória abandonava o *status* de "*baluarte do Ocidente na África*", mas permanecia pró-ocidente. Ademais, ainda de acordo com o autor, a busca em se aproximar dos países africanos não representava uma possível atitude de benevolência por parte de Pretória com relação ao desenvolvimento econômico da

[10] Em Branco (2003, p. 153), encontramos exemplos dos possíveis motivos que levaram os países a aceitarem as "regras do jogo" impostas por Pretória. No caso do Malaui, a explicação pode ser encontrada no então presidente Hastings Banda que "justificou, oficialmente, a sua decisão devido à pobreza, dependência e posição geográfica do país". Já no caso de Madagáscar, "o governo do Presidente Philibert Tsirana aproveitou o auxílio sul-africano, para reduzir a dependência e influência francesa, ao mesmo tempo que garantia apoios no combate à crescente influência soviética e chinesa no Oceano Índico."

[11] Ao término da administração Vorwerd, Pretória mantinha representações diplomáticas tão somente com os "territórios de Angola, Moçambique, Rodésia e Ilhas Maurício" (Branco 2003, p. 150).

[12] Nas palavras de Branco (2003, p. 152), "O *apartheid* deixa de ser considerado um fim em si mesmo, coisa que acontecia na era de Verwoerd, uma vez que se começa a pensar na possibilidade do regime de minoria branca conseguir substituir sem o *apartheid."*

região, mas um meio de obter a inserção de suas exportações nestes mercados, uma vez que o isolamento gerado pelo *apartheid* vinha afetando o crescimento econômico da África do Sul.

Contudo, no ano de 1975, Angola e Moçambique proclamavam suas respectivas independências e, juntamente com Botsuana, Tanzânia e Zâmbia, formaram os chamados Estados de Linha de Frente (ELF) (CHANAIWA, 2010), dando um duro golpe ao então *cordon sanitaire* criado durante a administração Verwoerd, uma vez que este grupo de países seriam contra-NP e apoiariam os movimentos de libertação tanto na Rodésia do Sul (atual Zimbábue) – *Zimbabwe African National Union* (ZANU) e *Zimbabwe African People's Union* (ZAPU) – como na Namíbia – apoiando *South West Africa People's Organization* (SWAPO) – e África do Sul – no caso, o *African National Congress* (CNA) e o *Pan Africanist Congress* (PAC) (CHANAIWA, 2010).[13]

Nesse sentido, a criação do ELF e, por conseguinte, sua participação nos movimentos de independência e de combate ao *apartheid*, simbolizava transformações na conjuntura regional, na qual os questionamentos referentes ao regime vigente na África do Sul se tornariam cada vez mais constantes. Neste cenário contrário e nocivo aos interesses do NP, a *outward-looking policy* desenvolvida durante a administração Vorster não mais garantiria a estabilidade necessária à sobrevivência do sistema vigente e, por tal motivo, havia a necessidade de outra estratégia[14]. É neste contexto que Botha (1978-1989) chega ao poder, rompendo com a cooptação de Vorster e demonstrando que a África do Sul passaria "de um comportamento construtivo, para um comportamento destrutivo" (BRANCO, 2003, p.155).

De acordo com Pereira e Visentini (2008), a administração Botha considerava que o cenário regional se tornava cada vez mais nocivo aos interesses de Pretória e indicava que, se nada fosse feito, a África do Sul poderia ser alvo de uma "*total onslaught*", isto é, de um

[13] Embora o ANC e o PAC tivessem a população negra como foco principal, é preciso expor sobre a diferença entre ambos. Discutindo acerca das diferenças entre estes partidos, Chanaiwa (2010, p.308) indica que, "[a] imagem do escrito pelo seu presidente e fundador, Robert Mangaliso Sobukwe, no *The Africanist* , o PAC considerava a Africa do Sul como um pais africano e se fixava como objetivos colocar um ponto final a supremacia branca e fazer triunfar o pan africanismo. Ele opunha-se a uma politica multirracial, dirigida pelos brancos, os quais, aos seus olhos, eram todos "acionistas da Sociedade Anônima dos Opressores da Africa do Sul". [...] De uma maneira geral, o CNA e o PAC recrutavam os seus militantes em meio as mesmas camadas sociais − classe media, proletariado e massas camponesas. Os estudantes e os intelectuais progressistas tinham, todavia, tendência a aderir preferencialmente ao PAC."

[14] De modo geral, segundo a análise desenvolvida por Branco (2003, p.154), podemos indicar que durante o período de Vorster (1966-1978), teve-se dois momentos na história da política externa da África do Sul. Nas palavras do autor, "[e]xternamente, Vorster teve que enfrentar dois períodos muito distintos. O primeiro, que durou até 1973-74, caracterizou-se por elevado grau de confiança da população branca, alicerçada por um crescimento econômico e uma segurança interna e externa garantida pelo cordão sanitário regional e o apoio das principais potências regionais. [...] A segunda fase, que se iniciou em 1975, foi exatamente o contrário. As independências de Angola e Moçambique, marcaram o início de profundas alterações regionais."

"ataque total". Portanto, para escapar deste possível confronto, os sul-africanos deveriam agir de modo preventivo, através da *"total national strategy"*, ou seja, desestabilizando a região.

Segundo Branco (2003), Botha considerava que a instabilidade regional gerada pela atuação da África do Sul tornaria o ataque total inviável, visto que as alianças regionais não mais seriam possíveis. Corroborando com tal constatação, encontramos em Pereira (2012, p.113) explicações e exemplificações deste modo de atuar. Em suas palavras,

> A desestabilização objetivada pelo governo de Pretória baseava-se no princípio da coerção econômica e militar dos vizinhos para impor a hegemonia sul-africana. Acreditava o governo que, dessa forma, conseguiria controlar e eliminar o apoio externo aos movimentos de resistência interna e também no Sudoeste Africano, na expectativa de substituir governos hostis por aliados. A África do Sul passou a fazer incursões sistemáticas nos países vizinhos, dando assistência de combate a grupos antigovernamentais como nos casos da Unita e da FNLA. Também faziam parte da Estratégia Total o apoio financeiro e logístico para treinamento e concessão de armamentos e a garantia de acolhida no território sul-africano de grupos que lutassem contra os Estados da Linha de Frente – a Unita, em Angola, a Renamo, em Moçambique, as milícias de Muzurewa e Sithole e os dissidentes da ZAPU, no Zimbábue, assim como o chamado Lesotho Liberation Army [Exército de Libertação de Lesoto]. [...] Outro instrumento de ação estratégica foi a sabotagem. Foram inúmeros os atos contra alvos econômicos e militares nos Estados da Linha de Frente realizados por comandos sul-africanos, bem como o envolvimento em golpes militares ou tentativas de golpe, como nos casos de Lesotho e de Seychelles. Por fim, a chamada *forward defense* [defesa avançada] constituía-se em ações militares, atentados e ataques contra o CNA e a SWAPO, mas também contra campos de refugiados e simpatizantes dos movimentos em quase todos os Estados da Linha de Frente. A ideia, portanto, era a de neutralizar esses países no que diz respeito à sua postura antiapartheid.

Nesse sentido, a administração de Botha diverge da de Vorster, pois que, contrariamente à *outward-looking policy*, que acreditava na aceitação do *apartheid* através da cooptação, Botha considerava que o melhor meio para tornar o cenário novamente favorável a Pretória seria através da coerção. Além disso, se Vorster encontrava na fragilidade econômica um forte aliado para fazer com que os países africanos aceitassem a vigência do *apartheid*, Botha encontraria na luta contra o avanço socialista/cubano sobre a região um forte aliado à legitimação de seus atos (BRANCO, 2003).

De fato, desde a era Malan a África do Sul tinha como intuito manter a África distante do comunismo (BRANCO, 2003); entretanto, considerando que Angola e Moçambique se tornavam independentes e governados por administrações pro-socialismo (CHANAIWA, 2010, VISENTINI, 2011), Pretoria julgou necessário intervir através do apoio dado aos movimentos contrários a tais governos. No caso angolano, a adesão foi dada à União Nacional

pela Independência Total de Angola (UNITA) e, quanto a Moçambique, Pretória apoiou a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) (BRAGA, 2011).[15]

Além dos casos de Angola e Moçambique, Botha buscou criar meios que retardassem o processo de independência do Zimbábue e da Namíbia (PEREIRA, 2007). Para tanto, Pretória fortaleceu os laços com as elites brancas governantes destes países. Contudo, mesmo apoiando a administração de Smith – político que, de forma unilateral, proclamou em 1965 a independência da Rodésia do Sul (atual Zimbábue), como forma de manter o domínio político restrito à minoria branca (CHANAIWA, 2010) –, não obteve o sucesso almejado, pois o país se tornou independente em 1980. No entanto, apoiando e mantendo governos pró-*apartheid* (CHANAIWA, 2010), a África do Sul conseguiu retardar o processo de independência da Namíbia até 1989.

De modo geral, este recrudescimento da atuação sul-africana demonstrava que Pretória tinha como interesse "reunir os últimos Estados com governos de minoria branca (Namíbia), Estados moderados (Zimbábue) e conservadores (Malaui), bem como aqueles Estados dependentes em termos econômicos (BSL e Bantustões)" (PEREIRA; VISENTINI, 2008, p. 164) e, desse modo, recriar o *cordon sanitaire*. Nesse sentido – mantendo governos favoráveis a Pretória, e submetendo-os ao domínio econômico sul-africano – Botha desejava criar a chamada "Constelação de Estados da África Austral (Consas)" (PEREIRA; VISENTINI, 2008, p. 164), mantendo a região sob controle e favorável à vigência do *apartheid*.[16]

Com a criação deste novo *cordon sanitaire*, Pretória conseguiria dar um duro golpe aos movimentos contrários ao *apartheid*, no caso o *African National Congress* (ANC) e o *Pan-African Congress* (PAC) – partidos políticos que foram postos na ilegalidade durante a administração Verwoerd e que viam nos países da região locais adequados para poderem se reorganizar e lutar contra o regime vigente, através de seus respectivos braços armados *Umkhonto we Sizwe* e *Poq*. Desta maneira, lutar contra o avanço soviético/cubano também representava combater o ANC e o PAC, uma vez que tanto o socialismo quanto ambos os

[15] Segundo Visentini (2011, p. 127), "A ascensão de Angola e de Moçambique à independência criou um perigoso desequilíbrio estratégico para os regimes racistas da África do Sul e da Rodésia e forte preocupação para os Estados Unidos e seus aliados europeus. A presença militar cubana em Angola e o apoio soviético aos novos regimes (que se definiram pelo socialismo), conduziram à guerra aberta e a uma estratégia de desgaste por parte de Pretória e Salisbury contra os Países da Linha de Frente. Enquanto isto, as guerrilhas da ZANU e da ZAPU, apoiadas pelas vizinhas Moçambique e Zâmbia, faziam avanços na Rodésia e os protestos políticos e ações de sabotagem do CNA cresciam na África do Sul. Em 1980, a Rodésia era transformada em Zimbábue, com um governo marxista. A África do Sul ficava sozinha e passaria a travar uma luta de vida ou morte."

[16] Discutindo acerca da Consas, Branco (2003, p. 159) indica que sua existência, além de manter a região sob o domínio sul-africano, tinha como meta "obter o reconhecimento internacional do seu regime, nomeadamente por parte do Ocidente, Para tal, era essencial que a Constelação de Estados fosse criada, para transmitir a ideia de que os estados da região aceitavam o regime sul-africano."

partidos eram vistos como nocivos ao *apartheid*. De modo geral, para Branco (2003, p. 159), a política externa desenvolvida durante este período tinha como meta realizar três objetivos, em suas palavras,

> (1)A curto prazo enfrentar o dilema de reprimir os movimentos de libertação nos países vizinhos, o que implicava atacar estes países e, transmitindo para o exterior uma imagem de agressor, ao mesmo tempo que pretendia cativar apoios externos. A utilização do argumento da ameaça soviética/cubana para explicar estes ataques, foi a solução encontrada. [...] (2) A médio prazo, a política regional sul-africana visava neutralizar os estados vizinhos, impedindo-os de apoiar os movimentos nacionalistas. Para tal, a [África do Sul] utilizou o seu poder econômico e militar, numa clara administração da política do bastão e da cenoura. [...] (3) A longo prazo, o objetivo sul-africano era obter o reconhecimento internacional do seu regime, nomeadamente por parte do Ocidente, Para tal, era essencial que a Constelação de Estados fosse criada, para transmitir a ideia de que os estados da região aceitavam o regime sul-africano.

O resultado da *total national strategy* foi catastrófico para os interesses sul-africanos, uma vez que Pretória não conseguiu garantir a segurança esperada por Botha; inclusive, durante este período, estabeleceu-se a *Southern African Development Coordination Conference* (SADCC), que trazia como proposta a cooperação entre seus Estados-membros como forma de diminuir a dependência econômica destes com relação à África do Sul e, consequentemente, manter Pretória isolada no continente (Döpcke 1998).[17] Ademais, tal estratégia levou o regime a ser cada vez mais contestado pela Comunidade Internacional, demonstrando a inviabilidade de sua manutenção. É nesta complexa conjuntura que De Klerk (1989-1993) assumi o poder na África do Sul, inaugurando a última administração do *National Party*.

2.3 A *New Diplomacy* como última tentativa: A administração De Klerk e o legado do *apartheid* para a África do Sul e para o continente africano

Durante o período De Klerk (1989-1993), a África do Sul encontrava-se em um cenário marcado por diversos desafios a serem resolvidos e um objetivo a ser alcançado. Com relação aos desafios, o principal deles levava Pretória a buscar o rompimento com os transtornos causados por anos de isolamento nas esferas política e econômica (PENNA FILHO, 2008). Referentemente ao objetivo, De Klerk tinha como intuito garantir a

[17] De acordo com Döpcke (1998, p.142), "[c]om a SADCC, surgiu uma proposta de cooperação econômica que se dirigiu explicitamente contra a dominação econômica do sub-continente pela África do Sul, e cujos objetivos de cooperação e coordenação de desenvolvimento foram vistos como parte integral da luta contra o regime do *apartheid*."

manutenção da minoria branca no poder (BRAGA, 2011). Entretanto, para atingir tais metas, havia a necessidade de se conquistar o apoio dos países da região e da Comunidade Internacional, uma vez que, alcançado este objetivo, as sanções político-econômicas impostas à África do Sul seriam eliminadas e Pretória sairia do isolamento. É com tal finalidade que a *New Diplomacy* surge.

De acordo com Döpcke (1998), a *New Diplomacy* tinha como finalidade inserir a África do Sul tanto no cenário internacional quanto no regional. Para o autor, Pretória buscava a inserção na Comunidade Internacional findando as sanções econômicas e politicas impostas ao país. Já no plano regional, o NP rompia com o uso da coerção, pautando-se na construção de relações pacíficas com os países da região, e no fortalecimento da imagem da África do Sul como país africano, e não como "uma extensão da Europa ao sul do globo" (DÖPCKE, 1998, p. 145). Em suma, com a *New Diplomacy* a administração De Klerk desejava apresentar ao mundo a imagem de um país em transformação e, logo, não haveria mais a necessidade de mantê-lo isolado. Em Braga (2011, p.95), encontramos algumas das principais transformações realizadas durante este período, segundo o autor,

> Em outubro de 1989, o governo da África do Sul decidiu libertar sete proeminentes presos políticos, entre eles Walter Sisulu. F. W. de Klerk legalizou o ANC, o PAC e o SACP e encerrou as restrições para a UDF e outros grupos internos. Em 12 de fevereiro de 1990, Nelson Mandela foi libertado [...]. O estado de emergência foi suspenso; a legislação base do apartheid, como o *Group Areas Act* e a lei do passe, foi abolida; a Namíbia se tornou independente; as negociações com o ANC e Mandela foram oficializadas.

De certo modo, estaria a *New Diplomacy* seguindo os passos da *outward-looking policy* de Vorster (1966-1978) visto que, em ambas, a utilização de meios não coercitivos na maneira de atuar na região, o fortalecimento da imagem da África do Sul como país africano e as diversas modificações pelas quais o regime passou durante as respectivas administrações, estiveram presentes e foram exportadas para o mundo como símbolos de uma África do Sul em transformação?

De fato, tanto a administração Vorster quanto a de De Klerk possuem pontos em comuns com relação ao modo de atuar no cenário externo, buscando garantir o fim do isolamento e a adequação da região aos interesses da África do Sul. Entretanto, é preciso indicar que durante a vigência da *outward-looking policy*, o contexto internacional era marcado pela Guerra Fria, em que os Estados Unidos, disputando com a União Soviética a

supremacia no mundo, garantiam o apoio a África do Sul, uma vez que este país lutava contra o avanço socialista pelo continente.[18]

Soma-se a este contexto, a conjuntura continental e, particularmente regional, em que havia o predomínio de Estados recém-independentes e com baixa integração entre eles. Diferentemente desta conjuntura, a administração De Klerk encontrava-se em um cenário tanto internacional - este marcado pela transição de um mundo bipolar para um cenário pós-Guerra Fria -, quanto regional - no qual o surgimento do ELF e da SADCC simbolizava a maior integração entre os países -, nocivo a manutenção do regime. Logo, a política externa sul-africana deveria estar baseada nestes condicionantes. Discutindo acerca deste contexto, Döpcke (1998, p.144) destaca alguns destes fatores que fazem com que a conjuntura em que a administração De Klerk esteve imbuída divirja daquela predominante durante a administração Vorster, para o autor,

> *Scholars* identificam, via de regra, um conjunto de razões, embora com ênfase diferenciada acerca dos fatores individuais. No centro das explicações, encontra-se a transformação do ambiente internacional (o fim da Guerra Fria), e, como consequência, tanto o colapso da figura ideológica, que servia como justificativa para as agressões sul-africanas (o anti-comunismo), quanto as pressões das super-potências sobre os seus clientes no sentido de resolverem os conflitos regionais pacificamente. A transposição do poder militar no sul de Angola teria sido outro fator decisivo para a retirada sul-africana. O impacto causado pelo número elevado de soldados brancos mortos na guerra em Angola sob a sociedade branca sul-africana, as campanhas contra o serviço militar obrigatório e os imensos custos da guerra, num momento em que a África do Sul chegou a sofrer, crescentemente, sanções e vivia uma crise econômica, igualmente exerceram grande peso. Contribuiu, também, a ampla resistência de grande parte da sociedade namibiana contra a ocupação pela África do Sul.

Além disso, como indicado por Branco (2003, p. 156), desde a administração Vorster, "o regime do *apartheid* deixou de ser considerado um fim, com conotações religiosas, e passou a ser considerado apenas como um meio destinador a perpetuar os brancos no poder". Nesse sentido, as transformações que simbolizavam o declínio do *apartheid* não são exclusivas e estão restritas somente aos períodos Vorster e De Klerk, visto que durante a administração Botha (1978-1989) é também possível perceber o surgimento de alterações no regime. Analisando o cenário interno da África do Sul, Braga (2011, p.92) indica que

[18]Analisando a África do Sul durante o período da Guerra Fria, Pereira (2012, p.107), expõe que, "[no] âmbito da ONU, houve pouco avanço no sentido dos povos, portanto, o apartheid era uma questão doméstica, que dizia respeito à África do Sul. A União Soviética e a China, bem como um número crescente de países independentes da África e da Ásia, discordavam dessa posição. Assim, os países socialistas e parte do nascente Terceiro Mundo tentaram aprovar, sem sucesso, resoluções da Assembleia Geral, pois tal iniciativa dependia do Conselho de Segurança. Com o acirramento da guerra fria, muitos países ocidentais viam a campanha contra o apartheid como uma forma de Moscou ganhar influência sobre a África Austral, recusando-se, assim, a estabelecer sanções militares e econômicas contra a África do Sul."

> [...] em 1985 as leis que proibiam o casamento e relações sexuais de diferentes raças e a lei que impedia pessoas de raças diferentes pertencerem ao mesmo partido. Em 1986, o governo promulgou leis eliminando restrições à liberdade de locomoção, residência e emprego de negros em áreas brancas e revogou as leis que exigiam o porte do passe pelos negros.

Juntamente as transformações internas apresentadas por Braga (2011), com a administração Botha a atuação sul-africana na região também passou por alterações. Como indicado anteriormente, é fato que a *total national strategy* foi predominante durante o governo de Botha, entretanto, vale ressaltar que nos anos finais de sua administração, Pretória buscou sanar as criticas e as sanções voltadas para a África do Sul, através de acordos. Segundo Pereira (2010), no ano de 1988, foi assinado o acordo de Nova York, no qual foram definidas a saída das tropas cubanas e sul-africanas do território angolano. Além disso, neste mesmo acordo, era previsto a realização de eleições e a independência da Namíbia.[19]

Em suma, se analisarmos o declínio do *apartheid* como um processo e tendo a história da Política Externa da África do Sul como base, a *outward-looking policy* pode ser considerada como o início e a *New Diplomacy* como o final deste, enquanto que a *total national strategy*, como o elemento que dinamizou tal situação. Contudo, ressalta-se que, mesmo havendo divergências entre o modo de atuar da África do Sul proposto por cada estratégia, é possível perceber que todas eram instrumentos de um Estado cujo intuito era a criação de meios que privilegiassem a minoria branca, logo, a *New Diplomacy* simbolizava a política externa de um governo que, opondo-se, à Sociedade Internacional, ainda acreditava ser possível manter a minoria branca no poder, mesmo sem a existência do *apartheid*.[20]

2.4 Conclusão do Capítulo

A desintegração do *apartheid* representou o fim do domínio branco na administração do país, uma vez que as reformas criadas durante a administração De Klerk não garantiram a

[19]Conforme salienta Pereira (2010, p.14), "[as] reformas de Botha, se por um lado, tinham como objetivo reorganizar o regime internamente, por outro, buscavam melhorar a imagem externa do país perante as principais potências capitalistas – Estados Unidos, de Reagan, Grã-Bretanha, de Thatcher e Alemanha, de Kohl. Os governos conservadores desses países eram sensíveis aos esforços do governo sul-africano no sentido de descaracterizar o regime nas suas facetas mais condenáveis."

[20]De acordo com Branco (2003, p.152), tanto para a Sociedade Internacional quanto para os movimentos de libertação, "o *apartheid* e o regime de minoria branca estavam intimamente ligados, acabando-se com a segregação racial; era óbvio que o regime de minoria branca também cairia".

sustentação necessária à manutenção do NP no poder.[21] Entretanto, mais de quarenta anos de vigência do regime trouxeram diversos desafios não somente relacionados à inserção da África do Sul no continente, mas também na esfera socioeconômica dos países da região.

Como demonstrado anteriormente neste capítulo, à busca em proteger o regime de qualquer transtorno a sua manutenção trouxe como resposta a construção de um cenário nocivo a Pretória. Tanto no âmbito continental - através das sanções impostas pela Organização da Unidade Africana - quanto no âmbito regional - através do surgimento e atuação de organizações contrárias ao *apartheid*, como a *Southern African Development Coordination Conference* e os Estados de Linha de Frente – os interesses defendidos pelo *National Party* levaram a África do Sul a se tornar cada vez mais isolada, imbuída em uma conjuntura caracterizada pela desconfiança por parte dos países africanos.

Além da busca em manter o regime ter condicionado a África do Sul ao ostracismo, este objetivo também trouxe sequelas para os países da região. Discutindo acerca da indústria mineradora, Chanaiwa (2010, p.303) indica que o intuito do NP de não utilizar mão-de-obra negra local (privilegiando o uso de trabalhadores migrantes, que, dentro de um determinado período de tempo, eram repatriados a seus respectivos países) gerou diversos impactos na região.[22] Conforme salienta o autor,

> Este recurso a uma mão-de-obra migrante teve consideráveis consequências para a África Austral. Em primeiro lugar, ele concedeu ao desenvolvimento histórico e cultural de toda esta parte do continente, um caráter distinto. Em seguida, ele contribuiu para reforçar a dependência dos países exportadores de mão-de-obra diante dos países de destino. Ele provocou, relativamente aos primeiros, uma desorganização generalizada da sociedade, caracterizada pela desintegração do núcleo familiar, o aumento dos nascimentos de filhos ilegítimos e dos divórcios, bem como o avanço do subdesenvolvimento − todos efeitos do desequilíbrio demográfico resultante do prolongado afastamento de grande numero de homens adultos.

[21] Diversos autores trabalham os principais pontos que levaram o *apartheid* ao seu fim. Pereira (2010) considera que a queda dos preços do ouro, a dificuldade em garantir a manutenção do sistema em um cenário marcado pela diminuição das receitas fiscais, e as sanções financeiras a África do Sul, foram três importantes fatores que levaram o *apartheid* a chegar ao fim. Habib e Padayachee (2000, p.247, tradução nossa), consideram que o *apartheid* chegou ao fim, uma vez que "confrontado pela crise política da década de 1970, os empresários Afrikaner, como os seus homólogos ingleses, sentiram-se confiante o suficiente para defender tanto a liberalização política e como também a reforma socioeconômica. Eles também voltaram-se a liberalização gradual do sistema financeiro sul-africano e (olhando para os mercados futuros no exterior) para uma maior integração do país na economia mundial."

[22] Segundo (DANIEL; NAIDOO; NAIDOO, 2003, p. 369, tradução nossa) "Na década de 1950 a maioria dos mineiros sul-africanos eram migrantes estrangeiros, com os maiores contingentes fornecidos pelos países mais pobres da região, Niassalândia, Basutolândia e Moçambique. No caso de Moçambique, a Câmara de Minas Sul-Africana, que gerenciava e monitorava o recrutamento de trabalhadores em nome de suas empresas associadas, designava e referia-se a metade do país (zona sul do Rio Save) como uma "reserva de trabalho". Na década de 1970, cerca de 110 000 moçambicanos foram empregados em minas da África do Sul."

Um outro fator que relaciona a África do Sul com o aumento da pobreza dos países da região pode ser encontrado em Ahwireng-Obeng e Mcgowan (1998). Analisando a relação conflituosa existente entre Pretória e o seu entorno próximo durante a vigência da *total national strategy*, os autores consideram que tal situação corroborou com o subdesenvolvimento dos países da região, uma vez que a política de desestabilização regional somada à busca em atrasar a independência de alguns países, tornou estes Estados fragilizados, caracterizados por intermináveis guerras civis, e, consequentemente, resultou na dificuldade destes em romper com a pobreza. Expondo acerca disso, Visentini (2011, p.129) indica que,

> Os ataques de comandos, com o objetivo de sabotar a infraestrutura e a economia, criar pânico na população, dissuadir os governos locais de sua diplomacia militante e destruir bases do CNA [ANC] e da Swapo (além do assassinato de dirigentes destes movimentos), representavam uma guerra de desgaste. Ela afundou ainda mais as frágeis economias dessas regiões, criaram milhões de refugiados e implicaram na colocação de milhões de minas terrestres que, décadas depois, ainda fazem vitímas e obstaculizam a agricultura e o transporte em vastos territórios.

Além das indagações apresentadas por Chanaiwa (2010) e Ahwireng-Obeng e Mcgowan (1998), outro ponto que se destaca diz respeito à imagem construída pela África do Sul. Como apresentado neste capítulo, as administrações Malan (1948-1954), Strydom (1954-1958) e Verwoerd (1958-1966), viam a África do Sul como um país europeu encravado do sul da África, enquanto que as administrações Vorster (1966-1978), Botha (1978-1989) e De Klerk (1989-1993), mesmo instrumentalizando como forma de retirar o país do isolamento, interpretavam ou ao menos tentavam exportar, a imagem de uma África do Sul como país africano.

No entanto, em todas as administrações que acima foram indicadas, o mesmo objetivo foi mantido, isto é, criar meios e condições necessárias para a manutenção da minoria branca no poder. Logo, tal meta fez com que a África do Sul fosse interpretada pelos países africanos como um país dominador, segregacionista, que valorizava e privilegiava somente as demandas da minoria branca em detrimento da população nativa, que se tornava cada vez mais oprimida e excluída por um Estado que tinha, como principal intuito, a adequação da região a seus interesses, mesmo que para sua realização fosse necessário levar os países vizinhos à ruína - tanto econômica quanto social.[23] Enfim, a continuidade do *apartheid* na

[23] Expondo acerca dos impactos que a vigência do *apartheid* gerou no cenário interno do país, Friedman (1996, p.62-63), expõe que, "A característica central da política sul-africana até 1994 foi o domínio por uma minoria racial que, até 1984, monopolizava os direitos – e mesmo depois continuaria a recusá-lo à maioria africana

África do Sul simbolizava a própria encarnação do colonizador europeu e garantia a desestabilização da região.

negra. Os brancos, cerca de 13 por cento da população, participavam de eleições multilaterais regulares, mas recusavam esse direito a seus compatriotas africanos negros, que abrangem cerca de 76 por cento da população: em 1984 o governo estendeu o direito de voto a duas minorias negras- pessoas "de cor" (3 por cento)- mas em termos que preservavam a segregação política e a dominação dos brancos. O domínio era acompanhado, pelo menos até as reformas que tiveram início na metade da década de 1970, por amplos controles sobre o acesso dos negros a todos os aspectos da vida social e econômica"

3 A ADMINISTRAÇÃO MANDELA E AS PRIMEIRAS TRANSFORMAÇÕES NA POLÍTICA EXTERNA SUL-AFRICANA

O fim do *apartheid* coincide com um cenário mundial não mais dividido entre duas grandes potências, a saber, Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), mas sim com a preponderância do primeiro. Tal acontecimento simbolizava, para alguns autores, a fase unipolar dos EUA (KRAUTHAMMER, 2002)[24], e, com isso, a intensificação na difusão dos valores socioculturais estimados pelo ocidente (IANNI, 2003) e a transformação do mundo em um "um grande mercado – em um grande sistema econômico crescentemente integrado" (BRESSER-PEREIRA, 2009, p.8).[25] Entretanto, a África iniciava a década de 1990 vista como "um continente "inviável" e marginal dentro do processo vitorioso da globalização econômica" (FIORI, 2007, p.98) e caracterizada pelo crescente Afro-Pessimismo, este que, segundo Bujra (2004, p.8, tradução nossa)[26]

> […] era a ideia central de que os povos africanos - suas sociedades, culturas, mentalidade e estruturas - são incapazes de executar seus estados e suas economias e, portanto, foram fadados a permanecerem em um estado permanente de crise - estagnação e crescimento negativo. [...] O afro-pessimismo nasceu fora da África e sua ideologia foi propagada tanto fora como dentro do continente por aqueles com o interesse em ver a África como permanentemente fraca e desorganizada.

De modo geral, tal descrença ocorria uma vez que o continente encerrava a década de 1980 caracterizado por crises tanto no âmbito econômico - baixo crescimento econômico - quanto na esfera política - guerras civis e o colapso de alguns Estados (BUJRA, 2004) – e entrava no período pós-Guerra Fria com semelhantes problemas, isto é, baixa participação no mercado internacional, com as intermináveis guerras civis, por políticas macroeconômicas insatisfatórias e pela pobreza excessiva (FUNKE; NSOULI, 2003). Este pessimismo também era fortalecido pelo histórico de fracassos referentes às tentativas de desenvolvimento do continente, exemplos que corroboram com esta situação são o *Nations Programme of Action*

---

[24] Segundo Krauthammer (2002, p. 7, tradução nossa), após a era bipolar, os Estados Unidos entraram em um período unipolar, uma vez que "[...][...] Os gastos militares americanos excedem a dos próximos vinte países juntos. Sua marinha, força aérea e poder espacial são incomparáveis. Sua tecnologia é irresistível. Os Estados Unidos são dominantes nos campos militar, econômico, tecnológico, diplomático, cultural, e até mesmo linguístico [...]"

[25] Analisando os impactos que as transformações no Sistema Internacional passavam a sofrer com o esfacelamento do bloco soviético, Visentini (2004, p.50) indica que a Nova Ordem Internacional se basearia " no avanço da democracia liberal pelo mundo, na completa abertura das economias nacionais e no aumento dos fluxos comerciais e financeiros, que deveriam trazer a prosperidade. A afirmação de um novo conjunto de agendas, implementadas por organizações internacionais com um papel reforçado, não apenas afirmariam a democracia e a prosperidade, mas promoveriam a paz mundial.

[26] Do original em inglês.

for African Economic Recovery and Development (UN-PARRED) de 1986, e o *United Nations New Agenda for the Development of Africa in the 1990s* (UN-NADAF), de 1991, que, em geral, buscavam finalizar ou diminuir a pobreza no continente (AKOKPARI, 2004), mas que não obtiveram sucesso.

Dessa forma, a entrada de Mandela na administração da África do Sul gerava grandes expectativas - principalmente por parte dos países ocidentais – com relação às possibilidades que a "nova" África do Sul poderia representar na luta contra a pobreza, pela busca na pacificação, pela realização do desenvolvimento (KAGWANJA, 2006), auxiliando o continente africano em um novo processo de internacionalização. De modo geral, esperava-se que a pujança sul-africana antes utilizada para instabilizar a região, fosse utilizada em prol da África, dando ao continente um destino diferente do que até então estava sendo previsto, uma vez que o país adentrava a década de 1990 mantendo-se como a principal economia do continente (AHWIRENG-OBENG; MCGOWAN, 1998).

Nesse sentido, o capítulo que se inicia tem como objetivo compreender as principais transformações ocorridas na política externa sul-africana durante a primeira administração do ANC e o modo como este país buscou se inserir no continente. A partir de então, tendo como base na atuação de Pretória em determinados eventos ocorridos no continente africano, concluiremos que a administração Mandela, mesmo baseada em outros princípios, não realizou as transformações almejadas por Pretória com relação ao continente africano, visto que a "nova" África do Sul não foi capaz de romper com as desconfianças por parte dos países africanos.

3.1 Transformando a Política Externa sul-africana para a África: A administração Mandela (1994-1999) e a desestruturação da política externa do *apartheid*

Em artigo intitulado de *South Africa's Future Foreign Policy,* Mandela considerava que o mundo estava passando por transformações e, consequentemente, havia a necessidade dos países também se prepararem para tais mudanças[27]. Publicado na revista *Foreign Affairs* no ano de 1993, este artigo indicava que pontos referentes aos direitos humanos, a promoção da democracia, a valorização do direito internacional, a busca pela paz através de mecanismos não violentos e a interdependência econômica entre os países se tornariam cada vez mais

[27] No original, tem-se que "Embora este processo de mudança global esteja longe de ser completo, é claro que todas as nações terão que se reformular para que possam colher qualquer benefício na relações internacionais pós-Guerra Fria" (Mandela, 1993, não paginado, tradução nossa)

importantes no cenário mundial pós-Guerra Fria. Nas palavras de Mandela (1993, não paginado, tradução nossa),[28]

> [1] as questões de direitos humanos são fundamentais para as relações internacionais e seu entendimento vai além da política, abrangendo as dimensões económica, social e ambiental; [2] as soluções justas e duradouras para os problemas da humanidade só podem vir através da promoção da democracia em todo o mundo, [3] a justiça e o respeito ao direito internacional devem orientar as relações entre as nações, [4] a paz é o objetivo para o qual todas as nações devem se esforçar, e onde esta é rompida, acordos internacionais e mecanismos não violentos, incluindo regimes de controle de armas eficazes, devem ser empregados; [5] em um mundo interdependente, o desenvolvimento econômico depende da crescente cooperação econômica regional e internacional.

Além destas questões, outro ponto que a política externa sul-africana deveria abarcar dizia respeito aos anseios africanos, como o desenvolvimento econômico e o combate a pobreza excessiva. Logo, diferentemente da "secundarização" dada às questões africanas pelo NP, Mandela (1993, não paginado, tradução nossa) ser refletidos em nossa política externa".[29] Através desta interpretação, Mandela (1993) demonstrava que em um cenário cada vez mais integrado, o isolamento causado durante a vigência do regime do *apartheid*[30] não era mais condizente com tal contexto, indicando que Pretória deveria ser mais atuante tanto no cenário internacional, quanto continental e regional, e auxiliar no surgimento de uma nova internacionalização da África. Em resumo, Mandela (1993) deixava claro que em sua administração, a África do Sul passaria por transformações.

Quando então presidente, outros pontos passaram a ser englobados pela política externa sul-africana, tais como a valorização do multilateralismo, o respeito à soberania dos Estados e a busca pela não violência na resolução de conflitos interestatais (Lipton, 2009). Contudo, tanto a interpretação acerca do cenário externo ao continente quanto os pontos apresentados no artigo publicado pela *Foreign Affairs*, ainda se mantiveram relevantes.[31] De modo geral, é pouco provável não percebermos que os valores estimados pela administração Mandela (1994-1998) além de serem diametralmente opostos àqueles vigentes na "velha" África do Sul, também refletiam as transformações internas que levaram o país a se tornar

---

[28] Do original em Inglês.

[29] Do original em Inglês.

[30] Debatendo acerca daquele momento, Mandela (1993, não paginado, tradução nossa) indicava que "Durante quatro décadas as relações internacionais da África do Sul foram direcionadas pelo apartheid. Até o final da década de 1980, a África do Sul foi um dos estados mais isolados na Terra."

[31] De acordo com documento intitulado de *South African Foreign Policy*, de autoria do *Department of International Relations and Cooperation* (DIRCO) de 1996 - na época intitulado de *Department of Foreign Affairs* (DFA), é destacado que "Mais e mais questões como desenvolvimento, direitos humanos, meio-ambiente, cooperação Sul-Sul, as relações Norte-Sul, o multilateralismo, a paz, a segurança, o desarmamento, etc, seram dominantes na agenda internacional" (DIRCO, 1996, não paginado, tradução nossa)

uma democracia multirracial (HABIB, 2009). Nesse sentido, esta "nova" África do Sul era apresentada como um exemplo a ser seguido por outros países africanos, uma vez que a Comunidade Internacional considerava que a aceitação por parte de Pretória dos princípios acima indicados, poderia motivar outros países africanos a aceitarem a democracia e os direitos humanos (DIRCO, 1996).[32]

Todavia, a disseminação de tais valores não se tornava relevante apenas porque tanto as Organizações Internacionais quanto as potências ocidentais auxiliariam no desenvolvimento daqueles países que valorizassem e aceitassem tais condicionantes (DIRCO, 1996)[33], mas sim, porque acreditava-se que ambos seriam fundamentais na resolução dos flagelos africanos. Discutindo acerca da importância de ambos os pontos, Barber (2005, p.1079, tradução nossa),[34] expõe que,

> Mandela e o ANC afirmaram que a "preocupação central" era a busca dos direitos humanos - amplamente interpretado como direitos econômicos, sociais e ambientais, bem como políticos. Estes estavam diretamente relacionados com a promoção da democracia, na base de que soluções justas e duradouras para os problemas internacionais só podem vir através da promoção da democracia em todo o mundo. Outros princípios também foram incluídos tais como o direito internacional, o apoio a paz e ao desarmamento, e a universalidade (tendo negociado com sucesso com o regime do apartheid, o ANC assumiu que poderia fazer negócio com qualquer país).

De fato, ao analisarmos os discursos realizados por Mandela, constatamos que o avanço da democracia para o continente não se tornava necessária apenas para que a África recebesse ajuda externa, mas sua importância estava atrelada na resolução de conflitos (LANDSBERG, 2000). Em discurso realizado no Parlamento do Zimbábue em maio de 1997,[35] Mandela indicava que:

> Com o advento da democracia na África do Sul, podemos dizer com confiança que a batalha contra a pobreza tem sido enfrentada. Juntamente e solidariamente no subcontinente, temos ao nosso alcance o poder de assegurar que a liberdade para

[32] De acordo com a DIRCO (1996, não paginado, tradução nossa) "a promoção dos direitos humanos e da democracia são os pilares sobre os quais a política externa da África do Sul encontra-se assentada" e, segundo o mesmo documento, "a assistência ao desenvolvimento é, em muitos casos, ligada a programas de democratização, ao respeito aos direitos humanos e o exercício do bom governo. A própria experiência recente da África do Sul neste campo faz com que o país seja visto por muitos como modelo. Muitos governos esperam que a adesão da África do Sul a estes princípios e valores o torne em um exemplo para outros países da África e em outros lugares, inspirando-os a democratização e aos direitos humanos." (DIRCO, 1996, não paginado, tradução nossa).

[33] No original, "as organizações internacionais e os governos de todo o mundo colocam cada vez mais relevância ao desempenho dos países e governos nestas áreas. A ajuda ao desenvolvimento é, em muitos casos, ligado a programas de democratização, ao respeito aos direitos humanos e o exercício do bom governo."(DIRCO, 1996, não paginado, tradução nossa)

[34] Do original em Inglês.

[35] Do original em Inglês.

> todos os nossos povos signifique a libertação da fome, da ignorância, da doença e outras formas de privação social. (MANDELA, 1997a, não paginado, tradução nossa)

De certa maneira, a democracia durante a administração Mandela (1994-1998) era interpretada como instrumento de libertação, visto que a liberdade alcançada por tal sistema tornaria possível o fim da fome, de doenças e da ignorância. Além disso, Mandela considerava que a democracia se tornava importante para o enraizamento de uma cultura democrática no continente. Segundo discurso realizado em agosto de 1996 no Encontro voltado para a África realizado pelo Instituto Internacional de Ombsdman, Mandela expõe que,[36]

> A pouco mais de dois anos, na inauguração do governo democrático na África do Sul, nós prometemos que a nossa terra nunca mais experimentaria a opressão e dominação. Sabíamos o quão difícil é a tarefa de construir a paz, a prosperidade, o não racismo, o não-sexismo, pontos estes necessários para o enraizamento de uma cultura de democracia em uma sociedade habituada a discriminação e a violência. [...] As pessoas devem ser encorajadas a falar contra a má administração com a garantia de que suas queixas serão levadas a sério [...] Cada cidadão precisa estar familiarizado com as suas obrigações e deveres. Eles devem ser capazes de reivindicar o direito de serem tratados com justiça, com eficácia e cordialidade, e reivindicarem o que lhe és devido nos termos da lei. Só assim seremos capazes de garantir que o governo se dedique ao serviço público e a uma cultura de eficiência e transparência. (MANDELA, 1996a, não paginado, tradução nossa)

Portanto, a disseminação da democracia pelo continente representaria uma possibilidade na criação desta cultura democrática, a qual se tornava importante no combate as ditaduras. Em resumo, Mandela relacionava o atraso dos países africanos com a falta de liberdade de seus cidadãos, demonstrando tal inquietação em discurso realizado em janeiro de 1998 em Uganda, no qual ele expõe que,[37]

> Nós sabemos que muitos africanos ainda não gozam de liberdade real; que muitos ainda não são capazes de controlar seus próprios destinos. As mulheres não são capazes de fazer as contribuições que eles podem e desejam fazer. Milhões na África são, em termos práticos, marginalizados por sistemas políticos que não lhes permitem escolher os líderes que desejam, ou exercer as escolhas políticas que eles querem. [...] Ainda há muitos lugares no nosso continente, onde a religião é utilizada para privar as pessoas das liberdades que são os seus direitos, muitos lugares onde o conflito e a instabilidade negam-lhes a promessa de segurança e desenvolvimento. A ignorância, o analfabetismo, a pobreza, a doença ainda escurecerem e diminuem a vida das pessoas. (MANDELA, 1998a, não paginado, tradução nossa)

[36] Do original em Inglês.
[37] Do original em Inglês.

Além da disseminação da democracia, outro ponto que a política externa da "nova" África do Sul passou a dar importância foi à busca e o fortalecimento das relações com outros países.[38] Logo, uma das características de seu governo foi se aproximar de antigos países aliados na luta contra o *apartheid* (NGWENYA, 2011) e na admissão e/ou readmissão em Organizações de âmbito internacional - tais como a *Commonwealth*, a Organização das Nações Unidas (ONU), o Movimento dos Países Não-Alinhados (NAM) e o G77 – como de âmbito continental e regional, estas simbolizadas, respectivamente, pela Organização da Unidade Africana (OUA), que futuramente passará a ser chamada de União Africana (UA)[39], e pela recém transformada SADCC, que havia sido intitulada de *Southern African Development Community* (SADC) (DIRCO, 1996)[40].

De modo geral, se durante a vigência do regime do *apartheid*, as sanções impostas pela OUA diminuíram o espaço de atuação da África do Sul, com a admissão nesta organização, Pretória garantia a possibilidade em poder atuar, melhorar e desenvolver relações diplomáticas com outros países do continente. Além da importância deste acontecimento, outra vitória da política externa sul-africana foi à entrada na SADC, que sinalizava a aceitação, por parte dos países vizinhos, desta "nova" África do Sul. Discutindo acerca da importância da cooperação e da SADC, em discurso realizado na Tanzânia em novembro de 1998, Mandela indicava que,

> Nenhum de nós pode superar esses desafios por conta própria, tal é a interdependência do mundo moderno. Também não podemos realizar qualquer dos nossos objetivos de forma isolada das demais. [...] Nós estivemos juntos na luta pela libertação, agora temos que, novamente, juntar as mãos para a paz, o desenvolvimento e a governabilidade democrática. [...] Temos de continuar a construir a SADC como o motor para o desenvolvimento que vai fazer nossa região competitiva na nova ordem econômica mundial. [...] Temos de continuar a trabalhar em conjunto para promover a estabilidade na nossa região [...]. Se nós, líderes africanos, não encontrarmos o caminho para a resolução pacífica a esses e a outros conflitos, o renascimento do nosso continente, este tornado possível pela libertação, estará em perigo. (MANDELA, 1998b, não paginado, tradução nossa)

[38]Segundo Barber (2005, p. 1082), "O próprio novo governo estava ansioso para ser ativo internacionalmente. O contraste com os dias do apartheid é indicado pela representação estrangeira. No início de 1990, África do Sul "branca" teve 30 missões diplomáticas no exterior; por volta de 1996 o governo de Mandela tinha 124, e teve uma adesão em 45 organizações internacionais, enquanto o regime branco esteve excluído na maioria destas."

[39] Tal transformação será analisada futuramente, visto que houve grande participação da África do Sul, já durante a administração Mbeki (1999-2008), nesta modificação.

[40] Em resumo, "A Southern African Development Coordinating Conference (SADCC), foi estabelecida em 1 de Abril de 1980 e, posteriormente foi transformado na Southern African Development Community (SADC). A transformação da SADCC em SADC ocorreu em 17 de agosto de 1992 em Windhoek, Namibia, onde o acordo da SADC foi adotado, redefinindo as bases de cooperação entre os Estados membros (…). Os membros da SADC são Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malaui, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia and Zimbábue." (SADC, 2012, não paginado, tradução nossa).

Logo, se anteriormente os países se uniram para lutar pela liberdade, então era necessário uma nova união; esta, porém, pautada em outros objetivos, como valorização da democracia, o interesse pelo desenvolvimento e a busca pela pacificação. Em suas palavras, Mandela (1998b, não paginado, tradução nossa) exclamava que, "paz, estabilidade e democracia são condições essenciais para o desenvolvimento".[41] Em suma, como em discurso realizado na Assembleia Nacional de Angola em abril de 1998, Mandela considerava que a prosperidade da região seria diametralmente oposta ao isolamento, ou seja, a resolução de problemas africanos se daria através da ação conjunta.[42]

Além dos direitos humanos, da disseminação da democracia, e da valorização da cooperação entre os Estados, outro ponto que passava a representar a política externa da "nova" África do Sul diz respeito à pacificação, principalmente da região sul do continente. Segundo, Ngwenya (2011, p.5, tradução nossa), o envolvimento de Pretória no sul da África estaria motivado por dois pontos principais.[43] Em suas palavras,

> [...] há duas razões principais para a priorização da África pela política externa da África do Sul. A primeira relaciona-se com o papel desempenhado pela grande maioria dos Estados africanos pós-independência em apoiar a luta dos movimentos sul-africanos de libertação contra o apartheid. [...] A segunda razão para o papel ativo da África do Sul na África é a busca dos interesses nacionais. As desigualdades sócio-econômicas internas que foram perpetuadas pelo apartheid deixou o governo pós-apartheid com desafios significativos na construção da nação [...]. Para este fim, os presidentes pós-1994 deixaram claro que a África do Sul não pode dar ao luxo de ser uma ilha de prosperidade num mar de pobreza, uma vez que acabaria por inviabilizar os esforços de reconstrução de desafios domésticos encontrados no pós-apartheid.

Além destes dois principais pontos, Ngwenya (2011, p.5-6, tradução nossa) ressalva um terceiro fator que, em sua visão, demonstra a importância e o interessa da "nova" África do Sul sobre a região sul do continente.[44] Analisando o contexto sul-africano pós-*apartheid*, o autor indica que,

> O retorno da África do Sul ao cenário mundial em 1994, sinalizava que o país buscaria novos mercados onde as empresas sul-africanas poderiam aproveitar a experiência aperfeiçoada a nível nacional na era do apartheid. [...] Assim, a decisão de orientar a África do Sul para a África foi inicialmente impulsionada pelo imperativo de conquistar um espaço viável para a expansão das empresas sul-

[41] Do original em Inglês.
[42] No original, "Tal é a interdependência de todas as nações, em particular da da África Austral, que nenhum país desta região poderá prosperar de forma isolada." (MANDELA, 1998c, não paginado, tradução nossa)
[43] Do original em Inglês.
[44] Do original em Inglês.

> africanas, dando ao país uma vantagem de "first mover" na África através de sua expansão para uma diversificada gama de setores, incluindo serviços gerais de negócios de atacado e varejo, serviços financeiros, construção, energia, desenvolvimento imobiliário e agricultura.

Nesse sentido, a partir da análise desenvolvida por Ngwenya (2011), poderemos compreender que a insistência da administração Mandela (1994-1998) na pacificação da região representaria não somente a possibilidade em saudar a dívida com os países que apoiaram o ANC na luta contra o *apartheid*, mas também poderia ser importante na busca em resolver outras duas consequências deixada pelo regime anterior, no caso, a desigualdade socioeconômica existente e o acesso, por parte das empresas sul-africanas, a mercados externos antes negado por sanções econômicas ao país. Em Chanaiwa (2010, p.295), é possível encontrar motivos que faziam da região sul do continente, um local a ser valorizado pelos empresários sul-africanos. Para o autor,

> A Africa Austral representava, a partir de 1935 e sob uma perspectiva mundial, a parte mais importante do continente africano no plano econômico. Nos últimos trinta anos do século XX, em suplemento e pouco a pouco, ela tornou-se a mais importante sub-região da Africa no plano estratégico. A sua proeminência econômica proveio, antes de tudo, da sua riqueza em minerais vitais para a civilização industrial ocidental e foi reforçada pela agricultura e pela industrialização locais. Ela deve a sua proeminência estratégica a combinação da sua riqueza com a crescente importância da rota do Cabo para o trafego marítimo entre a Ásia e o mundo ocidental, especialmente o transporte petrolífero dos países do Golfo.

De fato, como apresentado por Chanaiwa (2010), o sul da África em si se destaca não apenas pela sua característica geoestratégica, isto é, por estar entre o Oriente e o Ocidente, mas também por ter em seu solo vasta riqueza mineral, atributo este que, garantiria a possibilidade de exploração por parte das empresas mineradoras sul-africanas. Tanto os pontos apresentados por Ngwenya (2011) como a abundância em recursos minerais indicadas por Chanaiwa (2010), poderiam ser interpretados como qualidades que, por si, levariam a África do Sul a buscar a pacificação da região, para, dessa forma, obter o acesso de suas empresas aos países do sul do continente. Entretanto, ao acompanharmos a administração Mandela, a importância da pacificação era baseada em outros motivos. Em discurso realizado em 27 de Março de 1999 na cidade de Durban, África do Sul, Mandela demonstrava que,[45]

> Como nós trabalhamos uns com os outros para a reconstruição do nosso país, então nós daremos as mãos com os nossos vizinhos e com os povos da África para

[45] Do original em Inglês.

> trabalharmos em direção ao desenvolvimento e a paz, a democracia e os direitos humanos. O que acontece em qualquer país tem um impacto sobre todos nós. Nenhum de nós pode desfrutar de paz e segurança duradoura enquanto milhões de nossos compatriotas vivem na pobreza. Nenhum país pode desfrutar de um crescimento e desenvolvimento sustentado enquanto qualquer um de seus vizinhos encontra-se perturbado por conflitos e pela instabilidade. (MANDELA, 1999a, não paginado, tradução nossa)

Como reiterado por ele em discurso realizado em 15 de Março de 1999 no Parlamento Finlandês, "primeiro e acima de tudo, nós somos parte do continente africano, e os problemas africanos são nossos problemas também" (MANDELA, 1999b, não paginado, tradução nossa);[46] logo, a África do Sul era parte integrante do continente africano e por tal condição, deveria se preocupar com o futuro do continente. De fato, a expansão das empresas sul-americanas pelo continente foi valorizada durante sua administração, como pode ser encontrado no discurso em homenagem a Julius Nyerere, em 1997 na cidade de Johannesburg, no qual Mandela indica que,[47]

> Quando nós fomentamos o interesse comercial e os investimentos estrangeiros da África do Sul, não é no sentido de mendicância ou algo próximo a isso. Em verdade, as empresas sul-africanas têm aproveitado das oportunidades que abundam na África Austral e nós a insentivamos neste sentido. Fasemos isso, entendendo que tais investimentos faram o mesmo que é esperado dos investimentos externos que chegam em nosso próprio país: promoção e transferência de conhecimentos e tecnologia, expansão permanente e sustentável da capacidade produtiva do país anfitrião, e, sempre que possível, na forma de joint ventures para a promoção do desenvolvimento de empresas locais, especialmente daqueles previamente excluídas de tais oportunidades. (Mandela, 1997a, não paginado, tradução nossa)

Todavia, reforçando a identidade existente entre a "nova" África do Sul e os países vizinhos, Mandela considerava importante transformar a região em um ambiente favorável a investimentos, uma vez que sua entrada seria benéfica para o desenvolvimento econômico dos países receptores. Portanto, Mandela privilegiava não somente a expansão das empresas sul-africanas pela região, mas sim, buscava com que outros países participassem de tal realização. Isto fica claro quando analisado o discurso realizado na cidade de Berlin, em maio de 1996; nele, Mandela buscou motivar os empresários alemães a investirem no sul da África.[48] Em suas palavras,

> Os países da região estão cada vez mais dinamicos na utilização de suas liberdades para as necessidades de seus povos. Nos últimos dois anos têm-se visto grandes passos no sentido de tornar a nossa região em uma força poderosa para o

[46] Do original em Inglês.
[47] Do original em Inglês.
[48] Do original em Inglês.

> desenvolvimento e um destino favorável ao investimento. [...] Dentro da estratégia da SADC para a integração voltada ao desenvolvimento, uma abordagem conjunta de infraestrutura regional já vem sendo implementada em áreas que incluem energia, água, transporte e sistemas de comunicação. Uma rede de cooperação no setor do turismo também esta sendo desenvolvida. [...] Entre tais condições contamos com a estabilidade política baseada em governos democráticos e nos direitos humanos; em abordagens disciplinadas referentes a questões fiscais e monetárias. [...] A convergência dos países da África Austral sobre tais políticas e as perspectivas para a integração regional nos levam a defesa do potencial de investimentos da região. [...] A África do Sul se orgulha de fazer parte deste esforço histórico. Nossa confiança no futuro da região atrai a força de nossas próprias realizações. Em particular, o amadurecimento da nossa democracia, com base nas normas universais da regra da maioria, testemunha um profundo e duradouro consenso em nossa sociedade, a base de uma estabilidade para além da capacidade de alteração por parte de qualquer partido ou indivíduo. [...] O desenvolvimento de negócios de sucesso na África do Sul vai reforçar o nosso progresso em direção a um poderoso bloco econômico que será capaz de desempenhar o seu papel no renascimento da África (Mandela, 1996b, não paginado, tradução nossa).

Portanto, a pacificação da região se tornava necessária, visto que o predomínio da segurança e da estabilidade nos países vizinhos tornaria a região favorável à entrada de investimentos, estes que, por sua vez, seriam importantes para o desenvolvimento dos países, garantindo a melhora das condições socioeconômicas de suas respectivas populações. Em suma, tornava-se "cada vez mais claro que a África do Sul não poderia florecer imbuída em um mar de pobreza" (Barber, 2005, p.1079, tradução nossa),[49] logo, Pretória teria papel fundamental para que tal conjuntura ocorresse.

Em certa medida, diferentemente do regime segregacionista, que buscava alcançar o equilíbrio através da imposição, da coerção e da participação de guerras nos países vizinhos, à administração Mandela valorizava a pacificação regional e continental, demonstrando outra postura da política externa desenvolvida pela "nova" África do Sul. Reflexo deste acontecimento pode ser encontrado na adequação da *South African Defence Force* (SADF), esta amplamente utilizada durante a vigência da *total national strategy* desenvolvida pelo governo Botha (1978-1989), pela *South African National Defence Force* (SANDF), na qual foi englobados membros do *Umkhonto we Sizwe* e que passou a atuar valorizando a defesa nacional em determinadas situações, a manutenção da paz, a ajuda humanitária, entre outros (SCHARAEDER, 2001).[50] Discutindo acerca desta mudança de doutrina militar, Kagwanja (2006, p.31, TRADUÇÃO NOSSA), expõe que,[51]

---

[49] Do original em Inglês.

[50] Discutindo acerca da conjuntura desta transição, Pereira (2012, p. 134) expõe que, "[os] jovens da MK [*Umkhonto we Sizwe*] ressentiam-se da impossibilidade de lutar e das condições pouco compensatórias que lhes restaram. Diversas sugestões com o objetivo de "incluir" esses jovens foram consideradas [...] A alternativa seria a preparação desses quadros para serem integrados às forças de defesa sul-africanas. No entanto, a fusão foi realizada com um custo muito alto para esses jovens, que não encontraram seu espaço. De qualquer forma, foi estabelecido um Conselho de Coordenação Militar Conjunta, mas a integração de

> A reforma no âmbito militar foi fundamental para introduzir, com êxito, a África do Sul em missões de paz. [...] Depois de 1994, o governo Mandela abandonou a visão Estadocentrica de segurança - que foi sustentada pelo apartheid durante a"Total Strategy" - , adotando uma política amigavél para com os países vizinhos com base na cooperação em matéria de segurança. A antiga força de defesa do regime do apartheid, a South African Defence Force (SADF), foi transformada em South African National Defence Force (SANDF), sendo reorientada ao paradigma da segurança humana. Além de seu papel genérico de defender a África do Sul de agressões externas, o papel do SANDF foi expandido a lidar com a propagação de doenças, refugiados, guerras e o subdesenvolvimento bem como aos aspectos internacionais, tais como o terrorismo, o extremismo, o crime organizado, o tráfico de narcóticos e armas, e a degradação ambiental.

De fato, a África do Sul sob a administração Mandela (1994-1999) simbolizava mudanças dentre as quais a África, que durante a era NP teve sua importância atrelada a manutenção do *apartheid*, passava a ter na resolução de seus flagelos um dos principais objetivos de Pretória. Entretanto, se por um lado, a partir da valorização dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento econômico, da maior aproximação com os países africanos, principalmente da região sul do continente, do multilaralismo, do respeito à soberania dos Estados e da resolução de conflitos através do diálogo, Pretória rompia de vez com o modo de atuar da "velha" África do Sul e inaugurava uma nova fase na história da política externa sul-africana. Por outro, a "nova" África do Sul passava a considerar a aceitação de alguns destes princípios como passo fundamental para a transformação do continente.

No entanto, como será analisada a seguir, a busca por parte de Mandela em fazer com que os países africanos adotassem tal postura não foi alcançada, uma vez que a atuação sul-africana em determinadas situações, foi alvo de críticas e de desconfiança por parte de alguns países do continente.

3.2 Da não interferência à busca pelo auxilio externo: A "nova" África do Sul e a relação conflituosa com a Nigéria

Se fosse possível indicar, dentre os diversos acontecimentos ocorridos no continente africano durante a década de 1990, algum episódio que teve impacto direto tanto na política

---

todas as forças armadas só ocorreu em 1994, após as eleições de abril, quando foi criada a SADNF. [...] O fato é que esses pessoas, depois de longos anos de preparação e privações, quando puderam voltar ao seu país, não encontraram formas de atuação e acabaram por se transformar em uma fonte de problemas políticos. [...] Muitos aderiram à SANDF por falta de opção.

[51] Do original em Inglês.

externa desenvolvida pela administração Mandela (1994-1999) quanto na construção da imagem de uma "nova" África do Sul, seria pouco provável não destacarmos a instauração, por parte de Sani Abacha, de um governo ditatorial na Nigéria. Antiga colônia britânica e independente durante a década de 1960, a Nigéria traz consigo algumas características encontradas em outros países africanos. Discutindo acerca disso, Lewis (1999, p.142, tradução nossa) expõe que,[52]

> Como a maioria dos Estados africanos, a Nigéria foi criada artificialmente pelo colonialismo. O limite estabelecido pelos britânicos abrangeu cerca de 250 grupos étnicos e linguísticos, entre os quais a noroeste predominou o Hausa-Fulani, no sudoeste do país os Yorubas, e ao sudeste os Igbo, todos rivais. O cenário comum de competição tornou-se mais complexo à medida que as minorias étnicas afirmaram-se politicamente. Durante a primeira década de independência, as tensões da disputa étnica e regional levou a golpes militares, violência em massa, tentativa de secessão e a guerra civil. A existência da Nigéria como Estado federal foi preservada, no entanto momentos de tensões ainda continuam a política da nação.

Conforme caracterizado por Lewis (1999), além do grande número de etnias existente, outro atributo que faz parte da história nigeriana, diz respeito a períodos em que a administração do país esteve sob a égide de governos ditatoriais. De fato, ao acompanharmos desde a independência até a década de 1990, a Nigéria encontrou-se, em determinados momentos, frente a este tipo de governo. [53] Em resumo,

> A primeira intervenção militar na Nigéria ocorreu em janeiro de 1966, quando o governo civil foi derrubado por um golpe militar. Isso efetivamente marcou o início de uma sucessão de governos militares na história política do país. O dominio militar permaneceu até 1979, quando o então Chefe de Estado, o general Olusegun Obasanjo entregou o poder ao governo civil do presidente Shehu Shagari. [...] Na segunda República, a Nigéria sob Shehu Shagari, adotou o sistema presidencial de governo com o presidente do executivo tornando-se o Chefe do Governo Federal. Tal administração estava no poder até 1983, quando foi derrubado por um golpe e, mais uma vez, os militares assumiram o poder. A Nigéria novamente testemunhou mais uma rodada de governos militares até 1993, quando o general Ibrahim Babaginda, então chefe do governo militar, constituiu uma administração civil provisória encarregada de conduzir as eleições. (NIGERIA, 2013, não paginado, tradução nossa)

De certa maneira, a disputa entre o *Social Democratic Party* (SDC) de Moshood K.O. Abiola e o *National Republican Convention* (NRC) de Alhaji Bashir Tofa representavam uma conjuntura política existente na Nigéria durante os anos iniciais da década de 1990 que

[52] Do original em Inglês.

[53] Até então, a história política nigeriana foi marcada por dois períodos democráticos. A primeira fase se deu entre a independência e o ano de 1966, quando o Estado era Parlamentar. Já a segunda fase, com o Estado presidencialista, ocorre durante o final da década de 1970 e inicio dá década de 1980 (NIGERIA, s/d, s/p).

simbolizava o retorno da democracia. No entanto, mesmo não havendo indícios de fraude eleitoral (LEWIS, 1999)[54], a eleição vencida pelo SDC foi anulada por Babaginda, abrindo espaço para o florescimento de um novo golpe militar, este sob o comando do General Sani Abacha (KAGWANJA, 2006).

Nesse sentido, enquanto a Nigéria saía de um período ditatorial - Babaginda (1985-1993) - e entrava em outra ditadura - Abacha (1993-1998), esta considerada uma das mais repressoras administrações pela qual o país passaria (LEWIS, 1999),[55] a África do Sul se tornava democrática, valorizando a liberdade, os direitos humanos, a solução pacifica, dentre outros princípios que garantiam a este país uma forte dimensão moral (VAN WYK, 2002), e, por tal condição, acreditava-se em uma imediata participação de Pretória na solução deste episódio.

Em um primeiro momento, a resposta dada a este evento por Pretória pautou-se na não interferência dos assuntos internos da Nigéria, acreditando ser possível a alteração deste cenário político através de acordos e reuniões, as quais foram marcadas pela presença de Thabo Mbeki – futuro sucessor de Mandela na administração da África do Sul – e do Arcebispo Desmond Tutu (BARBER, 2005). No entanto, a política sul-africana voltada a esta situação se mostrou ineficaz, visto que Abacha manteve-se perseguindo os opositores de seu governo. Expondo sobre um dos principais exemplos de perseguição imposta por esta ditadura, Lewis (1999, p. 148, tradução nossa) indica que,[56]

> No dia 10 de Novembro de 1995, em um golpe chocante contra a dissidência política, o regime sumariamente enforcou Ken Saro-Wiwa e outros oito ativistas do Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP). Saro-Wiwa era um proeminente jornalista e ativista da minoria Ogoni, comunidade que se encontra no sudeste da Nigéria. Desde 1990, o movimento Ogoni, localizado em uma importante região produtora de petróleo da Nigéria, tinha empreendido uma campanha cada vez mais militante contra o governo e a empresa Royal Dutch Shell, protestando contra a degradação do meio ambiente e a negligência econômica de seua área. O governo

[54] Segundo Lewis (1999, p. 44, tradução nossa), "A eleição de 12 de junho foi inesperadamente com baixa evidência de fraude sistemática, fraude eleitoral, ou violência. Os votos foram rapidamente compilados pela comissão eleitoral e vazou para a imprensa. Os resultados mostraram uma maioria dominante de 59 por cento para o Chefe Abiola, que venceu não somente nas áreas Yoruba do sudoeste, mas também em vários partes do extremo norte, da região central, e, minoritariamente, no sudeste. [...] A pesquisa foi obscurecida por uma enxurrada de ações judiciais, instigado por um grupo civil que fez campanha para a perpetuação do regime militar. Depois de procurar em vão uma liminar para suspender a eleição, eles obtiveram uma decisão contra a divulgação dos resultados. Vários dias mais tarde, o regime sumariamente anulou a eleição. Babangida citou problemas legais e administrativos como dos motivos da anulação".

[55] Segundo Lewis (1999, p. 146, tradução nossa), " Os nigerianos estavam acostumados a governantes militares e corrupção oficial, mas o grau de repressão política, os abusos de direitos humanos e a pilhagem econômica visto durante a administração Abacha foi verdadeiramente sem precedentes. O poder concentrado em Abacha, o poder pessoal e os esforços para regularizar sua ditadura foi além de qualquer coisa que seus antecessores tinham imaginado".

[56] Do original em Inglês

> impôs uma forte presença e um esquema de segurança em Ogoniland, com evidências consideráveis de abusos dos direitos humanos. [...] A execução súbita do "Ogoni 9" depois de um julgamento falho e praticamente sem revisão judicial, provocou uma onda de condenação internacional.

A execução dos nove ativistas Ogoni foi fundamental na alteração da estratégia sul-africana para este episódio. A partir de então, Pretória pautou-se na busca por apoio externo ao continente, para criar meios que gerassem o isolamento da Nigéria. Discutindo acerca disso, van Wyk (2002) indica que Mandela solicitou a criação de sanções por parte da ONU, buscou a suspensão da Nigéria na *Commonwealth* e insistiu para que os países parassem de comprar o petróleo deste país. No entanto, mesmo conseguindo a suspensão nigeriana da *Commonwealth*, a Nigéria não se tornou isolada, visto que o país não recebeu sanções por parte da ONU e seu petróleo ainda continuou a ser comprado pelos países ocidentais.[57]

Além de provar ser ineficaz, esta estratégia levou a África do Sul a ser criticada por parte de alguns países africanos. De acordo com Hamill e Lee (2001), esta situação ocorreu, pois, mesmo baseado em outros princípios, a atuação da "nova" África do Sul foi interpretada pelos países africanos como unilateral e autoritária, fatores que remetiam a política externa desenvolvida pelo regime do *apartheid*. Inclusive, conforme análise desenvolvida por Barber (2005), ao invés de apoiarem a "nova" África do Sul, os países africanos preferiram ficar do lado nigeriano, pois, ainda que estivesse em uma ditadura, este país, historicamente, era interpretado pelo seu papel de liderança na luta contra a colonização e por ser um dos principais financiadores da OUA. Além disso, segundo o mesmo autor, a atuação sul-africana foi interpretada como uma tentativa de quebra da solidariedade africana. Em suma, este episódio demonstrava para a "nova" África do Sul "o código não escrito de que " Estados africanos não se viram uns contra os outros no âmbito internaciional"" (VAN ARDT, 2001 *apud* VAN WYK, 2001, p.182, tradução nossa).[58]

---

[57] De certo modo, o abandono por parte das grandes potências com relação à tentativa sul-africana de censurar a Nigéria e, assim, intensificar a luta contra a ditadura imposta por Abacha, era esperado, uma vez que havia o interesse por parte de alguns países em manter o acesso aos recursos minerais e energéticos existentes no país. Segundo Jordan (2004 *apud* Adelmann, 2004, p. 264, tradução nossa), " Enquanto a Grã-Bretanha, a França, os EUA, a Alemanha e outros verbalmente aplaudiram suas ações, nenhum desses países seguiram o exemplo da África do Sul. Multinacionais petrolíferas britânicas mantiveram seus negocios normalmente, os EUA mantiveram um diálogo vigoroso contra Abacha, no entanto, suas corporações expandiram seus negócios na Nigéria, a França procurou explorar a tensão entre Londres e Abudja para sua própria vantagem." Além do fator econômico, em Branco encontramos um fator político. Segundo Branco (2003, p. 298), "[para] que tivessem sido adoptadas sanções no âmbito da ONU, teria sido necessário que o Conselho de Segurança aprovasse uma resolução nesse sentido. Porém, uma tal resolução necessitaria do apoio da República Popular da China, o que devido à sua posição em relação à violação dos direitos humanos, era difícil de acontecer".

[58] Seus esforços não produziram nada. O Ocidente continuou a comprar petróleo, e os Estados africanos não estavam interessados ao confronto. Eles viam a Nigéria não como um abusador dos direitos humanos, mas

3.3 Os limites da inserção política da África do Sul: Zimbábue e a República Democrática do Congo

Em discurso realizado em 21 de maio de 1997 para empresários e para setores da mídia em Harare, capital do Zimbábue, Mandela expôs que, em suas palavras, "o Zimbábue é, e sempre permanecerá, como um parceiro especial" (1997b, não paginado).[59] De fato, três dias antes, em discurso realizado neste mesmo local e voltado para o mesmo público, Mandela havia destacado a importância deste país para o sul do continente e, principalmente, para a África do Sul.[60] Segundo ele,

> Eu deveria de fato aproveitar esta oportunidade para prestar homenagem ao Presidente Robert Mugabe, cuja contribuição para o progresso político e econômico no subcontinente sempre foi crítico: um estadista cuja força do exemplo, durante os anos de luta amarga, cujo conselho sábio durante a nossa difícil processo de negociações, cujo profundo conselho quando entramos no governo em meio a ameaças por forças hostis, e cujas idéias sobre o futuro da África do Sul, são muito apreciadas por nosso povo (MANDELA, 1997c, não paginado, tradução nossa)

Se estes discursos indicavam certa harmonia existente nas relações entre Pretória e Harare, quando analisado no contexto da SADC, é possível perceber a existência de conflitos de interesses entre as partes, como se viu durante a criação em 1996 do *Organ on Politics, Defence and Security* (OPDS) e no decorrer da crise política surgida na República Democrática do Congo (RDC). Voltado para a construção da paz e da estabilidade na região sul do continente (SADC, 2012), o OPDS foi palco, um ano após sua criação, da disputa entre a África do Sul e o Zimbábue, visto que ambos possuíam divergências com relação ao modo que este órgão deveria atuar.

Segundo Landsberg (2000), a construção do OPDS era pautada na integração entre a segurança militar e a segurança humana, esta que, como analisado anteriormente, havia ganhado espaço na administração Mandela (KAGWANJA, 2006). Entretanto, nem Mandela e nem Mugabe entravam em acordo com relação à finalidade e a função que o OPDS deveria

---

como um líder continental, que tinha apoiado outras lutas de libertação e foi um dos principais contribuintes para a OUA. Eles acusaram Mandela de quebrar a unidade africana. Indignado, a Libéria afirmou que a "campanha contra a Nigéria é muito chocante", e pediu aos outros "para não permitir que a África do Sul parasse de enfraquecer a solidariedade africana". Os nigerianos descreveram a atitude de Mandela como "horrível e terrível", e falaram da África do Sul como "um estado branco com uma cabeça negra". (BARBER, 2005, p. 1084, tradução nossa).

[59] Do original em Inglês.

[60] Do original em Inglês.

exercer. Em Nathan (2005, p.365, tradução nossa), é possível encontrar um breve cenário em como estava dividido os países acerca deste órgão.[61] Segundo o autor,

> Em um lado, liderada pela África do Sul e apoiada por Botsuana, Moçambique e Tanzânia, queriam um regime de segurança comum, cuja base principal para a cooperação multilateral e de pacificação seria mais voltada a política do que militar. De outro lado, liderado pelo Zimbábue e apoiado por Angola e Namíbia, preferia-se um pacto de defesa mútua, priorizando a cooperação militar como respostas ao conflito.

De acordo com Adelmann (2004), em reunião ocorrida no Malaui, em 1997, Mugabe, então presidente da OPDS, não apenas demonstrou que não estava disposto a deixar a presidência deste órgão, como também o considerava independente, inclusive, a SADC não foi avisada desta reunião. Segundo o autor, a África do Sul de Mandela, que durante aquele período estava na presidência da SADC, via o OPDS como subordinado a SADC, e, portanto, considerou esta atitude como um ato de violação das normas da SADC. Contudo, se a criação da OPDS havia demonstrado a existência de divergência na relação entre estes países, foi com o advento da crise política surgida na República Democrática do Congo (RDC), esta motivada pelas duas guerras ocorridas no país (1996-1997 e 1998-2003), que o impasse existente entre ambos se tornou evidente.

Encravado no centro do continente africano, vastamente abundante em recursos naturais e considerado um dos maiores países africanos tanto em extensão territorial quanto populacional (KABEMBA, 2007),[62] a RDC entrava na década de 1990 ainda sob a ditadura de Mobutu Sese Seko (1965-1996). Contudo, com o advento de transformações tanto no cenário internacional quanto continental, a administração Mobutu passou cada vez mais a ser alvo de críticas. Discutindo acerca destas modificações, Castellano (2011, p. 98) expõe dois pontos que, de modo geral, foram importantes no colapso deste regime. Segundo o autor,

> No primeiro caso, lembra-se que o fim das ameaças comunistas na África acabava com a justificativa para o suporte ocidental de regimes autocráticos e a demora de Mobutu para liberalizar o regime causava irritação nos EUA. Ademais, a despreocupação de Mobutu com o dinheiro do ocidente já saturava as relações

[61] Do original em Inglês.

[62] De acordo com Kabemba (2007, p. 533-534, tradução nossa), "(…) a RDC também é um estado estratégico para o sucesso da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (Nepad) por três razões principais. Em primeiro lugar, a RDC é enorme, ela está localizada no coração do continente, e compartilha suas fronteiras com nove países. Em segundo lugar, abrangendo um total de 2.345 milhões de quilômetros quadrados, é o segundo maior país do continente depois do Sudão, e a terceira maior em termos de população, estimada em cerca de 60 milhões de pessoas. Terceiro, e mais importante, é a sua riqueza natural, visto que o solo da RDC é abundante em diversos recursos naturais, tais como a água, terras cultiváveis, florestas, ouro, coltan, diamante, zinco, cobre, manganês, petróleo, café, madeira, borracha, entre outros."

> econômicas entre o líder e os seus antigos apoiadores. [...] No segundo caso, eram evidentes as consequências de Mobutu ter sido historicamente um dos líderes mais reacionários da África negra, atuando como um importante gendarme do ocidente. Pode-se falar da existência de uma grande oposição regional ao regime de Mobutu e a movimentação coordenada para derrubá-lo. A idéia lançada em 1994 por Yoweri Museveni (presidente de Uganda) no contexto do genocídio de Ruanda, foi retomada em 1995 por Mwalimu Julius Nyerere (presidente da Tanzânia) – estabelecendo contatos para limpar do poder aquele que consideram a "vergonha da África".

Além da falta de apoio por parte dos Estados Unidos, e por estar imbuído em um contexto africano nocivo a seu governo, Mobutu passou a sofrer com as transformações no âmbito doméstico, visto que a grande parte da população já não mais era favorável a sua administração (KABEMBA, 2007) e, com o surgimento da chamada *Alliance des forces democratiques pour la liberation du Congo* (AFDL), esta sob o comando de Laurent Kabila, viu-se diante de uma ameaça a sua permanência. É dentro deste contexto que a RDC se torna palco de uma guerra.[63]

De modo geral, embora curta, uma vez que a AFDL conseguiu avançar rapidamente pelo país e quase tomar por completo o controle da capital, Kinshasa (KABEMBA, 2007), e ao mesmo tempo devastadora, visto que trouxe como saldo a morte de mais de 200 mil pessoas (CASTELLANO, 2011), esta primeira conflagração, foi marcada pela atuação de diversos países, tais como, Angola, Burundi, Ruanda e Uganda – países estes favoráveis ao golpe de Kabila – e a África do Sul – país que buscava a resolução através da negociação. Discutindo acerca dos diversos motivos que levavam o primeiro grupo de países a não aceitarem a administração Mobutu, Castellano (2011, p. 99-100) expõe que,

> Ademais, Mobutu simpatizava com o antigo regime genocida Hutu de Ruanda, o que fazia com que o presidente desse grande liberdade de movimento dentro de seu próprio território aos ex-políticos e militares do país vizinho. Já para as lideranças genocidas da milícia Interahamwe e das ex-Forces Armées Ruandaise (os quais haviam coordenado o genocídio de 800.000 Tutsi), Mobutu era um fator fundamental: a proteção do Zaire [RDC] lhes possibilitou não somente manterem-se escondidos dos militares ruandeses como também rearmarem-se em campos de refugiados parcialmente militarizados. [...] Outrossim, Uganda se preocupava com a atuação de rebeldes no nordeste do Congo e se solidarizava com a causa do FPR – o qual havia auxiliado a chegar ao poder. Angola tinha interesses muito particulares, e, mormente, internos, para entrar na Primeira Guerra do Congo [1996-1997]. Tratava-se de capturar Joseph Savimbi, desmobilizar o exército secreto da UNITA (acreditava-se que 15.000 homens estavam em operação no Zaire [RDC]) que voltou a guerra após as conciliações de 1994 e 1995, e quebrar suas redes comerciais de diamantes.

[63] Discutindo acerca do conceito de guerra, Castellano (2011, p. 97-98) expõe que a Guerra do Congo, "apesar de seu caráter civil, [...] [trata-se] de uma guerra interestatal com formato de guerra civil (*guerra proxy*, neste caso, guerra mista)". De fato, é possível esta interpretação uma vez que, segundo o mesmo autor, esta conflagração foi marcada pela participação de outros Estados, como Ruanda, Uganda, Burundi e Angola.

Enquanto estes países encontravam no uso da força a possibilidade em retirar Mobutu do poder, a África do Sul pautava-se em meios pacíficos para a resolução desta primeira guerra. De certa maneira, embora esta conflagração tenha ocorrido e a ditadura de Mobutu chegado ao fim, pode-se considerar que a atuação de Pretória obteve um relativo sucesso, visto que conseguiu manter o diálogo inter-congolês, este marcado pela negociação entre Kabila e Mobutu, e, assim, garantir a partida deste para o exílio em Marrocos, onde faleceu após algumas semanas (KABEMBA, 2007).

Todavia, o fim da administração Mobutu não foi à garantia de estabilidade no país. Tal situação ocorria uma vez que, internamente, a AFDL tornava-se cada vez mais impopular (KABEMBA, 2007) e, no âmbito regional, esta aliança não foi à garantia de modificações esperadas pelos seus antigos aliados, no caso, Burundi, Ruanda e Uganda, que, se durante a primeira guerra estiveram do lado de Kabila, agora passavam a lutar contra esta administração. Em resumo, surgia um novo cenário desfavorável a RDC, país este que em 1998, viu-se diante de uma nova conflagração. Segundo Castellano (2011, p. 116), esta guerra foi marcada pela participação dos seguintes países, a saber,

> As principais forças combatentes na Segunda Guerra do Congo foram as Forças Armadas nacionais de RDC (*Forces Armees Congolaises* – FAC), Zimbábue (*Zimbabwe National Defence Forces* – ZNDF), Angola (Forças Armadas Angolanas – FANT), Namíbia (*Namibia Defence Force* – NDF) e Chade (*Forces Armées Nationales Thcaciennes* – FANT), ao lado defensor; e Ruanda (*Armée Patriotique Rwandaise* – APR), Uganda (*Ugandam People's Defence Force* – UPDF) e Burundi (*Forces Armées Burundaises* – FAB), ao lado do agressor.

Além de ser marcada pela diversidade de países participantes, o que a tornava mais complexa se comparada com a anterior, esta guerra se dava em um país membro da SADC e contava com a atuação de outros três países-membros, no caso, Angola, Namíbia e Zimbábue, todos favoráveis a continuidade de Kabila no poder.[64] Nesse sentido, seria pouco provável esta conflagração não impactar na organização, principalmente no que diz respeito à relação entre a África do Sul e o Zimbábue.

De modo geral, mesmo havendo diversos motivos referentes à participação do Zimbábue nesta guerra, este país pautou-se na intervenção militar, e buscou direcionar a

[64] Discutindo acerca da participação do Zimbábue e de Angola nesta guerra, Castellano (2011, p.118-119), expõe que, "[em] relação às principais forças combatentes externas que lutaram ao lado da RDC, o Zimbábue enviou inicialmente um contingente de 600 homens em agosto de 1998, na Operação Restaurar Soberania. Em 2001, estas tropas haviam aumentado em 300%, chegando a aproximadamente 16.000 homens [...] Angola, por seu turno, enviou um contingente mais modesto, o qual foi reduzido ao longo do tempo. Seu comprometimento inicial foi de mais de 5.000 homens, passando, no fim do ano 2000, para uma força de 2.500."

SADC no mesmo sentido. De fato, segundo Adelmann (2004), Mugabe insistia na participação da SADC na RDC, inclusive, utilizando da OPDS, órgão que anteriormente ele havia defendido como independente, afirmava que a intervenção estava respaldada por tal organização.[65] Diferentemente desta afirmativa, Mandela indicava que não somente a SADC não estava envolvida neste episódio, como também ainda considerava importante à busca pela solução através de meios pacíficos. Discutindo acerca desta divergência, Kent e Malan (2003, p. 3, tradução nossa), indicam que,[66]

> Enquanto o então presidente da África do Sul e presidente SADC, Nelson Mandela, salientava a necessidade de diálogo e uma solução negociada para o conflito, o presidente nomeado do Órgão da SADC, presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, foi rápido em enviar a sua força militar para defender o regime do líder rebelde Laurent Kabila. [...] Além disso, como Angola estava naquele momento lutando contra seus próprios rebeldes em território da RDC, logo seguiram o exemplo do Zimbábue, assim como vizinha Namíbia. A intervenção destes três estados da SADC nos assuntos de um quarto estado membro foi aprovada, *post-facto*, em uma reunião dos ministros da Defesa da SADC em Harare em 18 de agosto de 1998

Todavia, se durante a primeira conflagração Mandela conseguiu obter relativo sucesso através do acordo entre Mobutu e Kabila, nesta segunda guerra, com a maior participação de outros membros da SADC, a possibilidade em intervir militarmente como meio de garantir a continuidade do governo Kabila havia se tornado preponderante. Embora o rumo tomado pelo SADC acerca desta segunda guerra não foi o sugerido por Pretória, Kabemba (2007) considera que a escolha por parte da "nova" África do Sul em buscar a resolução através de meios pacíficos, tanto na primeira, quanto na segunda guerra, gerou certo impacto positivo por parte de alguns países africanos com relação ao modo de atuar sul-africano.[67] Segundo o autor,[68]

---

[65] De acordo com Adelmann (2004), não somente o Zimbábue, mas também a Namíbia e Angola possuíam interesses, de caráter econômico, sobre a RDC. Discutindo acerca disso, mais especificamente, sobre o Zimbábue, Castellano (2011, p. 120), expõe que, "[...] é relevante dizer que o Zimbábue era o país pertencente à aliança defensora que possuía maiores interesses econômicos na guerra. Esta realidade foi percebida pelo governo de Laurent Kabila e devidamente explorada. Além do orçamento de defesa nacional do Zimbábue e de pagamentos diretos de entidades congolesas ao governo de Mugabe, o financiamento do envolvimento do país na guerra foi baseado em *joint ventures* com empresas congolesas – o que garantia altos rendimentos advindos da exploração de recursos naturais. O exemplo mais notório do caso foi a criação da empresa Sengamines. Trata-se de uma empresa resultante de uma *joint venture* entre duas companhias, uma associada a Kabila (COMIEX) e outra a Mugabe (OSLEG), formando a COSLEG.

[66] Do original em Inglês.

[67] De modo resumido, podemos contextualizar através de Castellano (2011, p.125-126), o fim desta guerra. De acordo com o autor, "[...] a subida de Joseph Kabila (filho de Laurent) em 24 de janeiro de 2001, articulada por Zimbábue e Angola, foi decisiva para o encerramento do conflito. As negociações em todo o ano de 2002 abriram caminho para o cessar-fogo. Apesar de avanços e retrocessos [...], o novo presidente detinha uma postura mais colaborativa, cedendo em pontos fundamentais para o estabelecimento do cessar-fogo. Assim, acordos entre os países e grupos beligerantes (acordos de Sun City, de Pretória e de Luanda), resultaram no

> A África do Sul interveio na RDC desde quando a primeira guerra eclodiu em 1996. Como já foi observado, o presidente Mandela conquistou exito parcial em encontrar uma solução para o problema da RDC, quando, trouxe Mobutu e Laurent Kabila para a negociação e negociou a saída de Mobutu para o exílio. Posteriormente, quando a segunda guerra eclodiu em 1998, Mbeki continuou onde seu antecessor parou, vindo a desempenhar um papel chave em manter vivo o Diálogo Inter-congolês. Seu empenho e dedicação para as difíceis negociações e de alta complexidade do Diálogo Inter-congolês são ditas por muitos observadores como uma clara demonstração de interesse real da África do Sul em promover a paz e a democracia por todo o continente. (KABEMBA, 2007, p. 536-537, tradução nossa).

3.4 A intervenção militar no Lesoto

Encravado no território sul-africano e marcado por uma história de resistência e, simultaneamente, de dependência deste país[69], o Reino do Lesoto entrava na década de 1990 com transformações no cenário político interno. Diferentemente da administração imposta pelo major-general Lekhanya (1986-1993), que alcançou o poder com o apoio da *total national strategy* de Botha (1978-1989) - mas que não obteve êxito em sua continuidade, uma vez que o fim do *apartheid* gerou a insustentabilidade de governos favoráveis a "velha" África do Sul (SOUTHALL, 2003a) - este país caminhava para o retorno de eleições democráticas.

De modo geral, a disputa pelo poder neste país sempre foi polarizada em dois partidos predominantes. De um lado, encontrava-se o *Basutoland Congress Party* (BCP), cujo maior expoente, Ntsu Mokhehle, simbolizava o nacionalismo e a não cooperação com a "velha" África do Sul sob o domínio do *apartheid*. Já do outro, estava o *Basotho National Party* (BNP) de Leabua Jonathan, partido este que durante a vigência do *apartheid*, era favorável a

---

Acordo Global e Todo- Inclusivo de Paz, assinado na África do Sul em 2002. O pacto consolidou a saída das tropas de Uganda e Ruanda, recuperando simbolicamente a integridade do Congo. A Segunda Guerra do Congo se encerrou por completo em 2003, quando, em março, o DIC [Diálogo Intercongolês] introduzia uma nova Constituição preliminar; em 2 de abril, todas as partes em conversações assinavam o acordo de paz; em 9 de abril, Kabila era mantido como presidente de transição [...]; e em 30 de junho, o Governo de Transição e o Parlamento provisional eram estabelecidos.

[68] Do original em Inglês.

[69] " Em dezembro de 1982, a então SADF lançou uma grande incursão sobre Maseru, matando cerca de 43 pessoas, justificando sua ação como um ataque contra o ANC, indicando que este usava o Lesotho como uma base para o terrorismo. Isso culminou em um acordo entre os dois governos para reprimir os insurgentes uns dos outros, e o transporte aéreo posterior do pessoal do ANC para Moçambique e Tanzânia. O número de membros do Lesotho Liberation Arm [LLA] no Lesotho, posteriormente, diminuiu drasticamente, até porque a África do Sul mudou suas táticas para promover uma oposição interna, apoiando o Basotho Democratic Alliance, como forma de minar o regime de Jonathan, com o qual as relações eram tensas. A saga de desconfiança foi finalizada quando, de forma abrupta, a África do Sul provocou um golpe militar em janeiro de 1986, e instalou um regime fantoche liderado pelo General Lekhanya."(SOUTHALL, 2003a, p. 123-124, tradução nossa).

manutenção de relações diplomáticas com os sul-africanos.[70] Ainda que houvesse o predomínio destes partidos, outra característica da história política lesotiana diz respeito a desconfiança por parte do partido derrotado. Segundo Southall (2003b, p.271, tradução nossa)[71]

> Os resultados eleitorais no Lesoto sempre foram amargamente disputados. O BCP tentou derrubar o resultado da eleição pré-independência, de 1965 nos tribunais. O BNP recusou-se a se retirar do poder quando ele perdeu a eleição de 1970. Os partidos de oposição rejeitaram a vitória do BCP na eleição de 1993 (que pôs fim um interlúdio do regime militar de sete anos), considerando-a como fraudulenta e, posteriormente, apoiaram o rei quando, em 1994, ele demitiu o novo governo.

Todavia, motivado por atritos existentes no BCP, Mokhehle rompe com este partido e em 1997 forma o *Lesotho Congress for Democracy* (LCD), que se tornaria o partido vitorioso nas eleições gerais de 1998. Se em eleições anteriores, quando o BCP vencia, havia a desconfiança com relação aos resultados por parte do BNP, e vice-versa, a vitória do LCD também gerou este tipo de sentimento; entretanto, a não aceitação desta vitória não ficou restrito somente ao BCP ou ao BNP, mas sim a ambos, que junto com outros partidos menores, geraram um cenário caótico e instável, marcado por diversas manifestações populares na capital do país, Maseru (SOUTHALL, 2003a). Discutindo acerca deste evento, Marolang (2007, p.3, tradução nossa) expõe algumas das consequências surgidas após estas eleições gerais. Segundo o autor,

> Em setembro de 1998, a situação política no Reino do Lesoto tornou-se totalmente instável. Insatisfações e alegações de manipulação durante a eleição de maio de 1998 levaram o cenário político do país a um estado de anarquia e paralisia [...]. Ações por membros de vários grupos políticos colocaram o governo do Lesoto em uma posição onde ele era incapaz de governar. [...] Veículos do governo foram destruidos, a emissora pública foi fechada e os altos oficiais das forças de defesa foram obrigados a refugiar-se na África do Sul. A Royal Lesotho Mounted Police foi incapaz de manter a lei e a ordem por causa da intimidação e dos indicios de um iminente golpe.

Em resumo, com a não aceitação da vitória por parte da oposição e o fracasso da polícia em conseguir romper com as manifestações surgidas, o LCD viu-se diante da

[70] Discutindo acerca destes partidos, Southall (2003a, p.119-120, tradução nossa) expõe que, " Mokhehle e o BCP nunca defenderam uma estratégia suicida de confronto com a África do Sul, argumentavam que o progresso no Lesoto seria severamente inibido enquanto apartheid existisse. [...] Por outro lado, o BNP argumentava que a realidade econômica ditada à necessidade de boas relações com a África do Sul, e, em voz alta, indicava que o BCP era comunista, uma ameaça à necessidade de assegurar boas relações transfronteiriças, de garantir a sobrevivência nacional. Assim, enquanto o BCP condenava a colaboração, o BNP, inicialmente, salientava a cooperação ao invéz do confronto"

[71] Do original em Inglês.

impossibilidade de governar o país, fator este que levou o então primeiro-ministro Pahalitha Mosisili[72] a solicitar a intervenção militar por parte da SADC. Inicialmente quatro países foram convidados a participarem deste evento, no caso, Botsuana, Moçambique, África do Sul e Zimbábue, no entanto, em reunião ocorrida no dia 15 de setembro na cidade de Gaberone, Botsuana, ficou decidido que esta intervenção, intitulada de Operação Boleas, seria realizada pela África do Sul e por Botsuana (MAROLANG, 2007).

Em uma perspectiva militar, a Operação Boleas pode ser considerada bem sucedida, uma vez que garantiu a estabilidade necessária ao país, fator este importante na busca, por parte da SADC, em criar um cenário propício para as negociações entre o LCD e a oposição (MALAN; KENT, 2003). Junto com o sucesso na esfera militar, também podemos considerar que, no âmbito da política interna do Lesoto, a intervenção realizada pela África do Sul e por Botsuana também foi satisfatória.

De acordo com Southall (2003b), o processo de negociações foi marcado pela exigência de Mosisili, que considerava legitimo seu retorno ao poder, uma vez que o LCD havia vencido as eleições, e pela busca por parte da oposição em criar um governo de unidade nacional. Tal situação chegou ao fim em novembro de 1998, quando foi assinado um acordo no qual Mosisili teve o direito de retornar a administrar o país. Além disso, foi garantida a revisão do código eleitoral do país, no qual se introduziu o *Mixed Member Proportional* (MMP), sistema que garantia a oposição representatividade no Legislativo, e que, durante as eleições de 2002, demonstrou ser eficaz.[73] Em suma,[74]

> O pesado braço de ferro entre as partes conflitantes culminou em um acordo que envolveu todos os partidos [...], este que, ao mesmo tempo em que prevê a aceitação da oposição e da restauração do LCD ao poder, também cria uma Autoridade Política independente formada por 24 cidadãos, sendo dois membros de cada partido que havia disputado a eleição de 1998. [...] Por fim , na continua e longa negociação manteve-se a pressão sul-africana e internacional de que havia a necessidade de adoçãoSul Africano e internacional , estes resultaram na adopção de um sistema eleitoral baseado no Mixed Member Proportional, este que procurava alterar as distorções dramáticas provocadas pelo sistema de pluralidade aos moldes britânicos. [...] Posteriormente, quando o sistema de Mixed Member Proportional foi utilizado na eleição geral de maio de 2002, teve-se um triunfo notável: a máquina eleitoral correu incrivelmente bem, e o mais importante de tudo, os partidos da oposição

[72] Com a saúde debilitada, Mokhehele havia deixado o posto de primeiro-ministro para Pakalitha Mosisili (SOUTHALL, 2003a).

[73] Discutindo acerca deste novo sistema eleitoral, Southall (2003a, p. 125, tradução nossa) expõe que, " A insistência da África do Sul, da comunidade internacional e a assistência às negociações inter-partidárias que, embora extremamente difíceis e, aparentemente infinitas, levaram à adopção de um novo sistema eleitoral multi-membro, segundo no qual 40 lugares eleitos de modo proporcional foram adicionados aos já existentes 80 assentos, [...] garantindo, assim, a representação proporcional da oposição".

[74] Do original em Inglês.

> derrotados aceitaram o resultado (embora em alguns casos com um pouco mais de relutância) (SOUTHALL, 2003b, p. 270-274, tradução nossa)

Todavia, a participação da África do Sul nesta operação levantou dúvidas acerca dos interesses deste país. De acordo com Southall (2003b), a entrada da SANDF em solo lesotiano era interpretada pela oposição ao LDC como uma tentativa de englobamento do Lesoto ao Estado sul-africano. Além disso, na análise desenvolvida por Malan e Kent (2003), é destacado que o interesse sul-africano em participar desta intervenção estava atrelado à proteção de *Katse Dam* – barragem criada, ainda durante a vigência do *apartheid,* entre a África do Sul e o Lesoto, que era importante para o fornecimento de água para os sul-africanos.

Portanto, mesmo se paralelo ao debate na cidade de Gaberone acerca da viabilidade de intervir militarmente ou não no Lesoto, estivesse ocorrendo à busca, tanto pela África do Sul quanto por Botsuana, da solução por meios diplomáticos e pacíficos, que levassem o acordo entre o LCD e os partidos de oposição (MAROLANG, 2007), e mesmo a Operação Boleas sendo formada tanto pela SANDF quanto pela *Botswana Defence Force* (BDF), e estando sobre a égide da SADC - organização esta que a considerou a intervenção militar como o último meio para garantir a estabilidade e a paz no Lesoto -, é fato que a entrada de tropas sul-africanas em solo lesotiano remetia a um passado marcado por intervenções realizadas pela "velha" África do Sul.[75]

Como discutido no primeiro capítulo, a África do Sul sobre o regime do *National Party* buscou, principalmente durante a administração Malan (1948-1954), fazer com que a Inglaterra deixasse sobre o domínio de Pretória os territórios da Bechuanalândia (atual Botsuana), Suazilândia e da Basutolândia (atual Lesoto), objetivo este não alcançado. Ademais, a importância do Lesoto estava no fato que, mesmo altamente dependente da "velha" África do Sul, havia auxiliado o ANC na luta contra o regime do *aparthaid*, uma vez que, encravada no território sul-africano, servia de base para o *Umkhonto we Sziwe* (SOUTHALL, 2003a).

No entanto, com o fim do *apartheid*, com a crise política surgida pela vitória do LCD - acontecimento este que poderia colocar em risco o fornecimento de água para os sul-africanos

[75] Em análise desenvolvida por Penna Filho (2008, p. 69) é possível encontrarmos quatro exemplos deste "modo" de atuar da "velha" África do Sul que ocorreram no Lesoto durante a década de 1980. Os dois primeiros ocorridos no ano de 1982, quando em ataque realizado em Maseru resultou na morte de 42 pessoas e pela tentativa de assassinato, por meio de carro-bomba, de Chris Hani, então líder expressivo do ANC. Os outros dois exemplos ocorreram em 1985, quando outro ataque sul-africano levou a morte de nove pessoas e quando Pretória apoiou o golpe de Estado contra o então líder lesotiano, Lebua Jonathan.

através da *Katse Dam* - e a continuidade da dependência de Lesoto para com a economia sul-africana, a participação da SANDF na Operação Boleas deu margem a interpretações que consideravam a intervenção militar como o primeiro passo para o processo de englobamento do Lesoto ao território sul-africano. Além disso, embora a "nova" África do Sul seguisse caminho diametralmente oposto a "velha" África do Sul, logo, não possuindo nenhum interesse em englobar o território lesotiano ao Estado sul-africano, em verdade, a participação da SANDF demonstrava outra característica sul-africana, a preponderância militar, condição esta que mantinha a desconfiança por parte de países que, em um passado não tão distante, foram alvos desta principal potência militar da região.

3.5 Conclusão do Capítulo

No ano de 1999 a administração Mandela chegava ao fim dando espaço para a ascensão de Thabo Mbeki, então presidente do ANC - e que se tornava o segundo presidente negro a governar a África do Sul. Como analisado neste capítulo, a política externa desenvolvida durante o período em que Mandela esteve no poder foi marcada por diversas transformações, que, simbolizavam o rompimento completo com os princípios, com os objetivos e com o modo de atuar da "velha" África do Sul.

De fato, a análise de sua administração nos leva a compreender que a valorização dos direitos humanos, a disseminação da democracia, a busca pelo desenvolvimento econômico, o destaque dado ao multilaralismo, o respeito à soberania dos Estados, a resolução de conflitos por meio do diálogo, a maior aproximação com os países africanos, como, por exemplo, através da entrada na Organização da Unidade Africana (OUA) e na *Southern African Development Community* (SADC), e o interesse em participar do G-77, da *Commonwealth*, do Movimento dos Países Não-Alinhados (NAM), entre outras organizações de âmbito internacional, passaram a guiar a política externa desta "nova" África do Sul.

Em verdade, quando interpretado a *Freedom Charter*, documento surgido em 1955, no qual foi exposto os anseios do ANC em um período de luta contra o regime do *apartheid*, alguns pontos que se tornaram relevantes durante a administração Mandela, também podem ser encontrados neste documento. Apesar de apresentar indícios de uma tendência ao socialismo,[76] e também por ser voltado para questões internas da África do Sul, encontramos

[76] Esta tendência pode ser encontrada no seguinte trecho, "A riqueza do nosso país, a herança dos sul-africanos, devem ser restauradas para o povo; A riqueza mineral sob o solo, os bancos e a indústria monopólio deve ser transferido para a propriedade das pessoas como um todo, todas as outras indústrias e o comércio devem ser

neste documento a valorização da liberdade, da democracia, na necessidade do governo garantir sua legitimidade através de eleição justa, na resolução de conflitos através de meios pacíficos, entre outros. Inclusive, expondo sobre esta maneira de resolver conflitos, a *Freedom Charter* (1955, não paginado, tradução nossa),[77] faz menção a negociação como meio de conquistar a pacificação. De acordo com o documento,

> A África do Sul deve ser totalmente independente, ressalvando os direitos e a soberania de todas as nações, a África do Sul deve se esforçar para a manutenção da paz mundial e a liquidação de todas as disputas internacionais por meio de negociação - não a guerra; [...] paz e amizade entre todos os nossos povos serão garantidos pela defesa de direitos iguais e oportunidades a todos, o povo dos protetorados da Basutolândia, Bechuanalândia e Suazilândia devem ser livres para decidirem por si mesmos o seu próprio futuro; [...] o direito de todos os povos da África para a independência e ao autogoverno deve ser reconhecido [...].

No entanto, é inegável que paralelo ao processo de transição entre o *National Party* e o *African National Congress*, chegava ao fim um cenário mundial caracterizado pela disputa entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), e, assim, não havendo a URSS como um anti-modelo que servisse de opção ao avanço do livre-mercado, este apresentado como a solução da pobreza e do subdesenvolvimento africano (Landsberg, 2005), e dos valores estimados pelo ocidente, entre os quais a democracia liberal e os direitos humanos, a tendência era que os países se adaptassem a este novo contexto.[78] Discutindo acerca disso, Evans (1999, p. 624, tradução nossa) considera que o ANC também seguiu a mesma direção, segundo o autor,[79]

> […] o ANC apareceu totalmente fora de sintonia com a ordem internacional em mudança, em que os valores ocidentais da democracia liberal aliados ao livre mercado, ao multipartidarismo e a noção de mudança pacífica dentro de uma cultura de tolerância política, tinham-se tornado normas universalmente proclamadas. Durante 1993-1994, portanto, em uma série de documentos de discussão do partido, Mbeki começou a distanciar a organização de seu compromisso com as idéias socialistas, articulando a um programa político que convergia com o sistema internacional neoliberal pós-Guerra Fria.

---

controlados para ajudar o bem-estar do povo; todas as pessoas devem ter direitos iguais ao comércio onde escolher, para fabricar e introduzir toda obra, ofícios e profissões." (FREEDOM CHARTER, 1955, não paginado, tradução nossa).

[77] Do original em Inglês.

[78] Em uma possível contextualização do avanço neoliberal durante os anos iniciais da década de 1990, Rodrik (2006, p. 974, tradução nossa) indica que "Houve mais privatizações, desregulamentações e liberalizações do comércio na América Latina e Europa Oriental do que provavelmente em qualquer outro lugar, em qualquer momento da história econômica. Na África subsaariana, os governos se mudaram com menos convicção e velocidade, mas há também uma parte substancial desta nova agenda política foi adotada: juntas de comercialização estatais foram desmantelados, a inflação reduzida, abriu-se ao comércio, e quantidades significativas de privatização foram empreendidas."

[79] Do original em Inglês.

Concordando com esta visão, Landsberg (2004) considera que a aceitação de valores como os direitos humanos, a democracia, a *good governance*, o direito internacional, entre outros, representava a busca por parte da "nova" África do Sul em corresponder com as expectativas internacionais.[80] Em suma, mesmo havendo a adoção de alguns princípios que já vinham sendo estimados pelo ANC desde o período do *apartheid*, é perceptível que os valores que passavam a guiar a "nova" África do Sul representavam a adaptação de Pretória ao que estava tornando-se vigente no cenário internacional.

Todavia, se por um lado a aceitação destes princípios elevou Pretoria ao status de país com *"strong moral dimension"* (van Wik, 2002, p. 182), garantindo a imagem condizente de um país em transformação, aclamado por alguns como *"a good international citizen"* (Hamill & Lee, 2001, p.33), por outro lado, o sucesso alcançado no cenário internacional não obteve a mesma dimensão no âmbito continental e, principalmente, regional. De certa maneira, a interação entre a África do Sul e o continente africano durante o período em que Mandela esteve no poder não vai ser lembrada pelas tentativas de Pretória em resolver por meios pacíficos o fim da ditadura de Abasha, as guerras ocorridas na RDC e a instabilidade surgida no Lesoto, e sim, pela busca em isolar, com a ajuda do mundo exterior, a Nigéria, pela dificuldade em dialogar com o Zimbábue na SADC acerca do *Organ on Politics, Defence and Security* (OPDS) e da crise política ocorrida na RDC, e por atuar na intervenção militar ocorrida no Lesoto.

De fato, embora nos três episódios analisados neste capítulo, Pretória pautou-se, inicialmente, na pacificação através da negociação, quando analisado o desenrolar destes eventos, é perceptível que em sua totalidade, estes trilharam por rumos diferentes daqueles pretendidos por Mandela. Segundo Nathan (2005), alguns analistas e diplomatas consideravam que as causas destes fracassos encontravam-se ligados ao cenário interno de um país em transformação, que estava aprendendo a atuar em mundo que, em boa parte de sua história, havia-o isolado. No entanto, é possível percebermos que o período em que Mandela esteve à frente da presidência sul-africana, foi marcado pela secundarização por parte da

[80] Em suas palavras, "Para dar substância a essa expectativa internacional, a África do Sul, sob a liderança de Mandela e Mbeki mapeou valores centrais que influenciaram a formulação das políticas pública e internacional. Estes eram os direitos humanos e das mulheres; os direitos das crianças e do meio ambiente; democracia e boa governança; cultura e Ubuntu; e um compromisso com o direito internacional e com o Estado de Direito" (LANDSBERG, 2004, p. 162, tradução nossa).

região sul do continente, dos valores que passaram a ser aceitos pela "nova" África do Sul. Em síntese,[81]

> […] O principal problema da SADC é que ela não estabeleceu a sua própria plataforma de boa governança no que se refere ao julgamento de pares. Na maioria dos países da região, a democracia e o respeito pelos direitos humanos encontram-se em segundo plano para o conforto e o desejo de poder dos líderes. Em Angola, Eduardo dos Santos é um déspota cruel presidindo uma elite dominante de cleptocratas. Na Namíbia, Sam Nujoma manipulou a Constituição para garantir um terceiro mandato [...]. O Rei Mswati da Suazilândia não gosta de democracia e encontra-se bem próximo a Mugabe, líder do Zimbábue, no que se refere a falta de tolerância para a dissidência. Muitos outros líderes da região foram ou não eleitos, ou tratam as eleições e as instituições democráticas de seus países como irritações necessárias" (MAKHANYA, 2005 *apud* NATHAN, 2005, p. 368, tradução nossa).

Corroborando com tal afirmativa, Landsberg (2000), expõe que enquanto a "nova" África do Sul estava pautada na propagação da democracia e dos direitos humanos, este país, encontrava-se, simultaneamente, imbuída em um contexto regional contrário a estes. Logo, quanto mais se buscava difundir tais valores, mais a administração Mandela tornava-se alvo de criticas, o que poderia levar o país ao isolamento.[82] De modo geral, a dificuldade em ser ouvida durante os três eventos anteriormente indicados demonstrava a não existência de um paralelo entre a economia, na qual os sul-africanos eram preponderantes, e a política, uma vez que determinados países, principalmente, o Zimbábue, demonstraram ser mais relevantes que a África do Sul. Exemplo ilustrativo desta diferença diz respeito à crise política na RDC, principalmente durante a segunda guerra ocorrida neste país (1998-2003), quando a intervenção militar proposta por Angola, Namíbia e pelo Zimbábue tornou-se vitoriosa sobre a proposta sul-africana de pacificação através da negociação.

Em certa medida, a era Mandela chegava ao fim sem conseguir romper com as desconfianças por parte dos países africanos. Embora seus objetivos fossem baseados na disseminação da democracia, dos direitos humanos, da liberdade, entre outros valores considerados por Pretória como necessários ao combate dos flagelos africanos, seu governo não foi capaz de garantir a aceitação desta nova proposta por parte da África. De fato, o atrito com o Zimbábue acerca da criação e do papel da OPDS e o clamor por sanções à Nigéria não

---

[81] Do original em Inglês

[82] Nas palavras de Landsberg (2000, p. 107, tradução nossa) "Muitos Estados africanos que haviam apoiado o ANC e tinha dado refúgio durante a luta de libertação ficaram furiosos quando o novo governo Sul-Africano começou a expor aos países da região o verdadeiro significado da democracia. Tal objetivo de democratização por parte de Pretoria foi visto como presunção, até mesmo engano. Eles acusaram Pretoria de perseguir um projeto de "ocidentalização" e, de fato , de não passar de lacaio do Ocidente no extremo sul da África. Uma série de Estados africanos reagiram - mais notadamente Zimbábue , Angola e a República Democrática do Congo (RDC), não somente desafiando abertamente a política sul-africana, como também tentaram isolar, politicamente, a África do Sul."

foram interpretados como atos de um país que buscava ser um ator importante na transformação do continente, mas sim, como atitudes de um país que se dizia voltado ao continente, mas que ainda era visto como pró-ocidente, que atuava de modo unilateral, enfim, que ainda gerava a desestabilização no continente.

No entanto, sua administração conseguiu deixar como legado para os governos posteriores que se a África do Sul ainda estivesse focada em ser um ator importante na transformação do continente, deveria escolher a melhor estratégia, saber lidar com países que, politicamente, eram mais relevantes que a África do Sul, e romper com uma das principais "heranças malditas" que o regime do *apartheid* havia deixado para o país, no caso, a imagem de nação pró-ocidente, de "um Estado na África porém não da África" (HAMILL; LEE, 2001, p. 53, tradução nossa).[83]

[83] Do original em Inglês.

4 A ADMINISTRAÇÃO MBEKI (1999-2008): ENTRE A INSERÇÃO GLOBAL E A AGENDA AFRICANA

Ao longo da administração Mandela três características da “nova” África do Sul foram se tornando cada vez mais explicitas. A primeira diz respeito ao caminho diametralmente oposto seguido por Pretória no pós-*apartheid*, visto que se durante a vigência do NP na administração do país houve a secundarização dos anseios africanos em prol da manutenção do regime segregacionista; com a entrada do ANC o que se viu foi à priorização da luta contra a pobreza, o subdesenvolvimento e a busca em retirar a África da condição de continente marginal dentro do processo da globalização. Tal priorização, contudo, era acompanhada pela necessidade dos países africanos se adaptarem ao mundo pós-Guerra Fria. Nesse sentido, complementando esta primeira característica, a segunda refere-se à crença de que as mazelas existentes na África seriam sanadas se os países africanos respeitassem os direitos humanos, a democracia, a *good governance*, o livre-mercado, entre outros pontos que ganharam espaço no cenário internacional.

Por fim, a última característica que se destacou diz respeito ao papel que Pretória deveria exercer nesta transformação, no caso, atuando no auxílio à disseminação e no convencimento dos países africanos a aceitarem tais princípios. Logo, a inserção na África tornava-se cada vez mais importante uma vez que se tornar presente no continente, representava para o país a possibilidade em participar desta transformação. Portanto, os equívocos relacionados à participação de Pretória no caso Abasha na Nigéria, no conflito de interesses com Mugabe acerca do papel e da função do *Organ on Politics, Defence and Security* (OPDS), na ineficiência em conquistar a confiança dos países membros da SADC em aceitarem a pacificação por meio da negociação na segunda guerra ocorrida na RDC, e na dificuldade em romper com a desconfiança acerca da participação sul-africana na intervenção militar no Lesoto, não mais deveriam ocorrer.

De certo modo, se por um lado os equívocos ocorridos nos eventos acima indicados simbolizaram o fracasso da administração Mandela em romper com a desconfiança por parte dos países africanos acerca dos interesses desta “nova” África do Sul; por outro, tais episódios comprovaram que esta “missão" sul-africana em participar na transformação da África encontrava-se relacionada a estratégia escolhida para atuar neste continente, assim, a aceitação, ou não, dos princípios considerados por Pretória como solucionadores dos problemas africanos, estaria limitada pela confiança, ou não, por parte dos países africanos,

nos interesses desta "nova" África do Sul. É imbuído neste complexo cenário marcado tanto pela desconfiança com relação a seus objetivos para a África quanto pela necessidade sul-africana em dar continuidade nesta sua "missão", que Mbeki assume a presidência do país.

Nesse sentido, o capítulo em referência buscará analisar a relação entre Pretória e o continente africano durante a era Mbeki (1999-2008), indicando que a África do Sul continuou a ser guiada tanto pelos mesmos princípios estimados pela administração Mandela (1994-1999), como também buscou manter-se atuante na transformação do continente. No entanto, diferentemente da primeira administração pós-*apartheid*, a Era Mbeki foi marcada por relativo sucesso visto que a presença sul-africana na África tornou-se intensificada. A partir disso, e baseando-se nos acontecimentos e nas realizações em que a participação sul-africana foi importante, busca-se concluir que a adoção de outro modo de atuar na África levou a esta intensificação, visto que rompeu com a interação conflitante que ainda persistia na interação entre a África do Sul e a África, e isentou a inserção sul-africana de seu caráter desestabilizador.

4.1 Entre a Continuidade e a Transformação: A administração Mbeki (1999-2008) no contexto das mudanças globais

Em análise desenvolvida por Nathan (2005), é possível encontrarmos algumas semelhanças entre as administrações Mandela e Mbeki acerca da política externa sul-africana. De acordo com o autor, tanto os direitos humanos, quanto a democracia - princípios amplamente valorizados durante a primeira administração do ANC - foram herdados e mantiveram-se presentes na administração Mbeki. De fato, as criticas "a Estados de partido único, ditadores militares e elites corruptas na África que têm saqueado a riqueza nacional e condenados os seus povos à pobreza" (NATHAN, 2005, p. 364, tradução nossa) [84] por parte de ambas as administrações e indicadas pelo autor, podem ser encontradas em discurso realizado na cidade de Johanesburgo, 1998 quando Mbeki - antes mesmo de assumir a presidência sul-africana - deixava claro que a democracia e os direitos humanos eram peças fundamentais na luta contra ditaduras e governos despóticos.[85] Em suas palavras,

[84] Em discurso realizado cidade de Abuja, em 2000, Mbeki expõe que "Tiranos temem as massas e sempre procuram desmobiliza-las através da propaganda, da corrupção e do terror. Nossa tarefa como progressistas é opor-se a esses tiranos" (tradução nossa).

[85] Do original em Inglês.

> [...] Nós estaríamos dizendo que nós queremos ver um continente africano em que as pessoas participem dos sistemas de governança em que eles são realmente capazes de determinar seu destino e deixar para trás as noções de que democracia e direitos humanos são peculiarmente conceitos ocidentais. [...] Assim, assumiremos uma postura de oposição à ditadura, seja qual for a forma que possa existir. Assim, diriamos que temos de assegurar que, quando as eleições são realizadas, estas devem ser verdadeiramente democráticas, resultando em governos que as pessoas aceitariam como sendo genuinamente representativos da vontade do povo. [...] Ao dizer tudo isso, eu não estou sugerindo que não é qualquer modelo de democracia que temos que copiar. Necessariamente, temos de levar em conta as condições específicas de nossos países para encontrar as formas de organização que atenda a essas condições específicas, no entanto, ainda trabalhamos com a perspectiva de que o povo deve governar (tradução nossa).

Em linhas gerais, administração Mbeki atrelava os direitos humanos e a democracia ao futuro do continente africano, indicando que na África do século XXI, não mais deveria haver espaço para governos militares e sistemas unipartidários.[86] Nesse sentido, uma característica que se torna explicita em seu governo, diz respeito à necessidade em inserir grupos que, historicamente, encontram-se marginalizados, tanto econômico, politico e socialmente. Exemplo disso pode ser visto na aclamação por parte de Pretória no respeito à emancipação e na busca pela maior participação das mulheres.[87] Tal interesse pode ser encontrado em discurso realizado por Mbeki no Parlamento de Uganda, na cidade de Kampala em 2005, onde é exposto que,

> Nossa missão tambémdeve incluir a total emancipação das mulheres, pois sabemos muito bem que milharess de mulheres africanas estão, como nós falamos hoje, ainda expostas a condições degradantes de pobreza e a discriminação de gênero. Para muitas destas mulheres o sabor da liberdade continua a ser um sonho adiado. Assim, todos nós devemos concordar que a África nunca será livre até que todas as suas mulheres se tornem livres! (tradução nossa).

Além dos direitos humanos e da democracia, Nathan (2005) também destaca a resolução por meios pacíficos como outro ponto característico da administração Mandela, que se manteve presente durante o governo Mbeki. Em certa medida, desde a primeira

[86] É possível destacarmos que, em discurso realizado em Abuja, Nigéria, no ano de 2003, Mbeki indica que "A nova ordem política deve sua existência à dura experiência africana de muitas décadas de instabilidade e sofrimento. Ela nos ensina, como africanos, que o que tantas vezes tentou não funcionou, que os estados de um partido e os governos militares não funcionaram e não irão funcionar. Ela nos ensina que devemos ser responsáveis pelo nosso próprio destino. Em essência, ela exige o reconhecimento de que o povo deve governar" (não paginado, tradução nossa).

[87] Em discurso realizado em *Gallagher Estate*, na cidade de Johannesburgo, África do Sul, em 2007, Mbeki expõe que **"**é importante que questões referentes as mulheres, aos jovens, as crianças e aos grupos vulneráveis não devem ser deixados na periferia, mas devem estar no centro de todo o trabalho que fizermos. O progresso que fizermos contra a pobreza, o subdesenvolvimento e a marginalização só pode ser devidamente medido pelos passos que tomamos para garantir o avanço e a prosperidade das mulheres, dos jovens, das crianças e dos grupos vulneráveis" (não paginado, tradução nossa).

administração sob a égide do ANC, Pretória passou a considerar que a estabilidade e a paz em territórios marcados pela instabilidade e por guerras civis, surgiriam através da negociação (NATHAN, 2005). Além disso, desde a era Mandela que a "nova" África do Sul condicionava o fim da pobreza e a prosperidade da África, a um cenário continental caracterizado pela estabilidade, pela segurança e pela pacificação. Tal crença não apenas foi mantida, como também intensificada durante o período Mbeki. Exemplo disso pode ser encontrado em discurso realizado em Abuja, Nigéria, em 2003,[88] quando o então presidente sul-africano expõe que:

> Nossa missão também deve incluir a total emancipação das mulheres, pois sabemos muito bem que milhares de mulheres africanas estão [...] ainda expostas a condições degradantes de pobreza e a discriminação de gênero. Para muitas destas mulheres o sabor da liberdade continua a ser um sonho adiado. Assim, todos nós devemos concordar que a África nunca será livre até que todas as suas mulheres se tornem livres! (não paginado, tradução nossa).

Por fim, junto à democracia, aos direitos humanos e a busca pela paz através de meios pacíficos, um quarto ponto que pode ser encontrado na análise de Nathan (2005), refere-se à valorização do multilateralismo, este visto "tanto como um objetivo primário como também uma estratégia fundamental da política externa da África do Sul" (NATHAN, 2005, p. 365, tradução nossa).[89] De fato, se por um lado a adoção e o respeito ao multilateralismo estavam atrelados à busca por parte de Pretória em garantir a maior integração e unidade do continente, por outro, sua continuidade demonstrava que a "nova" África do Sul manter-se-ia focada na busca em romper com qualquer forma de atuação que lembrasse o modo unilateral de atuar da "velha" África do Sul (NATHAN, 2005), possibilitando o fim das desconfianças por parte dos países africanos, com relação aos interesses sul-africanos para a África.

Além destes quatro pontos encontrados em Nathan (2005), outra característica que foi herdada e amplamente utilizada durante a administração Mbeki, diz respeito ao universalismo ou universalidade nas escolhas de parcerias estratégicas. De acordo com Schraeder (2001, p. 234, tradução nossa), "O princípio da universalidade ressalta a vontade da África do Sul em estabelecer relações diplomáticas com todos os países do mundo, independentemente das políticas nacional e externa adotadas por estes países."[90]

[88] Do original em Inglês.
[89] Do original em Inglês.
[90] Do original em Inglês.

Segundo Hamill e Lee (2001), a adoção do universalismo garantia à África do Sul a possibilidade em manter relações diplomáticas com os mais diversos tipos de Estado. Exemplo disso pode ser visto durante a administração Mandela, uma vez que, simultâneo a acordos com os Estados Unidos, Pretoria voltou-se a relações com o Irã, Cuba, Líbia, enfim, com países que eram vistos como *rogues* ou *pariah* por parte de Washington.[91] De fato, desde o fim do *apartheid* o universalismo já vinha sendo utilizado, entretanto, é no decorrer da administração Mbeki que sua adoção torna-se cada vez mais importante, pois simultâneo a busca em manter-se próxima das grandes potências mundiais, a adoção do universalismo por parte da "nova" África do Sul garantia ao país a possibilidade em se aproximar de países africanos que seguiam caminho diametralmente oposto a Pretoria – como por exemplo o Zimbábue - mas que eram, politicamente e/ou historicamente mais relevantes.

Nesse sentido, o universalismo passava a ser usado para construir parcerias estratégicas com os mais diversos tipos de países africanos, e, junto com o multilateralismo - importante meio que garantia a Pretória a possibilidade em demonstrar o caráter não impositivo dos princípios adotados durante a administração Mandela, estes considerados determinantes para a transformação do continente – davam suporte a uma outra característica da administração Mbeki, no caso, a flexibilização do modo de atuar sul-africano. Em análise realizada um ano após a entrada de Mbeki na presidência sul-africana, Landsberg (2000, p.119, tradução nossa) compara as administrações Mandela e Mbeki, e expõe a seguinte distinção:[92]

> Enquanto Mandela fez grande uso da oratória pública para impulsionar a democratização, Mbeki busca a prudência em uma estratégia de duas vertentes. Por um lado, ele está enviando uma mensagem forte, inabalável de que o jogo do momento é a democratização, a democratização, e mais democratização, por outro lado, para evitar que a África do Sul torne-se isolada, é provável que continue a enfatizar a necessidade de forjar parcerias e construir alianças com o que ele vê como "parceiros regionais fundamentais." [...] a necessidade da África do Sul para trabalhar com regimes pseudodemocraticos muitas vezes significa fechar as portas para os líderes da oposição e para a sociedade civil. Ao destacar que Mugabe e Paul

[91] Expondo acerca desta interação África do Sul/Estados Unidos e África do Sul/Cuba, Libia e Irã, Hamill e Lee (2001, p. 45, tradução nossa) indicam que, "[...] O desagrado de Washington com relação a proximidade da África do Sul a um grupo de estados - principalmente Cuba, Irã e Líbia - que, por uma variedade de razões, os EUA identificam como "pariahs" ou "rogues" e deseja ve-los confinados a periferia das relações internacionais. Entre 1994 e 1997, esta foi efetivamente um diálogo em que os apelos dos EUA para que a África do Sul se distanciasse da Líbia de Gaddafi, em particular, foram [...] firmemente rejeitados, uma vez que Pretória afirmou seu direito de determinar os seus próprios interesses e prioridades, libertando sua política externada pressão externa. Além disso, tornou-se para Mandela uma questão de princípio - e moralmente também- dada a generosa contribuição supostamente feita por todos os três estados a luta pela libertação realizada pelo ANC".

[92] Do original em Inglês.

> Kagame de Ruanda, são líderes a quem precisa do seu lado, Mbeki compreende que se quiser realizar o objetivo do processo de paz na região, não poderá engajar-se com as forças de oposição existentes nestes países.

Se por um lado a flexibilização do modo de atuar levaria Pretória a ser alvo de criticas por parte das potências ocidentais, colocando em risco a imagem conquistada durante a administração Mandela de África do Sul como país provedor dos direitos humanos (TITUS, 2009), por outro, tal instrumento tornava-se importante pois garantia ao país a diminuta possibilidade de cometer os mesmos equívocos e, portanto, sofrer as mesmas conseqüências vistas na administração anterior, uma vez que a segunda administração do ANC buscaria não confrontar países que, seja pela importância histórica, seja pela relevância política, eram melhores aceitos pela grande maioria dos países africanos.[93]

Além de não confrontar, a administração Mbeki também buscaria se aproximar e forjar parcerias com de alguns destes países. Exemplo disso pode ser encontrado na valorização e no fortalecimento dos laços entre a África do Sul e a Nigéria, relação esta que se durante a Era Mandela foi marcada pelo conflito, na Era Mbeki o que se viu foi a maior sintonia entre as partes. De fato, tal parceria se tornava estratégica não somente pela importância política, econômica e histórica que o principal país da África Ocidental traz consigo, mas também porque tal aproximação garantia a Pretoria a possibilidade em romper com a imagem de pró-ocidente, e, conseqüentemente, em manter-se mais presente no continente e menos contestada com relação a seus interesses para com a África.[94] Expondo acerca da evolução desta relação, Barber (2005, p.1088, tradução nossa) indica que:[95]

> As relações com a Nigéria melhoraram muito após a morte de Abacha, em 1999. O fortalecimento dos laços que se seguiram foi ilustrado com a visita oficial de Mbeki à Nigéria em outubro de 2000, e uma visita de reciprocidade para a África do Sul do presidente Olusegun Obasanjo. Durante essas visitas foi acordada a formação de uma comissão binacional [...]. Ansioso para fortalecer ainda mais os laços, Pretoria

[93] De acordo com Landsberg (2000, p. 116, tradução nossa), "Dada à má imprensão e a imagem negativa da África do Sul na África, e a crise de confiança e credibilidade que atinge sua política de democratização, alguma coisa teria que ser feita. A fim de não agravar as tensões na região ainda mais, Pretória decidiu pelo não-confrontamento público com os seus vizinhos e outros países africanos, optando por aquilo que o ministro das Finanças, Trevor Manuel, chama de "soft diplomacy"".

[94] Em discurso realizado para empresários sul-africanos e nigerianos, Mbeki (2000, não paginado, tradução nossa), expõe um outro motivo que demonstra a importância de tal parceria, segundo ele, "A prósperidade da África do Sul e da Nigéria devem representar uma SADC e uma CEDEAO próspera. Em verdade, isso deve simbolizar uma África próspera, em que o desenvolvimento sócioeconômico sustentavél depende disso. Para atingir esses objetivos, uma grande responsabilidade recai sobre os ombros das nossas comunidades empresariais. [...] A realização dos sonhos de nossos países, as nossas regiões, o nosso continente e as milhares de pessoas comuns dependem da previsão dos nossos homens de negócios para ajudar com a transformação radical das nossas economias, de modo a garantir uma vida melhor para todos".

[95] Do original em Inglês.

> pediu para que várias empresas - incluindo gigantes como a Anglo-American, a SA Breweries e o Standard Bank -, para acatarem a esta iniciativa. [...] Em 1998, o comércio entre os dois países era de R [rands] 721 milhões; e em 2003 havia alcançado a marca de R5, 312 milhões.

De modo geral, a administração Mbeki mantinha-se fiel aos mesmos princípios que nortearam a política externa sul-africana durante a administração Mandela. Entretanto, o multilateralismo, o universalismo, a construção de parcerias com os mais diversos tipos de países africanos e o caráter não impositivo dos princípios adotados pela "nova" África do Sul, eram indicativos de que Pretoria seguiria um novo modo de atuar no continente. Tal transformação se tornava importante visto que a administração Mbeki traria como objetivo romper com a imagem de pró-ocidente, de "um lacaio dos Estados Unidos e de qualquer outro país ocidental" (LANDSBERG, 2000, p.119, tradução nossa),[96] em indicar que a "o futuro da África do Sul está inexoravelmente ligado aos restante da região sul do continente, em particular, e da África no geral" (LANDSBERG, 2004, p.160, tradução nossa)[97] e, principalmente, em difundir uma nova ideologia política africana para o século XXI (NABUDERE, 2001), esta mais comumente conhecida como *African Renaissance.*[98]

4.2 O Século XXI como o Século Africano: O *African Renaissance* e sua importância para a inserção sul-africana na África

Ao acompanharmos as perspectivas que se tinham sobre o futuro da África durante a década de 1990, seria pouco provável não nos depararmos com duas distintas expectativas. Enquanto no início desta década o que se via era o predomínio da visão afro-pessimista, este reforçado pelas intermináveis guerras civis, pela pobreza excessiva (FUNKE & NSOULI, 2003) e pela condição de continente marginal dentro do processo da globalização econômica (FIORI, 2007), no fim deste período a África era vista como um continente em transformação, marcado por acentuada euforia com relação ao seu futuro.[99]

---

[96] Do original em Inglês.

[97] Do original em Inglês.

[98] Expondo acerca das diferentes características entre Mandela e Mbeki, Landsberg (2004, p. 159, tradução nossa) indica que, "Se Mandela foi muito íntegro em seu estilo e abordagem, Mbeki é pragmático, cujo pragmatismo muitas vezes enviou a mensagem de que o princípio pode ser considerado em segundo plano. Às vezes, para realizar os objetivos estratégicos a longo prazo, os princípios seriam deixados de lado".

[99] Segundo Penha (2011, p.196), "No final dos anos 1980, do total de países mais pobres do mundo, 66,6% eram africanos, sendo que países como Somália, Libéria e Sudão, tiveram indicadores que os classificaram como países de quinto mundo caracterizado, sobretudo, pela fome endêmica".

No âmbito internacional, tal otimismo ganhava espaço visto que a busca por matérias-primas fez com que países como Estados Unidos, França, Inglaterra e, principalmente, China, vissem um continente cujo território é possuidor de "cerca de 66% do diamante do mundo, 58% do ouro, 45% do cobalto, 17% do manganês, 15% da bauxita, 15% do zinco e 10 a 15% do petróleo" (SARAIVA, 2008, p.122), dentre outros. Em Penha (2011, p. 200-212), é possível encontrarmos as estratégias norte-americanas e chinesas de inserção no continente africano. Segundo o autor,

> Em junho de 1997, o presidente Bill Clinton lançou um conjunto de propostas e investimentos privados norte-americanos, denominado de *Iniciativa para a África*, com vistas a incentivar o comércio com o continente africano. Dentro dessa proposta, pelo menos 1.800 produtos africanos passariam a ter maior acesso ao mercado norte-americano. Como contrapartida os governos africanos dariam vantagens preferenciais aos investimentos norte-americanos, sobretudo telecomunicações, infraestrutura e hidrelétricas, numa clara disputa com os europeus pelo mercado africano, sobretudo nos setores industriais de grande envergadura como os mencionados. [...] O interesse da China pela África se intensificou a partir de 1993 quando o país entrou na disputa mundial por recursos minerais, devido à perda de autossuficiência em petróleo. Para tanto, adotou uma estratégia de buscar parcerias com países dotados de reservas deste recurso e onde as empresas norte-americanas tivessem dificuldade em atuarem. Dentre esses países se destacam Sudão, Angola, República Democrática do Congo e Nigéria.

Além desta procura em fortalecer os lações econômicos por parte das potências mundiais, esta euforia também ganhava força uma vez que a África adentrava em um ciclo de transformações internas. Discutindo acerca destas, Nyang'oro e Shaw (2000), indicam que no decorrer da década de 1990 diversos países entraram em uma fase de crescimento econômico e passaram pelo processo de financeirização da economia, esta refletida através da criação de bolsas de valores.[100] Além destes fatores econômicos, o continente também se tornou palco de transformações políticas, como o próprio fim do *apartheid* na África do Sul, a diminuição, o

[100] Referente ao crescimento econômico, Nyang'oro e Shaw (2000, p. 25, tradução nossa), indicam que "Após um período de declínio sem precedentes, as perspectivas de desenvolvimento de África aparecem agora mais brilhante do que em qualquer momento desde a década de independência. Em 1995, mais da metade das nações da África teve um crescimento real do PIB acima do crescimento populacional. Pelo menos um terço desses países registaram taxas de crescimento de 6% ou acima disso em 1995, e apenas três países tiveram um crescimento negativo em comparação com 14 países no ano anterior". Com relação a financeirização da economia, os autores destacam que "15 de 53 países do continente têm agora um mercado de ações, sendo que pouco mais da metade deles pertencem a região da SADC. Esses mercados de ações simbolizam e facilitam a privatização da economia, como a comercialização das empresas estatais [...]. Além disso, os fundos mútuos e de previdência privada, bem como as companhias de hipoteca e financiamento podem investir as suas participações mais facilmente, enquanto os conglomerados podem ser mais facilmente desagregados" (NYANG'ORO; SHAW, 2000, p.18-19, tradução nossa).

isolamento ou o fim de ditaduras (GILLEY, 2010), e o surgimento de eleições democráticas multipartidárias, (NYANG'ORO; SHAW, 2000).[101]

Em síntese, o interesse internacional e as transformações pelas quais o continente estava passando, eram indícios de que a África entrava em um ciclo de mudanças, ou, nas palavras de Mbeki, que a África entrava em sua fase de renascimento, mais comumente apresentado como *African Renaissance*.[102] Em Hlophe e Landsberg (1999), é possível destacarmos duas dimensões deste Renascimento Africano. A primeira diz respeito à relação entre este renascimento e o termo ganense "*Sankofa*", que significa mover tanto a África do Sul como o continente africano em direção a um futuro prospero, prosperidade esta que seria alcançada através da valorização e do resgate ao passado africano anterior a invasão européia. Já a segunda refere-se à importância da interação entre a democracia e o desenvolvimento econômico, relação que criaria um cenário estável e favorável ao crescimento econômico, garantindo a África o acesso a globalização.

Em linhas gerais, as dimensões anteriormente indicadas por Hlophe e Landsberg (1999) são centrais no *African Renaissance* e já vinham sendo trabalhadas por Mbeki antes mesmo de assumir a presidência da África do Sul. De fato, nos discursos *I am a African* de 1996, no proferido na cidade de Chantilly, no estado norte-americano da Virgínia, em 1997 e, principalmente, no *The African Renaissance, South Africa and the World*, de 1998, Mbeki expõe que o continente encontra-se em transição e o caminho pela qual a África deve seguir, este pautado tanto em um passado glorioso e na interação entre desenvolvimento e democracia.

Ainda que tanto o *I am a African* quanto o realizado nos EUA sejam voltados a públicos diferentes e com objetivos diferentes, é possível percebermos algumas características que os enquadram dentro desta busca por parte de Mbeki, em demonstrar a existência de um renascimento africano. Ao analisarmos o *I am a African*, é perceptível o destaque dado ao

---

[101] Em Gilley (2010, p. 64, tradução nossa) é possível perceber que "Desde 1990 houve 25 eleições democráticas na África. Isso trouxe uma nova liderança [...] e um papel crescente da África no cenário político mundial. [...] De fato, os ventos da mudança estão soprando. Mais da metade das economias africanas estão a exceder uma taxa de crescimento anual de 5%. Centenas de milhares de dólares em investimento estrangeiro direto estão entrando em serviços e nas indústrias transformadoras africanas. As ditaduras que, uma vez caracterizavam mais da metade do continente, estão agora vulneráveis e sendo evitadas e isoladas […]".

[102] Em certo sentido pode-se interpreter o *African Renaissance* como uma fase uma vez que Mbeki, em discurso realizado no lançamento do *African Renaissance Institute*, em Pretória, no ano de 1999, indica que, "Como todos nós sabemos, a palavra "renaissance" significa renascimento, renovação, surgimento do novo. Portanto, quando falamos do African Renaissance, falamos do renascimento e da renovação do nosso continente. [...] Esta idéia não é nova para as lutas dos povos do nosso continente e para a emancipação genuína. Foi propagada anteriormente por outros ativistas da libertação, provenientes de muitos países. [...] No entanto, tem-se sugerido que, quando essa perspectiva foi exposta em períodos anteriores, não existia as condições necessárias para a sua realização" (não paginado, tradução nossa).

futuro presente sul-africano a um dos pontos que caracterizam o caminho pela qual a África deve seguir, no caso, a valorização do passado. De fato, neste discurso Mbeki não se restringe apenas em expor sobre algumas características da África do Sul, como a formação de sua população, sua natureza exuberante e o período de vigência do *apartheid*, mas também sobre o clamor a grandiosidade dos povos africanos, a exposição dos flagelos africanos e a convicção no processo de reconstrução do continente.[103] Em suas palavras,[104]

> Por causa disso, eu também sou capaz de afirmar a verdade fundamental de que eu nasci de um povo de heróis e heroínas. Eu nasci de um povo que não iria tolerar a opressão. Eu sou de uma nação que não iria permitir que o medo da morte, da tortura, da prisão, do exílio ou da perseguição resultasse na perpetuação da injustiça. As grandes massas que são as nossas mães e os nossos pais não permitiram que o comportamento de alguns resulte na descrição de que os nossos países e povos são bárbaros. [...] Eu sou nascido de um povo do continente africano. A dor de conflitos violentos na Libéria, na Somália, no Sudão, no Burundi e na Argélia é uma dor que eu também sinto. A vergonha da pobreza, o sofrimento e a degradação humana do meu continente é uma praga que compartilhamos. A praga em nossa felicidade, que nos leva em direção a periferia da ordenação dos assuntos humanos, nos deixa em uma sombra persistente de desespero. Esta é uma estrada selvagem a que ninguém deve ser condenado. [...] No entanto, por mais que, para os céticos, seja improvável a mudança, a África vai prosperar! (MBEKI, 1996, não paginado, tradução nossa).

Se por um lado, o *I am a African* trazia em sua retórica a valorização da história africana e a afirmativa de que a África do Sul é, de fato, um país africano, e, portanto, tudo que ocorre no continente, também impacta no país, enfim, duas características que se tornariam importantes durante a administração Mbeki; por outro, o discurso realizado em Chantilly, Virgínia, em 1997, apresentava ao empresariado norte-americano as transformações políticas e econômicas pelas quais o continente estava passando e, com isso, buscava conquistar o interesse destes e convencê-los a investir no continente. Em suas palavras,[105]

> O African Renaissance está sobre nós. Como visto através do espelho, ele pode não ser óbvia. No entanto, está em cima de nós. [...] O que venho a falar é o estabelecimento de democracias genuínas e estáveis na África, em que os sistemas

[103] Expondo sobre o *apartheid*, Mbeki (1996) indica que, "Eu vi o que acontece quando uma pessoa tem superioridade de força sobre a outra, quando o forte se apropria desta prerrogativa, mesmo que seja para anular a liminar que Deus criou, a de que todos os homens e mulheres são sua imagem. [...] Eu sei o que significa quando raça e a cor são usados para determinar quem é humano e quem é sub-humano. Eu vi a destruição de todo o senso de autoestima, a conseqüente luta para ser o que não é [...]. Tenho a experiência de uma situação em que a raça e a cor foram usadas para enriquecer uns e empobrecer o resto" (não paginado, tradução nossa).

[104] Do original em Inglês.

[105] Do original em Inglês.

> de governo irá prosperar, visto que suas autoridades derivam da legitimidade e da vontade do povo. [...] Desde 1990, mais de 25 países da África Subsariana realizaram eleições democráticas. [...] Além das questões sociais e políticas que já foram abordadas, na África Subsaariana e no resto do continente também se teve o início de um processo de reforma econômica, o que é necessário e vital para um continente ter sucesso em atrair uma fatia crescente de investimentos estrangeiros. [...] No que diz respeito à reforma económica, há muitas questões que são de interesse comum, incluindo a liberalização do comércio, a reforma financeira, as commodities e outros mercados, o funcionamento das instituições multilaterais, de instituições de assistência ao desenvolvimento e de repção de recursos advindos do mundo desenvolvido para o mundo em desenvolvimento (MBEKI, 1997, não paginado, tradução nossa).

Em suma, tanto no *I am a African* quanto no discurso realizado na Virgínia, encontramos menção ao Renascimento Africano. Enquanto o primeiro trazia como característica a busca em resgatar um passado glorioso e demonstrar que a África pode se transformar; o segundo - além de nele ser destacado o nome *African Renaissance* como termo que engloba todas as transformações pelas quais o continente estava passando - deixava explicito que para a manutenção do renascimento africano, havia a necessidade de apoio dos países desenvolvidos. Em linhas gerais, todas estas características são encontradas no *The African Renaissance, South Africa and the World,* discurso, realizado na *United Nations University*, em 1998, onde Mbeki apresenta, de fato, o *African Renaissance* ao mundo e expõe sobre estas e outras características.

Paralelo ao *I am a African*, o *The African Renaissance, South Africa and the World* também deixa claro à necessidade em resgatar um passado africano marcado pelo surgimento de grandes obras arquitetônicas, de importantes civilizações e valorização da liberdade. Nesse sentido, ainda que fazendo menção ao imperialismo europeu e suas consequências para o continente africano, o intuito de Mbeki é expor sobre um passado anterior a invasão européia na África, sobre um período digno de ser valorizado.[106] Em suas palavras,[107]

> Eu falo de obras de arte africanas existentes na África do Sul que possuem milhares de anos de idade. Eu falo de um continuo trabalho nas artes plásticas, que engloba as diversas criações artísticas dos núbios e dos egípcios, das esculturas de bronze existente no Benin e na Nigéria, e das esculturas existentes no Makonde da Tanzânia e em Moçambique. Falo das centenárias contribuições para a evolução do

[106] Referindo-se ao período de dominação européia sobre o continente africano, Mbeki também ressalva que os povos africanos não foram passivos a tal invasão, visto que lutaram contra este tipo de dominação. Em suas palavras, "E, no final, toda uma época da história da humanidade, a época do colonialismo e da dominação estrangeira realizada pelos brancos, progrediu para suas últimas bases históricas visto que, do Marrocos a Argélia, da Guiné Bissau ao Senegal, de Gana a Nigéria, da Tanzânia ao Quênia, do Congo a Angola, do Zimbabwe a África do Sul, os africanos se atrevera, a se levantarem para dizer, seja qual for o sacrifício que temos de fazer, que a África deve ser livre!" (não paginado, tradução nossa).

[107] Do original em Inglês.

> pensamento religioso feito pelos cristãos da Etiópia e os muçulmanos da Nigéria. [...] Eu também me refiro aos monumentos arquitetônicos representados pelas pedras gigantes esculpidos em Aksum na Etiópia, nas esfinges e nas pirâmides egípcias, das ruínas da cidade de Cartago, Tunísia, [...] bem como o legado das antigas universidades de Alexandria do Egito, Fez no Marrocos e, mais uma vez, Timbuktu do Mali. Quando eu examino tudo isso e muito mais, eu não encontro nada para sustentar o dogma de longa data do excepcionalismo africano, segundo o qual a cor preta se torna um símbolo do medo, do mal e da morte (não paginado, tradução nossa).

O regresso proposto por Mbeki a um passado anterior ao imperialismo europeu, nos leva a compreender que tal intuito objetiva construir uma espécie de contrapeso à imagem amplamente divulgada da África como um continente incapaz de combater suas mazelas e passivo ao surgimento de governos ditatoriais,[108] demonstrando que os povos africanos sempre valorizaram e lutaram pela liberdade, e, portanto, os governos militares não deveriam ser vistos como administrações que representavam os interesses do povo. Além de romper com esta imagem, a valorização de um passado glorioso também se relaciona a reconstrução da dignidade africana, sentimento importante no combate ao estigma existente sobre o continente de território eternamente dependente da caridade advinda do mundo exterior, e a busca em formar uma espécie de pacto entre todos os povos africanos como meio de romper com os flagelos existentes no continente. [109]

De fato, esta idéia de trabalho em conjunto refere-se ao "reconhecimento do fato de que nenhum dos nossos países é uma ilha que pode isolar-se do resto, e que nenhum de nós pode realmente ter sucesso se o resto falhar" (MBEKI, 1998, não paginado, tradução nossa).[110] Logo, Mbeki reforça um dos objetivos da política externa da "nova" África do Sul,

---

[108] Um exemplo acerca da necessidade em resgatar a dignidade africana pode ser encontrado no discurso realizado no Parlamento de Uganda, em 2005, quando Mbeki expôs que: "nós sabemos muito bem que os terríveis sistemas de escravidão e colonialismo não ficaram satisfeitos apenas com escravizar e oprimir as pessoas. Eles fizeram um grande esforço para garantir a escravidão mental de populações nativas, especialmente aqui na África. [...] Hoje, vemos muitas das conseqüências desses processos, que visavam a alma dos povos africanos, entre os quais a alienação cultural, esta que faz com que alguns acreditem que o colonialismo foi um instrumento importante para nos retirar das trevas. [...] em outras palavras, a mãe colonial tentada a desencorajar as massas africanas da rebeldia contra a opressão e desumanização, procurou convencer-nos de que buscar nossa emancipação era agir contra os nossos próprios interesses" (não paginado, tradução nossa).

[109] De acordo com Mbeki (1998, não paginado, tradução nossa), "a restauração da dignidade dos povos africanos exige que lidamos tão decisivamente e o mais rápido possível, com a percepção de que, como um continente, estamos condenados para sempre a depender da caridade misericordiosa daqueles que estão sempre prestes a atender as nossas clemências".

[110] De fato, a busca por uma espécie de união entre os africanos esteve presente em diversos momentos da administração Mbeki. Exemplo disso pode ser encontrado no discurso do *African Renaissance Conference***,** proferido em Johannesburgo, África do Sul, em 1998, quando ele expõe que: "O desafio é mobilizar e galvanizar as forças dentro e fora do governo [...] de modo que eles se envolvem em uma ofensiva nacional e continental sustentando a vitória do African Renaissance. [...] Isto significa que os trabalhadores e os camponeses, empresários, artesãos e intelectuais, grupos religiosos, as mulheres e os jovens, esportistas e trabalhadores no campo da cultura, escritores e profissionais da mídia, organizações políticas e governos

que é de expor sobre a necessidade de maior integração entre os países africanos como meio de romper com os desafios existentes no continente.[111]

Além disso, semelhante ao discurso realizado na cidade de Chantilly, no estado norte-americano da Virgínia, em 1997, outro objetivo que surge neste documento é demonstrar para o mundo que a África vem buscando se adaptar ao contexto internacional surgido no pós-Guerra Fria. Seja através da expansão de sistemas democráticos em diversos países, seja através da adoção de premissas neoliberais, tais como a redução da participação do Estado na economia e o fortalecimento do setor privado, este documento objetiva apresentar uma África preparada para receber investimentos. De fato, *The African Renaissance, South Africa and the World* reforça a visão incorporada a "nova" África do Sul acerca da relação entre desenvolvimento econômico e democracia.[112] Nas palavras de Mbeki,[113]

> Nós estamos determinados a acabar com a situação, segundo a qual, durante muitos anos, a África registrarou as mais lentas taxas de crescimento econômico e, em muitos casos, realmente experimentou o declínio econômico. Já há um número significativo de países que têm apresentado taxas relativamente altas de crescimento,

---

devem estar todos engajados na constituição e na renovação do nosso continente" (não paginado, tradução nossa).

[111] Em discurso proferido no lançamento do *African Renaissance Institute,* em Pretória, África do Sul, em 1999, Mbeki destaca alguns dos principais pontos em que este Renascimento deveria estar pautado, a saber: "o estabelecimento de sistemas políticos democráticos para garantir o cumprimento da meta de que "o povo deve governar ", levando em consideração as especificidades africanas de modo que, ao serem verdadeiramente democráticas e voltadas a proteção dos direitos humanos, eles são concebidas de forma a realmente garantir que o político, portanto, os meios pacíficos, sejam usados para resolver os interesses conflitantes dos diferentes grupos sociais em cada país; Estabelecer as instituições e procedimentos coletivos que permitam ao continente lidar com as questões da democracia, da paz e da estabilidade; alcançar o desenvolvimento econômico sustentável que resulte na continua melhoria dos padrões de vida e da qualidade de vida do povo; mudar, qualitativamente, o lugar de África na economia mundial, de modo que o continente mantenha-se livre do peso da dívida internacional e deixe de ser um fornecedor de matérias-primas e importador de produtos manufaturados; garantir a emancipação das mulheres africanas; [...] enfrentar o flagelo do HIV /AIDS; [...] redescobrir o passado criativo da África para recuperar as raizes culturais dos nossos povos; incentivar a criatividade artística e restaurar a participação popular no acesso e no avanço da ciência e da tecnologia; e [...] reforçar a verdadeira independência dos países e do continente africano em suas relações com as grandes potências, reforçando o seu papel na determinação do sistema global de governança em todos os campos, incluindo a política, economia, segurança, informação e propriedade intelectual , o meio ambiente e a ciência e a tecnologia" (não paginado, tradução nossa).

[112] Uma das características do modo de atuar da África do Sul sob a presidência de Mbeki, pode ser encontrado neste discurso, uma vez que o futuro presidente da África do Sul deixa claro o caráter não impositivo dos princípios que Pretoria consideravam importantes para a transformação da África. Discutindo acerca da democracia, Mbeki ressalva que "Assim, nenhum de nós procuramos impor modelos supostamente padronizados de democracia em qualquer país, mas quero ver sistemas de governo em que as pessoas têm o poder de determinar o seu destino e diminuir seus litígios por meios políticos pacíficos." (não paginado, tradução nossa). Além disso, em discurso realizado no *Nigerian Institute of International Affairs***,** Abuja**,** Nigéria, Mbeki (2000) expõe que: "É importante que, ao consolidar as nossas democracias e usá-las como plataformas necessárias para a aceleração do nosso desenvolvimento, este progressivo movimento garanta que a orientação dos nossos partidos sejam informados da necessidade de capacitar o nosso povo, de modo que eles próprios possam participar como uma força consciente no renascimento da África." (não paginado, tradução nossa)

[113] Do original em Inglês.

> como conseqüência direta das mudanças na política econômica e, claro, a conquista da estabilidade dentro de nossos países, este resultante da criação de sistemas democráticos de governo. [...] Estes objectivos econômicos, que devem resultar na eliminação da pobreza, na criação de economias multi-setoriais modernas, e no crescimento da partição africana na atividade econômica mundial, são uma parte essencial do African Renaissance (não paginado, tradução nossa).

Se por um lado o *The African Renaissance, South Africa and the World,* objetivava o resgate de um passado marcado por grandes civilizações, pela riqueza artística, pela diversidade cultural existente na África e destacava a importância da integração continental como forma de romper com a pobreza excessiva, com o subdesenvolvimento e outros desafios africanos; por outro, atrelava este renascimento a aceitação por parte dos países africanos, do mundo globalizado, de seus condicionantes e da necessidade em forjar parcerias com os países industrializados.[114] Em síntese, discutindo acerca disso, Landsberg (2005, p.740, tradução nossa), indica que:[115]

> Um objectivo essencial do Renascimento Africano foi a busca de uma parceria estratégica entre a África e os países industrializados. A África do Sul buscou uma nova relação entre a África e o resto do mundo com base em parcerias, rejeitando as típicas relações paternalistas doador-receptor, em vez disso, mudou-se para uma relação baseada na responsabilidade mútua, onde o Ocidente tem grandes responsabilidades no que diz respeito a ajuda no aumento e democratização, no acesso ao mercado de produtos advindos da África e do Sul, na erradicação da dívida, e em garantir a disponibilidade de recursos para as operações de apoio à paz na África. A África, por sua vez deve assumir a responsabilidade pela promoção da governança democrática, da paz e da segurança, e combater a corrupção.

Nesse sentido, o sucesso ou o fracasso do *African Renaissance* estaria atrelado às transformações pelas quais os países africanos deveriam passar, e os investimentos por parte dos países industrializados necessários a continuidade deste processo de renascimento. Referente às modificações que adequariam a África ao mundo pós-Guerra Fria, Mbeki deixava claro no *The African Renaissance, South Africa and the World* o papel que a África do Sul deveria exercer neste processo. Para o futuro presidente sul-africano, Pretoria deveria fazer com que as transformações surgidas em alguns países do continente fossem difundidas

[114] Exemplo disso pode ser encontrado em Hamill e Lee (2001, p. 50), quando os autores indicam que: "na primeira cimeira União Europeia (ONU)-África ocorrida no Cairo, em março de 2000, o Presidente Mbeki apelou à União Europeia para ajudar a erradicar a pobreza e o subdesenvolvimento na África, mas também pressionou os governos africanos a reconhecer tanto a indispensabilidade de investimento estrangeiro direto (IED) para o crescimento econômico e a sua própria responsabilidade para melhorar o clima favorável ao investidor" (tradução nossa).

[115] Do original em Inglês.

por toda a África, isto é, o papel de Pretoria seria de disseminação da proposta encontrada no *African Renaissance*. Nas palavras de Mbeki,[116]

> Como sul-africanos, devemos a emancipação do apartheid ao apoio e solidariedade estendida a nós por todos os povos da África. Nesse sentido, a nossa vitória sobre o sistema de dominação da minoria branca é uma vitória africana. Isto, creio eu, estabelece uma obrigação de que usemos o dom da liberdade, que é, em si, uma importante contribuição para o renascimento da África, para fazermos avançar a causa dos povos do nosso continente. [...] Muitos povos africanos em toda a África Austral sacrificaram suas vidas para nos ajudar a proteger a nossa liberdade. Outros mais longe ignoraram o fato de sua própria pobreza para contribuir com recursos e garantir a nossa emancipação. Estou convencido de que esta imensa contribuição foi feita não só para que pudessemos acabar com o crime contra a humanidade que era o apartheid, mas também para que nós construamos uma sociedade da qual toda a África estaria orgulhosa e isso seria importante para derrubar a visão errada e negativa de que a África esta, historicamente, destinada ao fracasso (não paginado, tradução nossa).

De modo geral, é possível percebermos a existência de dois pontos que se destacam neste Renascimento Africano. O primeiro diz respeito à crença de que a continuidade do *African Renaissance* estaria relacionada à dinâmica existente entre os países industrializados, estes que teriam sua participação atrelada aos investimentos direcionados ao continente, e os países africanos, que, em contrapartida, deveriam se adequar a "prevensão e resolução de conflitos, a boa governança, a governança democrática, os direitos humanos, a democratização e a administração responsável e transparente" (LANDSBERG, 2005, p. 746, tradução nossa).[117] Logo, mesmo considerando importante romper com a imagem pró-ocidente, Mbeki não descartava a importância dos países industrializados neste processo.

Já o segundo ponto refere-se ao papel que a "nova" África do Sul deveria exercer neste renascimento. Em certa medida, além de dar continuidade à "missão" sul-africana surgida durante a administração Mandela, no caso, de tornar o país em um ator importante na disseminação e no convencimento dos países africanos a adotarem tais mudanças, Mbeki considerava que Pretoria deveria exercer o que Kornegay (2010) considera como "*swing country*", isto é, de executar o papel de país que serviria de ponte entre os anseios africanos e os interesses dos países industrializados. Em síntese, se antes de assumir a presidência sul-africana Mbeki deixava claro a importância deste renascimento, quando então presidente, passaria a criar meios que viabilizasse a consubstanciasse sua existência.

---

[116] Do original em Inglês.
[117] Do original em Inglês.

4.3 O Desenvolvimento pela responsabilidade mútua: A *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD) como expressão do *African Renaissance*

A busca em romper com o subdesenvolvimento e todas as suas mazelas - principalmente com a pobreza excessiva - não representa novidade para os africanos visto que, desde a década de 1960, o anseio em realizar o "grande desejo da maioria da humanidade [...] de escapar de sua pobreza e unir-se ao mundo desenvolvido" (GILPIN, 2002, p.291), vem representando "uma interrogação para os pesquisadores, observadores políticos, jornalistas e sociedade civil" (DIALLO, 2011). Reflexo desta não paralisia africana em liquidar com um dos seus principais flagelos e tornar a África desenvolvida pode ser encontrado no chamado *Lagos Plan of Action* (LPA).

Surgido na década de 1980 e focado tanto na busca em solucionar os transtornos econômicos ocorridos durante a década anterior, como também em encontrar meios que levassem o continente africano a um futuro melhor (BUJRA, 2004)[118], o LPA enfatizava que o fracasso africano em garantir o desenvolvimento era fruto de um passado marcado pela colonização, pela escravidão, pelo racismo, exploração, enfim, era conseqüência do período em que a África esteve sob o imperialismo europeu (EZEOHA; UCHE, 2005).[119] Nesse sentido, de acordo com análise de Bujra (2004, p.6, tradução nossa), o LPA acreditava que o rompimento com estas seqüelas e com o subdesenvolvimento deixados por este passado, estaria relacionado às seguintes modificações, a saber:[120]

---

[118] De acordo com Bujra (2004, p.4, tradução nossa), "Durante o período 1960-1975, a taxa de crescimento do PIB da África foi de 4,5%, o crescimento das exportações na média de 2,8%, o crescimento agrícula chegou a 1,6% e o crescimento de suas manufaturas chegou a 6%. [...] Até o final da década de 1970 e, apesar deste desempenho econômico razoável, havia sinais claros de que a África estava enfrentando uma grave crise econômica".

[119] "They [the Africans] argued that: (a) O colonialismo criou as condições básicas de dependência econômica, de estruturas distorcidas , da divisão artificial entre os países e os povos, subdesenvolveu tanto os recursos humanos quanto as estruturas estatais, que se tornaram frágeis e não democráticas. (b) os mercados de commodities internacionais, os sistemas financeiros, o papel dominante das empresas transnacionais ocidentais e os "cinco monopólios" apreciado pelo Ocidente [...] eram, e ainda são, as barreiras extremamente formidáveis aos fracos governos africanos, estes que, - tanto individual como coletivamente - eram e ainda são incapazes de supera-las. (c) Dadas estas condições, em que o sistema internacional reforça, continuamente, a dependência econômica dos países africanos através da manutenção de suas estruturas distorcidas e incentivando os sistemas políticos caóticos herdados dos Estados coloniais, os países africanos se veem diante da difícildade em desenvolverem-se economicamente, em criar estados-nações e em desenvolver seus recursos humanos e naturais. (d) a intervenção direta das instituições de Bretton Woods e dos doadores das economias africanas através SAPs [programas de ajustes estruturais] , supostamente para ajudar os africanos a superar suas crises, simplesmente perpetuam a relação desigual e de exploração entre a África eo sistema global" (BUJRA, 2004, p. 8-9, tradução nossa).

[120] Do original em Inglês.

> 1. A auto-suficiência como base do desenvolvimento - nos níveis subregionais e nacionais; 2. Equidade na distribuição da riqueza a nível nacional como objetivo fundamental do desenvolvimento; 3. Expansão do Setor Público, este visto como essencial para o desenvolvimento; 4. Vistocomo uma necessidade inevitável, o capital externo deveria ser direcionado àquelas áreas onde o capital africano está faltando ou é inadequado - como na mineração, na energia e em projetos de grande escala; 5. A cooperação econômica inter-africana e a integração são essenciais, devendo serem efetuadas o mais rapido possível; 6. A essencialidade na mudança na ordem econômica internacional para o favorecimento dos países da África e do Terceiro Mundo, ou seja, a África deveria continuar a lutar por uma NOEI (Nova Ordem Econômica Internacional).

Em certa medida, ao considerar que os fatores externos ao continente foram os principais condicionantes do subdesenvolvimento da África (Bujra, 2004; Ezeoha & Uche, 2005), e que a chance em alcançar um futuro melhor estaria atrelada a maior participação do Estado na economia (Bujra, 2004), a visão africana acerca do desenvolvimento encontrada no LPA demonstrava ser anti-ocidental e seguir caminho diametralmente oposto ao que passava a ganhar espaço na economia internacional, no caso, o neoliberalismo (Ezeoha & Uche, 2005). Exemplo desta divergência pode ser encontrado no chamado Relatório Berg – nome dado ao documento criado pelo Banco Mundial no ano de 1981, cujo título é "*Accelerated Development in Sub-Saharan Africa: An Agenda for Action*" - que indicava caminho distinto ao proposto pelo LPA para a África alcançar o desenvolvimento. Discutindo acerca disso, Ezeoha e Uche (2005, p.9, tradução nossa), expõe que:[121]

> Posteriormente, o Banco Mundial publicou seu relatório intitulado: "Accelerated Development in Sub Saharan Africa". O Relatório do Banco Mundial criticou o Lagos Plan of Action argumentando que ele não conseguiu enfatizar a necessidade de reforma do setor público como um ingrediente importante do desenvolvimento econômico. O Banco Mundial também estava preocupado uma vez que o plano não colocou muita ênfase na importância da participação do setor privado na promoção do desenvolvimento econômico. Por isso, se recomendava que os estados africanos deveriam diminuir o papel nos programas de economia e de bem-estar social através de mecanismos como a privatização, a liberalização e a promoção das forças de mercado como determinantes da atividade econômica. Além disso, o Banco Mundial criticou a proposta do Lagos Plan of Action para a autossuficiência econômica, a integração regional e a parcial vinculação o capitalismo internacional.

Em síntese, esta contrariedade existente entre a LPA e o Relatório Berg é apenas um dos diversos exemplos que poderiam ser citados neste capítulo e que, no geral, simbolizavam a relação conflituosa existente entre a África e o Ocidente no que se refere ao

[121] Do original em Inglês.

desenvolvimento do continente durante a Guerra Fria. De fato, enquanto um considerava o subdesenvolvimento como resultado direto da exploração e domínio exercido pelas grandes potências, o outro, em contrapartida, indicava que o fracasso africano em não romper com suas mazelas estaria condicionado a fatores internos, como a "corrupção, guerra civil, guerra entre Estados, contrabando, violência comunitária e imperativos políticos clientelistas" (CHABAL, 2002, p. 454, tradução nossa).

Diferentemente desta dinâmica, alguns países africanos buscaram desenvolver no pós-Guerra Fria projetos que criassem outra forma de interação entre as partes. Uma primeira iniciativa diz respeito ao *Millennium Partnership for Africa's Recovery Programme* (MAP), este resultado da cooperação entre a África do Sul, a Nigéria e a Argélia, que, se por um lado, objetivava entender os motivos e encontrar soluções que liquidassem com a dívida externa dos países africanos, por outro, trazia como característica a defesa dos ideais pregados pelo *African Renaissance* (DE WALL, 2002).

Paralelo ao MAP, outro plano relacionado ao desenvolvimento africano era criado e defendido pelo então presidente do Senegal, Abdoulaye Wade. Intitulado de *Omega Plan*, tal iniciativa considerava necessário a priorização por parte dos países africanos em quatro setores prioritários, no caso, a agricultura, educação, saúde e infraestrutura (ROSS, 2002). Expondo acerca de tais iniciativas, o *Compact for African Recovery* de 2001, documento criado pela *UN Economic Commission for Africa* (UNECA), indica que:[122]

> O MAP reconhece que uma nova e eficaz parceria com a comunidade internacional é essencial para o seu sucesso, simultaneamente ele salienta que os governos e os povos africanos têm a responsabilidade primária para a sua implementação. Estes também são os objetivos do Pacto, que é de fato concebido como uma contribuição técnica para a elaboração e implementação do MAP. [...] Mais ou menos ao mesmo tempo, o presidente Abdoulaye Wade do Senegal anunciou o OMEGA Plan para a África. Nele, se identifica a necessidade em desenvolver o capital físico e o capital humano como pré-requisitos essenciais para o crescimento sustentado e equilibrado [...]. O OMEGA Plan tem a mesma visão e objetivos que o MAP. Ambos são inspirados pela necessidade de lançar a África em um caminho de crescimento e desenvolvimento sustentável no alvorecer de um novo século, e ambos são baseados na premissa de que a África deve assumir a responsabilidade primária para esse esforço (não paginado, tradução nossa).

A semelhança entre o MAP e o *Omega Plan* indicada pelo *Compact for African Recovery* de 2001 tornar-se-ia fator importante para a junção de ambos, fato este consumado inicialmente na cidade de Lusaka, Zâmbia, através da criação da *New African Initiative*

[122] Do original em Inglês.

(NAI), e finalmente completado neste mesmo ano em reunião ocorrida em Abuja, Nigéria, quando a NAI passou a ser intitulada de *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD). Em linhas gerais,[123]

> A New Partnership for Africa's Development é um compromisso assumido pelos líderes africanos, com base em uma visão comum e uma convicção firme e compartilhada, que eles têm o dever e a urgência em erradicar a pobreza e colocar seus países, tanto individual como coletivamente, em um caminho de desenvolvimento sustentável, de crescimento e desenvolvimento e, ao mesmo tempo, de participar ativamente na economia mundial e na vida política. O Programa está ancorado na determinação dos africanos de livrar o continente do mal-estar do subdesenvolvimento e da exclusão num mundo globalizado (NEPAD, 2001, p.1, tradução nossa).

Documento dividido entre a introdução e a conclusão em seis capítulos - *African in Today's World: Between Poverty and Prosperity, The New Political Will of African Leaders, Appeal to the Peoples of Africa, Programme of Action: The Strategy for Achieving Sustainable Development in the 21st Century, A New Global Partnership* e *Implementation of the New Partnership for Africa's Development*, e baseado em iniciativas relacionadas a "paz, segurança, democracia e a governança política; a economia e a governança corporativa; ao rompimento com o hiato existente na infra-estrutura; a cultura; aos fluxos de capital e ao acesso ao mercado" entre outras encontradas no capítulo cinco, (NEPAD, 2001, p .iii-iv, tradução nossa)[124] - pode-se considerar que a NEPAD é a consubstanciação de uma outra dinâmica na relação entre o Ocidente e a África. Discutindo acerca disso, Ezeoha e Uche (2005, p.6, tradução nossa), indicam que:[125]

> Para alcançar seus objetivos, o documento da NEPAD adota uma abordagem econômica neoliberal, que enfatiza a supremacia das forças do mercado e a promoção da livre concorrência no continente. Em outro ponto [...] a agenda da NEPAD salienta a promoção da good governance. Em outro nível, o programa pede o apoio internacional para ajudar a criar um ambiente propício e necessário para a reintegração de África na economia global. Em outras palavras, o principal objetivo da iniciativa NEPAD é criar um ambiente favorável para o avanço do capital privado no continente Africano e tornar os negócios internacionais mais acessíveis aos bens e as empresas africanas.

De modo geral, diferentemente da LPA, plano amplamente criticado pelo Ocidente, uma vez que trazia em seu discurso a visão antiocidental e a desvalorização do neoliberalismo

[123] Do original em Inglês.
[124] Do ogirinal em Inglês.
[125] Do original em Inglês.

(EZEOHA; UCHE, 2005), a NEPAD, em contrapartida, foi recebida com entusiasmo por parte das potências ocidentais (BUJRA, 2004) visto que aceitava a globalização, o neoliberalismo e todos seus condicionantes, e indicava a democracia, a prevenção de conflitos e a *good governance* como precondições para o desenvolvimento do continente africano (NEPAD, 2001, CHABAL, 2002, DÖPCKE, 2002, FUNKE; NSOULI, 2003).[126] Realizando uma comparação entre a NEPAD e outros programas voltados ao desenvolvimento africano que haviam surgidos antes deste, Bujra (2004, p. 31, tradução nossa) expõe que:[127]

> Todas as iniciativas africanas pré-NEPAD tiveram, no núcleo de seus planos / agendas, os seguintes princípios, que, em certa medida, estão ausentes na NEPAD: a) a autossuficiência como um princípio organizador de formas econômicas e outras de desenvolvimento; b) igualdade como princípio fundamental e objetivo do desenvolvimento econômico; c) um forte papel dado ao setor público; d) o contínuo questionamento acerca da atual ordem econômica internacional e da luta, através de vários métodos, para a criação de uma NOEI [Nova Ordem Econômica Internacional]; e) os esforços mais intensos em direção a cooperação e a integração econômica.

Embora o documento de criação da NEPAD tenha exposto sobre o impacto do colonialismo e do imperialismo no subdesenvolvimento do continente,[128] a diferenciação apresentada por Bujra (2004) entre a *New Partnership for Africa's Development* e os programas anteriores a esta, indica que a dinâmica construída pela NEPAD encontra-se pautada, por um lado, pela aceitação da globalização e de seus condicionantes por parte dos países africanos e, por outro, pela necessidade dos países desenvolvidos em participarem nestas transformações. Portanto, a palavra sinônimo dessa relação é parceria, na qual os países africanos adeptos a NEPAD se adequavam a globalização e seus condicionantes, e, os países

[126] "A nova fase da globalização coincidiu com a reformulação das relações internacionais no pós-Guerra Fria. Isso está associado com o surgimento de novos conceitos de segurança e de auto-interesse, que abrangem o direito ao desenvolvimento e a erradicação da pobreza. Democracia e legitimidade do Estado foram redefinidos para incluir governo responsável, uma cultura de direitos humanos e a participação popular como elementos centrais" (NEPAD, 2001, p. 9, tradução nossa).

[127] Do original em Inglês.

[128] De acordo com NEPAD (2001, p. 5, tradução nossa), "O movimento nesse período de utilizar os minerais e as matérias-primas para desenvolver indústrias transformadoras e uma força de trabalho altamente qualificada para sustentar o crescimento e desenvolvimento foi perdido. Assim, a África continua a ser o continente mais pobre, apesar de ser uma das regiões mais ricamente dotadas do mundo. [...] O colonialismo subvertido em estruturas até então tradicionais e em instituições e em valores, fez subserviente às necessidades econômicas e políticas das potências imperiais. Ele também retardou o desenvolvimento de uma classe empresarial, bem como uma classe média com habilidades e capacidade gerencial".

industrializados aceitavam investir e garantir o acesso de produtos advindos da África em seus mercados (ROSS, 2002; LANDSBERG, 2007).[129]

No lado africano, o acompanhamento e o monitoramento da aceitação por parte dos países-africanos dos objetivos traçados pela NEPAD se daria através do *African Peer Review Mechanism* (APRM) (HOPE, 2005). Segundo Déme (2005, p. 15, tradução nossa), "a revisão por pares é quando as partes (governos, sociedade ou outros) concordam em trocar suas experiências com base em um terreno intelectual e moral comum e identificar princípios consensuais e valores compartilhados".[130] Entretanto, no caso africano, pode-se indicar a existência de duas funções do APRM. A primeira refere-se à própria essência do *Peer Review*, isto é, de fazer com que exista o acompanhamento de uma parte pela outra buscando demonstrar os avanços, retrocessos e desafios que o país analisado vem encontrando. Logo, o APRM se destacaria pois serviria como meio de fazer com que os países trabalhassem juntos e compartilhassem experiências e soluções que levassem a estabilidade, ao desenvolvimento sustentável e o avanço da *good governance* (DÉME, 2005, HOPE, 2005).[131]

Já a segunda função do APRM é demonstrar à comunidade internacional a seriedade dos países-membros em assumirem os compromissos firmados na NEPAD (Masterson, 2004; Déme, 2005). Nesse sentido, se por um lado este mecanismo poderia servir como um meio de intensificação da interação entre os países, uma vez que a revisão de pares, conseqüentemente, levaria a maior aproximação. Por outro, sua adoção se tornava importante pois indicava que os países estavam empenhados em realizar as mudanças necessárias e, assim, estarem aptos a receber investimentos advindos dos países desenvolvidos. Discutindo acerca disso, Masterson (2004, p. 2, tradução nossa) expõe que,[132]

> O APRM é concebido como um corpo voluntário. Isto é significativo, uma vez que fornece aos governos africanos a oportunidade de avaliar os custos e benefícios de aderir ao APRM antes de tomar uma decisão sobre se deve ou não entrar como membro-participante. Um custo potencial de adesão ao APRM estaria relacionada à consideração de que a exposição da governança política e econômica interna de um estado para a revisão por pares seria um pouco intrusiva, enquanto um benefício

[129] Como indicado no documento, "Ao propor a parceria, a África reconhece que detém a chave para o seu próprio desenvolvimento. Nós afirmamos que a New Partnership for Africa's Development oferece uma oportunidade histórica para que os países desenvolvidos do mundo entrem em uma verdadeira parceria com a África, com base no interesse mútuo, em um compromisso compartilhado e vinculativo" (NEPAD, 2001, p. 59, tradução nossa).

[130] Do original em Inglês.

[131] De acordo com Déme (2005, p.16, tradução nossa) "O APRM é uma iniciativa dos chefes de Estado africanos destinada, por um lado, a promover uma cultura de diálogo político entre os vários stakeholders nacionais e, por outro, para incentivar a troca de experiências entre os países".

[132] Do original em Inglês.

> potencial de adesão ao APRM provavelmente seria as vantagens do desenvolvimento de uma reputação de good governance.

De modo geral, é pouco provável não percebermos a relação entre este programa e o Renascimento Africano proposto por Mbeki. Em verdade, o predomínio do MAP sobre o *Omega Plan* durante a formulação da NEPAD (DE WALL, 2002) deixa claro que a NEPAD poderia servir como um importante meio de disseminação do *African Renaissance.* De fato, além de trazer em sua formulação a valorização e o resgate de um passado anterior ao imperialismo europeu, [133] torna-se claro que:[134]

> A New Partnership for Africa's Development tem, como um de seus fundamentos, a expansão das fronteiras democráticas e o aprofundamento da cultura dos direitos humanos. A África democrática vai se tornar um dos pilares da democracia mundial, dos direitos humanos e da tolerância. Os recursos do mundo atualmente dedicadas à resolução de conflitos civis e interestadual poderam, portanto, ser liberados para empreendimentos mais gratificantes. [...] O objetivo da New Partnership for Africa's Development é a consolidação da democracia e da boa gestão econômica no continente. Através do programa, os líderes africanos estão a fazer um compromisso com o povo africano e o mundo a trabalharem juntos na reconstrução do continente. É um compromisso de promoção da paz e da estabilidade, da democracia, da boa gestão econômica e do desenvolvimento, centrados nas pessoas [...] (NEPAD, 2001, p. 52-59, tradução nossa).

Como indicado anteriormente, a existência do *African Renaissance* era atrelada as responsabilidades que os países africanos e o Ocidente deveriam exercer, tanto na manutenção como na disseminação das transformações econômicas e políticas que marcaram a segunda metade da década de 1990. Junto a esta característica, o *African Renaissance* também traz como uma de suas principais funções, a busca em criar meios que ligassem a África aos países industrializados (LANDSBERG, 2005), logo, a melhor relação entre ambas às partes se tornava fundamental. De fato, a NEPAD segue esta mesma linha, pois busca exercer o papel de ponte entre os interesses africanos e dos países industrializados, expondo as transformações existentes no continente como forma de receber tanto investimentos externos como também garantir o acesso dos produtos africanos no mercado dos países desenvolvidos

---

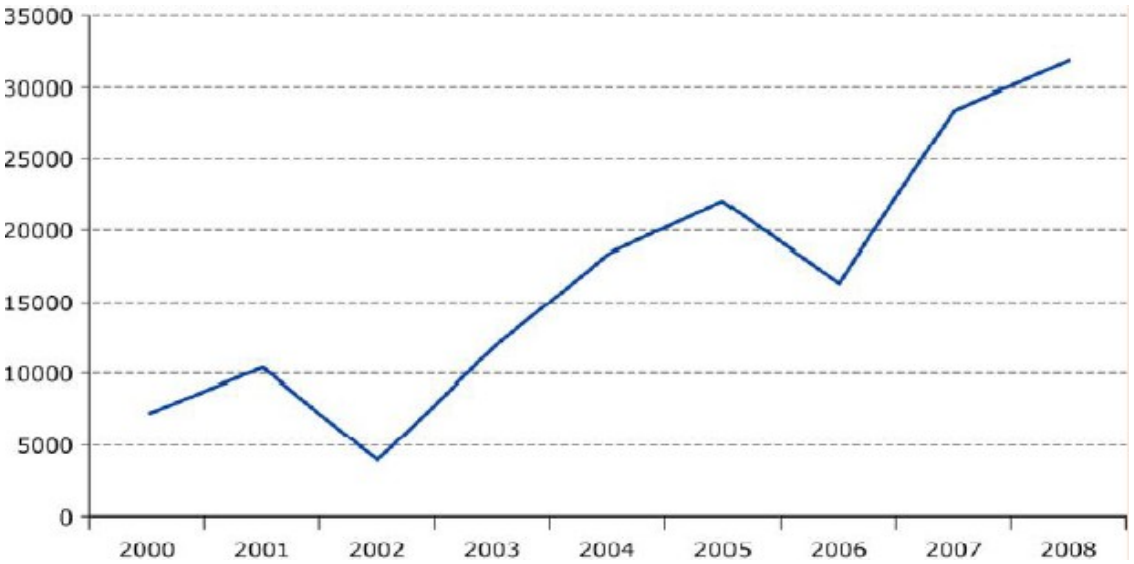
[133] De acordo com NEPAD (2001, p.4, tradução nossa), "o status da África como o berço da humanidade deve ser valorizado por todo o mundo como a origem de todos os seus povos. Assim, a New Partnership for Africa's Development deve preservar este patrimônio comum e usá-lo para construir um entendimento universal da necessidade histórica de acabar com o subdesenvolvimento e com a marginalização do continente. [...] A África já fez uma contribuição significativa para a cultura mundial, através da literatura, música, artes visuais e outras formas culturais, mas o seu verdadeiro potencial continua inexplorado por causa de sua limitada integração na economia global. A New Partnership for Africa's Development permitirá que a África aumente a sua contribuição para a ciência, cultura e tecnologia".

[134] Do original em Inglês.

(ROSS, 2002). Portanto, “Se o African renaissance era a visão, a New Partnership for Africa's Development é o plano de ação para sua realização” (LANDSBERG, 2005, p. 738, tradução nossa).[135]

Em certa medida, até o final da administração Mbeki a NEPAD não havia conseguido aumentar a participação africana no comercio mundial. De acordo com a UNCTAD (2011), a fatia do mercado mundial conquistado com a exportação de manufaturas advindas da África cresceu muito pouco, passando de 1% em 2000 para 1,3% em 2008. No entanto, no que diz respeito a entrada de Investimentos Externos Diretos (IED), a aceitação deste programa foi importante para elevar o fluxo deste tipo de investimento, que passou de US$ 9 bilhões em 2000, para US$ 18 bilhões no ano de 2004, chegando em 2008, a taxa de US$ 88 bilhões. Reflexo deste aumento pode ser encontrado na entrada de IED advindo da *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD).[136] Tal crescimento pode ser constatado no seguinte gráfico:

Figura 1 - Entrada de IED da OECD para África, entre 2000 e 2008,em milhões de dólares



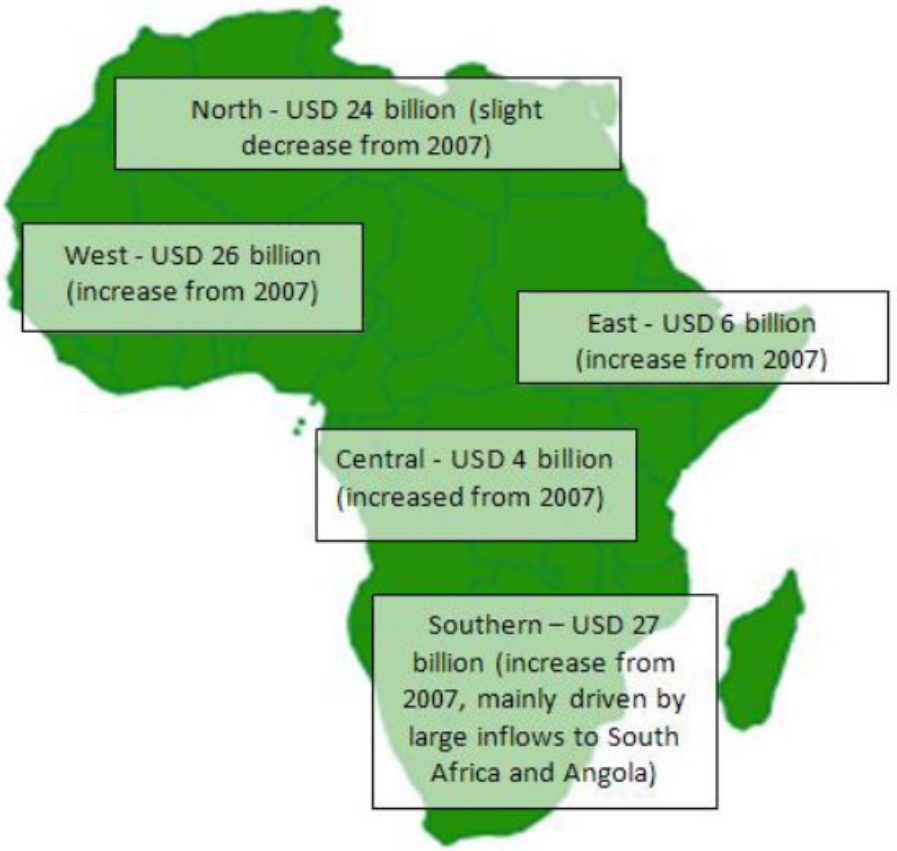
Fonte: OECD (2010).

[135] Do original em Inglês.

[136] Surgida em 1948 como meio para executar o Plano de reconstrução da Europa via financiamento dos Estados Unidos (Plano Marshall), a OECD foi se tornando cada vez mais ampla, aceitando diversos outros países como membros. Atualmente, esta organização conta com 34 países, no caso, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coréia do Sul, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos (OECD, 2013).

No entanto, o aumento no fluxo de IED advindo dos países-membros da OECD - que passou de US$ 4 bilhões em 2002 para US$ 32 bilhões em 2008 – seguiu o mesmo padrão de distribuição de IED advindo de outros países industrializados, isto é, voltou-se para setores relacionados a recursos energéticos e minerais (OECD, 2010; WORLD ECONOMIC FORUM, 2011), predominando em determinadas regiões e em determinados países (ASIEDU, 2006, OECD, 2010). Exemplo desta desigualdade pode ser encontrado na figura abaixo, na qual é ilustrada a distribuição do fluxo de IED do ano de 2008.

Figura 2 - Distribuição do fluxo de IED na África por Região em 2008



Fonte: OECD (2010).

Em suma, mesmo havendo esta discrepância na distribuição dos fluxos de IED para a África, é perceptível que a partir do advento da NEPAD teve-se o aumento da entrada deste tipo de investimento no continente. Em certa medida, tal sucesso simbolizava o trunfo da "nova" África do Sul. De fato, se por um lado a criação da NEPAD representava a garantia de que os valores encontrados no Renascimento Africano poderiam ser aceitos pelos países africanos, por outro, tal conquista demonstrava que, no arranjo político-diplomático de

constituição deste programa, a supremacia do MAP sobre o *Omega Plan* indicava que a estratégia sul-africana adotada para atuar no continente por meio do multilateralismo, do universalismo e através de parcerias estratégicas com dois dos mais importantes países do continente, no caso, Argélia e Nigéria, era eficaz.

4.4 Do Pan-Africanismo ao *African Renaissance:* A África do Sul na transição da Organização da Unidade Africana para União Africana

O fim da 2ª Guerra Mundial apresentava ao mundo uma Europa destruída. Tanto as potências derrotadas, como a Itália e a Alemanha, quanto às vitoriosas, no caso, Inglaterra e França, entravam na segunda metade do século XX enfraquecidas e em declínio (KENNEDY, 1989).[137] De modo geral, o surgimento do mundo dividido entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) somada à falta de capacidade por parte das grandes potências europeias em manterem-se fortalecidas no pós-2ª Guerra Mundial (HOBSBAWM, 1995), tornavam-se fatores importantes no processo de desintegração dos antigos impérios europeus no continente asiático e, com destaque neste trabalho, no africano.[138]

Paralelo a esta conjuntura externa adequada aos processos de independência, o continente africano encontrava-se diante do fortalecimento do chamado Pan-Africanismo, movimento que, direta ou indiretamente, se tornava um fator relevante na construção de um cenário continental favorável à intensificação dos processos de independência na África. Discutindo acerca desta temática, Chanaiwa e Kodjo (2010, p. 897-898), resumem este movimento expondo que, em linhas gerais,

> O pan-africanismo nasceu no Novo Mundo, nos séculos XVIII e XIX, em favor da luta dos negros pela libertação, contra a dominação e a exploração dos brancos. Estes movimentos traduzem-se pelo separatismo religioso afro-americano (que se estenderá pouco após na África). No próprio continente africano, o pan-africanismo, como movimento de libertação remonta, à invasão da Etiópia pelos fascistas italianos, em 1935, assim como e, sobretudo, ao quinto Congresso Pan-africano reunido em Manchester, em outubro de 1945. Neste congresso, pela primeira vez, durante toda a história do movimento pan-africano, os representantes africanos eram

[137] Expondo sobre este período, Kennedy (1989, p. 312-313) faz o seguinte panorama existente no mundo pós-Segunda Guerra Mundial, Em suas palavras, "[as] antigas grandes potências – França, Itália – já tinham eclipsado. A tentativa alemã de dominar a Europa estava em colapso, bem como a tentativa idêntica do Japão no Extremo Oriente e Pacifico. A Grã-Bretanha, apesar de Churchill, estava em declínio. O mundo bipolar, tantas vezes previsto nos séculos XIX e XX, chegava finalmente".

[138] Hobsbawm (1995, p.314) afirma que, tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética "[...] eram [ambos], por motivos diferentes, hostis ao velho colonialismo, embora o anticomunismo americano logo tomasse Washington o defensor do conservadorismo no Terceiro Mundo".

> os mais numerosos e os debates envolveram, essencialmente, a libertação da África colonizada.

Embora o surgimento do Pan-africanismo tenha ocorrido no século XVIII e, referente ao continente africano, remonte a luta pela libertação da Etiópia em 1935 (CHANAIWA; KODJO, 2010), sua importância para a África se dá, principalmente, na década de 1960, inicialmente como movimento de libertação, e, posteriormente, como movimento de integração. Discutindo acerca deste período, Asante e Chanaiwa (2010) apresentam a década de 1960 como um período em que o objetivo do movimento pan-africanista estava atrelado à intensificação da luta política e a independência das colônias existentes no continente. De modo geral, o sucesso desta fase pode ser encontrado no número de países independentes, que chegava a década de 1960 com 26 e completava o ano de 1964 com 33 novos países.

Além da luta pela independência, o Pan-africanismo tornou-se um movimento voltado para a integração continental e, nesse sentido, foi palco da disputa entre dois grupos que possuíam visões opostas com relação ao modelo integracionista a ser adotado pela África. De um lado, composto por países como a Guiné, o Egito, o Mali, o Marrocos, a Líbia, e liderados por Gana de Kwame Nkrumah, havia o chamado Grupo de Casablanca, este favorável à construção do chamado Estados Unidos da África, com foco na planificação e centralização do desenvolvimento econômico, e na criação de um sistema de segurança para o continente (ASANTE; CHANAIWA, 2010). [139]

Diferentemente do Grupo de Casablanca, havia o Grupo de Monróvia, este formado por Nigéria, Etiópia, Libéria, Serra Leoa, entre outros países que acreditavam em um modelo de integração cuja soberania, integridade territorial, gerência dos assuntos internos e independência dos Estados eram pontos que não deveriam ser alterados, ou seja, a integração proposta por este grupo caminhava para uma espécie de confederação entre Estados e não a formação dos Estados Unidos da África (ASANTE; CHANAIWA, 2010). Entretanto, ainda que houvesse a discordância entre os grupos, é fato que tanto um quanto o outro se

[139] De acordo com Chanaiwa e Kodjo (2010, p.900), "Na história do pan-africanismo, como movimento de libertação, o período entre 1950-1965 foi dominado pela figura de Kwame Nkrumah. Através de suas declarações, da sua ação e do seu exemplo, Nkrumah mobilizou, em favor da causa pan-africana, os dirigentes africanos dos movimentos de libertação e dos Estados independentes. Segundo ele, como declarou na noite da conquista da soberania pelo seu país, a independência de Gana não tinha sentido senão na perspectiva de uma libertação completa do continente africano".

mantinham fiéis à luta contra o colonialismo europeu no continente (CHANAIWA; KODJO, 2010). [140]

Tal fidelidade se tornou em um ponto unificador dos grupos, levando-os a realizarem a Cúpula de chefes de Estados africanos no ano de 1963, na cidade de Addis-Abeba, Etiópia. Em linhas gerais, nesta reunião foi indicada a necessidade em criar uma estrutura que garantisse a continuidade na luta pela libertação completa das últimas colônias existentes no continente (ASANTE; CHANAIWA, 2010). Este anseio tornou-se consubstanciado através da aprovação da *Organization of African Unity Charter* (OAU *Charter*), documento que criava a Organização da Unidade Africana (OUA).[141] Segundo o Artigo II da OAU *Charter*, a OUA trazia como proposta os seguintes pontos,[142]

> (a) Promover a unidade e a solidariedade dos Estados africanos; (b) Coordenar e intensificar a cooperação e os esforços voltados ao alcance de uma vida melhor para os povos africanos; (c) Defender a soberania, a integridade territorial e a independência; (d) Erradicar todas as formas de colonialismo existentes na África; e (e) Promover a cooperação internacional, pautando-se na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (OAU *CHARTER*, 1963, p. 3).

Em certa medida, o sucesso ou o fracasso destas propostas caminhava lado a lado a estrutura adotada por esta organização e o respeito por parte dos países membros em aceitarem tais objetivos. Referente à estrutura por ela adotada, o Artigo VII indica que a OUA era composta pela Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo, pelo Conselho de Ministros, pela Secretaria Geral e pela Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem como as instituições constituintes da OUA (OAU *CHARTER*, 1963, p. 5), logo, havia a

---

[140] Conforme Castro (1980, p. 84) é possível encontrarmos algumas tentativas de uniões que, em certa medida, compactuavam com o modelo integracionista adotado pelo Grupo de Casablanca. Segundo a autora, "*Uniões efêmeras* chegaram a se formar. Já independente, sob o nome de *Ghana*, a antiga Costa do Ouro (de língua inglesa) se uniu à *Guiné* (de língua francesa) em 1958. Pensavam Nkrumah e Sekú Turé [então presidente da Guiné] que aí estava o núcleo geohistórico dos Estados Unidos da África: formara-se, na realidade *um "segundo Canadá" na África*, que pouco depois iria desfazer-se. [...] Falharam também: o RDA ("Rassemblement Democratique Africain"), entre Seku Turé, da *Guiné*, e Modibo Keita, do *Mali* (1956); a *Federação do Mali*, que seria formada pela união do Senegal, Dahomé (atual Benin), Sudão e Alto Volta [atual Burquina Fasso] (1959); *a União dos Estados Africanos*, unindo a Guiné, o Mali, a Libéria e a Mauritânica (1959); bem como a *União Sahel-Benin*, reunindo o Togo, Costa do Marfim, Dahomé, Alto Volta e Níger (1960).

[141] "Os seguintes trinta Estados estavam nela representados (as denominações são aquelas da época): Argélia, Burundi, Camarões, Congo-Brazzaville, Congo-Leopoldville [atual República Democrática do Congo], Costa do Marfim, Dahomey [atual Benin], Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Alto-Volta [atual Benin], Libéria, Líbia, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Uganda, República Árabe Unida [composto por Egito e Líbia], República Centro-Africana, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanganyika [atual Tanzânia], Tchade, Tunísia" (CHANAIWA; KODJO, 2010, p. 903).

[142] Do original em Inglês.

necessidade do funcionamento adequado destes órgãos. No que se refere aos países-membros, o Artigo III indica que estes países deveriam assumir com o respeito a soberania dos Estados-membros, a busca pela paz através da negociação, mediação, conciliação e arbitragem, o respeito a independência dos países africanos, o não-alinhamento, a condenação de quaisquer atividades consideradas como subversiva desenvolvida por quaisquer Estados, entre outros (OAU *CHARTER*, 1963, p. 3-4).

Em síntese, a OUA trazia em sua essência o pan-africanismo, assumindo o compromisso em garantir a liberdade e a autodeterminação dos povos, a criação e manutenção da paz e da estabilidade no continente, o respeito aos direitos humanos, a soberania dos Estados africanos, enfim, buscando lutar pela libertação completa dos territórios africanos de qualquer forma de dominação fruto do imperialismo europeu, logo, a África do Sul se tornava em um de seus principais alvos. De acordo com Chanaiwa e Kodjo (2010), duas características desta organização podem ser consideradas como importantes no combate ao regime segregacionista. A primeira diz respeito ao incentivo dado aos países-membros para que estes apoiassem através de financiamento e/ou treinamento militar, grupos que estivessem focados na independência, ou, no caso, sul-africano, na luta contra o *apartheid.* A segunda característica refere-se ao surgimento do Comitê Africano de Libertação, este composto por países como a Argélia, Egito, Etiópia, Guiné, Nigéria, Uganda, Senegal, Tanzânia, que possuiu grande importância no auxilio financeiro através do Fundo Especial aos movimentos de libertação nacional, no caso, o ANC e ao PAC, e no isolamento da África do Sul, por meio de sanções diplomáticas e comerciais.

De modo geral, a África do Sul e a OUA seguiam caminhos diametralmente opostos, enquanto esta organização era fruto do pan-africanismo e trazia consigo todos os condicionantes deste movimento, como a valorização da autodeterminação dos povos, a busca pela integração entre os países e a intensificação dos processos de independência no continente africano (ASANTE; CHANAIWA, 2010, CHANAIWA; KODJO, 2010); a África do Sul, em contrapartida, seguia em direção oposta, mantendo-se fiel a segregação racial, a proximidade com as potências coloniais e buscando adaptar a região como meio de isentar o regime vigente de qualquer transtorno a sua manutenção (PEREIRA, 2007).

Como analisado no capítulo anterior, tal dinâmica chegou ao fim com a saída do NP e a entrada do ANC na administração da África do Sul, visto que esta alteração garantiu a Pretoria o fim do isolamento, tornando-se membro da OUA (DIRCO, 1996). Entretanto, se no decorrer da década de 1990 Pretoria rompia com o *status* de párea internacional e tornava-se

cada vez mais presente na África, a OUA, em contrapartida, via-se diante de desafios que surgiam no continente, os quais, direta ou indiretamente, demonstravam a fragilidade desta organização e a necessidade em se adequar ao mundo pós-Guerra Fria.

De acordo com Cardoso (2011), o surgimento de diversos conflitos espalhados em países como a Somália, o Burundi, em Ruanda, na Libéria, em Serra Leoa, na República Democrática do Congo, entre outros, demonstrava, por um lado, a fragilidade e dificuldade por parte da OUA na resolução destas crises e, por outro, tais conflagrações eram indícios da necessidade desta organização se adaptar a novas demandas surgidas no continente. No entanto, diferentemente da criação da OUA, em que a África do Sul havia sido isolada, a transformação da OUA passaria ter em Pretoria um dos protagonistas.

Segundo Döpcke (2002), desde a década de 1986, através da adoção da Carta Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos, passando pelos anos iniciais de 1990, no caso, em 1991 com a fundação da Comunidade Econômica Africana e, em 1993, com a adoção do Mecanismo para Prevenção, Administração e Solução de Conflitos, a OUA demonstrava certa tendência à reformulação. Contudo, foi através da Cúpula Extraordinária da OUA, ocorrida na cidade de Sirte, Líbia, em 1999, que esta organização passaria por mudanças.

Conforme análise desenvolvida por Landsberg (2012a) é perceptível encontrarmos duas vertentes que passaram a ser predominantes durante esta Cúpula e diziam respeito acerca do futuro da OUA. A primeira refere-se ao interesse líbio em construir o chamado Estados Unidos da África, isto é, em mover o continente para a formação de um Estado Federalista. Nesse sentido, o governo líbio resgatava a discussão levantada durante as décadas de 1950 e 1960 pelo grupo de Casablanca acerca da viabilidade em transformar o continente em um Estado. Diferentemente desta visão, e influenciado pelo *African Renaissance*, a outra via se enquadrava no que o autor considera como *Pan-continentalism*, cujo principal expoente foi a África do Sul. Conforme sua análise, o *Pan-continentalism* pode ser entendido como um:[143]

> [...] o processo pelo qual os Estados se unem para criar novas normas, princípios, instituições, estruturas políticas, e concordar em viver de acordo com essas normas e estruturas em harmonia uns com os outros. Continentalism invoca um processo de trazer a estabilidade entre um agrupamento divergente de estados, fazendo com que eles se comprometam a viver de acordo com as normas e valores compartilhados. [...] Continentalism é, nesse sentido, não o processo pelo qual os Estados procuram construir um alto comando supra-nacional, mas sim um meio que eles possam construir, em uma sociedade continental, regras comuns, instituições comuns, e normas comuns. [...] Ele [o Continentalism] defende uma regulamentação estrita da conduta e do comportamento dos Estados independentes e utiliza de instrumentos

[143] Do original em Inglês.

> funcionais e estruturas para responder à condição de "anarquia" que ocorreria entre eles [...] (LANDSBERG, 2012a, p. 438-439, tradução nossa).

O fim desta Cúpula Extraordinária simbolizou, primeiramente, o início do processo de transformação da OUA em União Africana (UA) e adaptação desta nova organização ao *Pan-continentalism*. Reflexo disso pode ser encontrado no *Constitutive Act of the African Union* (CAAU), documento fruto da Cimeira de Lomé, Togo, ocorrida em 2000, onde pontos estimados pela administração Mbeki - como a valorização e construção de princípios, de instituições, de estruturas políticas e de mecanismos que pudessem regulamentar o comportamento dos Estados (LANDSBERG, 2012a) - passaram a fazer parte da UA.[144]

De fato, ao analisarmos o CAAU é possível levantarmos duas considerações acerca desta transição. A primeira refere-se à garantia conquistada por esta organização em poder intervir em países onde houvesse crimes de guerra, genocídios e crimes contra a humanidade (CARDOSO, 2011, CAAU, 2000). Assim, a UA assegurava o direito de atuar na resolução de conflitos armados, papel este exercido via missões de paz, e, portanto, romper com uma das principais demandas existentes no continente (HAWKINS, 2012). Discutindo acerca dos tipos de missões, Boutros-Ghali (1992, p. 45-57) destaca a existência de quatro modelos, a saber,[145]

> **Preventive diplomacy**: [...] são ações voltadas a evitar conflitos que possam surgir entre as partes, previnir as disputas existentes que possam ser transformadas em conflitos, e limitar sua propagação até o último instante de ocorrerem. [...] O emprego mais desejável e eficaz da diplomacia é para aliviar as tensões antes que resultem em conflito - ou , se o conflito irrompe, de agir rapidamente para contê-lo e resolver as causas subjacentes.
> **Peacemaking**: [...] ação de trazer as partes hostis ao acordo, essencialmente através de meios pacíficos como as previstos no Capítulo VI da Carta das Nações Unidas. [...] Entre as tarefas relacionadas a busca em evitar conflitos e na manutenção da paz, reside a responsabilidade de tentar trazer os partidos hostis ao acordo por meios pacíficos.
> **Peace-keeping**: [...] Tendo em consideração o consentimento de todas as partes interessadas, refere-se a presença das Nações Unidas no local, envolve normalmente militares a serviço das Nações Unidas e /ou políciais e muitas vezes civis também. Peace-keeping é uma técnica que amplia as possibilidades tanto para a prevenção de conflitos como para a construção de paz.
> **Peace-building:** [...] medidas para identificar e apoiar estruturas que tendem a fortalecer e solidificar a paz, a fim de evitar o retorno ao conflito.

---

[144] Entre a Cúpula Extraordinária da OUA ocorrida em Sirte, até o lançamento da UA em 2002, na Cúpula de Durban, África do Sul, houve duas outras reuniões que foram importantes no processo de transformação da OUA em UA. No ano de 2000 houve a Cimeira de Lomé, no Togo, em que foi adotado o *Constitutive Act of the Union*, e, no ano de 2001, na Cimeira de Lusaka, na Zâmbia, foi programado o roteiro de implementação da UA (AFRICAN UNION, 2013).

[145] Do original em Inglês.

De modo geral, mesmo havendo outros tipos de missões de paz (PENNA FILHO, 2004), a atuação da União Africana se destacaria, predominantemente, em missões de *Peacemaking* e *Peacekeeping.*[146] Paralelo a esta primeira consideração, a segunda diz respeito à transição de uma organização pautada no Pan-Africanismo, para uma organização imbuída no *African Renaissance.* De fato, ainda que houvesse a continuidade de alguns pontos valorizados pelo Pan-Africanismo, tais como a busca pelo aumento da integração, da unidade e da solidariedade entre os Estados-membros, o respeito à soberania, a integridade territorial e a manutenção da independência dos Estados africanos, a promoção da paz, dentre outros (CAUU, 2000); este mesmo documento tornava, preponderantemente, pontos como o respeito aos direitos humanos, a democracia, a *good governance*, a participação popular, a manutenção da paz, a importância da estabilidade, dentre outros que fazem parte deste Renascimento. Comparando a OUA com a UA, Döpcke (2002) expõe que:

> A UA supera a OUA, em termos de seus propósitos e finalidades, principalmente em três campos. Em primeiro lugar, assume compromisso explicito com a promoção de instituições e princípios democráticos, participação popular, Estado de direito, good governance, justiça social, direitos humanos e igualdade entre os sexos. Condena e rejeita mudança de governos através de meios não-constitucionais. Em segundo lugar, atribui mais relevância a manutenção da paz, segurança e estabilidade no continente, destacando a proibição da utilização de força e ameaça nas relações interestaduais, enfatizando os princípios de co-existência pacifica de um lado, e promovendo maior cooperação na área de segurança - ate a concepção de uma política de defesa continental - de outro. Em terceiro lugar, redefine a natureza e o caráter da idéia de "unidade", compreendido agora como um veloz processo de crescente integração política e socio-econômica, através da harmonização e coordenação entre os grupos de integração regional (DÖPCKE, 2002, p. 147-148).

Nesse sentido, a busca pela resolução de conflitos e o interesse em estimular os países-membros a valorizarem os pontos encontrados nos três campos acima indicados por Döpcke (2002), deixa clara a preponderância da visão sul-africana e de seus aliados na UA. Além disso, outro fator que demonstra esta interação diz respeito ao modelo de estrutura adotada pela organização que, mesmo sendo composta pela Assembleia da União, pelo Conselho Executivo, pelo Parlamento Pan-Africano, pela Corte de Justiça, pelo Conselho de Econômico, Social e Político, entre outros órgãos destacados no artigo quinto da CAAU, torna possível a criação, adoção ou introdução de outros mecanismos, garantindo tanto a

[146] Em Penna Filho (2004, p. 40), é possível encontrarmos outros dois tipos de missões, no caso, *Peace-enforcing* e *Protective engagement.* Segundo o autor, "Peace-enforcing – com uso de força militar para cessar hostilidades ou reprimir atos de agressão; [...] Protective engagement – utilizando-se essencialmente de meios militares defensivos para o estabelecimento de ambientes seguros para operações humanitárias".

regulamentação do comportamento dos Estados-membros (LANDSBERG, 2012a) como também a aceitação dos valores estimados pelo *African Renaissance* por parte destes países.

De fato, o estabecimento do APRM em 2003, a ratificação da NEPAD em 2002, a *African Standby Force* (ASF) – esta que desde 2005 vem sendo contrúida e, em linhas gerais, é "composta por contingentes multidisciplinares, com componentes civis e militares sediados em seus países de origem, destinada ao pronto emprego em operações de manutenção da paz" (CARDOSO, 2011, p. 59) – e o reconhecimento das *Regional Economic Communitites* (RECs), como instrumentos que podem prevenir e/ou resolver conflitos (APDSA, 2010), são alguns dos mecanismos que passaram a fazer parte da UA ao longo da primeira década do século XXI.[147]

Em suma, se por um lado a NEPAD representava à vitória no âmbito econômico da administração Mbeki (1999-2008), a transformação da Organização da Unidade Africana em União Africana, marcava o trunfo de Pretoria no âmbito político. De fato, ambos tornavam-se mecanismos que representavam não somente a aceitação dos valores encontrados neste Renascimento Africano, como também meios difusores de tais valores, demonstrando ser viável a transformação do "*African Renaissance* como uma doutrina de renovação política e econômica do continente" (LANDSBERG, 2012a, p.4).[148]

4.5 A crise no Zimbábue e a *quiet diplomacy*: uma contradição ao *African Renaissance*?

A valorização do multilateralismo somada à construção de parcerias estratégicas, tal com a Nigéria, tornaram-se duas importantes características para o avanço do *African Renaissance,* fato este consubstanciado através da criação da NEPAD e da preponderância do *Pan-continentalism* na transformação da OUA em UA. Junto a estas duas, outra característica que se tornou relevante na administração Mbeki diz respeito a estratégia adotada em crises ocorridas em países africanos, principalmente naqueles que, seja historicamente, seja politicamente, eram bem aceitos pelos países do continente. Exemplo disso pode ser visto na crise surgida em um dos principais atores da região sul do continente africano, no caso, o Zimbábue.

---

[147] Atualmente, oito são as RECs aceitas pela UA, no caso, *Community of Sahel-Saharan States* (CEN-SAD), *Common Market for Eastern and Southern Africa* (COMESA), *East African Community* (EAC), *Economic Community of Central African States* (ECCAS), *Economic Community of West African States* (ECOWAS), *Intergovernmental Authority on Development* (IGAD), *Southern African Development Community* (SADC) e *Arab Maghreb Union* (AMU) (AFRICAN UNION, 2013).

[148] Do original em Inglês.

Antiga colônia inglesa e inicialmente nomeada como Rodésia do Sul, o Zimbábue traz em sua história momentos de afastamento e de aproximação com a África do Sul. Um primeiro período de afastamento diz respeito a então Federação constituída pela Rodésia do Sul, Rodésia do Norte (atual Zâmbia) e Niassalândia (atual Malauí), Federação esta que durante a sua existência, entre 1953 até 1963, objetivou contrapor-se a Pretoria (CHANAIWA, 2010). Em certa medida, se por um lado a criação desta Federação garantia a Grã-Bretanha o afastamento da elite branca dominante nestas colônias da minoria africâner que administrava a "velha" África do Sul. Por outro, seu fortalecimento tornava-se vital para a continuidade do domínio por parte da minoria branca nestas colônias, uma vez que garantia o enfraquecimento do nacionalismo africano e o afastamento do comunismo nestes territórios (CHANAIWA, 2010).[149]

As independências da Niassalândia (1963) e da Rodésia do Norte (1964) somada a vitória do *Dominion Party* (DP) nas eleições de 1962 ocorridas na ainda Rodésia do Sul, encerrava a Federação e inaugurava outra fase entre Pretoria e o Zimbábue, esta caracterizada pela aproximação. De fato, com a vitória do DP – partido que mudaria de nome para *Rhodesia Front* (RF) – o que se viu foi à ascensão dos desejos da minoria branca em garantir privilégios a seus semelhantes e tornar a Rodésia do Sul independente da Inglaterra, fato este consumado no ano de 1965, quando de forma unilateral o RF, então sob a liderança de Ian Douglas Smith, proclamou a independência deste país (CHANAIWA, 2010).[150]

Ainda que tal independência tenha sido contestada e não aceita pela Inglaterra, país que buscou, através de sanções econômicas, construir um cenário desfavorável à continuidade do RF no poder, a Rodésia do Sul encontrou na "velha" África do Sul um importante parceiro para sua sustentação (CHANAIWA, 2010, RUPIYA, 2002). Em certa medida, se por um lado esta aproximação garantia a Rodésia do Sul a manutenção do comércio e a receptação de investimentos advindos da África do Sul, por outro, tal interação garantia a Pretoria a construção de uma parceria que se manteria importante na criação de um cenário regional

[149] Em um panorama geral acerca desta Federação, Chanaiwa (2010, p. 311), indica que, "De 1946 a 1960, a Rodésia do Sul, a Rodésia do Norte e a Niassalândia viram as suas populações brancas aumentarem, em numero e respectivamente, de 82.000 para 223.000, de 22.000 para 76.000 e de 2.400 para 9.000 habitantes. A Federação construiu a barragem e a central hidrelétrica de Kariba, mundialmente conhecidas, fundou a Universidade da Rodésia e da Niassalândia, inaugurou varias escolas técnicas e aumentou consideravelmente o sistema de redes de comunicação".

[150] Durante a década de 1960 o contexto político existente na Rodésia do Sul era marcado, por um lado, por partidos controlados pela minoria branca, mais especificamente o *United Federal Party*, este representante dos interesses da burguesia urbana, e o RF, partido que representava os interesses da classe operária e da burguesia rural. Por outro, o cenário político era marcado por dois partidos que representavam os anseios da população negra, no caso, o *Zimbabwe African People's Union* (ZAPU), e o Zimbabwe African National Union (ZANU). Com a ascensão do RF, tanto o ZAPU quanto o ZANU foram banidos e seus lideres presos (CHANAIWA, 2010).

favorável a continuidade do regime do *apartheid.*[151] Discutindo acerca desta fase de aproximação entre as partes, Rupiya (2002, p. 165, tradução nossa), expõe que:[152]

> O conluio dos estados párias da minoria branca durante a década de 1970 reforçou ainda mais o fenômeno da "quinta província". Em 1980, na véspera da independência do Zimbábue, o país tinha cerca de 250 000 brancos cujas identidades culturais e inclinações esportivas no rugby, no hóquei, no críquete, no squash e no golfe ligavam-se a África do Sul e suas escolas e liguas profissionais. A Rodésia também ostentava uma economia sofisticada voltando-se ao estreitamento e a integração com a África do Sul.

Tal fase de aproximação encerra-se no final de 1970, quando após quase uma década marcada por reuniões e acordos voltados a transição de poder da minoria branca para a maioria negra, a nova Constituição é criada e com isso, a previsão de eleições gerais, a valorização do sufrágio universal e a proclamação da independência no ano de 1980 tornam-se viáveis (CHANAIWA, 2010). De fato, a ascensão de Robert Mugabe como primeiro-ministro e a independência da Rodésia do Sul, colocava mais uma vez a África do Sul e o agora Zimbábue, em campos opostos.

Em linhas gerais, este segundo momento de afastamento que perdurou quase toda a década de 1980, foi marcado pelo choque de interesse entre as partes, uma vez que enquanto Pretoria buscava construir um cenário regional favorável a manutenção do *apartheid*, o Zimbábue - juntamente com países como Angola, Botsuana, Moçambique, Zâmbia, Lesoto, entre outros países africanos – participava, seja através da criação do SADCC, seja através do apoio dado ao ANC e ao PAC, no combate ao regime segregacionista existente na África do Sul (BRAGA, 2011).[153]

---

[151] Em Chanaiwa (2010, p.298) é possível encontrarmos semelhanças tanto entre a África do Sul e a Rodésia do Sul já durante a década de 1930, visto que em ambos os países buscou-se criar meios segregacionistas. Segundo o autor, Nos anos 1930, cada um dos dois Estados coloniais adotara um arcabouço legislativo segregacionista. Na África do Sul, o *Native's Land Act* [lei relativa às terras indígenas], o *Group Areas Act* [lei concernente as zonas domiciliares] e o *Industrial Conciliation Act* [lei referente aos procedimentos de conciliação trabalhista na indústria]; por outra parte, na Rodésia do Sul [atual Zimbábue], o *Land Apportionment Act* [lei sobre a repartição das terras], o *Industrial Conciliation Act* [lei referente aos procedimentos de conciliação trabalhista na indústria], o *Natives Registration Act* [lei tangente ao registro civil dos indígenas] e o *Masters and Servants Act* [lei tocante as relações entre mestres e auxiliares].

[152] Do original em Inglês.

[153] Em discurso realizado na cidade de Bulawayo, no Zimbábue, em 2000, Mbeki destaca a importância do Zimbábue na luta contra o *apartheid.* Em suas palavras, "Eu tenho o prazer de aproveitar esta oportunidade para saudar publicamente o Presidente Mugabe, as lideranças e o povo do Zimbabwe por garantirem a nossa libertação da tirania do apartheid. [...] Por isso, posso dizer que, enquanto combatentes da libertação, o Zimbábue salvou o nosso grupo da prisão em Robben Island, o Zimbabwe ajudou na total liberdade do nosso povo [...]" (tradução nossa).

Tal fase de afastamento chegou ao fim com o termino do *apartheid* e a ascensão do ANC na administração sul-africana, encerrando, assim, com os motivos que afastavam os países e viabilizando o surgimento de um outro período de aproximação entre as partes. Em linhas gerais, esta interação ocorreu - inclusive Mugabe foi o primeiro chefe de Estado de um país africano a realizar uma visita oficial na "nova" África do Sul (MANDELA, 1997c). No entanto, mesmo havendo este novo momento de aproximação, alguns acontecimentos, principalmente durante a era Mandela (1994-1999), tornaram-se desafiadores para a manutenção desta relação.

Um primeiro desafio diz respeito ao *Preferential Trade Agreement*, acordo firmado em 1964 que, em linhas gerais, garantia tarifas diferenciadas para a entrada de produtos têxteis advindos da então Rodésia do Sul no mercado sul-africano, mas que, no ano de 1992, teve seu prazo expirado (ALDEN; LE PERE, 2009). De modo geral, mesmo o Zimbábue sendo um dos principais parceiros econômicos da África do Sul e um dos principais atores na luta contra o *apartheid*, Pretoria elevou as tarifas de entrada dos produtos têxteis zimbabuanos de 15% para 75%, passando para 30% em 1996 e chegando a 20% em 2000. Em suma, esta demora de quase dez anos em chegar a uma resolução com relação à tarifa de entrada destes produtos zimbabuanos, indicava a dificuldade entre as partes em chegarem a consensos.[154]

Esta dificuldade em chegarem a consensos encontrou seu clímax em dois outros eventos ocorridos no continente africano, mais especificamente, na disputa entre a África do Sul e o Zimbábue no que se refere ao papel e a função do *Organ on Politics, Defence and Security* (OPDS) e na melhor forma de resolução da segunda guerra civil ocorrida na República Democrática do Congo (RDC). Como analisado no capítulo anterior, enquanto Mugabe considerava a OPDS independente da SADC, valorizava a cooperação no âmbito militar como meio para resolução de conflitos, e possuiu papel importante no convencimento da SADC para intervir, através do envio de tropas, na conflagração ocorrida na RDC; Mandela compreendia que este órgão era subordinado a SADC, que a resolução de conflitos deveria ser pautada em meios pacíficos, e acreditava que esta guerra poderia ser resolvida por meio de negociações (ADELMANN, 2004, NATHAN, 2005).

---

[154] Discutindo acerca da elevação desta tarifa, Alden e Le Pere (2009, p. 155, tradução nossa), indicam que: "Esta medida da África do Sul foi, principalmente, uma resposta a uma enxurrada de importações baratas da China, que representam uma ameaça à indústria nacional sul-africana. Relacionado a isso, a COSATU tem demandado que o governo sul-africano insista na inclusão de uma cláusula social em todos os acordos comerciais bilaterais e multilaterais. Em particular, tem insistido que os parceiros comerciais da África do Sul observem e apliquem plenamente os quatro conjuntos fundamentais de direitos trabalhistas internacionalmente acordados: a liberdade de associação e negociação coletiva; a liberdade de discriminação; a proibição do trabalho infantil; e a proibição do trabalho forçado".

De fato, os três desafios anteriormente analisados refletiam uma interação marcada pela dependência e, simultaneamente, pelo descompasso entre os países envolvidos. Dependência uma vez que o evento relacionado às tarifas do *Preferential Trade Agreement* demonstrou o acoplamento da economia zimbabuana a sul-africana. Descompasso, visto que, enquanto a imagem conquistada por Mugabe como um dos principais ícones da independência de seu país (BARBER, 2005), pelo papel de destaque na criação da SADCC e pela atuação na luta contra o *apartheid*, mantinha o Zimbábue como um ator de destaque no cenário político do continente africano, a "nova" África do Sul ainda era vista como um "país europeu estabelecido na África" (PEREIRA, 2010, p.5). No entanto, com o surgimento de um cenário interno instável no Zimbábue e a transformação do modo de atuar por parte da administração Mbeki, a possibilidade em romper com este tipo de relação e construir outra forma de interação entre as partes se tornava real.

De modo geral, enquanto a África do Sul pós-*apartheid* mantinha-se como a principal economia da África (AHWIRENG-OBENG; MCGOWAN, 1998), e passava a cada vez mais ter sua economia expandindo por diversas partes do continente (EZEOHA; UCHE, 2005, KONDLO; LANDSBERG, 2007); o Zimbábue seguia caminho diametralmente oposto, passando por retrocessos econômicos e transtornos políticos. Referindo-se a esfera econômica, Rupiya (2002) expõe que a adoção do *Economic Structural Programme* (ESAP) como forma de enquadrar o país ao contexto econômico surgido no pós-Guerra Fria, levou o Zimbábue a estagnação econômica, ao aumento do desemprego, e ao fenômeno do "*brain drain*", isto é, a saída de mão-de-obra qualificada que se direcionou a África do Sul, Botsuana, Reino Unido, Austrália e Estados Unidos. Segundo o autor,[155]

> O resultado econômico da ESAP foi a crescente saida de mão-de-obra qualificada, seguido pelo aumento no número de desempregados. Muitos deles dirigiram-se para os Estados vizinhos abastados da África do Sul e Botsuana, enquanto os mais aventureiros se mudaram para o Reino Unido, Austrália, Estados Unidos, entre outros países. Este fenômeno de brain drain criou um impacto secundário na capacidade local em gerir os negócios em nome do resto da sociedade. O resultado foi à acelerada regressão social e econômica que, juntamente com a longa seca surgida no país, levaram mais da metade da população a enfrentarem a fome, a qual perdurou até dezembro de 2002 (RUPIYA, 2002, p. 167, tradução nossa).

Além dos transtornos gerados pela adoção da ESAP - programa que levou ao declínio o padrão e a expectativa de vida da população zimbabuana (LIPTON, 2009), população esta

[155] Do original em Inglês.

que no ano de 2000, possuía 75% de seus membros vivendo abaixo da linha da pobreza (RUPIYA, 2002) – o Zimbábue também foi palco de um processo de reforma agrária que trouxe consequências danosas não somente no âmbito econômico, mas também referente à imagem do país. Em linhas gerais, a questão da distribuição desigual de terras existente entre brancos e negros neste país pode ser considerada como um dos grandes desafios que advêm desde a sua independência em 1980.[156] De fato, discutindo acerca disso, Goebel (2005, p. 349, tradução nossa) expõe que, "em 1980, 39% da terra pertencia a 4.500 agricultores brancos, as quais ficavam nas melhores regiões agro-ecológicas do país. As áreas comunitárias dos negros equivaliam a 42%".[157]

A resolução desta desigualdade proposta pelo acordo de *Lancaster House* (CHANAIWA, 2010) – acordo no qual foi proposto à independência do Zimbábue, cuja Constituição também recebe o mesmo nome -, foi recomendar a venda de parte dos territórios que se encontravam sobre o controle dos agricultores brancos ao governo zimbabuano, este que os redistribuiria a população negra. Entretanto, seja pela negativa por parte dos fazendeiros brancos em venderem partes de seus territórios, seja pela dificuldade de redistribuição dos territórios comprados pelo governo zimbabuano, em verdade o país chegava a meados da década de 1990 com cerca de 5 a 6% da população negra reassentada (GOEBEL, 2005).

O fracasso desta proposta de *willing-seller/willing-buyer* (GOEBEL, 2005) foi seguida pela invasão e ocupação de fazendas, e pelo assassinato de fazendeiros brancos. Tal radicalização afetou não somente a economia, visto que o país passou a ter déficits na produção de alimentos (SACHIKONYE, 2005), mas também levou o Zimbábue a ser amplamente criticado, pois a dificuldade em romper com este acontecimento foi interpretado pelas potências ocidentais como atitudes de conivência por parte de um governo considerado antidemocrático e violador dos direitos humanos (GOEBEL, 2005). Tal caracterização seria novamente utilizada no ano de 2002, com o advento das eleições presidenciais no Zimbábue.

De modo geral, a disputa pela presidência do país nas eleições de 2002 foi polarizada pelo ZANU-PF, partido que governava o Zimbábue desde a sua independência, e pelo

---

[156] Conforme análise desenvolvida por Chanaiwa (2010) pode-se compreender que a questão da distribuição desigual de terras entre brancos e negros não se restringe ao Zimbábue, mas na África Austral como um tudo. Segundo o autor, "A repartição das terras entre europeus e africanos era sistematicamente concebida para privar os segundos dos seus recursos e da sua independência econômica, relegando-os as reservas rurais improdutivas e aos guetos urbanos. Através desta politica ruralista e de segregação que visava propositalmente empobrece-los, os colonos condenaram os africanos a um estado de subdesenvolvimento e dependência, forçando-os a trabalharem para os brancos, caso desejassem, simplesmente para sobreviver" (CHANAIWA, 2010, p. 299).

[157] Do original em Inglês.

Movement for Democratic Change (MDC), partido fundado em 1999, fruto da fusão entre o *Zimbabwe Congress of Trade Unions* (ZCTU), e de grande parcela da classe média zimbabuana (RUPIYA, 2002). Embora as eleições tanto para a presidência quanto para o legislativo fossem marcadas pela desconfiança com relação à existência ou não de fraudes, a vitória do ZANU-PF, mantendo, assim, Mugabe como presidente do país, em um cenário interno marcado pela instabilidade, foi amplamente contestada pelo MDC e considerada pela *Commonwealth* como fraudulenta e antidemocrática. Tal contestação passou a receber apoio de outros países ocidentais, levando o Zimbábue a ser alvo de sanções econômicas.[158]

Em suma, o Zimbábue passava "de ser um dos mais estáveis e prósperos Estados africanos, para se tornar em um dos piores, com um quarto da população exilada, cenário de um drástico declínio nos padrões de vida e expectativa de vida" (LIPTON, 2009, p 336, tradução nossa).[159] Além deste cenário interno instável, este país entrava na primeira década do século XXI imbuído em um contexto internacional contrário a administração Mugabe, cujo sistema eleitoral era interpretado, principalmente pelos países ocidentais, pela "repressão estatal, manipulação eleitoral, controle draconiano sobre os meios de comunicação, violações dos direitos humanos, incluindo o uso de violência, de tortura e estupro contra seus opositores" (SACHIKONYE, 2005, p. 569, tradução nossa).[160] Tal conjuntura afetava, direta ou indiretamente, os países da região sul do continente (MHANGO, 2012). Discutindo acerca dos impactos desta crise, Sachikonye (2005, p. 569, tradução nossa), expõe que:[161]

> A comunidade internacional, e especialmente os países da região da África Austral, não podia dar ao luxo de ignorar o desenrolar da situação no Zimbábue. A crise neste país prejudica os fluxos econômicos e de comérciais, os investimentos e o turismo na região, bem como sobrecarrega as economias vizinhas através de fluxos significativos de imigrantes advindos do Zimbábue, tanto legais quanto clandestinos (cerca de 16% da população). [...]. Em virtude (ou acidente), da geografia e da história, talvez nenhum país estava mais exposto, e, portanto, mais preocupado com a situação no Zimbábue do que a África do Sul.

---

[158] Em Goebel (2005, p. 361, tradução nossa) é possível encontrarmos um panorama geral acerca deste isolamento sofrido pelo Zimbábue. Segundo o autor, "A maioria dos governos estrangeiros retiraram seus diplomatas a partir de 2000, e alguns impuseram proibições de viagens de políticos do Zimbábue para seus países. Muitas agências bilaterais e ONGs estrangeiras deixaram o Zimbábue, e mesmo aqueles que voltam, encontram um ambiente hostil. As organizações de ajuda também estão encontrando dificuldades para captar recursos para as atividades no país por causa da percepção no Ocidente, após as invasões de terras, de corrupção e má governança".

[159] Do original em Inglês.

[160] Do original em Inglês.

[161] Do original em Inglês.

Nesse sentido, seja pela proximidade geográfica e histórica, seja por motivos humanitários e relacionados aos possíveis impactos que a entrada ilegal de imigrantes poderia ocasionar, a participação sul-africana tornava-se esperada nesta crise zimbabuana.[162] De fato, esta atuação ocorreu e o caminho adotado por Pretoria se deu através de "uma tática e uma estratégia de engajamento dos beligerantes por trás dos bastidores com o objetivo de leva-los a um acordo negociado" (LANDSBERG, 2005, p. 734, tradução nossa).[163] Mais comumente conhecida como *quiet diplomacy* e seguindo caminho oposto da chamada "*megaphone diplomacy*" - tipo de negociação em que se utiliza da imprensa como meio de levar uma parte a aceitar os anseios da outra (MHANGO, 2012) - tal estratégia objetivava tanto encontrar um meio termo entre os interesses do ZANU-PF e do MDC (KAGWANJA, 2006, LANDSBERG, 2005), como também restabelecer as relações entre o Zimbábue e a Inglaterra.

Em linhas gerais, a *quiet diplomacy* não era novidade na política externa da "nova" África do Sul, uma vez que em momentos anteriores a crise política no Zimbábue tal estratégia já havia sido utilizada. Um primeiro episódio refere-se ao cenário de instabilidade surgido na Nigéria com a entrada de Abacha no poder, quando a África do Sul, sob a administração Mandela (1994-1999), buscou atuar como intermediário entre este governo e seus opositores (BARBER, 2005). Um segundo momento diz respeito ao período anterior a segunda conflagração surgida na República Democrática do Congo, quando Pretoria buscou, através de negociações, encontrar meios pacíficos para tal evento (KENT; MALAN, 2003). Por fim, um terceiro episódio refere-se à crise surgida entre o Reino Unido e o Zimbábue durante a invasão e ocupação de terras pertencentes a fazendeiros brancos. Neste episódio, Pretoria conseguiu fazer com que o Reino Unido aceitasse em auxiliar financeiramente a retomada da reforma agraria no Zimbábue, enquanto este país, em contrapartida, buscaria combater esta radicalização (VAN WYK, 2002).

Todavia, em todos os eventos a *quiet diplomacy* não obteve o sucesso esperado, primeiro porque, como visto no capítulo anterior, Abacha continuou a perseguir seus opositores, segundo, porque os países da SADC apoiaram a proposta zimbabuana de intervenção militar na RDC, e, por fim, porque com a vitória de Mugabe na eleição presidencial de 2002, o Reino Unido rompeu com a ajuda financeira e passou a lutar pelo

[162] Em discurso realizado em Bulawayo, Zimbábue, no ano de 2000, Mbeki deixava claro sua preocupação com o impacto que a instabilidade existente no Zimbábue poderia gerar na região. Para ele, "Pas, estabilidade, democracia e progresso social no Zimbábue são mais importantes para eles como para o resto da região" (não paginado, tradução nossa).

[163] Do original em Inglês.

isolamento do Zimbábue. Discutindo acerca do descontentamento por parte do Ocidente e do isolamento causado por este ao país em referência, Sachikonye (2005, p. 583) expõe que:

> Países como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, organizações como a União Europeia (UE) e a Commonwealth tem sido mais direto em demonstrar sua oposição ao governo de Mugabe, e sanções específicas têm sido direcionadas a liderança política do Zimbábue e seus apoiadores. Estes países ocidentais e organizações estão cada vez mais impaciente com a quiet diplomacy.

Segundo Nathan (2005) a proposta sul-africana adotada como meio de resolver a crise zimbabuana era inconsistente a um país que no pós-*apartheid* passou a defender a segurança humana. Para o autor, a *quiet diplomacy* priorizava a continuidade da administração Mugabe em detrimento dos direitos e da dignidade da população deste país. Além da crítica indicada por Nathan (2005), em Mhango (2012) é possível encontrarmos outras duas características que tornam a adoção da *quiet diplomacy* questionável. A primeira refere-se à falta de clareza em demonstrar os pontos que foram resolvidos durante as negociações e os termos aceitos por cada parte, visto que as reuniões não tornam públicas tais questões. Já a segunda refere-se à restrição dos participantes nas negociações, no caso, a ZANU-PF e o MDC, excluindo a sociedade civil e outros atores em participar ou estarem cientes dos acordos firmados entre as partes, dificultando a legitimação dos pontos adotados.

Em resumo, se a *quiet diplomacy* havia falhado em momentos anteriores e sua utilização era amplamente criticada, por que se pautar em uma estratégia que, anteriormente, havia fracassado? De acordo com Rupiya (2002), a adoção e continuidade da *quiet diplomacy*, seria o melhor caminho para que Pretoria conseguisse, simultaneamente, conhecer os reais motivos da crise no Zimbábue e, assim, criar meios que bloqueassem o aumento do fluxo de imigrantes ilegais advindos deste país em direção a África do Sul.

Complementando o argumento indicado por Rupiya (2002), Kagwanja (2006) expõe que a *quiet diplomacy* representava certa segurança para a África do Sul, visto que ao gerar a maior interação entre a administração Mugabe e a Mbeki, esta estratégia garantia a Pretoria à possibilidade em criar meios que afastassem o Zimbábue de tornar-se um *Failed State.* Segundo o autor, acreditava-se que a *quiet diplomacy* era a melhor estratégia para "transformação de um regime totalitário em uma democracia é muito mais fácil e menos dispendiosa do que retirar um país da anarquia e reintroduzi-lo a democracia" (KAGWANJA, 2006, p. 37).

Diferentemente das explanações anteriormente indicadas, Barber (2005) indica que a adoção e a continuidade da *quiet diplomacy* pode estar relacionada a quatro fatores que se tornaram preponderantes no calculo estratégica da África do Sul. Os dois primeiros dizem respeito ao status e a posição que Mugabe conquistou, tanto para os africanos em geral, como para os sul-africanos em particular, através de sua participação na luta pela independência de seu país, e por ter sido atuante no combate ao *apartheid*. Logo, enquanto "Mugabe é considerado pelo Ocidente como um déspota com um terrível histórico sobre direitos humanos, no entanto, muitos africanos o vê com uma luz muito diferente" (BARBER, 2005, p. 1094, tradução nossa).[164] Além destas duas, a terceira motivação estaria relacionada ao simbolismo existente entre os africanos no que diz respeito ao território da África. Em suas palavras,[165]

> […] para muitos africanos, a terra tem uma importância mais profunda do que isso. Ela está ligada ao seu modo de vida, aos costumes adotados, as estruturas sociais, e seu senso de segurança e identidade, como indivíduos e como grupos. Neste contexto a terra é mais do que uma entidade econômica, e os brancos, mesmo aqueles que nasceram em África, são intrusos (BARBER, 2005, p. 1094, tradução nossa).

Nesse sentido tanto Mugabe quanto Mbeki concordavam que a redistribuição das terras para os africanos era considerada legitima e necessária, uma vez que ela representava o combate a um dos principais resquícios do período colonial. Por fim, o quarto motivo destacado por Barber (2005) e que levava Mbeki a manter-se fiel a *quiet diplomacy* diz respeito à solidariedade africana. De fato, a relevância histórica e política do Zimbábue tornavam-se fatores importantes que levavam diversos países africanos - tais como Angola, Malaui, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Tanzânia e Zâmbia (SACHIKONYE, 2005) - a manterem-se solidários a administração Mugabe. Logo, atuar de modo unilateral ou apoiar sanções diplomáticas e econômicas ao Zimbábue levaria a administração Mbeki a cometer os mesmos equívocos realizados pela administração Mandela durante o caso Abacha na Nigéria, e conseqüentemente, poderia ocasionar o retorno de um contexto continental propício ao isolamento da África do Sul (NATHAN, 2005, SACHIKONYE, 2005), visto que, embora o Zimbábue e a Nigéria sejam marcados por grandes diferenças, ambos são atores, tanto politicamente, quanto historicamente, relevantes no contexto africano.

---

[164] Do original em Inglês.
[165] Do original em Inglês.

De modo geral, dentre os quatros motivos indicados por Barber (2005), pode-se considerar que este último se tornou em um dos mais relevantes pontos no calculo estratégica sul-africano. De fato, o receio em ser isolado, tanto na SADC quanto na UA fazia com que a continuidade da *quiet diplomacy* se tornasse essencial (KAGWNJA, 2006, SACHIKONYE, 2005), uma vez que tal isolamento poderia afetar o objetivo sul-africano de difusão e convencimento dos países africanos em aceitarem as propostas existentes no *African Renaissance*.[166] Em certa medida, a aceitação desta solidariedade africana como forma de não romper com o processo de inserção sul-africana se enquadrava no que Landsberg (2000, p. 109, tradução nossa)[167] havia salientado, isto é, que "para promover a renovação da África através da democratização, a África do Sul precisa cooperar com aqueles Estados que são criticados por suas doutrinas democráticas."[168]

Em suma, a adoção da *quiet diplomacy* não garantiu o fim das sanções econômicas e diplomáticas ao Zimbábue, e levou a administração Mbeki a ser vista como um dos responsáveis pela manutenção de um cenário político marcado pela violência e repressão que garantiam a perpetuação de Mugabe na presidência do país (KAGWANJA, 2006).[169] Inclusive, o não rompimento com o Zimbábue foi considerado como um retrocesso a imagem construída durante a administração Mandela de uma África do Sul como agente de promoção dos direitos humanos (Titus, 2009). No entanto, a valorização do multilateralismo em detrimento do unilateralismo, a negativa a qualquer forma de sanção ou de isolamento a este país, "[…] argumentando que o governo do Zimbábue necessita de assistência ao invés de critícas e do ostracismo" (HAMILL; HOFFMAN, 2009, p. 375, tradução nossa), tornava

---

[166] Expondo acerca do padrão de engajamento da SADC em crises ocorridas em um dos seus países-membros, Nathan (2005, p. 367, tradução nossa) expõe que, "A SADC geralmente se abstêm de comentários críticos e envolvimento diplomático em conflitos intra-estatais, tratando a violência e as crises governamentais como assuntos puramente nacionais. Os Estados estão interessados em evitar relações contraditórias que possam pôr em risco o comércio e a cooperação funcional, e os governos que não são totalmente democráticos são propensos a condenar aqueles seus vizinhos que se dedicam a práticas não democráticas. Eles também são determinados a manterem uma postura de unidade e de solidariedade. Forjada no calor das lutas contra o colonialismo e o apartheid, essa postura milita contra a crítica pública ao outro. O imperativo de solidariedade é maior quando as potências estrangeiras levantam preocupações que são percebidas como reflexo de uma agenda imperialista. [...] Essas dinâmicas têm sido evidentes no caso do Zimbabwe. Aqui, longe de permanecer em silêncio, a SADC tem repetidamente manifestado solidariedade com Harare e banalizado as preocupações concernantes aos direitos humanos".

[167] Do original em Inglês.

[168] De fato, como também indicado por Landsberg (2000, p. 109, tradução nossa), "Em suma, uma coisa é pregar a democratização e a outra é ser ouvida pelos Estados".

[169] Em suas palavras, "No entanto, a estabilização da administração Mugabe tem sido pesadamente custosa para os direitos humanos e para a democracia. A quiet diplomacy reduziu a pressão contra Mugabe e encorajou seu governo, permitindo ao governante da ZANU-PF usar de intenso terror e propaganda para enfraquecer a oposição. Como resultado, o regime conseguiu engrenar o retorno político, este que culminou com uma vitória esmagadora nas eleições parlamentares de 31 de março de 2005 e nas eleições de 26 de novembro para o Senado" (KAGWANJA, 2006, p. 37, tradução nossa).

Pretoria mais próxima dos países africanos, garantindo a continuidade no seu processo de inserção continental, e abrindo espaço para a construção e difusão da chamada Agenda Africana.

4.6 O avanço sul-africano na África: A construção e a manutenção de uma Agenda Africana

A relevância de Pretoria na transição da OUA para UA, sua preponderância na construção da NEPAD, e a *quiet diplomacy* como meio utilizado para solucionar a crise zimbabuana, foram atuações convergentes com objetivo da administração Mbeki em tornar Pretoria cada vez mais presente no continente. Tal constatação ocorre uma vez que, enquanto o sucesso nos dois primeiros eventos garantia à administração Mbeki a possibilidade em intensificar a inserção da África do Sul no continente e em dar continuidade na busca deste país em ser um importante ator na transformação da África - inaugurando, assim, a chamada Agenda Africana -, a busca pela negociação ao invés da crítica, e a tentativa em romper com as sanções diplomáticas e econômicas impostas pela Comunidade Internacional ao Zimbábue ao invés de apoiar tais medidas, foram atitudes que distanciaram Pretoria de um possível cenário de isolamento e, portanto, afastavam a possibilidade de uma conjuntura desfavorável a tal agenda.

Pautada no incentivo a criação e adoção de sistemas democráticos pelos países africanos, na busca pela paz e segurança do continente, e na criação de meios que levassem ao crescimento econômico da África (LANDSBERG, 2007, KONDLO; LANDSBERG, 2007), a Agenda Africana pode ser entendida como a fase de continuidade e intensificação do *African Renaissance*. Continuidade, uma vez que se mantinha fiel tanto aos valores como ao objetivo deste renascimento, no caso, a busca pela integração da África no mundo globalizado, através do que foi considerado por Landsberg (2007, p. 195)[170] como "responsabilidade mútua", isto é, "que tanto os Estados africanos e as potências externas possuem um importque tanto os estados africanos quanto as potências mundiais têm obrigações políticas, econômicas e sociais na realização dos objectivos desta agenda".[171]

Intensificação, pois com o advento da União Africana, da NEPAD e através da busca em adaptar as chamadas Comunidades Econômicas Regionais da África (RECs) - por

[170] Do original em Inglês.

[171] Em suas palavras, "No coração da Agenda Africano de Mbeki está a busca de uma nova relação entre a África e o mundo exterior, a passagem de uma relação de patronagem para uma de parceria" (LANDSBERG, 2007, p. 197).

exemplo, a SADC, a *Economic Community of West African States* (ECOWAS) e a *Intergovernmental Authority on Development* (IGAD) - as características encontradas nesta organização e neste programa de desenvolvimento (LANDSBERG, 2007), criava-se meios que poderiam dinamizar a renovação do continente. Discutindo acerca do significado e da importância da Agenda Africana para a África do Sul, Kondlo e Landsberg (2007, p. 1-2, tradução nossa), indicam que,[172]

> A "Agenda Africana" objetiva traçar um novo caminho estratégico a fim de causar uma reviravolta na orientação do continente no que se refere a economia, a política, a governança e ao desenvolvimento. Um objetivo essencial é informar que, na nova Agenda Africana da África do Sul, busca-se que o país se torne um jogador essencial na elaboração da agenda de desenvolvimento do continente. [...] Essa postura visa o desenvolvimento, a paz e a segurança, a governança democrática e o crescimento econômico. [...] Na verdade, os valores a que o país aspira em casa são os mesmos valores que espera para o resto do continente. Ela salienta a articulação progressiva de modos de relações econômicas e o intercâmbio de conhecimento para compensar a desintegração econômica do continente, mas evita articulação de domínio econômico baseado na exploração e na manipulação

Nesse sentido, se por um lado a Agenda Africana buscava demonstrar que a África do Sul é parte integral do continente e seus desejos e interesses são inseparáveis aos valorizados pelo continente (BOHLER-MULLER, 2012); por outro, a continuidade desta agenda passava a estar atrelada tanto a formação de parcerias estratégicas entre Pretoria e outros países africanos, como também no papel que este país deveria exercer para tal manutenção.[173] De modo geral, a valorização da "boa vizinhança" e o interesse na criação de relações "não hegemônicas" (KONDLO; LANDSBERG, 2007, p. 1-2, tradução nossa),[174] garantiam a administração Mbeki a possibilidade em interagir com diversos países africanos, tais como Argélia, Nigéria, Gana, Tanzânia, Moçambique, Botsuana, entre outros (KONDLO; LANDSBERG, 2007). De fato, desde a administração Mandela alguns destes já eram parceiros estratégicos da África do Sul como, por exemplo, Botsuana, país que esteve ao lado

[172] Do original em Inglês.

[173] Além das parcerias continentais, interações com outras partes do mundo também eram considerados importantes para a sustentação da Agenda Africana. De acordo com a *Strategic Plan* de 2006, destacam-se: "New Asian-African Strategic Partnership (NAASP), which was formalised at the Golden Jubilee Africa-Asia Summit in Indonesia in April 2005; India, Brazil, South Africa Dialogue Forum (IBSA) partnership; Tokyo International Conference for Africa's Development (TICAD); Forum for China-Africa Co-operation (FOCAC); Group of 77 and China; Non-Aligned Movement (NAM); and The Second South Summit outcomes" (DIRCO, 2006, p. 12).

[174] Do original em Inglês.

de Pretória na Operação Boleas.[175] Contudo, através da aproximação com a Argélia e, principalmente, com a Nigéria – atores importantes na construção da NEPAD, e na transição da OUA para UA (LANDSBERG, 2007) – que a administração Mbeki encontrou aliados na busca em influenciar os países africanos a se adequarem aos valores encontrados no *African Renaissance*.

Diferentemente da interação conflituosa entre a África do Sul e a Nigéria que perdurou por quase todo o período em que Mandela esteve à frente da presidência sul-africana, a administração Mbeki foi marcada pela maior aproximação entre estes países. Com efeito, desde a morte de Abacha em 1998 e a ascensão do general Abdulsalaam Abubakar neste mesmo ano, que Mbeki já vinha se tornando próximo deste país (ADEBAJO, 2007). Entretanto, foi com a entrada de Olusegun Obasanjo na administração nigeriana que os laços entre África do Sul e Nigéria foi marcado pela similaridade com relação à necessidade de renovação da África.[176] Exemplo desta interação pode ser encontrado no episódio que marcou a transição da OUA para UA, quando, simultaneamente ao predomínio do *Pan-continentalism* (LANDSBERG, 2012a), a Nigéria conseguiu fazer com que a *Conference on Security, Stability, Development and Cooperation in Africa* (CSSDCA) fosse englobado na União Africana. Segundo Adebajo (2007, p. 224, tradução nossa)[177]

> A proposta de Obasanjo para a Conference on Security, Stability, Development and Cooperation in Africa (CSSDCA) havia sido agora integrada em duas das instituições-chaves da União Africana: no Economic, Social, and Cultural Council (ECOSOCC) e no Council of Elders, que ajudarão a mediar disputas. A ideia foi discutida pela primeira vez em uma conferência em Kampala, em 1991. O relatório final da CSSDCA propõe o desenvolvimento de um mecanismo de manutenção da paz continental, a promoção, a prevenção de conflitos e de auto-suficiência militar na África, a criação de um African Peace Council of Elder Statesmen pautado na mediação de conflitos e na drastica redução dos gastos militares no continente.

---

[175] Expondo sobre a importância de Botsuana para a África do Sul, em discurso realizado na Assembléia Nacional deste país, na cidade de Gaborone, em 2003, Mbeki indica que, "We are at home because we are one people. We are tied together by the same history, culture, tradition and language. Our countries, our economies and our destinies are inextricably bound together. Because of this, we can correctly and proudly declare that today, we are all Botswana. […] We are grateful for the fact that even in the face of apartheid brutality that knew no bounds, you remained unwavering because you understood, quite correctly, that it would be impossible for you fully to enjoy your freedom while South Africa suffered under a racist tyranny".

[176] Inclusive, exaltando a importância de ambos os países para o continente africano, em discurso realizado para empresários sul-africanos e nigerianos, Mbeki (2000, não paginado, tradução nossa), expõe que "A prósperidade da África do Sul e da Nigéria deve significar uma SADC e uma ECOWAS próspera. Na verdade, isso deve significar uma África próspera, o desenvolvimento sócio-econômico sustentado depende disso. Para atingir esses objetivos, uma grande responsabilidade recai sobre os ombros das nossas comunidades empresariais. [...] A realização dos sonhos de nossos países, as nossas regiões, o nosso continente e as milhares de pessoas comuns dependem da previsão dos nossos homens de negócios para a transformação radical das nossas economias, de modo a garantir uma vida melhor para todos".

[177] Do original em Inglês.

Se por um lado forjar parcerias tornava-se importante para a aceitação por parte dos países africanos das propostas indicadas pela Agenda Africana, por outro, sua existência mantinha-se atrelada à África do Sul, país que encontrava na manutenção da NEPAD e na participação da UA, meios que garantissem a viabilidade desta agenda. Como indicado anteriormente, a NEPAD trazia como proposta retirar a África do subdesenvolvimento e da marginalização, através da parceria entre os países africanos – que deveriam aceitar as mudanças indicadas pelo *African Renaissance* – e os países ricos, estes que participariam através da injeção de IED entre outras formas de incentivos que levassem ao aumento da participação africana na Economia Mundial (EZEOHA; UCHE, 2005). De modo geral, ao acompanharmos desde a criação deste programa em 2001 até o fim da administração Mbeki, em 2008, torna-se claro o aumento da participação econômica da África do Sul no continente africano (COMNIMOS; DANIEL; LUTCHMAN, 2007, HUDSON, 2007).

Exemplo desta intensificação pode ser encontrado um ano após a criação deste programa, quando o *South African Reserve Bank* passou a estimular, via fornecimento de crédito, as empresas sul-africanas que se interessassem em investir na África. Com essa medida, teve-se o aumento no valor fornecido por projeto desenvolvido na África, que passou de US$ 79 milhões para US$ 216 milhões em 2002, chegando a US$ 331 milhões em 2003. Diferentemente deste incentivo, para os investimentos voltados a países fora do continente africano, o valor em 2003 era de US$165 milhões (ALDEN; SOKO, 2005). Logo, se antes da década de 1990 existiam somente 179 investimentos sul africanos sobre o continente, em 2004, o que se viu foi este número saltando para 439 (EZEOHA; UCHE, 2005).[178]

Segundo Comnimos, Daniel e Lutchman (2007, p. 514), desde pequenos investimentos realizados por empresas como Checkers, Game an Makro, Protea Hotels, Debonairs, Nandos and Steers, Truworths and Weoolworths, Standard Bank/Stanbic and Multichoice, a mega investimentos advindos da MTN, Vodacom, Transnet, Eskom, AngloGold Ashanti, Randgold Resources, Sasol e PetroSA, tornam-se cada vez mais constantes no continente africano, principalmente em países como, Moçambique, República Democrática do Congo, Namíbia e

[178] Discutindo acerca dos investimentos advindos da África do Sul que se encontram na Nigéria, Alden e Soko (2005, p. 33, tradução nossa) indicam que, "Em torno de 60 companhias sul-africanas atuam na Nigéria. Nas quais estão incluídas: MTN, Eskom Nigeria, South African Airways, Stanbic Merchant Bank Nigeria Ltd., Multichoice Nigeria/M-Net, Umgeni Water, Defresh Products Nigeria Ltd., South Africa-Nigeria Communications and Systems Ltd., Grinaker-LTA Construction Ltd., Protea Hotels, Critical Rescue International, Global Outdoor Semces, Oracle Airtime Sales e Digital Satellite Television. As companhias nigerianas, em contrapartida, também vêm atuando na África do Sul, tais como a Union Bank, First Bank, Philips Consulting, News Media, Financial Standard e This Day Newspapers".

Nigéria. Expondo acerca dos investimentos sul-africanos direcionados para a África, Hudson (2007, p.129-131, tradução nossa), indica que:[179]

> […] A África do Sul tornou-se fundamental para o fluxo de capitais, bens e pessoas no continente. Os empresários sul-africanos surgiram como os principais investidores no continente (exeto nos setores de mineração e de energia) e estão envolvidos em uma série de setores, incluindo varejo, bens, construção, manufatura, turismo, transportes, telecomunicações e serviços financeiros. […] As empresas sul-africanas expandiram significativamente suas operações de mineração no Zimbábue, em Moçambique e na Zâmbia, assim como em indústrias relacionadas a energia, em cervejarias e em fábricas de engarrafamento. As empresas sul-africanas continuam a dominar a indústria de serviços de alimentação na região da SADC, bem como o setor bancário e financeiro desta mesma região. […] É importante ressaltar que a expansão econômica da África do Sul não é apenas impulsionada pelo setor privado, mas também ativamente promovida pelo governo por meio das Industrial Developmental Corporation (IDC), providenciando financiamento, e investindo em cerca de 60 projetos em 21 países africanos. As empresas estatais começaram a perseguir uma estratégia mais em linha com os princípios consagrados na NEPAD.

Portanto, enquanto países como China, Índia, Estados Unidos, Inglaterra, França, entre outros possuem seus investimento voltados, predominantemente, em setores relacionados à exploração de recursos naturais (OECD, 2010), os investimentos sul africanos se tornam cada vez mais diversificados, variando desde a extração mineral até a indústria do entretenimento, passando por setores relacionados à construção civil, a infraestrutura, as telecomunicações, aos serviços bancários, financeiros, ao setor hoteleiro, dentre outros (ALDEN; SOKO, 2005, COMNIMOS; DANIEL; LUTCHMAN, 2007).[180]

Paralelo ao crescente avanço de IED sul-africano voltado ao continente, este mesmo período foi marcado pelo crescente fluxo comercial entre a África do Sul e o continente africano. Ainda que os principais parceiros econômicos sul-africanos encontram-se fora da África, tanto nas exportações – cujos principais destinatários são a Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda, Estados Unidos, Japão e China – quanto nas importações – dirigidas a União Europeia, com predomínio da Grã-Bretanha e Alemanha, China, Estados Unidos, Japão e Arábia Saudita (DATHEIN, 2012), as interações comerciais entre Pretoria e os países africanos passaram a ser cada vez intensas e valorizadas (DIRCO, 2005).

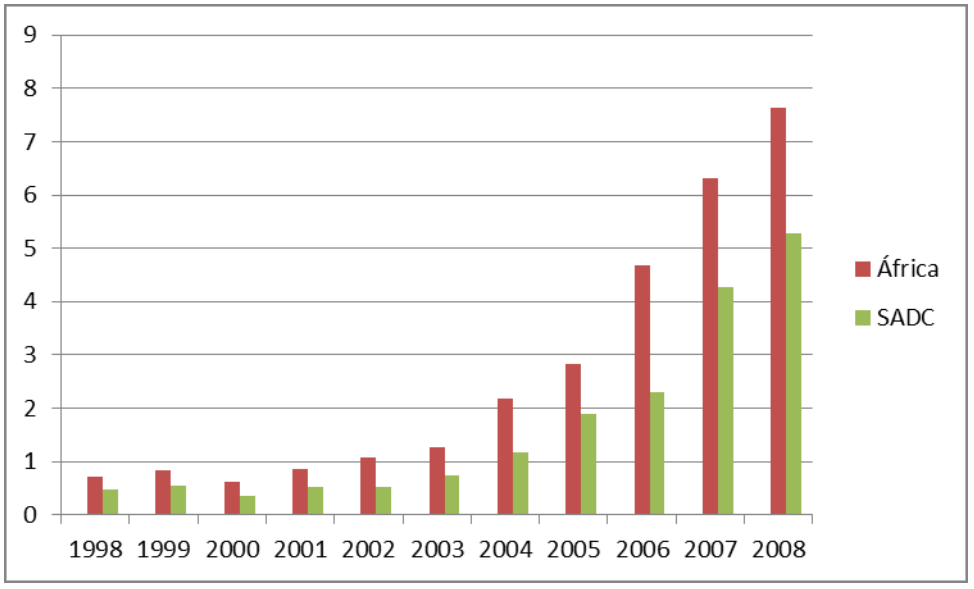
---

[179] Do original em Inglês.

[180] De acordo com Comnimos, Daniel e Lutchman, (2007, p. 511, tradução nossa), projetos como "*Mozal aluminium*" e o desenvolvimento pela Sasol de um gasoduto ligando a área central de Moçambique até a região de Mpumalanga, em torno de 865 quilômetros, vem gerando impacto positivo para o desenvolvimento econômico de Moçambique. Segundo os autores, "Este envolvimento na economia de seu vizinho do lado oriental tem contribuído para a transformação de Moçambique que, após sua classificação como economia com pior desempenho da África pelo Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU, em 1991, passou a ter uma taxa de crescimento nos últimos anos em torno de 8%".

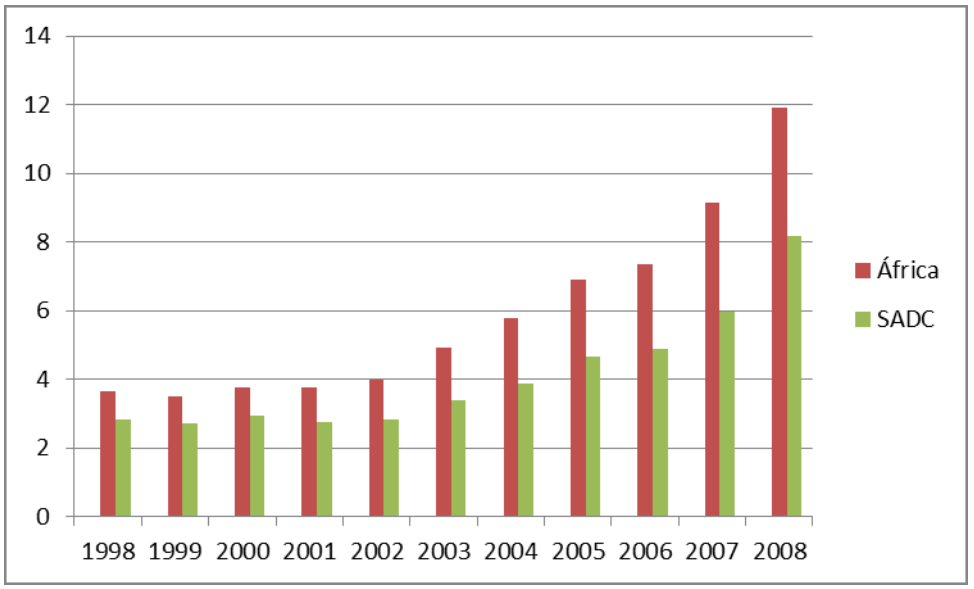
De acordo com dados encontrados no o *Department Trade and Industry* (DTI, 2013), e com os gráficos abaixo apresentados, entre 2001 e 2008, as importações sul-africanas advindas dos países africanos, teve um aumento em torno de 693 %, passando de US$ 1.100.986,453 para, US$ 7.635.455,227 enquanto as exportações de produtos sul-africanos para o continente teve um aumento de 327%, passando de 3.644.694,672 para 11.927.985,995. No que se refere ao comércio intra-SADC, as importações sul-africanas de produtos advindos dos países-membros deste bloco foi marcada pelo crescimento em torno de 1.079%, passando de US$ 489.665,149, para US$ 5.283.240,221 já as exportações sul-africanas para estes mesmos países elevou-se em mais de 289%, passando de US$ 2.828.122,045 para US$ 8.178.276,649.

Figura 3 - Importações da África do Sul, em US$ bilhões



Fonte: desenvolvimento próprio através de dados advindos do DTI (2013).

Figura 4 - Exportações da África do Sul, em US$ bilhões



Fonte: desenvolvimento próprio através de dados advindos do DTI (2013).

Em certa medida, este maior aumento das importações de produtos advindos da África e da SADC se comparado com exportações da África do Sul, eram reflexos de uma conjuntura favorável não somente regional ou continental, mas também global, uma vez que entre 2000 e 2007 a taxa de exportação dos produtos sul-africanos foi, em média, de 13% ao ano, fator importante para a elevação da taxa de importação, que cresceu em média de 17% ao ano (DATHEIN, 2012). Além disso, embora havendo a discrepância existente entre as importações e exportações sul-africanas referentes ao comércio com a África e com os países da SADC, ressalta-se que África do Sul tem nos manufaturados seus principais produtos exportados (DATHEIN, 2012), enquanto a grande maioria dos países africanos possui os bens primários como preponderantes na pauta de exportação, logo, a diferença de valor agregado existente entre estes produtos, tornando os manufaturados mais rentáveis que os primários, privilegia a economia sul-africana se comparada a de outros países africanos (EZEOHA; UCHE, 2005).

Todavia, mesmo a economia sul-africana sendo favorecida no comércio com a África e com os membros da SADC, diversos países encontraram na África do Sul um dos - se não o - principal mercado para os seus produtos. De acordo com Mbekeani (2013), enquanto países como Botsuana, Moçambique, Zâmbia, Lesoto, Malaui, chegavam ao ano de 2008 tendo Pretoria como o segundo maior comprador de seus produtos exportados; Suazilândia, Namíbia, e Zimbábue encontravam no mercado sul-africano o principal destino de suas exportações. Logo, a África do Sul tornava-se uma alternativa para tais exportações,

principalmente de produtos advindo de países como o Zimbábue, que desde o começo da primeira década do século XX, vinha sendo alvo de sanções econômicas.

Se no âmbito econômico a continuidade da Agenda Africana caminhava junto com a manutenção da NEPAD - através do aumento do IED sul-africano para a África e no crescente comércio entre a África do Sul e diversos outros países do continente - no âmbito político, o avanço das transformações propostas por esta agenda seguiria através da participação sul-africana em missões desenvolvidas tanto pela União Africana como pelas Nações Unidas, focando-se na busca pela paz, seja por meio do envio de tropas ou através da atuação como mediador de conflitos.

Como analisado anteriormente, a resolução de conflitos foi um dos principais motivos que levaram a transição da OUA para UA (HAWKINS, 2012), inclusive um dos pontos marcantes na transição diz respeito ao direito que esta organização passou a ter em poder intervir em situações relacionadas a crimes de guerra, genocídios e crimes contra a humanidade (CAAU, 2000). Referente à África do Sul, a resolução de conflitos se tornava importante para a continuidade da Agenda Africana. De fato, ao acompanharmos os *Strategics Plans* desenvolvidos pela DIRCO de 2005 até 2008, é possível constatar que, enquanto os *Strategics Plans* de 2005 e 2006 indicavam que a consolidação da Agenda Africana estaria pautada somente a três pilares, estes relacionados ao apoio a UA e a SADC; a busca pela implementação da NEPAD; e o fortalecimento de parcerias bilaterais focadas no dialogo e cooperação; o *Strategic Plan* de 2008, trazia um quarto pilar a esta consolidação, no caso, o "apoio a paz, a segurança, a estabilidade e iniciativas de reconstrução pós-conflito, incluindo o fortalecimento da participação da África do Sul na implementação de uma agenda de paz e segurança da África e na participação em missões de paz" (DIRCO, 2008, p. 9, tradução nossa).

Em certa medida, na visão de Pretoria, acabar com os conflitos no continente seria importante não apenas para romper com a imagem negativa da África para a Comunidade Internacional, mas também seria fundamental para a criação de um cenário pacífico e estável tão necessário ao estabelecimento do desenvolvimento econômico sustentável no continente. Logo, segundo Miti (2012, p. 26, tradução nossa), "o foco na resolução de conflitos africanos e na melhoria dos países […] são centrais na Agenda Africana sul-africana".[181] Reflexo deste interesse pode ser encontrado na participação sul-africana em buscar a paz no Burundi e na República Democrática do Congo (RDC).

[181] Do original em Inglês.

De modo geral, a instabilidade existente no Burundi remetia a histórica disputa, muitas vezes com resultados trágicos, entre Hutus e Tutsi pelo poder.[182] Tal disputa chegava ao início da década de 1990, polarizado entre a *Front pour la Démocratie au Burundi* (FRODEBU), partido representante da etnia Hutu - cujo principal expoente era Melchior Ndadaye - e a *Union pour le Progrès National* (UPRONA), este representante dos Tutsi e liderado por Pierre Buyoya.[183] Embora a derrota do UPRONA e a transferência do poder entre este partido e o FRODEBU, inaugurando a primeira presidência sob o controle da etnia Hutu, (BOSHOFF, 2010), tenha sido, inicialmente, pacífica, o assassinato de Melchior Ndadaye levou a uma onda de ataques por parte dos Hutus contra os Tutsis, construindo um cenário político instável no país (MITI, 2012, SOUTHALL, 2006).

Este contexto tornava-se mais complexo, visto que, enquanto a FRODEBU e a UPRONA, buscavam a solução através de um governo de coalizão, em que o partido representante dos Hutus ficaria com a presidência do país e o representante da outra etnia assumiria a cadeira de Primeiro Ministro, e os governos da Tanzânia e de Uganda somados a participação de Julius Nyerere – um dos ícones da independência da Tanzânia e com ampla participação na criação da OUA -, buscavam convencer os militares a aceitarem uma missão de *peacekeeping;* partidos contrários a tal resolução, no caso, *National Council for the Defence of Democracy* (CNDD), *Party for the Liberation of the Hutu People* (PALIPEHUTU), *and Front for National Liberation* (FROLINA), todos representantes da etnia Hutu, passavam a realizar ataques a civis (BOSHOFF, 2010). Tal conjuntura culminou com a ascensão de Buyoya, que anteriormente havia perdido as eleições para Ndadaye e novamente chegava à presidência através de um golpe militar em 1996.[184] Em Miti (2012, p. 28, tradução nossa), é possível encontrar as divergências entre os países africanos e as potências ocidentais.[185] De acordo com o autor,

---

[182] "Estima-se que em 1975, 150 000 pessoas, principalmente Hutus, foram mortos no que às vezes é descrito como a "primeira guerra civil ou genocídio" do Burundi. Muitos Hutus fugiram para Ruanda, Zaire [atual República Democrática do Congo] e Tanzânia. "Em 1988 milhares de hutus foram massacrados por Tutsis e muitos fugiram para Ruanda, este que pode ser mais precisamente descrito como uma retaliação após uma série de revoltas hutus" (BOSHOFF; RAUTENBACH; VREY, 2010, p. viii, tradução nossa).

[183] Embora havendo a preponderância do FRODEBU, outros partidos representavam a etnia Hutu, tais como *National Council for the Defence of Democracy* (CNDD), *People's Party* (PP), *Party for the Reconciliation of the People* (RPB), *Party for the Liberation of the Hutu People* (PALIPEHUTU), *and Front for National Liberation* (FROLINA). Do lado dos Tutsis, além do UPRONA, partidos como *The Party for National Recovery* (PARENA), *Party for the Reconciliation of the People* (PRP), *Party for Social Democracy* (PSD), *Burundian African Alliance for Salvation* (ABASA), *Rally for Democracy and Economic Social Development* (RADDES), *Alliance of the Valiants* (AV-INTWARI) e *National Alliance for Law and Economic Development* (ANADDE), eram representantes desta etnia (MITI, 2012).

[184] A ascensão de Buyoya no início da década de 1980 também havia sido por golpe, quando este destituiu do poder Jean Baptise Bagaza (BOSHOFF, 2010).

[185] Do original em Inglês.

> A cúpula regional, composto pelos presidentes da Tanzânia, Ruanda, Uganda, Quênia e Etiópia, foi convocada às pressas para lidar com o golpe de 1996 no Burundi. A cimeira, que veio a ser conhecido como a Regional Initiative for Burundi, impôs sanções econômicas sobre o novo regime em Bujumbura e apelou ao novo governo para restaurar a Assembleia Nacional, restabelecer os partidos políticos e começar imediatamente negociações com todas as partes no conflito tanto dentro como fora do país. As sanções, no entanto, encontraram forte oposição por parte da União Europeia e dos Estados Unidos, que acreditavam firmemente no trabalho com os chamados líderes moderados. Buyoya, o novo presidente foi considerado pela UE e pelos EUA como um moderado e, portanto, digno de apoio. Isto minou os esforços regionais e resultou na promulgação de uma constituição interna de transição em 1998, legitimando assim o golpe e presidência de Buyoya.

Passado dois anos após o fracasso desta primeira tentativa (Acordo de Arusha I) buscou-se uma nova fase de pacificação do Burundi em 1998. Conhecido como Acordo de Arusha II, esta nova tentativa foi marcada pela presença de representantes de partidos e grupos políticos de Uganda, Quênia, Ruanda e Tanzânia e, novamente, pela presença de Nyerere como mediador, posto assumido posteriormente por Nelson Mandela, já como ex-presidente da África do Sul, após a morte de Nyerere (BOSHOFF, 2010). Em linhas gerais, discutindo acerca deste acordo, Southall (2006, p.114, tradução nossa) destaca que este acordo pautou-se na busca pela aceitação das lideranças políticas do Burundi dos seguintes pontos[186]

> 1) a transição liderada por um governo interino para culminar em eleições democráticas; 2) a criação de um Senado e alterações na composição da Assembleia Nacional existente; 3) a reforma judicial para diminuir o predomínioTutsi; 4) a reforma militar para diminuir o predomínio Tutsi e facilitar a integração das forças rebeldes no exército; 5) a criação de uma Comissão de Verdade e Reconciliação; 6) uma força militar internacional para ajudar na gestão da transição; 7) a investigação independente sobre supostos crimes de genocídio.

Embora amplamente apoiado e aceito pelos países participantes e pela maioria das lideranças políticas ugandenses, o Acordo de Arusha II não foi aceito por alguns grupos, tais como o CNDD, PALIPEHUTU, e seus respectivos braços armados, no caso, *Forces Défense Nationale* (FDN) e *Forces Nationales de Libération* (FNL) (BOSHOFF, 2010, MITI, 2012). Logo, se a UPRONA e a FRODEBU, entravam em acordo no que diz respeito à participação de Buyoya e Domitien Ndayizeye na administração do país; a não aceitação dos grupos armados a apoiarem este acordo, mantinha o Burundi em um contexto de Guerra Civil. Foi

[186] Do original em Inglês.

buscando romper com este cenário que no ano de 2003 é criada a *African Union Mission in Burundi* (AMIB).

Primeira missão de paz realizada pela União Africana (MURITI, 2008), a AMIB buscava, através da estabilização do país, da criação de um acordo de cessar-fogo, do apoio ao desarmamento e reintegração dos ex-combatentes, entre outros objetivos (BOSHOFF; VREY, 2010), criar um cenário favorável à instalação de uma missão de paz da ONU voltada ao Burundi (MURITI, 2008). Através da participação de tropas advindas da Etiópia, de Moçambique e, principalmente, da África do Sul - países que foram importantes para a pacificação de grande parte do território deste país (Muriti, 2008) - tal objetivo foi alcançado por meio da aprovação do Conselho de Segurança em criar a *United Nations Operations in Burundi* (ONUB), esta que englobaria a AMIB (SECURITY COUNCIL, 2004).

Em linhas gerais, Pretoria já vinha atuando neste processo de pacificação desde 2001 através da Operação Curriculum, operação legitimada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas cujo objetivo era garantir a segurança e o retorno dos exilados políticos ao Burundi (SANDF, 2013). Contudo, foi durante a participação na AMIB, através do envio de soldados, 1.500 no total (SOUTHALL, 2006) - que foram superiores aos moçambicanos e aos etíopes enviados para esta missão -, e pela intensa participação da administração Mbeki na busca em fazer com que o CNDD-FDN e o PALIPEHUTU- FNL aceitassem o cessar-fogo - objetivo parcialmente conquistado, visto que o segundo grupo manteve-se pautado na luta armada (MURITI, 2008) -, que Pretoria demonstrou ser um eficaz mediador entre as partes (MITI, 2012).[187]

De modo geral, o sucesso alcançado pela administração Mbeki durante a AMIB, voltou a ser vista durante a participação sul-africana na ONUB.[188] De fato, mesmo havendo a diminuição de efetivos sul-africanos no Burundi após esta transição (SANDF, 2013), Pretoria manteve-se como um importante ator neste processo de pacificação, auxiliando a ONUB tanto nas eleições presidenciais ocorridas em 2005, como também na busca em fazer com que o governo e o PALIPEHUTU- FNL realizassem um acordo de cessar-fogo, objetivo completado

[187] Para Miti (2012, p. 30, tradução nossa) "A implementação do Acordo de Arusha no Burundi não teria sido possível sem o empenho continuado do governo sul-africano que não apenas forneceu as tropas para garantir uma transição pacífica (dois batalhões), mas também continuou a arcar com os custos para as negociações de um acordo de cessar-fogo entre o governos e os grupos armados".

[188] Destaca-se aqui, o papel do futuro presidente sul-africano, Jacob Zuma, que esteve envolvido tanto nas negociações entre o governo do Burundi e os grupos insurgentes, como também na busca em tornar aceitável pelo Conselho de Segurança, a transformação da AMIB em uma missão de *peacekeeping* das Nações Unidas, objetivo materializado por meio da Resolução 1545 de 2004, documento que criava a ONUB (SECURITY COUNCIL, 2004).

através do *Comprehensive Ceasefire Agreement* - acordo firmado em 2006 em Dar es Salaam, Tanzânia. (ONUB, 2006a).[189]

Além da atuação sul-africana na crise existente no Burundi, a participação da administração Mbeki foi relevante, na RDC, país que entrava no século XXI imbuído em um cenário de instabilidade, este fruto das duas guerras ocorridas durante a década de 1990 que, direta ou indiretamente, foram impactadas pela ampla participação de outros países africanos (KABEMBA, 2007). De fato, se durante a primeira guerra (1996-1997), Angola, Burundi, Ruanda e Uganda intervieram ao lado da *Alliance des forces democratiques pour la liberation du Congo* (AFDL) de Laurent Kabila na busca em acabar com a administração de Mobutu Sese Seko, que vinha se perpetuando no poder a mais de trinta anos, entre 1965 e 1996, na segunda (1998-1999), o que se viu foi o aumento do número de países participantes, que tiveram, ao lado da a administração Laurent Kabila, Zimbábue, Angola, Namíbia e Chade, e contrários a tal administração, Ruanda, Uganda e Burundi, que apoiavam o *Congolese Rally for Democracy* (RCD) e o *Congolese Liberation Movement* (MLC) (CASTELLANO, 2011, SWART; SOLOMON, 2004).

Embora a segunda guerra tenha chegado ao fim em 1999 através da aceitação dos países beligerantes em cessar-fogo (Acordo de Lusaka) e a Nações Unidas passava a estar presente através da *United Nations Organization Mission in the Democratic Repubic of Congo* (MONUC), o cenário de instabilidade manteve-se durante a primeira década do século XXI, inclusive tropas advindas de Uganda e Ruanda não haviam se retirado e, no ano de 2001 o então presidente Laurent Kabila foi assassinato, sendo substituído pelo seu filho, Joseph Kabila (SWART; SOLOMON, 2004).[190] É neste complexo e instável contexto que a administração Mbeki buscou atuar novamente na RDC, objetivando, através da negociação e do apoio a MONUC, neste caso, por meio de tropas enviadas, garantir a manutenção do dialogo inter-congolês.

---

[189] Um outro importante objetivo alcançado pela ONUB refere-se a desmilitarização da população do Burundi. De acordo com ONUB (2006b, p. 1, tradução nossa), "a ONUB ajudou a desarmar e desmobilizar cerca de 22.000 ex-combatentes, incluindo mais de 3.000 crianças e cerca de 500 mulheres. Perto de 30 mil membros das milícias e em torno de 3.000 agentes adicionais do exército também foram desarmados e assistidos. A recem estabelecida National Commission for Civilian Disarmament encoarregou-se de desenvolver uma estratégia nacional para desarmar os grupos militares e mantem-se fiel a sua iniciativa de destruição de armas em curso, que, até agora, acabou com 2.000 armas de fogo e eliminou mais de 22.000 peças de munição".

[190] Os principais objetivos da MONUC são: "Supervisionar a implementação do Lusaka agreement (1999); Monitorar o cessar-fogo entre as forças estrangeiras e congoleses; Intermediação nos armisticios locais; Desarmar e repatriar milhares de combatentes armados estrangeiros; Criar um ambiente propício para o diálogo nacional (Sun City); Ajudar na transição para o regime democrático; Facilitar as primeiras eleições democráticas em 40 anos (2006); Ajudar o governo a desmantelar os grupos armados restantes no Kivu e Ituri; Apoiar a reconciliação regional" (MONUC, 2009, p. 3, tradução nossa).

Como analisado no capítulo anterior, desde a Era Mandela a África do Sul vinha atuando neste processo de pacificação da RDC e, dentro desta busca, um dos principais meios para tal fim se dava através de negociações pacificas como visto durante o acordo firmado entre Laurent Kabila e Mobuto no que se refere tanto a transição de poder como a garantia de segurança ao antigo líder congolês em sua retirada para o exílio (KABEMBA, 2007). Tal característica foi mantida durante a administração Mbeki, que, primeiramente, através do *Pretoria Accord* (2002), buscou forjar entre Ruanda e a RDC, um acordo de retirada das tropas ruandesas do território congolês. Junto ao *Luanda Accord* (2002), este firmado entre Angola e Uganda cujo objetivo era a retirada das tropas deste país do território congolês, o *Pretoria Accord* (2002) foi importante, pois restringiu ao governo e as milícias armadas congolesas, a possibilidade de um acordo de paz (MITI, 2012).

Além do papel de mediador entre Uganda e RDC, Pretoria também pautou sua atuação no *Sun City National Dialogue* – também conhecido como *Pretoria Agreement* (2002) – através do apoio e a criação, em 2003, de um governo de transição neste país. Tal realização foi importante para o processo eleitoral de 2005, este assegurado pela participação tanto da África do Sul como também da MONUC, em que Joseph Kabila foi eleito como presidente (MITI, 2012).[191] Em linhas gerais, ainda que a RDC se encontre imbuída em um o cenário de instabilidade, mantendo-se dependente do apoio da MONUC para combater os grupos insurgentes no país (MONUC, 2009), é possível encontrarmos certas semelhanças entre o modo como Pretoria atuou na criação dos acordos acima indicados e na manutenção do dialogo inter-congolês - ambos importantes para a democratização do país -, e a estratégia adotada por Pretoria no Burundi.

De fato, tanto nas negociações entre o governo, o CNDD-FDN e o PALIPEHUTU-FNL, no Burundi, como no *Pretoria Accord* (2002) e no *Sun City National Dialogue*, na RDC, a África do Sul buscou trazer para as negociações as partes conflitantes, atuando como mediador. Além disso, esta mesma estratégia utilizada em ambos os países, nos remete a *quiet diplomacy*, que já havia sido utilizada durante a administração Mandela (1994-1999), que se tornou notória quando empregada nos anos iniciais da administração Mbeki (1999-2008)

[191] Discutindo acerca disso, Kabemba (2007, p. 537, tradução nossa) expõe que, "O presidente Mbeki, desde então, tem sido onipresente em toda a transição, atuando na RDC em tempos em que a paz foi ameaçada e participando em todos os eventos importantes. Ele esteve presente na adopção da Constituição da Terceira República pelo Parlamento de transição em maio de 2005 e na promulgação da mesma Constituição pelo presidente Joseph Kabila em 18 de Fevereiro de 2006. Em muitas outras ocasiões, ele tem equipes despachadas constituída por funcionários do governo e membros de seu gabinete para a RDC no intuito de avaliar a situação e acompanhar o progresso".

durante a crise zimbabuana, e demonstrava se tornar cada vez mais empregada pela África do Sul em resoluções de conflitos existentes no continente.

Em suma, ainda que amplamente criticada pelas potências ocidentais, a adoção da *quiet diplomacy* mostrava ser eficaz para a África do Sul uma vez que levava o país a estar cada vez mais presente no continente, demonstrando seu interesse em tornar a África estável e pacífica e, consequentemente, garantindo a possibilidade de Pretoria em romper com a imagem de um país ocidental encravado na África. Logo, junto com a atuação sul-africana na NEPAD e na UA, tal estratégia se tornou durante a administração Mbeki (1999-2008) em um importante instrumento para a continuidade da Agenda Africana.

4.7 Conclusão do Capítulo

Após constantes divergências existentes no ANC e com a vitória de Jacob Zuma para o cargo de presidente deste partido - conquista que lhe garantia a possibilidade em disputar as próximas eleições presidenciais -, Mbeki renunciou a presidência da África do Sul. Em seu discurso final, expondo acerca da relação entre o país e o continente africano, o segundo presidente da era pós-*apartheid* indicou dois motivos pelos quais a África do Sul deveria se integrar ao continente.[192] O primeiro refere-se a "obrigação em contribuir para o renascimento do continente africano" (não paginado, tradução nossa).[193] De fato, durante os quase dez anos em que esteve a frente da presidência sul-africana, Mbeki objetivou tanto a difusão dos valores estimados pelo *African Renaissance* - como o respeito aos direitos humanos, a democracia, o neoliberalismo e todos os seus condicionantes, entre outros pontos característicos do mundo pós-Guerra Fria que foram englobados por tal renascimento - como também o convencimento dos países africanos em adotarem-lhes.

De modo geral, para alcançar tal fim, a estratégia utilizada pela África do Sul esteve pautada na interação entre universalismo, multilateralismo e parcerias estratégicas. Conforme

[192] Discutindo acerca deste episódio, Pereira e Visentini (2010, p. 73), expõem que: "Assim, o CNA [ANC] viveu tensões internas, com grupos que não concordavam com as diretrizes liberais seguidas por Mbeki na condução da economia. A partir daí, começaram a surgir divergências entre o presidente e o vice-presidente Jacob Zuma, que possuía o apoio dos aliados de esquerda do CNA (os comunistas e a central sindical Cosatu). Após acusações de corrupção por envolvimento no acordo de armas, Zuma foi demitido por Mbeki em 2005 e enfrentou um processo judicial. A partir disso, começou a crescer a oposição a sua liderança. Não tardaram a surgir declarações de que o processo teria sido motivado por aliados de Mbeki e pela mídia, o que o levou a ser arquivado. Em 2006, Zuma retomou os planos de se tornar o próximo presidente da África do Sul. A tensão entre ambos cresceu até 2007, quando Mbeki foi derrotado na eleição para a presidência do Congresso Nacional Africano por Jacob Zuma. Já em setembro de 2008, Mbeki renunciou ao cargo de presidente do país por pressões partidárias, o que levou onze ministros a o seguirem".

[193] Do original em Inglês.

a análise desenvolvida neste capítulo, a possibilidade em se aproximar de países africanos que seguiam caminhos opostos a Pretoria - mas que eram politicamente e/ou historicamente relevantes -, garantida pela universalidade na política externa desenvolvida pela administração Mbeki, somada a valorização do multilateralismo, cuja proposta era demonstrar o caráter não-hegemônico e nem imperativo das "soluções" sul-africanas para a África, favoreceram o fortalecimento e a criação de parcerias estratégicas necessárias para a construção de meios que garantissem a renovação do continente. Exemplo disso pode ser visto na aproximação com a Nigéria e a Argélia, países importantes para o predomínio do *Pan-continentalism* na transição da OUA para UA, e para a criação da NEPAD.

Com relação ao segundo motivo pelo qual Pretoria deveria ser mais atuante no continente africano, Mbeki expõe que os sul-africanos "compartilham do mesmo destino do continente" (não paginado, tradução nossa).[194] De modo geral, este destino comum nos remete a duas características de sua administração. A primeira diz respeito à atuação sul-africana voltada ao rompimento com o subdesenvolvimento, a erradicação da pobreza, a retirada da África de sua condição marginal em um mundo cada vez mais globalizado, enfim, ao papel que Pretoria teria nestes e em outros desafios existentes na África. Nesse sentido, a interação entre o *African Renaissance* e suas duas principais expressões, no caso a UA e a NEPAD, tornavam-se fundamentais visto que os valores encontrados neste renascimento eram considerados por Pretoria como fundamentais para a erradicação dos flagelos africanos, logo, tanto a UA quando a NEPAD, possuíam papéis de destaque na busca em fazer com que os países se adequassem a estes condicionantes.

Enquanto a primeira característica refere-se à preocupação sul-africana em atuar nos desafios existentes no continente, o segundo ponto deste destino comum indicado por Mbeki diz respeito à busca da África do Sul em liquidar com um dos principais obstáculos a sua inserção na África, no caso, a imagem construída durante a vigência do *apartheid* de país pró-ocidente. De fato, como analisado no capítulo anterior, um dos principais motivos que dificultaram a inserção sul-africana no continente durante a administração Mandela (1994-1999) esteve relacionado a tal imagem, que se fortaleceu através do clamor sul-africano por sanções a Nigéria, pela relação conflituosa com o Zimbábue e pela desconfiança por parte de alguns países com relação aos interesses de Pretoria em sua participação na intervenção militar no Lesoto.

[194] Do original em Inglês.

De modo geral, ao acompanharmos o período em que esteve à frente da presidência sul-africana, é possível indicar que a busca em romper com esta imagem encontrou no multilateralismo e na *quiet diplomacy* dois importantes meios. Reflexo disso pode ser encontrado no Burundi, na RDC, e, destacadamente, no Zimbábue. De fato, em nenhum dos países acima indicados a presença sul-africana ocorreu de forma unilateral, inclusive, nos dois primeiros países, onde a África do Sul atuou por meio de intervenção militar, tal participação contou com o apoio de outros países africanos e foi legitimada pela UA. Com relação ao Zimbábue, a negativa em aderir a qualquer forma de sanção ou isolamento proposto pelas potências ocidentais ao governo Mugabe e a atuação no cenário internacional voltada ao fim destas, foram característicos da era Mbeki. Em suma, se por um lado com tal estratégia a segunda administração pós-*apartheid* demonstrou seu interesse na pacificação do continente, por outro, sua eficácia manteve Pretoria distante de algum cenário propício ao isolamento.

De certo modo, além de serem razões pelas quais a África do Sul deveria buscar a inserção no continente africano, os dois motivos indicados por Mbeki também podem ser interpretados como os pilares em que a inserção sul-africana encontra-se estruturada. Em linhas gerais, o equilíbrio entre a crença de que o país deve ser atuante na transformação do continente e a necessidade em tornar a África do Sul e seus interesses aceitos por parte dos países africanos, pode ser considerado como um dos principais desafios ao aprofundamento das relações entre Pretoria e a África e, como visto ao longo deste capítulo, pode-se compreender que a busca pela harmonia de ambos se tornou em um dos principais objetivos da Era Mbeki.

Um possível exemplo deste equilíbrio pode ser encontrado na Agenda Africana. De fato, a transição da OUA para UA e a criação da NEPAD como expressões e meios difusores do *African Renaissance*, somados a uma proposta de atuação pautada na negação a hegemonia e ao confronto, foram importantes para o aprofundamento das relações entre a África do Sul e a África e, consequentemente, garantiu a este país a intensificação em seu processo de inserção no continente, tanto economicamente - como visto pelo aumento do número de investimentos sul-africanos direcionados a diversos países africanos - como também politicamente - este representado pela participação de Pretoria em diversos acordos e missões de paz desenvolvidas pela UA. Nesse sentido, diferentemente do período Mandela (1994-1999), cuja busca em tornar-se cada vez mais presente no continente encontrou na dificuldade em alcançar tal equilíbrio um dos principais obstáculos, a análise deste capítulo nos leva a crer que o aumento da presença sul-africana consubstanciada através da Agenda Africana,

indica que durante a administração Mbeki, em certa medida, Pretoria havia alcançado tal harmonia.

Em suma, diferentemente do período em que o NP esteve à frente da administração sul-africana, quando a defesa do *apartheid* trazia como características a visão pró-ocidente e o uso da coerção como meio de adaptar os países vizinhos as necessidades do então regime, a administração Mbeki (1999-2008) seguiu caminho diametralmente oposto, pautando os interesses da África do Sul na busca pela cooperação, na valorização do multilateralismo e no interesse na pacificação e no desenvolvimento da África. Por tais escolhas, enquanto a interação entre a África do Sul e a África durante o regime do *apartheid* gerava a desestabilização do continente, principalmente da região sul, o modo de atuar adotado pela segunda administração do ANC rompia com tal condição, isentando a inserção sul-africana de seu caráter desestabilizador.

5 A ADMINISTRAÇÃO ZUMA (2009-): A ÁFRICA NO TOPO DA AGENDA

Passado quase sete meses após a renúncia de Mbeki – período este em que o país foi governado por Kgalema Motlanthe (2008-2009) - Jacob Zuma iniciou sua administração, tornando-se o atual membro do ANC a assumir a presidência da África do Sul.[195] De modo geral, é possível indicar que sua entrada foi marcada por grandes expectativas acerca de seu governo, tanto no âmbito interno como no externo ao país, uma vez que trazia na base de apoio grupos contrários "as diretrizes liberais seguidas por Mbeki" (Pereira & Visentini, 2010, p.73) no caso, o *Congress of South African Trade Unions* (COSATU), do *South African Communist Party* (SACP), e da *ANC Youth League* (ANCYL) - grupo este que trazia em seu discurso o abandono do livre-mercado e a nacionalização de bancos e indústrias mineradoras (HUGHES, 2011).

Referente ao plano interno esperava-se desta nova administração atuação voltada ao rompimento com o desemprego, em garantir o acesso e melhorar as condições de saúde e educação para grande parcela da população, enfim, em encontrar soluções a desafios que, em certa medida, não foram resolvidos pelas administrações anteriores. De fato, desde a administração Mandela (1994-1999) a atuação de Pretoria vem buscando liquidar com as conseqüências socioeconômicas herdadas do *apartheid.* Reflexo disso pode ser encontrado no *Employment Equity Act* de 1998 e no *Broad Black Economic Empowerment Act* (BEE) de 2003 que, em síntese, trazem como finalidade romper com o preconceito e garantir a população negra acesso ao mercado de trabalho.[196] No entanto, se por um lado criavam-se leis voltadas à correção dos transtornos gerados pelo regime racista, por outro, as soluções propostas pelas duas administrações anteriores caminhava lado a lado com as propostas neoliberais vigentes no pós Guerra Fria. Exemplo disso pode ser encontrado no *Growth, Employement and Redistribution* (GEAR), programa desenvolvido durante a administração

[195] A proposta desta dissertação tem como objetivo analisar as administrações Mandela, Mbeki e Zuma, uma vez que o período em que esteve a frente da presidência sul-africana Kgalema Motlanthe (2008-2009) manteve-se fiel as políticas adotadas pelo governo Mbeki (1999-2008). Segundo Landsberg (2012b, p. 8), o apoio as RECs, a manutenção da África como prioridade para Pretoria, foram duas das diversas características que, "Em suma, a mudança de Mbeki para Motlanthe foi marcada pela continuidade, e não pela mudança".

[196] O BEE (2003, p. 5-6, tradução nossa) traz como objetivos "facilitar o Black Economic Empowerment via - (a) promoção da transformação econômica a fim de permitir uma maior participação da população negra na economia; (b) a realização de uma alteração substancial na composição racial das estruturas de propriedade e de gestão, e nas profissões qualificadas das novas empresas; [...] (d) elevação do grau de que as mulheres negras possuim no que se refere à gestão das novas empresas, e aumentar o seu acesso às atividades econômicas, de infraestrutura e treinamento; (e) promoção de programas de investimento que levem à maior e significativa participação da população negra na economia, a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável e a prosperidade geral; (f) capacitação das comunidades rurais e locais, permitindo o acesso às actividades econômicas, a terra, a infraestrutura, a propriedade [...]".

Mandela que, em linhas gerais, buscava adequar o país a recepção de Investimentos Externos Direto, atrelando o desenvolvimento à diminuição da participação do Estado na economia (ROUSSOUW, 2006).

Embora a África do Sul seja um dos países africanos que mais recebe esse tipo de investimento (OECD, 2010), em verdade, a adaptação ao neoliberalismo não trouxe os resultados esperados. Exemplo disso pode ser encontrado no discurso de inauguração de seu mandato como presidente sul-africano, realizado na cidade de Pretoria, em 2009a, quando Zuma expõe acerca dos flagelos pelos quais a África do Sul vem passando. Segundo o presidente,[197]

> Por enquanto há sul-africanos que morrem de doenças evitáveis; Por enquanto há trabalhadores que lutam para alimentar suas famílias; Por enquanto existem comunidades sem água potável, abrigo decente ou saneamento adequado; Por enquanto há habitantes rurais que são incapazes de obterem uma vida decente da terra em que vivem; Por enquanto há mulheres que são submetidas a discriminação, exploração ou abuso; Por enquanto há crianças que não têm os meios nem a oportunidade para receber uma educação decente; Por enquanto há pessoas que são incapazes de encontrar trabalho; não vamos descansar e não ousaremos vacilar (ZUMA, 2009, não paginado, tradução nossa).

Em certa medida, pode-se indicar que sua administração vem priorizando a busca de soluções para tais transtornos, exemplo disso pode ser encontrado em discurso realizado no 4º encontro do IBAS, ocorrido em Brasília, em 2010a, onde Zuma indicou que seu governo vem atuando em cinco áreas, "nomeadamente educação e capacitação, saúde, desenvolvimento rural e reforma agrária, combater o crime organizado e criar postos de trabalho" (não paginado, tradução nossa).[198]

Referente ao cenário externo, as expectativas giravam em torno da política externa que passaria a nortear as ações de Pretoria na África. De fato, Zuma assumia a presidência de um país que desde a era Mandela (1994-1999) havia priorizado o continente africano e, durante a administração Mbeki (1999-2008), principalmente através da Agenda Africana, havia se tornado cada vez mais inserido no continente. Nesse sentido, questionava-se se o governo que se iniciava daria continuidade a esta política, priorizando o continente africano e mantendo a atuação da África do Sul voltada à renovação da África, ou seguiria caminho diferente?

Pautando-se nas semelhanças e diferenças entre as administrações anteriores e a atual no que se refere a política externa voltada ao continente africano, buscaremos responder este questionamento indicando que, mesmo havendo continuidade na política externa que vem

[197] Do original em Inglês.
[198] Do original em Inglês.

sendo desenvolvida, visto que Pretoria mantêm-se fiel a resolução dos desafios africanos e a manutenção da Agenda Africana, é possível encontrarmos certa tendência por parte da administração Zuma em intensificar os laços econômicos com diversos países africanos.

5.1 A política externa sul-africana na administração Zuma: Continuidade ou Ruptura?

A vitória conquistada por Zuma durante a 52ª Conferência Nacional do ANC ocorrida em 2007, na cidade de Polokwane, África do Sul, levava a crer que o futuro presidente sul-africano adotaria possíveis mudanças na administração da África do Sul, inclusive nos rumos da política externa (LANDSBERG, 2012b). Inicialmente, a possibilidade de ocorrer grandes alterações na política externa sul-africana ganhou força com a transformação do então *Department of Foreign Affairs* (DFA) em *Department of International Relations and Cooperation* (DIRCO). Para Landsberg (2010), esta transição trazia dois objetivos. No plano interno, sua finalidade encontra-se relacionada no convencimento da sociedade civil da importância da política externa para a África do Sul. Já no âmbito internacional, objetivava demonstrar aos países africanos que a África do Sul manter-se-ia fiel ao caráter não hegemônico de sua atuação no continente.

De modo geral, ao analisarmos a política externa que vem sendo adotada pela administração Zuma, é possível indicarmos a existência de alguns pontos que nortearam a atuação sul-africana ao longo das administrações Mandela e Mbeki e que continuam presentes no governo atual. O primeiro a ser destacado refere-se à prioridade dada ao continente africano (LANDSBERG, 2012b, 2012c, SPIES, 2010). Exemplo desta manutenção pode ser encontrado no discurso *State of the Nation* realizado pelo presidente no Parlamento sul-africano, na cidade de Cape Town, África do Sul, em 2009b, onde Zuma relata acerca da relação entre Pretoria e o continente. Em suas palavras,[199]

> O principal objetivo do governo no médio prazo é garantir que nossas relações externas contribuam para a criação de um ambiente propício ao crescimento e desenvolvimento econômico sustentável. Para isso, vamos continuar a priorizar o continente africano, através do reforço da União Africana e suas estruturas, e dar atenção especial à implementação da New Partnership for Africa's Development (não paginado, tradução nossa).

[199] Do original em Inglês.

A afirmação de que "o desenvolvimento da África do Sul não pode ser dissociado do continente africano" (ZUMA, 2010b, não paginado, tradução nossa),[200] e da busca em manter Pretoria atuante na renovação do continente através da valorização da UA, e da NEPAD, indicam outros dois pontos que se encontram relacionados à priorização do continente africano e simbolizam a continuidade entre as administrações Mbeki e Zuma. O primeiro refere-se a relação entre a valorização do multilateralismo e o caráter não hegemônico no modo de atuar (LANDSBERG, 2012c). Em certa medida, a busca em fortalecer a principal organização existente no continente, e em dar continuidade ao programa de desenvolvimento em destaque são dois exemplos que refletem o caráter não impositivo das propostas sul-africanas para o continente.[201]

De modo geral, a relação entre multilateralismo e caráter não hegemônico no nodo de atuar, encontram-se em consonância com outros dois pontos que representam a continuidade na política externa sul-africana. O primeiro diz respeito à tentativa sul-africana em não entrar em atrito com países que, seja por motivos históricos, seja por motivos políticos, são atores relevantes no contexto africano. Exemplo disso pode ser encontrado no não questionamento das eleições gerais ocorridas no Zimbábue, as quais foram marcadas pela vitória de Robert Mugabe, e pelas críticas por parte das potências ocidentais e do *Movement for Democratic Change* (MDC) de Morgan Tsvangirai (EX-PRESIDENTE..., 2013) este que, desde a criação do chamado *Global Political Agreement* (GPA) - acordo formado em 2008 cuja participação de Mbeki foi importante (MITI, 2012) – fazia parte do Governo de Unidade Nacional surgido no Zimbábue.

Já o segundo ponto refere-se à construção de parcerias estratégicas. De fato, como visto durante a administração Mbeki, parcerias com importantes atores continentais - Nigéria e Argélia - foram importantes para a inserção sul-africana no continente (DE WALL, 2002, LANDSBERG, 2007). Nesse sentido, é possível indicarmos não apenas a continuidade neste objetivo, mas também na busca em ampliar tais parcerias. Reflexo disso pode ser encontrado na aproximação de Pretoria com países como Namíbia, Angola, Tanzânia, Senegal e Egito.[202]

---

[200] Do original em Inglês.

[201] Expondo acerca da relação entre Pretoria e União Africana, Landsberg (2010, p. 280, tradução nossa) indica que "a estratégia na política externa do governo Zuma continuar a enfatizar o fortalecimento da União Africana e das suas instituições como uma parte essencial para o fortalecimento da unidade e do desenvolvimento de África. O governo prometeu continuar a contribuir para o funcionamento dos órgãos da UA, ou seja, as instituições financeiras, como o African Central Bank, o African Monetary Fund e o African Investment Bank, a African Court of Justice, e a African Court of Human and People's Rights".

[202] Referindo-se ao Senegal, em discurso realizado neste país em 2013a, Zuma expõe que "a África do Sul e o Senegal continuam a desempenhar um papel importante na promoção da paz e estabilidade através da participação em operações de paz e de pacificação em nossas respectivas regiões. Nossos dois países também

Inclusive, referindo-se a este último, Zuma deixa claro que o "Egito é um parceiro estratégico para a África do Sul por muitos aspectos, tanto pela familiaridade com a União Africana como também pela atuação voltada à promoção das relações afro-arabes." (ZUMA, 2010c, não paginado).

Se por um lado o multilateralismo e a atuação não hegemônica são garantias para a ampliação das parcerias estratégicas com diversos países africanos, por outro, tais parcerias são relevantes para um terceiro ponto que representa a continuidade na política externa, no caso, a Agenda Africana. Em linhas gerais, Zuma assumiu um país que entrava na segunda década do século XXI mantendo relações diplomáticas com 47 países africanos (LANDSBERG, 2012b), e em um intenso processo de inserção política e econômica no continente. Em síntese, tais acontecimentos não apenas representam um cenário favorável à presença sul-africana, mas também são fatores que, direta ou indiretamente, foram conseqüências desta política. Logo, seria pouco provável a não continuidade desta agenda, inclusive, como afirmado por Zuma em discurso realizado no *Sandton Convention Centre*, Johannesburg, em 2012a, "nossa visão é de que a Agenda Africana torna-se cada vez mais prioritária em nossa política externa, isso é um indicativo do valor que nos damos à prosperidade do continente" (não paginado, tradução nossa).[203]

Todavia, ao analisarmos a sua administração, é possível indicar que tal prioridade não apenas encontra-se relacionada a busca por parte de Pretoria em ser atuante na transformação do continente, uma vez que a Agenda Africana mantêm-se pautada nas interações paz/estabilidade e democracia/*good governance* como fundamentais para o rompimento com o subdesenvolvimento existente na África (ZUMA, 2009c). Em verdade, sua relevância passou a ser enquadrada na proposta da administração atual em dinamizar as relações econômicas entre a África do Sul e a África, fortalecendo, assim, a chamada diplomacia econômica. Discutindo acerca desta, Hughes (2011, p. 8, tradução nossa) indica que[204]

> Diplomacia econômica é vista como a elaboração de políticas e estratégias departamentais que facilitam a realização dos objetivos estratégicos do país na África e no mundo. Estes incluem, por exemplo, a promoção de estratégias de integração regional; o profundo engajamento com os projetos da New Partnership for Africa's Development (NEPAD); o avanço nas negociações comerciais, tais como nos Acordos de Parceria Econômica e da Organização Mundial do Comércio (Rodada de Doha), na gestão da Southern African Customs Union e no exito em sua reforma, e na união voltada a criação de um acordo de livre comercio africano.

---

compartilham fortes tradições democráticas e continuará a cooperar na promoção da democracia, da boa governança e dos direitos humanos no nosso continente e no mundo em geral".

[203] Do original em Inglês.

[204] Do original em Inglês.

De fato, embora desde a administração Mbeki a diplomacia econômica já vinha ganhando espaço na política externa sul-africana (Hughes, 2011), é na atual administração do ANC que ela vem se tornando cada vez mais relevante. Exemplo disso pode ser encontrado em dois projetos que a administração Zuma vem se pautando, no caso, estes voltados a constituição de zonas de livre comércio. O primeiro refere-se à consolidação do SADC *Free Trade Area* (SADC-FTA), este que foi lançado ainda durante a administração Mbeki, em 2008, e que busca, entre outros objetivos, "[...] grandes oportunidade de negócios; dinamização nas importações e exportações*;* acesso a insumos e bens de consumos mais baratos; maiores oportunidades de trabalho; aumento do número de investimentos externos diretos e de joint ventures […]" (SADC, 2013, não paginado, tradução nossa).[205]

Já o segundo projeto refere-se à construção de uma zona de livre comércio baseada na integração entre a SADC, a *East African Community* (EAC), e a *Common Market for Eastern and Southern Africa* (COMESA). Em linhas gerais, a partir de investimentos em estradas que ligam o Cairo (Egito) a *Cape Town* (África do Sul), este projeto busca dinamizar o comércio entre os países pertencentes a estes blocos econômicos sub-regionais. De fato, como em discurso intitulado de *Africa is rising*, realizado em 2013, "para 2015 nos experamos estabelecer uma area de livre comércio entre estes países, juntando o mercado de 26 países, cuja população chega a 600 milhões de habitantes e o PIB a US$ 1 trilhão"[206] (ZUMA, 2013b, não paginado, tradução nossa).[207]

Para a realização destes projetos, a administração Zuma vem trabalhando em duas iniciativas que, em síntese, tornam-se importantes para a viabilidade dos dois projetos anteriormente indicados, no caso o *Presidential Infrastructure Champion Initiative* (PICI), e o *Programme for Infrastructure Development in Africa* (PIDA). De modo geral, ambos são voltados à infraestrutura continental, entretanto, enquanto o PICI se destaca por focar-se na

[205] Do original em Inglês.
[206] Do original em Inglês.
[207] Como indicado por Zuma em discurso realizado no Egito, 2010c, "O Acordo de Livre Comércio da SADC, lançada em agosto de 2008, é constituido por 170 milhões de pessoas, no valor de 360.000 milhões dolares. [...] Por outro lado, a Área de Livre Comércio que abrangente a COMESA, a East African Community e a SADC - literalmente do Cabo ao Cairo - oferece um mercado de setecentos milhões de consumidores" (não paginado, tradução nossa). E, neste mesmo discurso, expondo especificamente a integração entre a SADC, a COMESA e a EAC, "A África do Sul oferece um elevado padrão no setor ferroviário e na infraestrutura rodoviária. Vindo do Sul, acreditamos que o Corredor Norte-Sul - envolvendo a SADC, COMESA e da East African Community - constitui uma boa base para a criação do transporte ferroviário e rodoviário continental. Este corredor é destinado a facilitação do comércio e a interconexão física, incluindo o desenvolvimento dos transportes e energia, infraestrutura e projetos de atividade econômica na mineração, na agricultura e no turismo, que irão apoiar a infraestrutura em uma base sustentável para o benefício dos países envolvidos e as três sub-regiões" (não paginado, tradução nossa).

construção da rodovia que ligará o Niger a Argélia (trans-Sahara), no gasoduto entre Nigéria e Argélia, na rodovia que melhorará a ligação entre o Norte e o Sul da África do Sul, dentre outros projetos (PICI, 2011), o PIDA volta-se a construção do corredor Cairo-Cape Town -, em criar meios que garantam o fim do déficit energético existente no continente, na criação de uma rede de fibra óticas que englobe quase todo o território africano, entre outras metas que se tornam importantes para a manutenção do crescimento africano (PIDA, 2012).[208]

Junto aos dois projetos voltados a zonas de livre-comércio, outra característica da administração Zuma que também pode ser enquadrada nesta diplomacia econômica refere-se a criação ou manutenção de acordos bilaterais no âmbito econômico. Exemplo disso pode ser encontrado nos chamados *Business Forums*, que, formados com diversos países africanos, tais como Angola, Nigéria, Senegal, Tanzânia, Namíbia e Zâmbia, vem se tornando um importante meio para a inserção econômica da África do Sul no continente.

Em suma, é possível indicar duas características da política externa que vem sendo desenvolvida pela administração Zuma. A primeira refere-se à busca em garantir aceitação dos países africanos das propostas sul-africanas voltadas a transformação da África. Reflexo deste objetivo pode ser encontrado no modo de atuar escolhido pelo governo atual, que, em linhas gerais, dá continuidade ao adotado por Mbeki, pois se mantêm pautado na valorização do multilateralismo, no caráter não impositivo destas propostas, na busca pela pacificação do continente, seja através do apoio a missões de *peacekeeping* e *peacemaking*, como visto na Costa do Marfim e, mais recentemente, na República Centro Africana; seja por meio do auxílio à reconstrução de países pós-conflito, tais como a República Democrática do Congo, o Sudão, o Burundi, entre outros (LANDSBERG, 2010, 2012b, 2012c).[209]

Se por um lado esta primeira característica indica a continuidade na política externa voltada ao continente, por outro, a segunda característica encontrada na administração Zuma

---

[208] Segundo o PIDA (2012, p. 1-2, tradução nossa), "É nitidamente evidente a necessidade africana de infraestrutura: a demanda de energia vai aumentar de 590 terawatts-hora (TWh) em 2010, para mais de 3.100 TWh em 2040, correspondendo a uma taxa média de crescimento anual de cerca de 6%. Para manter o ritmo, a capacidade de geração de energia instalada deve subir dos níveis atuais de 125 gigawatts (GW; comparáveis com o Reino Unido) a quase 700 GW em 2040. [...] Os volumes de transporte vai aumentar 6-8 vezes, com destaque para aumento de até 14 vezes para alguns países sem acesso ao mar. O rendimento dos Portos aumentaram de 265 milhões de toneladas em 2009, para mais de 2 bilhões de toneladas em 2040. [...] A necessidade de água vai imactar, ecologicamente, algumas bacias hidrográficas - inclusive a do Nilo, Níger, Orange e as bacias do Volta. [...] A tecnologia de informação e comunicações (TIC) demandará um aumento em em 20 vezes antes de 2020, da banda larga existente no continente. A demanda de cerca de 300 gigabits por segundo em 2009, chegará a 6.000 gigabits por segundo até 2018".

[209] Compromisso este que pode ser encontrado em discurso realizado no Cairo, Egito, em 2010c, quando Zuma indica que "A busca de uma África estável, pacífica e próspera tem sido a missão dos governos democráticos do ANC desde 1994. Nós continuamos a participar em operações de paz, manutenção da paz e apoiar a reconstrução pós-conflito nos países afetados do continente" (não paginado, tradução nossa).

diz respeito à tendência em consolidar a chamada diplomacia econômica através de acordos bilaterais e/ou pelo incentivo a criação de zonas de livre-mercado. A constatação disto pode ser encontrada na busca em fortalecer os laços com Angola, país que vem se tornando cada vez mais importante para Pretoria.

5.2 Do Distanciamento a Aproximação: África do Sul, Angola e a diplomacia econômica

Discutindo acerca da Guerra Fria, Kennedy (1989) compreende este período através de três características. As duas primeiras referem-se, respectivamente, a divisão da Europa entre países socialistas e capitalistas e a corrida armamentista realizada entre Estados Unidos e União Soviética. Por fim, a terceira característica indicada pelo autor diz respeito à deflagração desta disputa em diversas partes do mundo, logo, qualquer guerra civil ou processo de independência se tornava parte ou era enquadrado dentro do confronto capitalismo/socialismo. De modo geral, se buscássemos encontrar um exemplo africano que ilustra esta última característica, seria pouco provável não indicarmos o processo de independência de Angola.

Colônia de Portugal desde o século XV, Angola chegava à segunda metade do século XX em um cenário marcado pelo declínio português e pela ascensão de dois tipos de movimentos. O primeiro refere-se aqueles de tendência socialista, voltados à independência angolana, tais como o Partido da Luta dos Africanos de Angola (PLUA), o Movimento de Independência de Angola (MIA), o Partido Comunista de Angola (PCA) e o Movimento pela Independência Nacional de Angola (MINA), que, unidos no final da década de 1950, formaram o Movimento Popular de Libertação Nacional (MPLA) (ACOSTA, 2011). Já o segundo grupo, este representado pela Frente de Libertação de Angola (FNLA) e pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), seguia caminho diametralmente oposto à causa do MPLA, visto que, mesmo afirmando serem nacionalistas, em verdade, eram reacionários, contrarrevolucionários e mantinham-se fieis a Portugal (ACOSTA, 2011).[210] Expondo acerca destes movimentos, Visentini (2012, p. 341), indica que

[210] Discutindo acerca disso, Acosta (2011, p. 163, tradução nossa) indica que "a. O MPLA, movimento de alcance nacional, com um caráter anticolonial, antiimperilista, voltado a independência e a soberania, e portador de um projeto de justiça social. Seu maior apoio interno provinha dos setores urbanos e exercia influência (ainda que desigual) sobre diversos grupos etnolinguisticos do país, contando com o respaldo das forças revoluionárias e do campo socialista no âmbito mundial [...] b. Sua oposição contava com uma projeção pró-imperialista e eram subvencionados pelas potências ocidentais"

> Geograficamente, a distribuição dos três movimentos no final da década de 1960, era a seguinte: o MPLA concentrava-se no noroeste do país, na região entre Luanda e Malange e no leste, na fronteira com a Zâmbia [atual República Democrática do Congo], além do norte da região de Cabinda; a FNLA ocupava a região nordeste do país, fronteira com o Zaire, e uma pequena área no leste da região de Luanda, também na fronteira com o Zaire; e a Unita encontrava-se na região centro-leste do país, entre as forças do MPLA e do FNLA a leste, e as forças portuguesas a oeste.

A divergência existente entre o MPLA e o FNLA e UNITA se potencializava com a o auxilio advindo de atores externos, fator este que tornava o processo de independência angolano parte do confronto-símbolo da Guerra Fria, uma vez que, enquanto a postura contrária ao imperialismo português e a luta pela independência garantiu ao MPLA o apoio da União Soviética e de Cuba; o caráter antirrevolucionário e o desejo em combater a ascensão do MPLA, faziam com que o FNLA e a UNITA fossem sustentados pelos Estados Unidos (MALAQUIAS, 2011).

Se por um lado, a independência, ou não, de Angola, se enquadrava na disputa entre Estados Unidos e União Soviética, por outro, tal processo também se tornava relevante para dois países africanos, no caso o Zaire (atual República Democrática do Congo) e, destacadamente, a África do Sul (MALAQUIAS, 2011, VISENTINI, 2012). De fato, enquanto o Zaire apoiava o FNLA e trazia como objetivo englobar o território angolano (ACOSTA, 2011), a África do Sul favorecia a UNITA, objetivando reter a ascensão do socialismo na região sul do continente africano - mantendo-se, assim, fiel a uma das características do regime racista, no caso, a luta contra o socialismo (BRANCO, 2003) – e também eliminar com qualquer ameaça a continuidade do *apartheid*.

Como visto anteriormente, desde que a ascensão do *National Party* em 1948, Angola mantinha-se estratégica para a continuidade deste regime. Exemplo disso pode ser visto durante a administração Verwoerd (1958-1966), quando Pretoria objetivou construir o chamado "*cordon sanitaire*" (DÖPCKE, 1998, PENNA FILHO, 2008), apoiando-se nas elites brancas existentes na Rodésia do Sul (atual Zimbábue), em Moçambique e em Angola (CHANAIWA, 2010).[211] Junto a este caráter racial, a importância de Angola girava em torno

[211] Expondo acerca do elemento branco na sociedade angolana e moçambicana, Chanaiwa (2010, p. 314-315) indica que "A estratégia adotada por Portugal caracterizava-se por reforcar a comunidade europeia estabelecida em Angola e Moçambique. A cada ano, de 4.000 a 7.000 portugueses, em media, instalavam-se nas colônias. De 1940 a 1960, o numero de colonos, em Angola e Moçambique, respectivamente passou de 44.000 para 250.000 e, de 27.000 para 130.000.[...] Angola e Moçambique assemelhavam-se, assim e de mais em mais, as colônias de povoamento implantadas na África do Sul e na Rodésia do Sul. As diferenças com estes países deviam-se a certas insuficiências de ordem histórica: falta de investimentos, administração colonial de fraco desempenho e dependência econômica relativamente aos capitalistas britânicos. Em sua grande maioria, os colonos eram camponeses iletrados ou proletários desempregados, os quais não primavam por qualquer abertura cultural, nem tampouco pela sua tolerância em relação as outras raças. O seu

do intuito sul-africano em liquidar com movimentos sul-africanos contrários ao *apartheid*, no caso, o ANC e o PAC.

Por todos os motivos anteriormente indicados, ainda que o MPLA tenha alcançado a independência de Angola em 1975, tal vitória não representou a pacificação do território angolano, mas sim, levou este recém-independente país a uma das mais longas guerras civis existentes no continente africano (MALAQUIAS, 2011), esta que, por mais de dez anos, teve ampla participação sul-africana, visto que a busca em desestabilizar a administração do MPLA através do envio de tropas e pelo auxilio a UNITA trazia como fim último afastar o *apartheid* de qualquer ameaça a sua existência.[212]

De fato, as aflições sul-africanas foram intensificadas quando, independente, Angola se juntou a Moçambique, Botsuana, Tanzânia e Zâmbia, e formou o chamado Estados de Linha de Frente, grupo de países que passou a apoiar diversos movimentos de libertação, tais como o *Zimbabwe African National Union* (ZANU), o *Zimbabwe African People's Union* (ZAPU), o *South West Africa People's Organization* (SWAPO), e o ANC e o PAC, que, no geral, representavam ameaças aos planos sul-africanos de perpetuação do regime racista.[213] Inclusive, foi em solo angolano que as tropas sul-africanas foram vencidas em 1988 (batalha de Cuito Cuanavale), fato marcante uma vez que não apenas garantiu a continuidade do MPLA, mas também acelerou o processo de independência da Namíbia, e foi importante para o fim do *apartheid*.

Em certa medida, ainda que este jogo de soma zero existente entre Angola e a África do Sul tenha chegado ao fim com o término do *apartheid* e a ascensão do ANC, pode-se indicar que a aproximação destes países vem sendo intensificada durante a administração Zuma. De fato, seja pela duração desta guerra, que chegou ao fim somente em 2002, com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi; seja pela discordância com a proposta sul-africana

---

estabelecimento nas colônias traduziu-se, por conseguinte, em um agravamento do racismo e da exploração da Mao de obra africana".

[212] "Como se observa, o objetivo da UNITA era chegar a um acordo com Portugal e eliminar o MPLA" (ACOSTA, 2011, p. 164, tradução nossa).

[213] De modo geral, "No plano internacional, eles [movimentos de libertação] beneficiavam-se principalmente do apoio diplomático e da ajuda material do Comitê de Libertação da Organização para a Unidade Africana, dos países não alinhados, da URSS e da China, bem como dos países escandinavos, das organizações humanitárias e dos movimentos de solidariedade do mundo ocidental. [...] Por seu lado, os colonos da África do Sul, da Rodeia, de Angola e de Moçambique podiam contar com o apoio diplomático e material dos governos ocidentais, principalmente dos Estados Unidos da América, da Grã-Bretanha, da Franca e da Alemanha Ocidental. Em nível regional, as forcas sul-africanas, rodesianas e portuguesas esbarravam-se mutuamente, unindo os seus esforços no plano da informação e da luta antiguerrilha. Para isolar e jugular o revigoramento dos combatentes pela liberdade, as autoridades portuguesas e rodesianas reagruparam os membros das comunidades africanas, localizadas nas zonas de combate, em campos de concentração, eufemisticamente denominados "povoados protegidos" (CHANAIWA, 2010, p. 319).

de resolução do conflito na República Democrática do Congo, visto que Angola manteve-se favorável ao Zimbábue em fazer com que a SADC intervisse militarmente neste país; e seja pela discordância com a política adotada pela administração Mbeki (LANDSBERG, 2012c), em verdade, o que se via ao longo das duas primeiras administrações do ANC foi o distanciamento entre as partes.

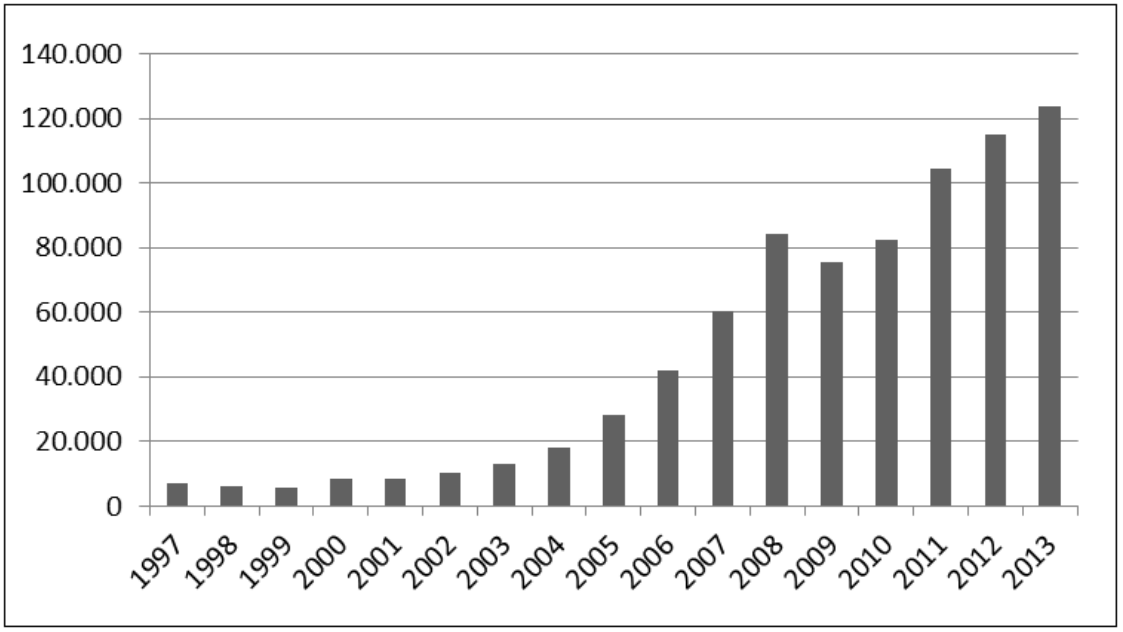
Ao acompanharmos a administração Zuma, percebe-se a busca em estreitar as relações entre estes países, tanto politicamente, mas, preponderantemente, no âmbito econômico. Reflexo disso pode ser encontrado na escolha de Angola como o primeiro país africano a ser visitado pelo presidente sul-africano, cuja delegação contou com a participação de 150 empresários, no caso, o maior número de empresários participantes em uma visita oficial. Este interesse em fortalecer os laços econômicos entre os países pode ser encontrado em seu discurso realizado no *South Africa-Angola Business Forum*, ocorrida em Luanda, Angola, em 2009, quando Zuma indicou que,[214]

> Nossos países e os nossos povos têm uma história nascida na luta. Isto foi um progresso natural importante que agora nós leva ao fortalecimento das nossas relações através da cooperação social, econômica e política. [...] Nós concordamos que ainda não começamos a explorar o enorme potencial que existe para a cooperação econômica. É por isso que eu decidi trazer uma delegação grande de empresários para Angola. [...] Os nossos 150 maiores empresários compõe a maior delegação empresarial já formada pela África do Sul em uma visita oficial. Isso indica a seriedade com que encaramos as nossas relações com o nosso país irmão (não paginado, tradução nossa).

De certo modo, a busca em fortalecer os laços com Angola encontra-se apoiado no impressionante desempenho econômico que este país vem apresentando desde os anos iniciais da primeira década deste século XXI, desempenho este impulsionado, principalmente, pela venda de petróleo. Reflexo dessa dependência pode ser encontrado tanto na composição do PIB, em que o setor industrial participa com 68%, enquanto os setores primários e terciários com 8% e 22% respectivamente, como também no comércio exterior, em que a venda do petróleo corresponde com 99% das exportações angolanas (CUNHA, 2012). Tal dependência desta "economia do petróleo" (CUNHA, 2012, p. 210), pode ser encontrada nos gráficos abaixo:

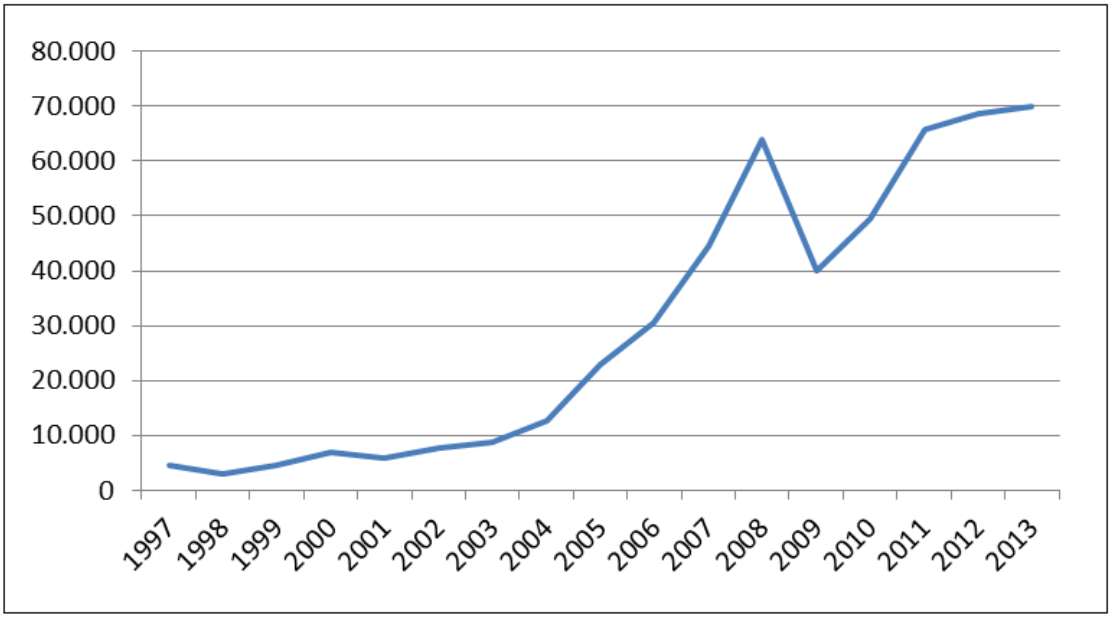
[214] Do original em Inglês.

Figura 5 - Crescimento do PIB, em US$ bilhões*



Fonte: desenvolvimento próprio através de dados advindos do International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Oct. 2012.
*Em moeda corrente; 2011 e 2013 números estimados

Figura 6 - Volume de Petróleo Exportado, US$ bilhões*



Fonte: desenvolvimento próprio através de dados advindos do International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Oct. 2012.
*números estimados de 2010 e de 2013.

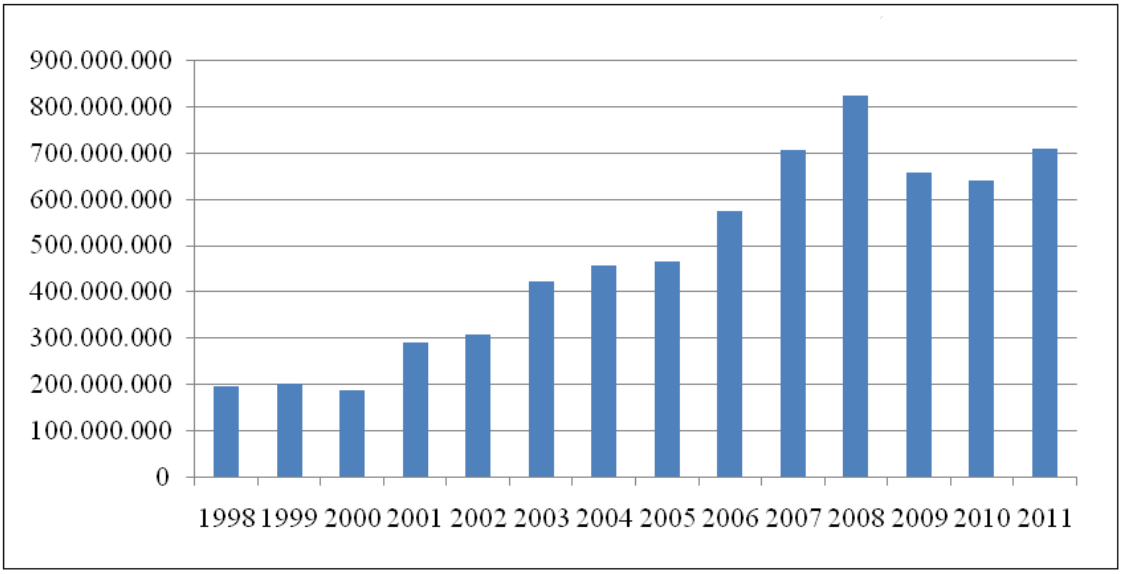
Segundo análise desenvolvida por Cunha (2012), é possível indicarmos que, com a alta do petróleo no mercado internacional, este recurso energético não somente elevou o PIB,

este que se tornou 150% maior se comparado com o ano de 2000, como também sua venda foi importante para a expansão tanto das exportações, que chegou a marca de US$ 64 bilhões em 2008, quanto das importações, que passou de US$ 3 bilhões nos anos 1990, para US$ 41 bilhões nos anos 2000.

Consequentemente, este desempenho econômico vem garantindo a Angola a possibilidade em romper com as sequelas da guerra civil, tais como o crime organizado, a corrupção, o tráfico de drogas e de diamantes, e em criar meios que inativem as cerca de 8 milhões de minas terrestres distribuídas principalmente nas regiões fronteiriças (CEPIK; JORNADA, 2012). Soma-se a isso, a necessidade em melhorar a infraestrutura do país, esta que também foi danificado durante a conflagração angolana (CUNHA, 2012). E é baseado nestes desafios que a administração Zuma vem buscando atuar.[215]

Ao acompanharmos as relações econômicas entre a África do Sul e Angola no pós-*apartheid*, é perceptível o desequilíbrio na balança comercial entre as partes. De fato, enquanto no ano de 1998 as importações sul-africanas contabilizavam US$ 1.772.470 e as exportações eram de US$ 194.987.181, ou seja, o saldo positivo pendia para a África do Sul, no ano de 2011, este comércio passou a favorecer Angola, visto que as importações sul-africanas chegaram ao patamar de US$ 1.615.426.519, enquanto que as exportações contabilizaram US$ 707.537.567 (DTA, 2013). Conforme os gráficos abaixo,

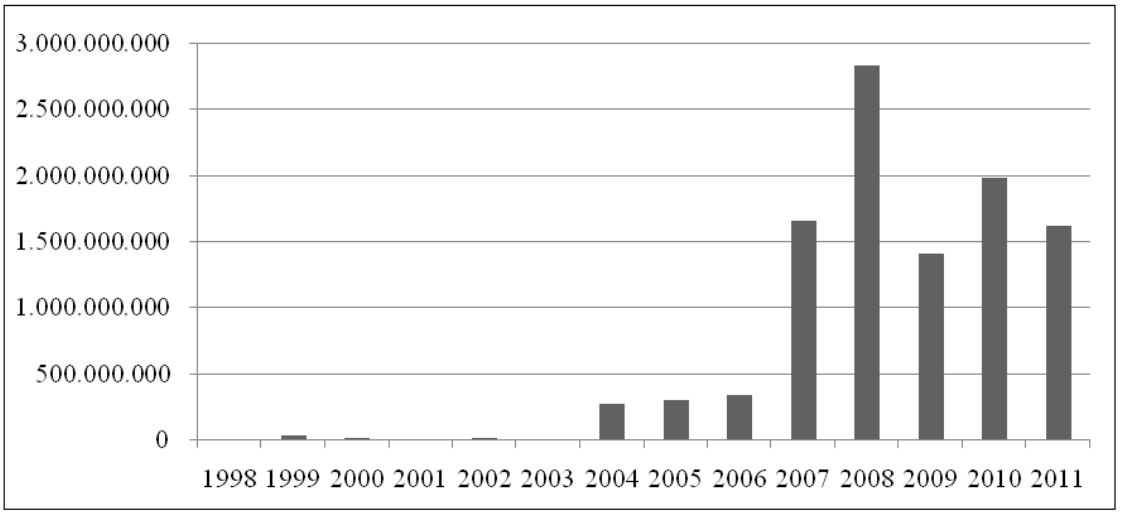
Figura 7 - Exportações da África do Sul, em US$ milhões



Fonte: gráfico de autoria própria realizado a partir de dados advindos do DTI (2013).

[215] Como afirmado por Zuma em seu discurso realizado em Luanda, 2009d, "como a maior economia do continente africano, a África do Sul encontra-se na posição de beneficiar o maior produtor de petróleo da África" (não paginado, tradução nossa).

Figura 8 - Importações da África do Sul, em US$ bilhões



Fonte: gráfico de autoria própria realizado a partir de dados advindos do DTI (2013).

Nesse sentido, enquanto Angola potencializa seu comércio com países compradores de petróleo, com destaque os Estados Unidos e a China (CUNHA, 2012), o interesse de Pretoria é aproveitar desta conjuntura para garantir a atuação das empresas sul-africanas em áreas deficitárias, e, consequentemente, diminuir este saldo comercial desfavorável ao país. Reflexo disso pode ser encontrado no estabelecimento da *Presidential Bi-National Commission* (BNC) e no fortalecimento da Câmara de Comércio África do Sul-Angola, que, no geral, servem para a maior aproximação entre os países, e podem garantir o favorecimento das empresas sul-africanas em atuar nas áreas deficitárias existentes neste país. Exemplo desta busca pode ser encontrado em seu discurso realizado em Luanda, 2009d, quando Zuma indica os ganhos que Angola poderia ter através desta aproximação,[216]

> Um número de empresas sul-africanas já se encontram envolvidas neste setor. Outros setores em que as empresas da África do Sul tem investido são a mineração, habitação, alimenticia e bebidas, hotéis e lazer, bancos [...] O know-how sul-africano em áreas como a agricultura, a tecnologia de informação, são um outro ativo que poderiam ser traduzidos em oportunidades de negócios. [...] Por exemplo, existem oportunidades voltadas as empresas sul-africanas de segurança que podem desempenhar um papel significativo na erradicação de minas terrestres. [...] Além de fornecer um estímulo econômico, isso pode impulsionar a atividade agrícola, visto que a terra seria liberada para sua melhor utilização (não paginado, tradução nossa).

[216] Do original em Inglês.

5.3 Entre a Líbia e as potências ocidentais: o *Responsibility to Protect* e a atuação sul-africana no Conselho de Segurança

No ano de 2001, a *International Commission on Intervention and State Soverignty* (ICISS), comissão *ad hoc* criada em 2000, propôs em relatório intitulado de "*The Responsibility to Protect"* (R2P), que a comunidade internacional tem o direito de intervir em Estados que não conseguem isentar suas populações de guerras civis, de crimes de guerra, de genocídios, de limpeza étnica, entre outras mazelas. Em síntese, este documento tornava as questões humanitárias mais relevantes que a soberania dos Estados.

Se por um lado o R2P proporcionaria a prevenção de episódios como os vistos em Ruanda e em Kosovo durante a década de 1990, por outro, abria precedente para que potências militares instrumentalizassem-no a favor de seus interesses, visto que sua adoção, ou não, seria restrita ao Conselho de Segurança (SCHIMIDT, 2012).[217] Em certa medida, seis anos após a sua aprovação na Assembléia Geral das Nações Unidas ocorrida em 2005, o receio desta instrumentalização tornou-se real, visto que o R2P endossou a intervenção militar na Líbia (SPIES, 2011).

De modo geral, se buscássemos analisar a relação entre a Líbia e as potências ocidentais ao longo da administração Ghadaffi (1969-2012), seria possível indicarmos a existência de três fases distintas nesta interação. Cronologicamente, a primeira refere-se ao período que equivale a queda do então rei líbio Amir Idriss al-Sanusi em 1969 - líder que estava no poder desde a independência da Líbia (1951) e mantinha-se fiel aos Estados Unidos e a Grã-Bretanha – até os anos finais da década de 1990 e iniciais de 2000. Em síntese, tal período pode ser caracterizado pela relação conflitante entre os interesses da Líbia e os desejados pelas potências ocidentais (AHMIDA, 2005, RONEN, 2002).[218]

---

[217] Segundo o documento, "Princípio Básico: a soberania do Estado implica responsabilidade, e a responsabilidade primária de proteção de seu povo encontra-se com o próprio Estado. [...] Quando uma população está sofrendo sérios danos, como resultado de guerras internas, insurgências, repressão ou o fracasso do Estado, e o Estado nesta situação não quer ou não consegue deter ou evitar isto, o princípio da não-intervenção recai sobre a responsabilidade internacional em proteger […]" (ICISS, 2001, p. XI, tradução nossa).

[218] Em um breve resumo acerca da independência da Líbia, Ahmida (2005, p. 76-77, tradução nossa) expõe que "O colonialismo italiano havia terminado em 1943, quando os Aliados derrotaram os exércitos alemães e italianos na Líbia. A independência da Líbia nasceu da rivalidade entre os aliados. No início da Guerra Fria, a localização estratégica da Líbia foi fundamental para os interesses britânicos e norte-americanos, especialmente após a revolução do Gamal 'Abdul Nasser no Egito, em 1952. Dois outros fatores desempenharam um papel importante: a demanda dos líderes líbios exilados no Egito para a independência da Líbia, e apoio da Liga Árabe a esta demanda. [...] Somente quando uma aliança diplomática entre o gradualista e pragmática Amir Idriss al-Sanusi, o terceiro líder exilado da ordem Sanusiyya derrotado, e as

De modo geral, para a Grã-Bretanha e os Estados Unidos a Líbia encontrava-se em uma posição estratégica - podendo servir como contrapeso ao Egito de Gamal ‘Abdul Nasser - e possuía em seu território amplas reservas de petróleo, que, em quase sua totalidade, eram controladas por multinacionais advindas destes países (AHMIDA, 2005). Nesse sentido, a manutenção da monarquia líbia tornava-se um fator importante para as potências ocidentais. No entanto, diferentemente da relação de subserviência para com as potências ocidentais, o novo governo líbio encontrava-se pautado na busca por justiça social, na valorização da autodeterminação dos povos, no islamismo, no nacionalismo árabe e no anti-colonialismo (AHMIDA, 2005).

Conforme estudo realizado por Vandewalle (2012), reflexo desta discordância por parte da administração Ghadaffi com relação ao modo como esta aliança vinha sendo construída, pode ser encontrada tanto na retirada das tropas norte-americanas e inglesas das bases aéreas de Wheelus e Al-Adem, respectivamente, como também no processo de nacionalização de bancos e de empresas petrolíferas que atuavam na Líbia. Exemplo disso pode ser encontrado na nacionalização de empresas como a Shell, Esso, British Petroleum, Texaco, entre outras que, totalizando, garantiram ao governo líbio o controle de boa parte de suas reservas petrolíferas e a autonomia na venda deste recurso energético.[219]

Além da nacionalização, também é possível indicarmos outros três fatores que levavam a manutenção desta relação conflitante entre a Líbia e as potências ocidentais. O primeiro refere-se a política externa que vinha sendo adotada pelo governo líbio, esta caracterizada pela aproximação com a União Soviética, a atuação nos movimentos de libertação surgidos no continente africano, no favorecimento da causa palestina, entre outras características que , no geral, seguia caminho oposto ao desejado por estas potências (AHMIDA, 2005). Já o segundo, diz respeito tanto às incursões militares promovidas pelos Estados Unidos – que, no geral, foram marcadas pela derrubada de aeronaves (em 1979 e 1989), e bombardeios as cidades de Tripoli e Bengazi (1991) – como também pelas acusações por parte deste país, juntamente com a Grã-Bretanha, de que a administração Ghadaffi vinha

---

potências coloniais britânicas no Egito foi estabelecida, que a independência da Líbia tornou-se uma possibilidade real. Essa independência foi projetada e dominada pelos britânicos”.

[219] Autonomia esta que pode ser encontrado tanto na elevação dos preços do petróleo entre 1973 e 1974, que passou de US$ 4,604 para US$ 15,768, como também na decisão em não vendar para os Estados Unidos, como forma de protesto a participação deste na Guerra de Yom Kippur ao lado de Israel (VANDEWALLE, 2012).

cooperando com o terrorismo, culpando-o pela explosão do avião da PanAm na cidade de Lockerbie, Escócia (HULIARAS, 2001, VANDEWALLE, 2012).[220]

Por fim, o terceiro ponto encontra-se relacionado à busca dos Estados Unidos em intensificar as sanções econômicas ao governo líbio. Reflexo disso pode ser encontrado tanto na utilização do *International Emergency Economic Powers Act* (IEEPA), este que, entre outros direitos, autoriza o presidente a intervir nas relações econômicas de empresas norte-americanas com países considerados inimigos, como também na utilização do Conselho de Segurança para criar tais boicotes (IEEPA, 1977). Referente este Conselho, tanto a resolução de nº 748 de 1992, esta que proibia os países-membros das Nações Unidas de manterem voos comerciais com destino a Líbia, como também na de nº 883 de 1993, esta que, em seu parágrafo 3,[221]

> Decide que todos os Estados em que exista fundos ou outros recursos financeiros (incluindo fundos provenientes ou gerados por bens) de propriedade ou controlados, direta ou indiretamente, por: (a) o Governo ou as autoridades públicas da Líbia, ou (b) qualquer empresa da Líbia, deveram congelar tais fundos e recursos financeiros, garantindo que nem eles nem quaisquer outros fundos e recursos financeiros serão disponibilizados, por seus nacionais ou por qualquer pessoa no seu território, direta ou indiretamente, ou para o benefício do Governo ou as autoridades públicas da Líbia ou qualquer empresa da Líbia, que, para efeitos do presente número, entende-se qualquer empresa comercial, industrial ou pública, que é de propriedade ou controladas, direta ou indiretamente, por (i) o Governo ou as autoridades públicas da Líbia, [...] (p. 2, tradução nossa).

Se por um lado tais sanções eram indícios de uma década marcada pelo fim da Guerra Fria, e pela tentativa dos Estados Unidos em tornar o regime líbio cada vez mais isolado, por outro, tal contexto levou ao *turning point* na política externa líbia, primeiro porque a administração Ghadaffi buscou se distanciar dos países árabes, estes que foram complacentes com as sanções impostas pelos Estados Unidos (RONEN, 2002); e segundo porque o governo líbio passou a buscar a maior aproximação com os países da África Subsaariana (AHMIDA, 2005).

Conforme analisa Ronen (2002), a interação com países como Mali, Níger, Burkina Faso, Chade, Gâmbia, dentre outros, não apenas serviu de contraponto ao isolamento arquitetado pelos Estados Unidos, mas também foi importante para romper com esta conjuntura desfavorável, visto que os países africanos passaram a apoiar este regime e a

---

[220] Expondo acerca do impacto desta política, Ahmida (2005, p. 81, tradução nossa) indica que, "Quando o president Ronald Reagan foi eleito, ele taxou o regime de Qadhaffi com um patrocinador do terrorismo e, no inicio de 1981, tentou derrubar ou enfraquecer o governo líbio, ajudando os inimigos de Qadhdhafi de dentro e de fora da Líbia".

[221] Do original em Inglês.

incentivar a Líbia, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos a finalizarem com esta interação conflituosa. E, nesse sentido, um país que demonstrou ser relevante no alcance de tal objetivo foi à África do Sul.

De modo geral, a relação existente entre o ANC e a Líbia advêm desde o período de vigência do *apartheid*, quando a administração Ghadaffi auxiliou este partido em sua luta contra o regime racista vigente na África do Sul. Com o fim deste regime e a ascensão do ANC a frente de Pretoria, tal interação tornou-se fortalecida (HAMMIL; LEE, 2001).[222] Logo, simultâneo a consolidação desta parceria e a aceitação do governo líbio, Ghadaffi também conquistava um importante aliado na busca em romper com as sanções impostas pelo Conselho de Segurança, esta consubstanciada no Acordo de Lockerbie.[223]

Em linhas gerais, este acordo possibilitava acabar com as sanções impostas a Líbia se o regime de Ghadaffi concordasse em levar Abd al-Basit Ali Muhammad al-Maqrahi - considerado culpado pela queda do avião da PanAm na década de 1980 - a júri em um país neutro, no caso, a Holanda, e aceitasse que tal julgamento fosse realizado tanto por magistrados escoceses como também baseado nas leis deste país (HAMILL; LEE, 2001, RONEN, 2002). Dentro deste processo de negociação entre as partes, a África do Sul, juntamente com a Arábia Saudita, foi importante para a aceitação entre as partes, visto que sua mediação pressionou os Estados Unidos e a Grã-Bretanha a concordarem com que o julgamento fosse realizado em um país neutro, e aceitassem acabar com as sanções impostas ao governo líbio, como também convenceu o governo líbio a corroborar com o julgamento destes suspeitos (RONEN, 2002).[224]

---

[222] Exemplo deste fortalecimento pode ser encontrado em Ronen (2002, p. 70, tradução nossa), cuja autora indica que “O ponto alto dessas viagens foi a presença de Kadafi em uma cerimônia na África do Sul para marcar o fim da administração de Nelson Mandela e a inauguração do governo de Thabo Mbeki, em junho de 1999. Mandela, um apoiante de longa data do líder líbio e mediador diligente no acordo de Lockerbie, calorosamente abraçou Kadafi como "meu líder irmão". O líder líbio respondeu à calorosa recepção ao atribuir a Decoração líbia de mérito para Mandela na apreciação de sua "coragem ilimitada" na promoção da reabilitação da Líbia na comunidade internacional”.

[223] Segundo Ronen (2002, p. 64-66, tradução nossa), “O líder líbio, ganhou mais apoio em meados de agosto 1997, quando os presidentes do Burkina Faso, Chade, Mali e Níger se reuniram em Trípoli para promover uma solução acerca de Lockerbie, como havia sido resolvido na conferência de chanceleres ocorrida na OUA em fevereiro daquele ano. [...] O ápice da ajuda política africana para a Líbia foi o anúncio na cimeira anual da OUA, em Burkina Faso, em Junho de 1998, em que todos os Estados membros cessariam imediatamente com as sanções da ONU para a Líbia, por questões religiosas, humanitárias, ou relacionadas com os vôos da OUA para a Líbia. A OUA também apelou aos membros para ignorarem todas as novas sanções depois de setembro de 1998, ao menos que os EUA e a Grã-Bretanha concordassem em realizar o julgamento de Lockerbie em um país neutro” .

[224] Expondo acerca do impacto do Acordo de Lockerbie na imagem da África do Sul, Hamill e Lee (2001, p. 47-48, tradução nossa) indicam que, “Além disso, o episódio de Lockerbie produziu dois novos ganhos tangíveis para a África do Sul. Primeiro, ele dissipou os temores de Washington de que a política sul-africana para a Líbia era impulsionada por um perverso antiamericanismo, eliminando assim um ponto de atrito nesse relacionamento. Em segundo lugar, Lockerbie aumentou a probabilidade de que os benefícios materiais e

Com a aceitação do Acordo de Lockerbie em 1999 - que chegaria ao fim em 2001 com a concordância por parte do governo líbio em indenizar os familiares que tiveram parentes falecidos na explosão da aeronave (VANDEWALLE, 2012) - Ghadaffi inaugurou o segundo momento na relação entre seu país e as potências ocidentais, que, no geral, foi marcada pela maior aproximação entre as partes (MATEOS, 2005). Conforme St John (2008), dentre das diversas características desta nova fase pode-se destacar a aceitação do regime líbio em acabar com as armas de destruição em massa, o fim das sanções políticas e econômicas impostas ao país e o alinhamento com a administração Bush no combate ao Terrorismo durante a chamada Guerra contra o Terror, parceria que, em 2006, garantiria a retirada da Líbia da lista de Estados propulsores do terrorismo.[225] Em um breve exemplo desta aproximação,[226]

> Na primavera de 2004, a administração Bush começou a liquidar gradualmente com o complexo pacote de sanções bilaterais postas em prática ao longo das três décadas anteriores, expandindo a relações comerciais e diplomáticas com a Líbia. Em 26 de fevereiro de 2004, os Estados Unidos suspenderam a proibição de viagem e dois meses depois anunciaram uma flexibilização das sanções econômicas. Em 28 de junho de 2004, os Estados Unidos abriram um escritório oficial em Trípoli, restaurando os laços diplomáticos diretos que haviam sido cortados em 1980, quando a embaixada dos EUA em Trípoli foi fechada (ST JOHN, 2008, p. 137, tradução nossa).

O fim das sanções e o retorno das relações diplomáticas não apenas com os Estados Unidos, mas também com os países europeus, fez com que o território líbio passasse a receber cada vez mais a entrada de investimentos externos diretos voltados, preponderantemente, a exploração do petróleo, como também dinamizou o comércio com as potências ocidentais (MATEOS, 2005, ST JOHN, 2008). Reflexo disso pode ser encontrado no retorno da *Royal Dutch/Shell* e da *British Petroleum*, no aumento dos acordos comerciais com os Estados Unidos, e na venda, por parte da França, de armamentos e de dois reatores nucleares voltados a fins pacíficos (ST JOHN, 2008).

Paralelo a este novo momento, a Líbia manteve-se atuante no âmbito regional, dando continuidade à política externa que havia adotada ainda durante a fase de isolamento. Em certa medida, pode-se indicar que o auge deste direcionamento ao continente africano

---

substanciais fluíssem para a África do Sul confundindo, assim, o ponto de vista dos críticos realistas que, em suas visões acerca da formulação da política líbia, o governo tinha o interesse nacional subordinado a considerações puramente sentimentais" .

[225] Expondo acerca das armas de destruição em massa, St John (2008, p.144, tradução nossa), indica que a "Líbia tinha prometido desmantelar as suas armas não convencionais e sistemas de distribuição relacionados, e em meados de 2007, havia permitido a remoção de mais de 1.000 toneladas de equipamentos nucleares e de mísseis, juntamente com a destruição de 3.500 munições de armas químicas".

[226] Do original em Inglês.

encontra-se relacionado à transição da Organização para Unidade Africana (OUA) para União Africana (UA), em que houve o resgate do governo líbio da idéia em constituir o chamado Estados Unidos da África, intenção esta que não obteve êxito visto que tal transformação foi baseada no *Pan-Continentalism* defendido pela África do Sul (LANDSBERG, 2012).

Em síntese, a Líbia chegava aos anos finais da primeira década de 2000 distante de sanções políticas e econômicas e cada vez mais próxima das grandes potências. No entanto, com o advento da chamada Primavera Árabe, o que se viu foi o surgimento de uma conjuntura desfavorável a continuidade da administração Ghadaffi e marcada pela intervenção militar arquitetada no Conselho de Segurança pelos Estados Unidos, França e Inglaterra (DE WALL, 2011).

Seja motivado pelo desemprego, seja relacionado à busca por maior liberdade política e erradicação da corrupção (AJAMI, 2012, JOFFÉ, 2011) a chamada Primavera Árabe pode ser entendida como o conjunto de revoltas populares que passaram a acontecer em alguns países do mundo árabe, que no caso tunisiano, egípcio e yemenita, pós fim aos regimes de Zine el-Abidine Ben Ali, Hosni Mubarak, Ali Abdullah Saleh, respectivamente. Em linhas gerais, a Líbia também esteve diante de tais movimentos, contudo, diferentemente dos três países anteriormente indicados, foi com a ampla participação de tropas da OTAN que a administração Ghadaffi chegaria ao fim.

Baseados no R2P e pela aprovação no Conselho de Segurança das resoluções 1970 - esta que, no geral, embargava a venda de armas para o governo líbio (SECURITY COUNCIL, 2011a) e 1973 - que criava uma zona de exclusão área (SECURITY COUNCIL, 2011b) - Estados Unidos, França e a Inglaterra levaram novamente a Líbia ao isolamento e abriram espaço para a intervenção militar. Em certa medida, o interesse destes países em criar tais sanções não representava novidade, visto que ao longo da Guerra Fria a Líbia foi alvo deste tipo de constrangimento. Entretanto, a pergunta que surge diz respeito à concordância por parte de Pretoria na aprovação destas resoluções.

Embora tivesse havido divergências entre as administrações Mbeki e Ghadaffi com relação ao modelo integracionista que a África deveria adotar, e ainda que a Liga Árabe e os outros dois países africanos que se encontravam como membros não permanentes no Conselho de Segurança, no caso, Gabão e Nigéria, foram favoráveis a intervenção (SPIES, 2011, LANDSBERG, 2012), tal questionamento torna-se válido visto que no pós-*apartheid* Pretoria destacava o respeito a soberania e, ao longo do governo anterior, tendia a não buscar soluções externas para países africanos. Para Landsberg e Moore (2012), tal episódio não

simboliza ruptura, mas sim, representa a falta de coesão existente no modo de atuar escolhido por cada presidente sul-africano.

De fato, mesmo havendo somente três ministros das relações exteriores no pós-*apartheid*, no caso, Alfred Nzo durante a administração Mandela, Nkosazana Dlamini-Zuma durante a administração Mbeki e, atualmente Maite Nkoana-Mashabane, em verdade a diplomacia seguida pela África do Sul é de caráter presidencial. Portanto, conforme indicado pelos autores, como as decisões ficam a cargo dos presidentes, muitas vezes estas são confusas e incongruentes. Exemplo disso pode ser encontrado em dois episódios que envolveram as decisões da África do Sul e que, corroboram com a afirmativa de Landsberg e Moore (2012). A primeira refere-se a escolha por parte da administração Zuma em abster-se de votar a favor da intervenção militar na Síria, intervenção esta que se baseava no mesmo argumento usado no caso líbio (LANDSBERG, 2012). Já a segunda diz respeito à crise política surgida após o processo eleitoral de 2010 na Costa do Marfim.

Em linhas gerais, desde 2002 a Costa do Marfim encontra-se dividida entre dois pólos que buscam ascender ao poder. O primeiro é liderado por Laurent Gbagbo e o segundo tem em Alessane Ouattara seu principal expoente (LAMIM; ZOUNMENOU, 2011). Uma das primeiras tentativas em romper com estas divergências que levaram a Costa do Marfim a guerra civil (2002-2010), se deu com a participação de Mbeki que por meio da *quiet diplomacy* buscou selar um acordo entre o então presidente Gbagdo e seu oponente Ouattara (MITI, 2012). Embora forjando o chamado Acordo de Pretoria que, no geral, tornou possível o fim desta guerra civil (CASTELLANO; DIALLO; OLIVEIRA, 2011), a não aceitação da derrota por parte de Gbagbo na eleição para presidente ocorrida em 2010, levou novamente o território marfinense a guerra civil.

Se por um lado a *quiet diplomacy* falhou e as escolhas de Mbeki foram amplamente questionadas, visto que, segundo Miti (2012), a atuação de Pretoria objetivou somente o restabelecimento do Estado, e ignorou outros atores que participavam neste conflito, no caso a ECOWAS e a França, logo, tendeu a favorecer Gbagbo em detrimento de Ouattara. Por outro, a administração Zuma, inicialmente apoiou Gbagbo, em seguida foi fiel a escolha da UA em levar a um acordo de *powersharing*, e, por fim, voltou-se a Outtara (LANDSBERG, 2012b).

Em síntese, o lócus na figura do presidente como tomador de decisões na política externa explica as prováveis incoerências nas escolhas de Pretoria (LANDSBERG; MOORE, 2012). No entanto, retornando ao caso líbio, é possível também indicarmos que ele retrata não apenas a falha sul-africana em concordar com as resoluções anteriormente indicadas, mas

também a continuidade por parte das potências ocidentais em buscarem intervir em determinados governos. Logo, enquanto a África do Sul interpretava as sanções imposta a Líbia como voltadas para a manutenção dos direitos humanos e proteção da população civil, Estados Unidos, Grã-Bretanha e França objetivavam o fim da era Ghadaffi. Exemplo desta divergência pode ser encontrado em discurso realizado por Zuma no Conselho de Segurança, em 2012b, onde o presidente expõe que,[227]

> O plano da UA foi completamente ignorado em favor de bombardear a Líbia pelas forças da OTAN. As conseqüências das ações que foram realizadas na Líbia em nome do Conselho de Segurança das Nações Unidas se espalharam por outros países da região. Um problema que era confinado a um país, a Líbia, agora cresceu para ser um problema regional. Excelências, na visão da UA a Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU foi, em grande parte, abusada em alguns aspectos específicos. A lição que devemos tirar da experiência da Líbia é que uma maior coerência política e uma visão comum entre a UA ea ONU são fundamentais para a resolução de conflitos na África (não paginado, tradução nossa).

No mês de outubro de 2011 Ghadaffi foi morto por grupos contrários a sua administração e, com isso, encerrou mais de quarenta anos de interação conflitante e de aparente aproximação com as potências ocidentais. De modo geral, em uma África cada vez mais relevante no contexto internacional atual, seria o caso líbio a demonstração clara de que os interesses desejados pela África do Sul para a África não são os mesmos das potências ocidentais? Quais os impactos que a escolha em apoiar as resoluções podem gerar na inserção tanto econômica quanto política sul-africana no continente? Tais escolhas podem levar os interesses sul-africanos para o continente a serem novamente questionados? No geral, estas são algumas das diversas dúvidas que ainda não podem ser respondidas, entretanto, é possível indicarmos que o apoio as resoluções 1970 e 1973, seguida pela crítica ao objetivo da OTAN, gerou impacto em uma das mais relevantes parcerias firmadas pela África do Sul no pós-*apartheid*, no caso, com a Nigéria.

Segundo Landsberg (2012d), embora a interação entre Goodluck Jonathan, atual presidente nigeriano, e Zuma não é parecida com a que existiu entre Olesugun Obasanjo e Mbeki - reflexo disso pode ser encontrado no cancelamento da Comissão Bi-Nacional entre os países - as divergências existentes entre a África do Sul e a Nigéria com relação ao apoio a intervenção militar na Líbia vem levando os países a cada vez mais se distanciarem. Para o autor, tais diferenças ocorrem uma vez que, enquanto Pretoria considerou que a intervenção tinha como objetivo mudança de governo, e, portanto, buscou não aceitar a o Conselho de

[227] Do original em Inglês.

Transição Nacional (CTA) como legitimo representante do povo líbio, a Nigéria, mesmo criticando a atuação da OTAN, aceitou o CTA como representante do povo líbio, inclusive, buscou incentivar outros países africanos a fazerem o mesmo.[228] Em suma, seja pela mudança de governo na Nigéria, seja pela discordância com relação ao caso líbio, o distanciamento entre estes dois importantes países pode ser considerado como um fator preocupante para Pretoria, visto que grande parte das transformações engendradas pela África do Sul durante a administração anterior foi possível com esta parceria.

5.4 Conclusão do Capítulo

Mesmo imbuído em um cenário marcado por greves em diversas partes do país e com a perda de apoio do então líder do ANCYL, Julius Malema, em eleição realizada na 53ª Conferência Nacional do ANC, em Mangaung, 2012, Zuma conseguiu ser reeleito como presidente do partido, vitória esta que lhe garante a possibilidade em disputar as eleições gerais de 2014. Em síntese, faltando em torno de sete meses para a eleição que decidirá o novo presidente sul-africano, é pouco provável haver grandes transformações na política externa que vem sendo adotada para o continente africano. [229] Nesse sentido, é esperado tanto a continuidade da Agenda Africana, quanto da diplomacia econômica.

Com relação à Agenda Africana, sua existência reflete a busca por parte da administração atual em manter a África do Sul como um ator participador na renovação do continente africano, objetivo este desenvolvido inicialmente pela administração Mandela (1994-1999), mas que durante a administração Mbeki (1999-2008) foi impulsionado através da transformação da OUA em UA e pela criação da NEPAD. Nesse sentido, mesmo em alguns episódios as escolhas sul-africanas sejam marcadas pela contrariedade, em verdade Pretoria continuará voltada a busca pelo desenvolvimento do continente, a pacificação via participação em missões de *peacekeeping* e *peacebuilding*, a valorização da democracia, entre outros pontos característicos desta agenda que são vistos como necessários para a África.

---

[228] Além deste fator, Landsberg (2012d, p. 3, tradução nossa) expõe outros pontos que vem motivando o afastamento de ambos. Segundo o autor, "A Nigéria também não aceitou que a África do Sul seja único membro africano na formação BRICS e no G-20, visto que de fato ambos possuem o status de porta-voz africano. Junto com outros países africanos, a Nigéria sentiu que a África do Sul não está bem colocada para representar os interesses do continente e que os interesses de Pretória não devem ser confundidos com os do continente no geral. [...] No início de 2012, as tensões mais uma vez ocorreram quando o chanceler nigeriano Olugbenga Ashiru abertamente acusou a África do Sul de ser xenófoba para com os nigerianos após 125 nigerianos serem deportados da África do Sul" .

[229] O episódio emblemático destas manifestações ocorreu na cidade de Marikana, onde 44 funcionários da mineradora Lumnin foram mortos após confronto com a polícia sul-africana. Além dessas mortes, estima-se que 70 pessoas foram feridas e em torno de 250 presas (MARIKANA COMMISSION, 2013).

Referente à diplomacia econômica, o desejo em fortalecer a SADC *Free Trade*, em criar uma zona de livre comércio baseada na integração entre a SADC, a EAC e a COMESA, e o interesse em forjar acordos bilaterais voltados à dinamização comercial nos leva aos seguintes questionamentos: A parceria conquistada com Angola poderá ser revertida em apoio à África do Sul no âmbito político? Seria a diplomacia econômica um importante meio para resolver com os transtornos internos ao país como, por exemplo, a questão do desemprego?

De fato, se a relação com Angola transbordar para o âmbito político, Pretoria garante a si um importante parceiro no âmbito da SADC, organização esta que desde a administração Mandela vem sendo marcada pela polarização entre Zimbábue, Namíbia e Angola de um lado, e África do Sul e Botsuana de outro. No entanto, levando em consideração a conjuntura pela qual a administração Zuma encontra-se imbuída, é possível indicarmos que a principal finalidade da diplomacia econômica encontra-se relacionada à resolução dos desafios existentes na África do Sul, como as elevadas taxas de desemprego, de portadores de doenças contagiosas, AIDS e tuberculose principalmente, pela crescente desigualdade social, entre outros flagelos que, em grande parte, foram resultados do regime do *apartheid*.[230]

[230] Expondo acerca do desemprego existente na África do Sul, em discurso realizado em Addis Abeba, 2013c, Zuma expõe que, "na África do Sul, a taxa de desemprego é de 25% e a maioria, mais de 60% dos desempregados, encontram-se na faixa etária de 35 anos. [...] Estatísticas sul-africanas registram uma estimativa de 18 milhões de sul-africanos estão à procura de emprego" (não paginado, tradução nossa).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa tornou-se clara a existência de dois momentos distintos na interação entre a África do Sul e a África. O primeiro refere-se ao período de vigência do regime do *apartheid*, no qual as seis administrações do NP - Malan (1948-1954), Strydom (1954-1958), Verwoerd (1958-1966), Vorster (1966-1678), Botha (1978-1989) e De Klerk (1989-1993) – utilizaram-se de estratégias diversas para garantir o mesmo fim, no caso, a conivência, seja pela diplomacia ou pelo uso da força, dos países africanos ao sistema vigente.

Como visto durante a administração Malan (1948-1954), o interesse sul-africano era englobar algumas colônias que pertenciam a Inglaterra, no caso, o Lesoto, Botsuana e Suazilândia, ao território sul-africano (Branco, 2003). Diferentemente desta estratégia as duas administrações seguintes - Strydom (1954-1958) e Verwoerd (1958-1966) – pautaram-se na cooperação técnica e na construção do chamado "*cordon sanitaire*" (Döpcke, 1998, Penna Filho, 2008), este que era formado pela aproximação com a Suazilândia, o Lesoto e Botsuana, por meio do controle sobre a Namíbia, pela parceria com a elite branca dominante na Rodésia do Sul e com o estreitamento das relações com Portugal (país que possuía Angola e Moçambique como colônias).

Já durante a administração Vorster (1966-1978), o alcance desta finalidade se deu através da tentativa de convencimento por meio da cooptação, ou seja, se utilizava da superioridade econômica da África do Sul para realizar acordos de ajuda financeira com alguns países que, em troca, passariam a manter relações diplomáticas com Pretoria. Diferentemente desta, a administração Botha (1979-1989) buscou por meio do uso da força manter a região sob controle e favorável ao regime vigente. Por fim, a última tentativa em dar sobrevida ao *apartheid* ocorreu durante a era De Klerk (1989-1993), governo que, se por um lado rompia com os métodos adotados por Botha, por outro, acreditava que com tal escolha poderia retirar a África do Sul de sua condição de párea internacional.

Embora havendo nuances com relação às estratégias adotadas por cada governo do NP, a análise realizada acerca deste primeiro momento nos leva a constatação de que em todas estas seis administrações a defesa do *apartheid* caminhou lado a lado, em menor ou maior grau, com duas outras características da política externa desenvolvida pela África do Sul. A primeira diz respeito ao alinhamento com as potências capitalistas, esta que, seja motivada pela crença de que a África do Sul era um país europeu encravado no continente africano, ou pela negação do socialismo e pelo combate ao seu avanço na região sul do continente,

aproximou este país e as potências ocidentais, parceria esta que, em um contexto marcado pela Guerra Fria, foi importante para a continuidade do regime segregacionista.

Já a outra característica refere-se ao desprezo pelo continente africano, este que possuía sua importância tão somente atrelada à manutenção do regime racista. Em síntese, o desejo em ser visto como um país ocidental, a desvalorização do continente africano e as conseqüências geradas principalmente na África Austral pela defesa do *apartheid*, não apenas foram fatores que levaram a África do Sul ao isolamento, como também foram a "herança maldita" deixada pelo regime do *apartheid* para os governos posteriores no que se refere a inserção tanto política quanto econômica do país no continente africano.

De modo geral, ao acompanharmos as três administrações do ANC contempladas nesta pesquisa, Mandela (1994-1999), Mbeki (1999-2008) e Zuma (2009-), é perceptível a busca em enfrentar estes desafios. Tal constatação pode ser sustentada, inicialmente, durante o governo Mandela, quando a África do Sul voltou-se a estima de valores como direitos humanos, a disseminação da democracia, a busca pelo desenvolvimento econômico, o destaque dado ao multilateralismo, o respeito à soberania dos Estados, a resolução de conflitos por meio do diálogo, a maior aproximação com os países africanos, dentre outros pontos.

Junto às transformações anteriormente indicadas, é possível destacarmos outras três características que também se tornaram visíveis durante a administração Mandela. A primeira refere-se à priorização na resolução dos desafios africanos, tais como a pacificação do continente através do fim das guerras civis, o combate ao subdesenvolvimento e todas as suas mazelas, principalmente a pobreza excessiva, e a retirada do continente africano de sua condição marginal na globalização econômica. Já a segunda característica diz respeito à crença de que as mazelas existentes na África seriam sanadas se os países africanos respeitassem os direitos humanos, a democracia, a *good governance*, o livre-mercado, entre outros pontos que ganharam espaço no cenário internacional pós Guerra Fria e que, no geral, eram os mesmos seguidos por Pretoria no pós-*apartheid*. Por fim, a última característica diz respeito ao papel que a África do Sul deveria exercer nesta transformação, no caso, atuando no auxílio à disseminação e no convencimento dos países africanos a aceitarem tais condicionantes.

No entanto, se por um lado foi durante a administração Mandela que ficou evidente o interesse da África do Sul em se tornar uma espécie de ator transformador do continente, por outro, foi também durante este mesmo governo que os interesses sul-africanos passaram a ser

questionados. De fato, mesmo havendo a ruptura com a política externa que havia sido adotada durante as administrações do NP, os interesses sul-africanos para o continente passaram a ser questionados, principalmente com o advento das relações conflituosas entre Pretoria e a Nigéria - quando a África do Sul exigiu sanções ao governo nigeriano - e entre Pretoria e o Zimbábue - quando não houve acordo no que se refere à criação e o papel da OPDS e no que diz respeito ao apoio, ou não, à intervenção militar na República Democrática do Congo (RDC).

Nesse sentido, tornou-se claro que, antes de exercer o papel de ator transformador, a África do Sul deveria ser aceita. Em certa medida, ao longo do capítulo referente à administração Mbeki (1999-2008) foi possível constatar a busca deste governo em garantir a aceitação e, simultaneamente, manter-se fiel a transformação do continente. Por um lado, a busca em resguardar a África do Sul de situações em que os interesses do país poderiam ser questionados, evitando tomar decisões unilaterais - como visto no caso Mandela/Abacha - e atuando através de parcerias estratégicas com países que tanto historicamente quanto politicamente eram relevantes, foram escolhas que demonstravam o caráter não hegemônico e não impositivo dos interesses sul-africanos para a África, isentando, assim, o país de um possível cenário de isolamento. Por outro, com a valorização do multilateralismo e das parcerias conquistadas - principalmente com a Nigéria e a Argélia – esta administração garantiu a criação de meios que levassem os países africanos a adotarem os condicionantes surgidos no pós-guerra Fria, tais como a *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD) e a transição da Organização da Unidade Africana para União Africana.

Em certa medida, além de afastar a África do Sul de um possível cenário de isolamento, as escolhas feitas pela administração Mbeki levaram a criação da chamada Agenda Africana, esta que garantiu ao país a intensificação em seu processo de inserção no continente, tanto economicamente – este potencializado através de incentivo dado pelo governo sul-africano às empresas sul-africanas que se interessassem em investir no continente africano - como também politicamente - este representado pela participação de Pretoria em diversos acordos e missões de paz desenvolvidas pela UA, destacadamente no Burundi e na RDC.

Em suma, a análise dos capítulos referentes as administrações Mandela e Mbeki, nos leva a crer que, enquanto a primeira tem sua importância atrelada ao rompimento com a política externa que foi sendo desenvolvida ao longo das seis administrações do NP; a segunda tem sua importância relacionada a mudança no modo como a África do Sul deveria atuar no

continente este que, no geral, isentou o processo de inserção da África do Sul no continente de seu caráter desestabilizador.

De modo geral, quando analisado o último capítulo desta dissertação, é possível compreendermos a continuidade na política externa que foi sendo desenvolvida ao longo das administrações anteriores. De fato, uma das características da administração Zuma diz respeito à manutenção do papel sul-africano de ator transformador do continente. Reflexo disso pode ser encontrado na manutenção da Agenda Africana. Entretanto, outra característica que vem se tornando cada vez mais evidente na atual administração do ANC refere-se a chamada diplomacia econômica, esta refletida no desejo em fortalecer a SADC *Free Trade*, na busca em criar uma zona de livre comércio baseada na integração entre a SADC, a *East African Community* (EAC), e a *Common Market for Eastern and Southern Africa* (COMESA), e no interesse em forjar acordos bilaterais voltados à dinamização comercial com alguns países africanos.

Em certa medida, a valorização da diplomacia econômica simboliza um meio pelo qual a África do Sul vem buscando se projetar na dinâmica econômica capitalista mundial, como também um importante instrumento encontrado pelo governo para encontrar soluções aos diversos desafios que, em grande parte, são conseqüências das administrações do NP. De fato, a África do Sul encontra-se diante de um cenário econômico internacional cada vez mais internacionalizado e competitivo - no qual o continente africano passou a ser cada vez mais vizado - e, embora passado quase vinte anos de pós-*apartheid*, o país encontra-se diante de um contexto interno marcado pelo aumento do número de desempregados, por constantes greves, pela crescente desigualdade social, pelo elevado número de portadores de doenças contagiosas, destacadamente, a AIDS e a tuberculose, dentre outras mazelas.[231]

De acordo com o *National Strategic Plan on HIV, STIs and TB: 2012-2016* (NSP) de 2011, no decorrer dos últimos 15 anos o país viu-se diante do aumento de 400% de indivíduos infectados com a tuberculose, número este que posiciona a África do Sul como o terceiro país no mundo com o maior número de contaminados por tal doença. No que diz respeito à AIDS, é possível encontrarmos neste relatório um panorama geral acerca do perfil dos grupos sociais que se encontram vulneráveis a este tipo de flagelo. Segundo o documento,

[231] De acordo com Saraiva (2008, p. 99), "há uma África em crescente internacionalização e nada marginal. Ela está no centro de uma concorrência fortíssima de interesses e interessados de todas partes do globo. Se os investimentos externos diretos crescem de forma consistente, oriundos tanto das grandes empresas financeiras e produtivas, é também verdade que esses investimentos estão dirigidos por certa lógica de ocupação territorial e estratégica da África por grandes potências, instituições multilaterais e influentes grupos econômicos globais ancorados em bases estatais".

> No caso do HIV, os principais grupos afetados são as mulheres jovens com idades entre 15 e 24 anos; pessoas que vivem perto de fronteiras nacionais e em assentamentos informais; jovens que não frequentam a escola e as meninas que abandonam a escola antes de se matricular; pessoas com baixas condições sócioeconômicas; homens não circuncidados; pessoas com deficiência e transtornos mentais; trabalhadores do sexo e seus clientes; pessoas que abusam do álcool e de substâncias ilícitas, [...] (NPS, 2011, p. 13).

Paralelo aos desafios referentes à saúde pública, o governo atual também necessita diminuir o número de desempregados e a elevada desigualdade social existente no país. Segundo o *The New Growth Path: Framework* (NGP) de 2012, no ano de 2010 entre 30 e 40% dos jovens entre 16 e 30 anos encontravam-se desempregados e, na faxa etária entre 30 e 35, esse número chegava a 16%. No que diz respeito ao hiato existente entre os mais ricos e os mais pobres, a África do Sul mantêm-se como um dos países mais desiguais do mundo, tendo em meados da primeira década do século XXI 40% da renda nacional restrita a tão somente 10% da população (NGP, 2012).

Portanto, embora a diplomacia econômica possa gerar diversas críticas, uma vez que a sua existência busca garantir ao empresariado sul-africano acesso a mercados em que não haverá grandes competidores, e, consequentente, favorecer a economia sul-africana, é preciso indicar que sua realização torna-se cada vez mais importante, visto que o país necessita tanto projetar-se na dinâmica econômica atual, como também garantir meios que levem ao fim o legado socioeconômico fruto das administrações do NP. Nesse sentido, se durante a vigência do *apartheid* o continente africano tinha sua importância reduzida a manutenção deste regime; no pós-*apartheid*, é possível indicarmos que este continente passou a ser fundamental tanto para o desenvolvimento como também para a projeção internacional da África do Sul.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, María Elena Álvarez. Angola: Apuntes para el balance de un conflito. In: ACOSTA, María Elena Álvarez. **Africa Subsahariana:** sistema capitalista y relaciones internacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2011.p.155-185

ADEBAJO, Adekeye. South Africa and Nigeria in Africa: An axis of virtue? In: ADEDEJI, Adebayo.; ADEBAJO, Adekeye.; LANDSBERG, Chris. **South Africa in Africa:** The Post-Apartheid Era. Cape Town: University of KawaZulu-Natal Press. 2007. p. 213-235

ADELMANN, Martin . Quiet diplomacy – The reasons behind Mbeki's Zimbabwe policy. **Afrika Spectrum,** Hamburg: v. 39, n. 2, p. 249-276, 2004. Disponível em: <http://www.giga-hamburg.de/openaccess/afrikaspectrum/2004_2/giga_as_2004_2_adelmann.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2012.

AFRICAN NATIONAL CONGRESS. **Freedom Charter.** Kliptown, 1955. Disponível em: <http://www.anc.org.za/show.php?id=72> . Acesso em: 28 mar. 2012.

AFRICAN PEACE AND SECURITY ARCHITECTURE (APDSA). **African Peace And Security Architecture:** Addis Ababa: 2010. Assessment Study. 2010. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/RO%20African%20Peace%20and%20Security%20Architecture.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2013.

AFRICAN UNION. **Au in a Nutshell**. Addis Ababa, 2013. Disponível em: <http://www.au.int/en/about/nutshell>. Acesso em: 10 mar. 2013.

AFRICAN UNION. **Constitutive Act of the African Union (CAAU)**. Lome, 2000. Disponível em: <http://www.au.int/en/sites/default/files/ConstitutiveAct_EN.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

AFRICAN UNION. **Organization of African Unity Charter.** Addis Ababa, 1963. Disponível em: <http://www.au.int/en/sites/default/files/OAU_Charter_1963_0.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

AGNEW, John A. **Hegemony:** the new shape of global power**.** Philadelphia: Temple University Press, 2005

AHMIDA, Ali Adbullatif. **Forgotten voices:** power and agency in colonial and postcolonial Libya**.** New York: Taylor & Francis Group, 2005.

AHWIRENG-OBENG, Fred.; MCGOWAN, Patrick. J. Partner or Hegemon? South Africa in Africa**. Journal of Contemporary African Studies,** [S.l], v.16, n. 2, p. 5-38, 1998. Disponível em: <http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=914fca77-41e6-4711-b7c5-ade401effd07%40sessionmgr113&vid=2&hid=123>. Acesso em: 18 mar. 2012.

AJAMI, Fouad. The Arab Spring at One: A Year of Living Dangerously. **Foreign Affairs,** Tampa, v. 91, n. 2, p. 56-65, 2012.

AKOKPARI, John K. The AU, NEPAD and the Promotion of Good Governance in Africa**. Nordic Journal of African Studies,** Helsinki: v.13, n.3, p.243-263, 2004. Disponível em: <www.njas.helsinki.fi/pdf-files/vol13num3/akokpari2.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2012.

ALDEN, Chris; LE PERE, Garth. South Africa in Africa: Bound To Lead? **Politikon**, [S.l], v. 36, n. 1, p. 145–169, 2009.

ALDEN, Chris; SOKO. Mills. South Africa's economic relations with Africa: hegemony and its discontents. **Journal of Modern African Studies,** Cambridge, v. 43, n. 3, p. 367–392, 2005. Disponível em: <http://www.mthente.co.za/resources/reports-and-articles/academic-articles-written-by-mthente-and-associates/AldenandSokoJournalArticle_PDF.pdf>. Acesso em: 22 set. 2011.

ASANTE, S.K.B.; CHANAIWA, David. O Pan-africanismo e a Integração Regional. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.). **História Geral da África – VIII:** África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 873-896.

ASIEDU, Elizabeth. Foreign Direct Investment in Africa: The Role of Natural Resources, Market Size, Government Policy, Institutions and Political Instability. **The World Economy,** [S.l], v. 29, n. 1, p. 63-77, 2006.

BAHIA, Luiz Henrique Nunes. A Política Externa da África do Sul: da internacionalização à globalização**.** In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro**. África do Sul:** visões brasileiras**.** Brasília: IPRI-FUNAG, 2000. p. 101-171

BARBER, James. The new South Africa's foreign policy: principles and practice. 2005. **International Affairs,** [S.l.], v. 81, n. 5, p. 1079-1096, 2005. Disponível em: <http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/International%20Affairs/Blanket%20File%20Import/inta81_5_1079.pdf >. Acesso em: 22 maio 2012.

BOHLER-MULLER, Narnia. **Nuanced Balancing Act:** South Africa's National and International Interests and its 'African Agenda'. Johannesburg: South African Institute of International Affairs, 2012.

BOSHOFF, Henri. Historical overview. In: RAUTENBACH, George; BOSHOFF, Henri; VREY, Waldemar. **The Burundi Peace Process From civil war to conditional peace.** Pretoria: Institute for Security Studies, 2010. p. 3-9.

BOSHOFF; Henri, VREY; Waldemar. The African mission in Burundi. In: RAUTENBACH, George; BOSHOFF, Henri; VREY, Waldemar. **The Burundi Peace Process From civil war to conditional peace.** Pretoria: Institute for Security Studies, 2010. p. 51-74.

BOUTROS-GHALI, Boutros. **An Agenda for the Peace:** Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping**.** New York: Security Council, 1992**.** Disponível em: <http://www.unrol.org/files/A_47_277.pdf >. Acesso em: 18 mar. 2013.

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul.** Brasília: FUNAG, 2011.

BRANCO, Luís Bernardo Nunes Mexia Castelo. **A Política Externa Sul-Africana:** Do *Apartheid* a Mandela**.** 2003. 445 f. Tese (Doutorado em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais) - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2003. Disponível em: <http://www.repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/542/1/Doutoramento%20Luis%20CB.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **Estudos Avançados,** São Paulo: v. 23, n. 66, p. 7-23, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a02v2366.pdf>. Acesso em: 13 maio 2012.

BUJRA, Abdalla. Pan-African Political and Economic Visions of Development From the OAU to the AU: From the Lagos Plan of Action (LPA) to the New Partnership for African Development (NEPAD)**. DPMF,** [S.l], n. 13, p. 1-32, 2004. Disponível em: <http://www.bujra.com/documents/Pan-African%20Political%20and%20Economic%20Visions%20of%20Development.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2012.

CARDOSO, Pedro Escosteguy. **A nova arquitetura africana de paz e segurança:** implicações para o multilateralismo e as relações do Brasil com a África**.** Brasília: FUNAG, 2011.

CASTELLANO, Igor da Silva. **Guerra e Construção do Estado na Rep. Democrática do Congo:** A definição Militar do Conflito como pré-condição para a Paz**.** 2001. 186 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

CASTRO, Therezinha de. **África:** Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais**.** Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1981.

CEPIK, Marco; JORNADA, Helena. Angola: Segurança, Economia e Relações Bilaterais com o Brasil. In: DATHEIN, Ricardo. (Org.). **Parceiros Estratégicos para a Inserção Internacional do Brasil:** Volume 2 – Ásia, África e Europa**.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p. 197-204.

CHABAL. Patrick. The quest for good government and development in África: is NEPAD the answer? **International Affairs**, [S.l.], v. 78, n. 3, p. 447-462, 2002. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/3095884>. Acesso em: 22 mar. 2011.

CHANAIWA, David. A África Austral**.** In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.) **História Geral da África – VIII:** África desde 1935**.** Brasília: UNESCO, 2010. p. 295-334.

CHANAIWA, David.; KODJO, Edem. Pan-africanismo e libertação**.** In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.). **História Geral da África – VIII:** África desde 1935. Brasília: UNESCO**,** 2010. p. 897-924.

CHINWEIZU, A África e os países capitalistas. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.). **História Geral da África – VIII:** África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 927-963.

COMNIMOS, Alex; DANIEL, John; LUTCHMAN, Jessica. South Africa in Africa: trends and forecasts in a changing African political economy. In: DANIEL, John et al. **State of the Nation:** South Africa. Cape Town: HSRS Press, 2007. p. 508-532.

CUNHA, André Moreira. Angola: Desempenho Econômico e Comércio Internacional. In: DATHEIN, Ricardo. (Org). **Parceiros Estratégicos para a Inserção Internacional do Brasil:** Volume 2 – Ásia, África e Europa**.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p. 205-214.

DANIEL, John; NAIDOO, Sanushu; NAIDOO; Varusha. The South Africans have arrived: Post-apartheid corporate expansion into Africa. In: DANIEL, John; HABIB, Adan; SOUTHALL, Roger. **State of the Nation:** South Africa 2003-2004**.** Cape Town: HSRS Press, 2004. p. 368-391.

DATHEIN, Ricardo. África do Sul: Desempenho Econômico e Comércio Internacional. In: DATHEIN, Ricardo. (Org). **Parceiros Estratégicos para a Inserção Internacional do Brasil:** Volume 2 – Ásia, África e Europa**.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p. 182-196.

DE WAAL, Alex. African roles in the Lybian conflict of 2011. **International Affairs,** Oxford, v. 2, n. 89, p. 365-379, 2002.

DE WAAL, Alex. **What's new in the "New Partnership for Africa's Development?** [S.l], 2002. Disponível em: < www.sarpn.org.za/NEPAD/dewaal/dewaal.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2012.

DEMÉ, Ousmane. **Between Hope and Scepticism:** Civil Sciety and the African Peer Review Mechanism**.** Toronto: Partnership Africa-Canada, 2005.

DEPARTMENT OF HEALPH. **National Strategic Plan On HIV, STIs and TB**: 2012 – 2016**.** Pretoria, 2011. Disponível em: <http://www.doh.gov.za/docs/stratdocs/2012/NSPfull.pdf> Acesso em: 04 maio 2013.

DEPARTMENT OF INTERNATIONAL RELATIONS AND COOPERATION (DIRCO). **South African Foreign Policy:** Discussion Document. Pretoria, 1996. Disponível em: <http://www.info.gov.za/greenpapers/1996/foraf1.htm>. Acesso em: 22 maio 2012.

DEPARTMENT OF INTERNATIONAL RELATIONS AND COOPERATION (DIRCO). **Strategic Plans 2005-2008**. Pretoria, 2005. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/department/stratplan05-08.pdf>. Acesso em: 25 out. 2012.

DEPARTMENT OF INTERNATIONAL RELATIONS AND COOPERATION (DIRCO). **Strategic Plans 2006-2009**. Pretoria, 2006. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/department/stratplan_06-09/strat%20plan%20part%201.pdf>. Acesso em: 25 out. 2012.

DEPARTMENT OF INTERNATIONAL RELATIONS AND COOPERATION (DIRCO). **Strategic Plans 2007-2010.** Pretoria, 2007. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/department/stratplan06/strategic%20plan%2006.pdf>. Acesso em: 25 out. 2012.

DEPARTMENT OF INTERNATIONAL RELATIONS AND COOPERATION (DIRCO). **Strategic Plans 2008-2011**. Pretoria, 2008. Disponível em:

<http://www.dfa.gov.za/department/stratplan2008-2011/strategic_plan08.pdff>. Acesso em: 25 out. 2012.

DEPARTMENT TRADE AND INDUSTRY (DTI). **AS Export Value HS8 (Annually)**. Pretoria, 2013. Disponível em: <http://tradestats.thedti.gov.za/TableViewer/tableView.aspx>. Acesso em: 11 maio 2013.

DEPARTMENT TRADE AND INDUSTRY (DTI). **AS Import Value HS8 (Annually)**. Pretoria, 2013. Disponível em: <http://tradestats.thedti.gov.za/TableViewer/tableView.aspx>. Acesso em: 11 maio 2013.

DIALLO, Alfa Oumar. Renascimento Africano e Desenvolvimento. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p. 92-120, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/20575>. Acesso em: 08 jul. 2012.

DÖPCKE, Wolfgang. **O encontro estratégico**: a União Africana, o Plano NEPAD e o novo discurso internacional. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0174.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2012.

DÖPCKE, Wolfgang. Uma nova política exterior depois do apartheid? – Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974 – 1998. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 133-161, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v41n1/v41n1a07.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012.

ECONOMIC DEVELOPMENT DEPARTMENT (EDD). **The New Growth Path:** Framework. Pretoria, 2012. Disponível em: <http://www.economic.gov.za/communications/publications/new-growth-path-series>. Acesso em: 12 dez. 2012.

EVANS, Graham. South Africa's Foreign Policy after Mandela: Mbeki and his concept of an African Renaissance**. The Round Table,** [S.l], n. 352, p. 621-628, 1999. Disponível em: <http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=4f426d47-da5a-4db8-9d83-c901fc541b3c%40sessionmgr111&vid=2&hid=128>. Acesso em: 18 jun. 2012.

EX-PRESIDENTE SUL-AFRICANO THABO MBEKI DEFENDE RESULTADOS DE ELEIÇÕES NO ZIMBÁBUE. **África 21,** Luanda, 2013. Disponível em: <http://www.africa21digital.com/politica/ver/20033528-ex-presidente-sul-africano-thabo-mbeki-defende-resultados-de-eleicoes-no-zimbabwe>. Acesso em: 25 out. 2013.

EZEOHA, Abel; UCHE, Chibuike. **South África, NEPAD and the African Renaissance.** Leiden: African Centre Studies, 2005.

FIORI, José Luiz. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. **Revista Oikos,** Rio de Janeiro: v. 6, n. 8, p. 77-106, 2007. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/10/6>. Acesso em: 08 out. 2011.

FRIEDMAN, Steven. A transição por Pacto na África do Sul. In: BOLIVAR. Lamonier (Org.). **Brasil e África do Sul:** uma comparação. São Paulo: Sumaré, 1996. p. 61-86.

FUNKE, Norbert; NSOULI, Salah M. **The NEPAD:** Opportunities and Challenges. Washington: International Monetary Fund, 2003.

GILLEY, Bruce. The End of the African Renaissance. **The Washington Quaterly**, Washington, v. 33, n. 4, p. 87-101, 2010. Disponível em: <http://www.web.pdx.edu/~gilleyb/68Gilley_EndofAfricanRenaissance_AsPublished.pdf >. Acesso em: 05 jan. 2013.

GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais.** Brasília: Ed. UnB, 2002.

GOEBEL; Allison. Is Zimbabwe the Future of South Africa? The Implications for Land Reform in Southern Africa. **Journal of Contemporary African Studies.** [S.l.], v. 23, n. 3**,** p. 345-370, 2005.

HABIB; Adan; PADAYACHEE, Roland. Economic Policy and Power Relations in South Africa's Transition to Democracy**. World Development,** [S.l.], v.8, n., p. 245-263, 2000. Disponível em: <http://ac.els-cdn.com/S0305750X99001308/1-s2.0-S0305750X99001308-main.pdf?_tid=51369aec-1895-11e2-8a74-00000aab0f01&acdnat=1350504216_0b7bdfbf176bbaf03f2ebda6e74474a1>. Acesso em: 18 jun. 2012.

HABIB; Adan. **South Africa's Foreign Policy:** Hegemonic Aspirations, Neoliberal Orientations and Global Transformation**. South African Journal of International Affairs,** London, v. 2, n. 16, p. 143-159, 2009. Disponível em: <http://www.giga-hamburg.de/dl/download.php?d=/english/content/rpn/conferences/habib.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2012.

HAMILL, James; HOFFMAN, John. Quiet Diplomacy' or Appeasement? South African Policy towards Zimbabwe. **The Round Table,** [S.l], v. 98, n. 402, p. 373–384, 2009.

HAMILL, James; LEE, Donna. A Middle Power Paradox? South African Diplomacy in the Post-apartheid Era. **International Relations,** London, v.15, n. 4, p. 33-59, 2001. Disponível em: <http://ire.sagepub.com/content/15/4/33.full.pdf>. Acesso em: 12 maio 2012.

HAWKINS, Virgil. An Overview of Peace and Security in Southern Africa. **Southern African Peace and Security Studies,** [S.l.], v. 1 n. 1, p.1-13, 2012.

HLOPHE, Dumisani; LANDSBERG, Chris. **The African Renaissance as a modern South African Foreign Policy Strategy**, Paris, 1999. Disponível em: <www.ceri-sciencespo.com/archive/octo99/artcl.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2011.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos (1914-1991):** o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOPE, Kempe Ronald. Toward Good Governance and Sustainable Development: The African Peer Review Mechanism. **Governance:** An International Journal of Policy, Administration, and Institutions, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 283–311, 2005.

HUDSON, Judi. South Africa's economic expansion into Africa: Neo-colonialism or development? In: ADEDEJI, Adebayo; ADEBAJO, Adekeye; LANDSBERG, Chris. **South Africa in Africa:** The Post-Apartheid Era**.** Cape Town: University of KawaZulu-Natal Press. 2007. p.128-149.

HUGHES, Tim. **Working for Development in Southern Africa Bridging the Gap between Government and Business.** Johannesburg: SAIIA, 2011**.**

HULIARAS. Asteris. Qadhafi's Comeback: Libya and Sub-Saharan Africa in the 1990s. **African Affairs**, [S.l], v. 1, n. 398, p. 5-25, 2001.

IANNI, Otavio. **Teorias da Globalização**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

INTERNATIONAL COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVERIGNTY (ICISS). **The Responsibility to Protect.** Otawa: International Development Research Centre, 2001.

INTERNATIONAL EMERGENCY ECONOMIC POWERS ACT (IEEPA). Washington, 1977. Disponível em: <http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/ieepa.pdf>. Acesso em: 22 set. 2013.

JOFFÉ, George. A Primavera Árabe no Norte de África origens e perspectivas de futuro. **Relações Internacionais,** Lisboa, v. 30, p. 85-116, 2011.

KABEMBA, Claude. South Africa in the DRC: renaissance or neo-imperialism? In: DANIEL, John et al. **State of the Nation.** Cape Town: HSRS Press. 2007. p. 533-552.

KAGWANJA, Peter. Power and peace: South Africa and the refurbishing of Africa's multilateral capacity for peacemaking. In: SOUTHALL, Roger (Org.). **South Africa's role in conflict resolution and peacemaking in Africa.** Cape Town: HSRC Press, 2006. p. 27-59.

KANIKI, Martin H. Y. A economia colonial: as antigas zonas britânicas. In: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África – VII:** África sob dominação colonial, 1880-1935**.** Brasília: UNESCO, 2010. p. 437-483.

KENNEDY, P. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KENT, Vanessa; MALAN, Mark. **Decisions, Decisions, South Africa's foray into regional peace operations.** Pretoria: Insitute for Security Studies, 2003. Disponível em: <http://dspace.cigilibrary.org/jspui/bitstream/123456789/31258/1/PAPER72.pdf?1>. Acesso em: 12 dez. 2012.

KIPRÉ, Pierre. O desenvolvimento industrial e o crescimento urbano. In: MAZRUI, Ali (Org.). **História Geral da África – VIII**: África desde 1935**.** Brasília: UNESCO, 2010. p. 449 – 469.

KONDLO, Kwandi; LANDSBERG, Chris. South África and the "African Agenda". **Policy:** issues and actors. Johannesburg, v.20, n. 13, p. 1-14, 2007. Disponível em: < www.cps.org.za/cps%20pdf/pia20_13.pdf> . Acesso em: 05 jan. 2011.

KORNEGAY, Francis. A África do Sul como potência emergente: dilemas especiais e dimensões de segurança. In: PEREIRA, Analúcia Danilevicz; VISENTINI. Paulo G. Fagundes (Org.). **África do Sul:** História, Estado e Sociedade**.** Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. p. 131-160.

KRAUTHAMMER, Charles. **The unipolar moment revisited**. [S.l], 2002. Disponível em: <http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/krauthammer.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2012.

LAMIN, Abdul Rahman; ZOUNMENOU, David Dossou. Côte D'Ivoire's Post-electoral Crisis: Ouattara Rules but can he Govern? **Journal of African Elections Special Issue West Africa,** Johannesburg, v. 10, n. 2, p. 6-21, 2011.

LANDSBERG, Chris. Policy Afro-Continentalism: Pan-Africanism in Post-Settlement South Africa's Foreign**. Journal of African and Asian Studies,** [S.l], v. 47, n. 4, p. 436-448, 2012a. Disponível em: <http://jas.sagepub.com/content/early/2012/05/02/0021909612439741.full.pdf+html>. Acesso em: 18 mar. 2013.

LANDSBERG, Chris. Continuity and Change in the Foreign Policies of the Mbeki and Zuma Governments. **Africa Insight**, [S.l], v. 41, n. 4, p. 1-16, 2012b. Disponível em: <http://www.chrislandsberg.com/images/documents/2012/continuity-and-change-in-the-foreign-policies-of-the-mbeki-and-zuma-governments-march-2012.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

LANDSBERG, Chris. A Política Externa do Governo Jacob Zuma: Associação ou Dissociação? **Austral:** Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 75-102, 2012c. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/austral/article/view/27993/18015>. Acesso em: 29 out. 2012.

LANDSBERG, Chris. Nigeria-South Africa Tensions Leave African Leadership Gap. **World Politics Review,** [S.l], p. 1-3, 2012d. Disponível em: <http://www.chrislandsberg.com/images/documents/2012/nigeria-south-africa-tensions-leave-african-leadership-gap-18-apr-2012.pdf>. Acesso em: 08 maio 2013.

LANDSBERG, Chris. Promoting Democracy: The Mandela-Mbeki Doctrine. **Journal of Democracy,** [S.l], v. 11, n. 3, p. 107-121, 2000. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/journals/jod/summary/v011/11.3landsberg.html>. Acesso em: 15 jul. 2012.

LANDSBERG, Chris. South Africa and the making of the African Union and NEPAD: Mbeki's 'progressive African agenda'. In: ADEDEJI, Adebayo; ADEBAJO, Adekeye; LANDSBERG, Chris. **South Africa in Africa:** The Post-Apartheid Era**.** Cape Town: University of KawaZulu-Natal Press, 2007. p. 195-212.

LANDSBERG, Chris. The Foreign Policy of the Zuma Government: Pursuing the 'national Interest'? **South African Journal of International Affairs**, London, v. 17, n. 3, p. 273-293, 2010.

LANDSBERG, Chris. **The Quiet Diplomacy of Liberation:** International Polítics and South Africa's Transition**.** Johannesburg: Jacana Media, 2004.

LANDSBERG, Chris. Toward a Developmental Foreign Policy? Challenges for South Africa's Diplomacy in the Second Decade of Liberation. **Social Research,** [S.l], v. 72, n. 3, p. 723-757, 2005.

LANDSBERG, Chris; MOORE, Candice**. South Africa's Libya vote:** How is foreign policy decided? [S.l], p. 72-76, 2012. Disponível em: <http://www.chrislandsberg.com/images/documents/2012/landsberg-and-moore.pdf>. Acesso em: 13 set. 2013.

LEWIS, Peter M. Nigeria: An End to the Permanent Transition? **Journal of Democracy**, [S.l], v. 10, n. 1, p. 141-156, 1999. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/journals/journal_of_democracy/v010/10.1lewis.html>. Acesso em: 12 dez. 2012.

LIPTON, Merle. Understanding South Africa's foreign policy: the perplexing case of Zimbabwe. **South African Journal of International Affairs**, London, v. 16, n. 3, p. 331-346, 2009. Disponível em: <http://www.swradioafrica.com/Documents/Merle_Lipton140110.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2012.

MALAQUIAS, Assis. **Angola's Foreign Policy Pragmatic Recalibrations**. Johannesburg: SAIIA, 2011.

MANDELA, Nelson. **Address by President Nelson Mandela to the Parliament of Zimbabwe.** Harare, 19 May 1997c. Disponível em: <http://www.info.gov.za/speeches/1997/05200x56397.htm>. Acesso em: 14 maio 2012.

MANDELA, Nelson. South Africa`s Future Foreign Policy. **Foreign Affairs,** Tampa, v. 72, n. 5, 1993. Disponível em: <http://www.anc.org.za/show.php?id=4113>. Acesso em: 15 ago. 2012.

MANDELA, Nelson. **Speech by President Mandela at the African Regional Workshop of the International Ombusman Institution.** [S.l.], 26 Aug. 1996a. Disponível em: <http://www.info.gov.za/speeches/1996/960826_0x22496.htm>. Acesso em: 14 maio 2012.

MANDELA, Nelson. **Speech by President Nelson Mandela at a Luncheon with German Business and Investment Leaders.** Berlin, 23 May 1996b. Disponível em: <http://www.info.gov.za/speeches/1996/960524_0x247.htm>. Acesso em: 14 maio 2012.

MANDELA, Nelson. **Speech by President Nelson Mandela at a Banquet in Honour of Julius Nyerere.** Johannesburg, 17 Oct. 1997a. Disponível em: <http://www.info.gov.za/speeches/1997/05220x64597.htm>. Acesso em: 14 maio 2012.

MANDELA, Nelson. **Speech by President Nelson Mandela at a Breakfast Meeting with Business and Media.** Harare, 21 May 1997b. Disponível em: <http://www.info.gov.za/speeches/1997/05220x64597.htm>. Acesso em: 14 maio 2012.

MANDELA, Nelson. **Speech by President Nelson Mandela at the Celebrations of the Twelfth Anniversary of the National Resistance Movement of Uganda.** Kampala, 26 Jan. 1998a. Disponível em: <http://www.info.gov.za/speeches/1998/98127_0w3369810128.htm>. Acesso em: 14 maio 2012.

MANDELA, Nelson. **Speech by President Nelson Mandela to the National Executive Committee of the Chama Cha Mapundizi (CCM).** Dar es Salaam, 17 Nov. 1998b. Disponível em: <http://www.info.gov.za/speeches/1998/98b18_ccm9811382.htm>. Acesso em: 14 maio 2012.

MANDELA, Nelson. **Speech by President Nelson Mandela to the Angolan National Assembly.** Luanda, 29 Apr. 1998c. Disponível em: <http://www.info.gov.za/speeches/1998/98505_0x4079810474.htm>. Acesso em: 14 maio 2012.

MANDELA, Nelson. **Speech by President Nelson Mandela at the African Renaissance Festival.** Durban, 27 Mar. 1999a. Disponível em: <http://www.info.gov.za/speeches/1999/990329436p1005.htm>. Acesso em: 14 maio 2012.

MANDELA, Nelson. **Speech by President Nelson Mandela during a visit to the Finnish Parliament.** Helsinki, 15 Mar. 1999b. Disponível em: <http://www.info.gov.za/speeches/1999/99316_fin-pa99_10284.htm>. Acesso em: 14 maio 2012.

MARIKANA COMMISSION. **About the Commission.** Pretoria, 2013. Disponível em: <http://www.marikanacomm.org.za/>. Acesso em: 25 out. 2013.

MAROLANG, Chris. **Lesotho: o**n the path to democracy and stability? Pretoria: Institute for Security Studies, 2007.

MASTERSON, Grant Edward Thomas. **Governance Quality and Government Commitment to the NEPAD African Peer Review Mechanism.** Johannesburg: EISA, 2004.

MATEOS, Elvira Sánchez. Libya's Return to the International Scene. **Mediterranean Politics**, [S.l], v. 10, n. 3, p. 439-445, 2005.

MBEKEANI, Kennedy. K. Intra-Regional Trade in Southern Africa: Structure, Performance and Challenges. In: NEW ECONOMIC PARTNERSHIP FOR AFRICA'S DEVELOPMENT (NEPAD). **Regional Intergratiion Policy.** Tunis, n**.** 2, 2013**.** Disponível em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/June%202013%20-%20Regional%20Integration%20Policy%20Papers-%20Intra-Regional%20Trade%20in%20Southern%20Africa-%20Structure-%20Performance%20and%20Challenges.pdf>. Acesso em: 06 set. 2013.

MBEKI, Thabo. **Address at the AGM of the SADC Electoral Commissions Forum.** Dar es Salaam, 27 Sept. 1999. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/1999/mbek0927.htm>. Acesso em: 24 ago. 2012.

MBEKI, Thabo. **Address at the Meeting of Nigerian and South African Business.** [S.l.], 2 Oct. 2000. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2000/mbek1002.htm>. Acesso em: 24 ago. 2012.

MBEKI, Thabo. **Address at the Nigerian Institute of International Affairs.** Abuja**,** 3 Oct. 2000. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2000/mbek1003.htm>. Acesso em: 24 ago. 2012.

MBEKI, Thabo. **Address by Executive Deputy President Thabo Mbeki, to Corporate Council on Africa's "Attracting Capital to Africa" Summit.** Chantilly**,** 19-22 Apr. 1997**.** Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/1997/mbek0419.htm>. Acesso em: 24 ago. 2012.

MBEKI, Thabo. **Address of by President of South Africa, Thabo Mbeki, to the Parliament of the Republic of Uganda.** Kampala, 13 Dec. 2005. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2005/mbek1213a.htm>. Acesso em: 24 ago. 2012.

MBEKI, Thabo. **Address of the President of South Africa, Thabo Mbeki, at the National War College.** Abuja, 8 Dec. 2003. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2003/mbek1209.htm>. Acesso em: 24 ago. 2012.

MBEKI, Thabo. **Address of the President of South Africa, Thabo Mbeki, at the AU-African Diaspora Ministerial Conference Gallagher Estate.** Johannesburgo, 16 Nov. 2007. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2007/mbeki1119.htm>. Acesso em: 24 ago. 2012.

MBEKI, Thabo. **Address to the Nation by President Thabo Mbeki.** Pretoria, 21 Sept. 2008. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2008/mbek0922.html>. Acesso em: 24 ago. 2012.

MBEKI, Thabo. **Speech at the Launch of the African Renaissance Institute.** Pretoria, 11 Oct. 1999. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/1999/mbek1011.htm>. Acesso em: 24 ago. 2012.

MBEKI, Thabo. **Speech by Deputy President Thabo Mbeki at the United Nations University**: The African Renaissance, South Africa and the World. [S.l.], 9 Apr. 1998. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/1998/mbek0409.htm>. Acesso em: 24 ago. 2012.

MBEKI, Thabo. **Statement of Deputy President Thabo M. Mbeki, on the African National Congress, on the adoption by the Constitutional Assembly of "The Republic of South Africa Constitutional Bill.** Cape Town, 8 May 1996. Disponível em: <http://www.newzimbabwe.com/pages/zuma20.18786.html>. Acesso em: 24 ago. 2012.

MHANGO, George Abel. Is Quiet Diplomacy in Consonance with Meaningful Peacemaking in SADC? Lessons from Zimbabwe. **Southern African Peace and Security Studies,** [S.l], v. 1, n. 1, p. 14-26, 2012.

MITI, Katabaro. South Africa and Conflict Resolution in Africa: From Mandela to Zuma. **Southern African Peace and Security Studies,** [S.l], v. 1, n. 1, p. 26-42, 2012.

MURITHI. Tim. The African Union's evolving role in peace operations: the African Union Mission in Burundi, the African Union Mission in Sudan and the African Union Mission in Somalia. **African Security Review,** [S.l.], v. 17, n. 1, p. 70-82, 2008. Disponível em: <http://www.issafrica.org/uploads/17NO1MURITHI.PDF>. Acesso em: 09 set. 2013.

NABUDERE, Dani W. The African Renaissance in the Age of Globalization. **African Journal of Political Science,** Grahamstown, v. 6, n. 2, p. 11-27, 2001. Disponível em: <archive.lib.msu.edu/.../African%20Journals/pdfs/.../ajps006002003.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2010.

NATHAN. Laurie. Consistency and inconsistencies in South African foreign policy**.** **International Affairs,** [S.l.], v. 81, n. 2, p. 361-372, 2005. Disponível em: <http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/International%20Affairs/Blanket%20File%20Import/inta_455.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012.

NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA'S DEVELOPMENT (NEPAD). **The New Partnership for Africa's Development.** Abuja, 2001. Disponível em: <http://www.nepad.org/system/files/framework_0.pdf>. Acesso em: 16 set. 2012

NGWENYA, Nomfundo Xenia. South Africa in Africa. In: HOFMEISTER, Wilhelm; . TYLER, Melissa Conley. **Going Global**: Australia, Brazil, Indonesia, Korea and South Africa in International Affairs. Singapure: Konrad-Adenauer Stiftung, 2011. p. 3-17.

NIGÉRIA. Nigeria: Past, Present and Future**. Embassy of the Federal Republic of Nigeria.** Washington, 2013. Disponível em: <http://www.nigeriaembassyusa.org/index.php?page=nigeria-past-present-and-future>. Acesso em: 12 maio 2013.

NOLUTSHUNGU, Sam. C. **The South African State and Africa.** [S.l.], 1997. Disponível em: <http://archive.lib.msu.edu/DMC/African%20Journals/pdfs/Journal%20of%20Political%20Economy/ajpev1n1/ajpe001001008.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012.

NYANG'ORO, Julius E.; SHAW, Timothy M. African Renaissance in the New Millennium? From Anarchy to Emerging Markets? **African Journal of Political Science**, Grahamstown, v. 5, n. 1, p. 14-28, 2000.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **FDI in Africa:** Policy brief. Paris, Oct. 2010. Disponível em: <http://www.un.org/africa/osaa/reports/2010_FDIbrief.pdf >. Acesso em: 15 set. 2012

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África.** Salvador: EDUFBA, 2011.

PENNA FILHO, Pio. Segurança seletiva no pós-Guerra Fria: uma análise da política e dos instrumentos de segurança das Nações Unidas para os países periféricos - o caso africano**. Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 31-50, 2004.

PENNA FILHO, Pio. **O Brasil e a África do Sul:** O Arco Atlântico da Política Externa Brasileira (1918-2000). Porto Alegre: FUNAG/MRE, 2008.

PEREIRA. Analúcia Danilevicz. A (longa) História da Desigualdade na África do Sul. **Mal estar na cultura.** Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.difusaocultural.ufrgs.br/adminmalestar/documentos/arquivo/AfricaDoSulDanileviczPereira.pdf >. Acesso em: 18 jun. 2012.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A Revolução Sul-Africana:** classe ou raça, revolução ou libertação nacional? São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **África do Sul e Brasil:** Dois Caminhos para a Transição ao Pós-Guerra Fria – 1984-1994**.** 2007. 186 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10924/000603116.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 jun. 2012.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; VISENTINI. Paulo G. Fagundes. A nova África do Sul: política, diplomacia e sociedade (1994-2010). In: PEREIRA, Analúcia Danilevicz; VISENTINI. Paulo G. Fagundes. **África do Sul:** História, Estado e Sociedade**.** Brasília. FUNAG/CESUL, 2010. p. 64-96.

PEREIRA. Analúcia Danilevcz; VISENTINI, Paulo G. Fagundes. África do Sul: Uma Transição Inacabada. In: **Seminário África do Sul.** Brasília: FUNAG, 2008. p. 139-2009.

PRESIDENTIAL INFRASTRUCTURE CHAMPION INITIATIVE (PICI). **Presidential Infrastructure Champion Initiative (PICI):** Technical Status Project Report. Johannesburgo, 2011. Disponível em: <http://www.nepad.org/system/files/Final%20PICI%20Status%20Report.pdf>. Acesso em: 18 set. 2013.

PROGRAMME FOR INFRASTRUCTURE DEVELOPMENT IN AFRICA (PIDA). **Programme for Infrastructure Development in Africa (PIDA):** Interconnecting, integrating and transforming a continent. Addis Ababa, 2012. Disponível em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/PIDA%20note%20English%20for%20web%200208.pdf>. Acesso em: 18 set. 2013.

REPULIC OF SOUTH AFRICA. **Broad Black Economic Empowerment Act**. Pretoria, 2003. Disponível em: <https://www.environment.gov.za/sites/default/files/legislations/bbbee_act.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2013.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; VISENTINI, Paulo G. Fagundes. Da conquista europeia à descolonização. In: PEREIRA, Analúcia Danilevicz; RIBEIRO. Luiz Dario Teixeira; VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **História da África e dos Africanos.** Petrópolis: Vozes. 2012.

RODRIK. Dani. Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? A Review of the World Bank's Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform. **Journal of Economic Literature,** [S.l.], v. 44, n. 4, p. 973-987, 2006. Disponível em: <http://www.adelinotorres.com/economia/Dani%20Rodrik_Goodbye%20Washington%20Consensus.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2012.

RONEN, Yehudit. Libya's Diplomatic Success in Africa: The Reemergence of Qadhafi on the International Stage. **Diplomacy & Statecraf,** London, v. 13, n. 4, p. 60-74, 2002.

ROSS, Herbert. Implementing NEPAD: A Critical Assessment. In: SCHMIDT, Rodney. **African Report:** Assessing the New Partnership. Ottawa: The North-South Institute, 2002. p. 93-135.

ROSSOUW, Johann. **Desigualdade sem Fim.** São Paulo: Le Monde Diplomatic Brasil, 2006.

RUPIYA, Martin R. Eight Years of Tension, Misperception and Dependence from April 1994 to December 2002 Zimbabwe - South Africa Foreign Relations: A Zimbabwean Perspective. **Alternatives:** Turkish Journal of International Relations, [S.l], v. 1, n. 4, p. 158-175, 2002.

SACHIKONYE, Lloyd M. South Africa's quiet diplomacy: the case of Zimbabwe. In: DANIEL, John; LUTCHMAN, Jessica; SOUTHALL, Roger. **State of the Nation:** South Africa 2004-2005**.** South Africa. HSRC Press, 2005. p. 569-585.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória? **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasilia, v. 51, n. 1, p. 87-104, 2008.

SCHMIDT. Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa: From the Cold War to the War on Terror**. London: Cambridge University Press, 2013.

SCHRAEDER, Peter J. South Africa's Foreign Policy from International Pariah to Leader of the African Renaissance**. The Round Table,** [S.l.], n. 359, p. 229-243, 2001. Disponível em: <http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=852968cd-402b-41b1-bba1-5e71e2a8a715%40sessionmgr12&vid=2&hid=8>. Acesso em: 05 abr. 2012.

SECURITY COUNCIL. **Resolution 1545**. New York, 21 May 2004**.** Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1545(2004)>. Acesso em: 23 jul. 2013.

SECURITY COUNCIL. **Resolution 1970.** New York, 26 Feb. 2011a**.** Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1970(2011)>. Acesso em: 19 set. 2013.

SECURITY COUNCIL. **Resolution 1973**. New York, 17 Mar. 2011b. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1973(2011)>. Acesso em: 19 set. 2013.

SECURITY COUNCIL. **Resolution 748.** New York, 31 Mar. 1992. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/748(1992)>. Acesso em: 19 set. 2013.

SECURITY COUNCIL. **Resolution 883**. New York, 11 Nov. 1993. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/883(1993)>. Acesso em: 19 set. 2013.

SOLOMON, Hussein; SWART. Gerrie. **Conflict in the DRC:** A Critical Assessment of the Lusaka Ceasefire Agreement**.** Johannesburg: South African Institute of International Affairs, 2004.

SOUTH AFRICAN DEPARTMENT OF LABOUR. **Employment Equity Act**. Pretoria, 1998. Disponível em: <http://www.labour.gov.za/DOL/downloads/legislation/acts/employment-equity/Act%20-%20Employment%20Equity.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2013.

SOUTH AFRICAN NATIONAL DEFENCE FORCE (SANDF)**. Operation Curriculum:** Burundi. Pretoria, 2013. Disponível em: <http://www.dod.mil.za/operations/international/op_curriculum.htm>. Acesso em: 02 jan. 2013.

SOUTHALL, Roger. A long prelude to peace: South African involvement in ending Burundi's war. In: SOUTHALL, Roger (Org.). **South Africa's role in conflict resolution and peacemaking in Africa.** Cape Town: HSRC Press, 2006. p. 105-135.

SOUTHALL, Roger. Between competing paradigms: post-colonial legitimacy in Lesotho. In: MELBER, Hanning. **Limits to liberation in Southern Africa**: the unfinished business of democratic consolidation. Cape Town: HSRC Press, 2003a. p. 115-133.

SOUTHALL, Roger. An unlikely success: South Africa and Lesotho's election of 2002. **The Journal of Modern African Studies,** Cambridge, v. 41, n. 2, p. 269-296, 2003b. Disponível em:

<http://journals.cambridge.org/action/displayFulltext?type=1&fid=151788&jid=MOA&volumeId=41&issueId=02&aid=151787&bodyId=&membershipNumber=&societyETOCSession=>. Acesso em: 15 dez. 2012.

SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY (SADC). **Free Trade Area.** Maseru, 2001. Disponível em: <http://www.sadc.int/about-sadc/integration-milestones/free-trade-area/>. Acesso em: 17 set. 2013.

SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COOPERATION (SADC). **Members State.** Gaborone, 2012. Disponível em: <http://www.sadc.int/member-states/>. Acesso em: 15 dez. 2012.

SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COOPERATION (SADC). **Organ on Politics, Defence and Security.** Gaborone, 2012. Disponível em: <http://www.sadc.int/sadc-secretariat/directorates/office-executive-secretary/organ-politics-defense-and-security/>. Acesso em: 14 dez. 2012.

SPIES, Yolanda. South Africa's Foreign Policy: 2010 Overview. **South African Yearbook of International Law,** [S.l.], v. 35, n. 2, p. 278-303, 2010.

SPIES, Yolanda. South Africa's Foreign Policy: Highlights During 2011. **South African Yearbook of International Law,** [S.l.], v. 36, n.1, p. 326-345, 2011.

ST JOHN, Ronald Bruce. Libya and the United States: A Faustian Pact? **Middle East Policy**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 133-148, 2008.

TITUS, Danny. **Human Rights in Foreign Policy and Practice The South African Case Considered.** Johannesburg: SAIIA, 2009**.**

UNCTAD. **Economic Development in Africa:** Fostering Industrial Development in Africa in the New Global Environament. Genebra, 2011. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/aldcafrica2011_en.pdf >. Acesso em: 15 set. 2012.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA (UNECA). **Compact for African Recovery**. Addis Ababa, 2001. Disponível em: <http://213.55.79.31/2002/compact_for_african_recovery.htm>. Acesso em: 13 jul. 2013

UNITED NATIONS OPERATIONS IN BURUNDI (ONUB). **Chronology**. New York, 2006a. Disponível em:

<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/onub/chronology.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2013.

UNITED NATIONS OPERATIONS IN BURUNDI (ONUB). **The UN Peacekeeping Mission in Burundi Completes its Mandate**. New York, 2006b. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/onub/BACKGROUND.pdf> Acesso em: 12 jul. 2013.

UNITED NATIONS ORGANIZATION MISSION IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF THE CONGO (MONUC). **United Nations Mission in DR Congo**. New York, 2009. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/monuc/documents/monuc_background2009.pdf>. Acesso em: 18 set. 2013.

VAN WYK, Jo-Ansie. The Saga Continues...The Zimbabwe Issue in South Africa's Foreign Policy. **Alternatives Turkish Journal of International Relations**, [S.l], v. 1, n. 4, p. 176-231, 2002. Disponível em: <http://www.alternativesjournal.net/volume1/number4/wykpdf.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2012.

VANDEWALLE, Dirk. **A History of Modern Libya.** New York: Cambridge University Press, 2012.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A África na Política Internacional:** O Sistema Interafricano e sua Inserção Mundial. Curitíba: Juruá, 2011.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes et al. **Revoluções e regimes marxistas:** rupturas, experiências e impacto internacional. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WORLD BANK. **Accelerated Development in Sub-Saharan Africa An Agenda for Action.** Washington, 1981. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2000/04/13/000178830_98101911444774/Rendered/PDF/multi_page.pdf>. Acesso em: 15 set. 2011.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The African Competitiveness.** Davos, 2011. Disponível em: <http://www.weforum.org/s?s=africa+competitiveness+report>. Acesso em: 15 set. 2011.

ZUMA, Jacob. **Address by his Excellency Mr. Jacob Zuma on the Occasion of his inauguration as Fourth President of the Republic of the South Africa, Uniaon Building.** Pretoria, 9 May 2009a. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2009/jzum0511.html>. Acesso em: 14 maio 2013.

ZUMA, Jacob. **State of the Nation Address by his excellency J.G. Zuma, President of the Republic of South Africa, Joint Sitting of Parliament.** Cape Town, 03 Jun. 2009b. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2009/jzum0603.html>. Acesso em: 14 maio 2013.

ZUMA, Jacob. **Statement by his excellency Mr. Jacob Zuma, President of the South Africa, on the occasion of the official opening of the 29 th SADC ordinary Summit.** Kinshasa, 7 Sept. 2009c. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2009/jzum0907.html>. Acesso em: 14 maio 2013.

ZUMA, Jacob. **Closing Address by the President of the Republic of South Africa, HE Jacob Zuma, to the South Africa-Angola Business Forum Seminar Meeting.** Luanda, 20 Aug. 2009d. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2009/jzum0820.html>. Acesso em: 14 maio 2013.

ZUMA, Jacob. **Opening Statement by President J.G. Zuma to the 4th IBSA Summit.** Brasilia, 15 Apr. 2010a. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2010/jzum0415a.html>. Acesso em: 14 maio 2013.

ZUMA, Jacob. **Address by President J.G. Zuma to the South Africa – China Business Forum on the occasion of the State visit to the People's Republic of China.** Beijing**,** 24 Aug. 2010b. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2010/jzum0824.html>. Acesso em: 14 maio 2013.

ZUMA, Jacob. **Address by his Excellency President Jacob Zuma to the South Africa-Egypt Business Forum.** Cairo, 19 Oct. 2010c. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2010/zum1019.html>. Acesso em: 14 maio 2013.

ZUMA, Jacob. **Opening Remarks by the President of the Republic of South Africa, HE Mr. Jacob Zuma, on the occasion of the opening session of the Global African Diaspora Summit.** Cape Town, 25 May 2012a. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2012/jzuma0525.html>. Acesso em: 14 maio 2013.

ZUMA, Jacob. **Statement by President Jacob Zuma on the occasion of the United Nations (UN) Security Council Summit Debate**. New York, 12 Jan. 2012b. Disponível em: <http://www.info.gov.za/speech/DynamicAction?pageid=461&sid=24395&tid=53564>. Acesso em: 14 maio 2013.

ZUMA, Jacob. **Remarks by H. E. Mr. J.G. Zuma, President of the Republic of South Africa at the Joint Media Briefing during the State Visit to Senegal.** Dakar, 2 Oct. 2013a. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2013/jzum1002.html>. Acesso em: 19 out. 2013.

ZUMA, Jacob. **An Opinion Piece by President Zuma:** Africa is Rising. Pretoria, 27 Jan. 2013b. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2013/jzum0127a.html>. Acesso em: 19 out. 2013

ZUMA, Jacob. **Remarks by President Jacob Zuma to the 18th Summit of the Committee of Participating Heads of State and Government of the African Peer Review Mechanism (APR Forum).** Addis Ababa, 26 Jan. 2013c. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/2013/jzum0126.html>. Acesso em: 19 out. 2013